

DUAS ESTRELAS E DOIS PROJETOS DE HEGEMONIA: a influência do pensamento de Gramsci no Partido dos Trabalhadores (BRA) e no Bloco de Esquerda (POR)

Eric Araujo Dias Coimbra

DUAS ESTRELAS E DOIS PROJETOS DE HEGEMONIA: A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE GRAMSCI NO PARTIDO DOS TRABALHADORES (BRA) E NO BLOCO DE ESQUERDA (POR)

Eric Araujo Dias Coimbra



**UFSC
Florianópolis
2019**

Copyright © 2019 Eric Araujo Dias Coimbra

Coordenação de edição

Carmen Garcez

Projeto gráfico

5050com

Capa

Carmen Garcez

Imagem: Michael Pagitz / www.ccvalg.pt

Editoração eletrônica

Luccas Coelho

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

C679d Coimbra, Eric Araujo Dias
Duas estrelas e dois projetos de hegemonia [recurso eletrônico] : a influência do pensamento de Gramsci no Partido dos Trabalhadores (BRA) e no Bloco de Esquerda (POR) / Eric Araujo Dias Coimbra. – Dados eletrônicos. – Florianópolis : Editoria em Debate/UFSC, 2019.
334 p. : il., gráf.
Inclui bibliografia.
E-book (PDF)
Disponível em: <www.editoriaemdebate.ufsc.br>
ISBN: 978-85-68267-35-6
1. Sociologia política. 2. Partidos políticos.
3. Gramsci, Antonio, 1891-1937. I. Título
CDU: 316.334.3

Elaborada por Suélen Andrade – CRB 14/1666

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br

O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos do acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.

NOTA EDITORIAL

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, tanto nas editoras comerciais como nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não acompanha a demanda existente, em contradição, portanto, com essa demanda e a produção acadêmica exigida. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, frente à tendência de se valorizar a produção intelectual conforme as publicações, em uma difícil relação entre quantidade e qualidade.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Documentos, periódicos e livros continuam sendo produzidos e impressos, e continuarão em vigência, conforme opinam estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas podem contribuir de forma complementar e oferecer maior facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e estudantes na produção de conhecimento, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação também como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulga-

ção aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica, conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação –, e por iniciativa e empenho do prof. Fernando Ponte de Sousa, a Editoria Em Debate (ED) completa oito anos de realizações, sempre com o apoio do Middlebury College/Vermont, que acreditou no projeto. Criada com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa da UFSC e outras instituições, conveniadas ou não, sob orientação e acompanhamento de uma Comissão Editorial, a ED publicou 60 livros desde 2011.

Os editores

Coordenador

Jacques Mick

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Fernando Ponte de Sousa

Iraldo Alberto Alves Matias

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Laura Senna Ferreira

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Ricardo Gaspar Müller

Valcionir Corrêa

SUMÁRIO

Introdução	11
1 Uma supernova de conceitos	21
A contribuição teórica de Antônio Gramsci	22
A concepção de hegemonia em Gramsci	27
<i>Sociedade civil e sociedade política</i>	29
<i>Aspectos subjetivos, culturais e a função dos intelectuais</i>	38
A concepção de partido em Gramsci	42
A concepção de socialismo em Gramsci	47
<i>O socialismo, a questão nacional e o internacionalismo</i>	47
<i>A crítica ao stalinismo</i>	51
<i>Estado guarda-noturno e sociedade regulada</i>	54
2 Das nebulosas à formação das estrelas	57
Breve história e apresentação do PT	57
<i>O contexto em que nasceu o PT</i>	57
<i>Fundação e aspectos ideológicos do partido</i>	62
<i>O perfil da militância do PT</i>	66
<i>A formação política e os meios de comunicação</i>	71
Breve história e apresentação do BE	73
<i>O contexto em que nasceu o BE</i>	73
<i>Fundação e aspectos ideológicos do partido</i>	77
<i>O perfil da militância do BE</i>	82
<i>A formação política e os meios de comunicação</i>	85

3 O grande e o pequeno príncipe moderno	89
A influência gramsciana no PT.....	89
<i>A contribuição teórica do marxismo</i>	89
<i>A influência de Antônio Gramsci</i>	94
<i>A concepção de partido</i>	99
A influência gramsciana no BE.....	105
<i>A contribuição teórica do marxismo</i>	105
<i>A influência de Antônio Gramsci</i>	109
<i>A concepção de partido</i>	113
4 O planeta em disputa	123
○ PT e a disputa de hegemonia.....	123
<i>A concepção petista de hegemonia</i>	123
<i>A sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia</i>	137
<i>O papel dos intelectuais na disputa de hegemonia</i>	142
○ BE e a disputa de hegemonia.....	145
<i>A concepção bloquista de hegemonia</i>	145
<i>A sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia</i>	149
<i>O papel dos intelectuais na disputa de hegemonia</i>	152
5 Outro mundo é possível!	155
○ socialismo petista.....	155
<i>A concepção de socialismo</i>	155
<i>Socialismo e democracia</i>	165
<i>Socialismo ou social-democracia?</i>	174
<i>Reforma e Revolução</i>	182
○ socialismo bloquista.....	190
<i>A concepção de socialismo</i>	190
<i>Socialismo e democracia</i>	193
<i>Socialismo ou social-democracia?</i>	200
<i>Reforma e Revolução</i>	204

6 As estrelas transformam o mundo	211
A atuação política do PT	211
<i>Os resultados eleitorais e o Congresso Nacional</i>	<i>211</i>
<i>Das eleições presidenciais à crise do projeto</i> <i>petista de hegemonia</i>	<i>219</i>
<i>A política internacional do PT e o Foro de São Paulo</i>	<i>249</i>
A atuação política do BE	266
<i>Os resultados eleitorais e a Assembleia da República</i>	<i>266</i>
<i>As eleições presidenciais e a crise do BE em 2011</i>	<i>273</i>
<i>A participação do BE no Parlamento Europeu</i>	<i>286</i>
 Considerações finais	 303
 Referências	 309

INTRODUÇÃO

Esta obra¹ analisou os conceitos de partido, hegemonia e socialismo a partir da teoria gramsciana, relacionando-os com a concepção teórica e a experiência prática do Partido dos Trabalhadores – PT (Brasil) e do Bloco de Esquerda – BE (Portugal), no contexto nacional e internacional. Não tivemos a pretensão de fazer uma análise historiográfica, até porque isso demandaria outra pesquisa. Elaboramos um breve histórico e uma rápida contextualização dos partidos, mas focamos a pesquisa em alguns aspectos da história recente do PT e do BE, fundamentalmente as últimas convenções, campanhas e compromissos políticos assumidos nacional e internacionalmente.

Verificamos uma expressiva relação entre os conceitos gramscianos e a terminologia utilizada por estes dois partidos, tanto nos documentos oficiais quanto nos discursos da militância. A teoria de Antônio Gramsci influenciou intensamente o PT, em especial nas tendências vinculadas a determinadas vertentes do marxismo e da esquerda católica, que habitualmente utilizam expressões de origem gramsciana como “hegemonia”, “disputa de hegemonia”, “sociedade civil”, “bloco histórico”, “guerra de posição”, “intelectual orgânico”, entre outras. De forma semelhante, verificamos que a terminologia utilizada pelo BE nos docu-

¹ Produzida a partir de minha tese de doutorado, orientada pelo Prof. Dr. Raúl Burgos e coorientada pelo Prof. Dr. José Manuel Pureza, para a obtenção do título de doutor em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2017.

mentos oficiais e meios de informação do partido possui identificação com a teoria de Gramsci, mesmo quando este não é diretamente citado.

Também constatamos, a partir das entrevistas feitas com dirigentes nacionais de ambos os partidos, que em menor ou maior grau, tanto o PT quanto o BE foram e continuam sendo influenciados pela teoria gramsciana. Diante de tais constatações, procuramos identificar e analisar como estes partidos vêm abordando a teoria de Gramsci em seus discursos e documentos oficiais, bem como compreender as mudanças teóricas e práticas que vêm acompanhando a trajetória destes dois partidos.

Abordamos as semelhanças e as diferenças entre a práxis do “PT das origens” e a práxis do “PT dos dias de hoje”, destacando as mudanças teóricas e práticas que resultaram em rupturas internas e na formação de outros partidos, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido da Causa Operária (PCO) e, mais recentemente, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Do mesmo modo, destacamos as transformações pelas quais tem passado o BE, que apesar de sua curta idade (quase vinte anos mais jovem que o PT), também sofreu cisões que resultaram noutros partidos, como o Movimento Alternativa Socialista (MAS) e o Partido Livre/Tempo de Avançar (L/TDA).

Diversos fatores explicam as diferenças entre os dois partidos situados nos dois extremos do Atlântico, tais como: as diferenças sociais, políticas, econômicas, históricas, geográficas e culturais entre Brasil e Portugal; os distintos contextos e as diferentes forças políticas que atuaram na formação dos partidos; as diferenças relacionadas aos modelos político-institucionais, a estrutura de classes e a sociedade civil; a disputa de hegemonia entre as forças internas dos partidos; as diferenças em relação às experiências de governo e ao tempo de existência dos partidos, etc.

Problemática

Ao elaborarmos uma análise comparativa entre a concepção gramsciana de hegemonia, partido e socialismo e a definição destes con-

ceitos a partir dos discursos, documentos e programas políticos do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Esquerda, procuramos responder, em primeiro lugar, a seguinte questão: Gramsci influenciou e continua a influenciar teoricamente estes partidos?

Ao relacionarmos a concepção gramsciana de hegemonia, partido e socialismo com a atuação política do PT e do BE (concebidos enquanto aparelhos privados de hegemonia e enquanto projetos políticos de sociedade), propusemo-nos a responder em que medida as estratégias de assumir funções de governo, bem como as reformas políticas propostas por estes partidos, estão em conformidade com o pensamento gramsciano. Em outras palavras, em que medida a ação política destes partidos reflete a teoria gramsciana?

Por fim, nossa pesquisa se propôs a apresentar as semelhanças e as diferenças entre a concepção teórica e a atuação política do PT e do BE, destacando as mudanças mais importantes que ocorreram ao longo da trajetória destes dois partidos.

Justificativa

Esta obra está articulada em três grandes eixos: a teoria gramsciana, o PT e o BE. A teoria gramsciana é justificada pela necessidade de renovar e transcender teoricamente o marxismo, aprimorando dialeticamente com os erros do passado e potencializando novas formas de fazer política, mais adaptadas ao nosso tempo e a nossa cultura. Outra justificativa consiste na importante contribuição do pensamento de Gramsci para a academia, especialmente para as áreas de filosofia, ciências sociais e humanas. Ademais, Gramsci é um dos autores que mais têm influenciado os movimentos sociais e partidos de esquerda no Brasil. Embora em menor proporção, constatamos que a esquerda portuguesa também é influenciada pela teoria do autor sardo. Ao abordarmos a concepção gramsciana, direcionamos nossa análise para três conceitos centrais: partido, hegemonia e socialismo. A análise teórica

destes conceitos nos permitiu comparar a teoria de Gramsci com as práxis do PT e do BE.

Justificamos a escolha do PT pela importância em compreender a trajetória político-ideológica de um dos mais importantes partidos políticos do Brasil, devido a sua estrutura (um partido nacionalmente consolidado); ao número de filiados (2ª legenda brasileira com o maior número de filiados²); a preferência do eleitorado (o PT continua sendo o preferido dentre os partidos brasileiros); e a eleição, por quatro vezes consecutivas, de candidatos do partido à presidência da república. Cabe ressaltar também que o PT inaugurou uma nova fase na vida política brasileira, após as eleições de Lula em 2002 e 2006; e Dilma Rousseff em 2010 e 2014.

A escolha do BE decorreu da importância em pesquisar um partido político recente, que se propõe a fugir dos moldes dos partidos da esquerda tradicional, identificando-se antes a um movimento que propriamente a um partido político. O BE surgiu no contexto da globalização na virada do milênio e da realização do primeiro Fórum Social Mundial (FSM)³, em 2001, na cidade de Porto Alegre. Atualmente, o BE constitui a terceira maior força política portuguesa, com a terceira maior bancada parlamentar nacional. Porém, diferentemente do PT, o partido português não possui experiência no exercício do poder executivo nacional.

Uma das justificativas para a escolha destes partidos foi a possibilidade de relacionar modelos de partido de épocas distintas, ou seja, o modelo teórico de partido concebido por Gramsci nos anos 1920 e

² Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Disponível em: www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados. Acesso em: 15 nov. 2016.

³ O FSM é um evento internacional organizado por movimentos sociais, partidos e organizações de várias partes do mundo, cuja proposta é apresentar alternativas para uma transformação sociopolítica global. Segundo o seu site oficial, “o FSM é um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo”. Disponível em www.forumsocialmundial.org.br/. Acesso em: 10 dez. 2013.

1930, o modelo de partido concebido pelo PT nos anos 1980, e o modelo de partido concebido pelo BE na virada do milênio. Outro fator que justifica a escolha dos partidos é a forma de organização: ambos permitem a existência de tendências internas – o que os diferencia dos partidos da “esquerda tradicional” – de estrutura rígida e definida. Nesse sentido, tanto a elaboração teórica quanto o modo como os partidos concretizam suas políticas estão em constante construção, numa longa disputa hegemônica que se faz também e inicialmente dentro dos partidos, por suas tendências, grupos e militantes.

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar os conceitos gramscianos de partido, hegemonia e socialismo, relacionando-os com a concepção teórica e a experiência prática do PT e do BE, no contexto nacional e internacional.

Os objetivos específicos foram:

1) Analisar os conceitos de hegemonia, partido e socialismo, tendo como referência principal a obra *Cadernos do cárcere*, de Antônio Gramsci.

2) Elaborar um breve histórico do PT e do BE.

3) Identificar e analisar a influência do pensamento de Gramsci nos documentos oficiais do PT e do BE (estatutos, resoluções de congressos, encontros nacionais e planos de governo).

4) Identificar e analisar o processo de disputa hegemônica e a atuação política do PT e do BE no contexto nacional e internacional.

5) Explicar as mudanças teóricas e práticas que vêm acompanhando as trajetórias destes dois partidos, bem como identificar as semelhanças e diferenças entre eles.

Metodologia

A metodologia baseou-se na teoria de análise de discurso, que abrange diversas tradições teóricas. Segundo Gill (2008), “não existe uma única ‘análise de discurso’ [...] o que estas perspectivas partilham é uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (Gill in Bauer, 2008, p. 244).

Dentre as tradições da teoria do discurso, escolhemos para esta pesquisa a análise crítica do discurso, desenvolvida pelo professor de linguística Norman Fairclough. Segundo seus estudos, as relações de poder influenciam na linguagem, que também é parte do processo de mudança social. A linguagem compreendida como um elemento da prática social possibilita tanto a manutenção quanto a transformação das relações sociais (Fairclough, 1992). Portanto, o discurso (oral, escrito ou simbólico) é um dos principais meios que permitem a disputa de hegemonia. É, pois, difícil conceber as mudanças envolvendo a práxis do PT e do BE, desconsiderando as mudanças de discurso dos principais quadros e lideranças destes partidos.

Ao elaborarmos a pesquisa bibliográfica, verificamos que a quantidade e a diversidade de livros e teses acadêmicas sobre o PT é muito superior à do BE. Fatores como o tempo de existência, o número de filiados, a representação no Poder Legislativo e as experiências de gestão governamental explicam esta diferença.

Diante da necessidade de delimitação metodológica da pesquisa, foram consultados principalmente documentos provenientes dos Encontros e Congressos Nacionais do PT, resoluções das Convenções Nacionais do BE, e documentos fundacionais de ambos os partidos. Desconsideramos os documentos produzidos regionalmente e localmente. Do mesmo modo, as entrevistas (pesquisa empírica) foram direcionadas somente às lideranças nacionais dos partidos e/ou tendências e grupos.

A parte teórica consistiu nas leituras do filósofo e dirigente político italiano Antônio Gramsci, especialmente no que tange aos conceitos de hegemonia, partido e socialismo. Embora não fossem centrais, outros conceitos que formam o arcabouço teórico gramsciano foram utilizados, por serem estritamente relacionados. Nesse sentido, abordamos, ainda que de forma superficial, diversos outros conceitos, assim como nos utilizamos da contribuição de outros autores e interpretes de Gramsci.

Também utilizamos variadas fontes documentais, como jornais, revistas, boletins informativos, veículos de informação oficial, vídeos, sítios disponíveis na Internet, materiais de campanha e de formação, estatutos, programas eleitorais, resoluções de encontros e de congressos/conferências nacionais, e uma diversificada bibliografia sobre o Partido dos Trabalhadores e o Bloco de Esquerda.

A parte empírica consistiu em entrevistas com lideranças nacionais do PT e do BE, que também representam as principais tendências/grupos internos destes partidos. Deste modo, buscamos distinguir as diferentes concepções político-ideológicas das tendências/grupos internos, observando o grau de heterogeneidade presente no plano teórico, bem como, a influência do pensamento de Gramsci. Portanto, os representantes das tendências foram escolhidos em conformidade com a diversidade ideológica das tendências e não em conformidade com o critério numérico. Por esta razão, certas tendências de grande peso político tiveram o mesmo número de entrevistados que determinadas tendências de menor peso político.

Para a realização das entrevistas, utilizamos um roteiro de perguntas, mas preferimos não o seguir de modo muito rígido, permitindo ao entrevistador fazer perguntas que não estavam no roteiro, em conformidade com os assuntos abordados e de acordo com os interesses da pesquisa.

No entanto, em função das diferenças entre os países, bem como das diferenças entre os partidos pesquisados, o roteiro de perguntas

para as lideranças do PT não foi exatamente o mesmo direcionado às lideranças do BE. As questões de conjuntura nacional e regional, por razões óbvias, tiveram de ser diferenciadas. As questões referentes às tendências e à teoria gramsciana foram exatamente as mesmas.

Procuramos preservar os discursos dos (as) entrevistados (as) na íntegra, exceto quando se fez necessário alterar algumas palavras e/ou expressões para atender às exigências da língua portuguesa e torná-lo mais acessível. As alterações nas narrativas, quando realizadas, foram feitas de modo a não comprometer o conteúdo ou as informações transmitidas nos relatos.

As lideranças entrevistadas foram escolhidas mediante ao menos uma das seguintes condições previamente estabelecidas: 1) que fossem membros da Direção Nacional (Mesa Nacional) do partido ou ex-dirigentes nacionais do partido; 2) que representassem nacionalmente a tendência/grupo ou campo político correspondente à tese/moção apresentada no último Congresso/Convenção Nacional do partido.

Entrevistamos ao menos um dirigente petista para cada tendência/tese inscrita no Processo de Eleições Diretas (PED) do PT, de 2013. Do mesmo modo, entrevistamos ao menos um dirigente bloquista para cada moção apresentada na IX Convenção Nacional do BE, realizada na cidade de Lisboa, nos dias 22 e 23 de novembro de 2014. Deste modo, procuramos apresentar as diferentes vertentes teóricas das diferentes tendências/grupos internos de ambos os partidos. Foram entrevistadas oito lideranças nacionais do BE e dez lideranças nacionais do PT.

Nas duas páginas seguintes o Quadro 1 traz todas as lideranças entrevistadas, conforme seus partidos políticos, a tendência ou grupo político, além do local e a data das entrevistas.

Quadro 1 – Relação de lideranças entrevistadas (PT e BE)

Partido	Nome	Tendência/Grupo Político	Local/data
PT	Raul Pont	Democracia Socialista – DS (Mensagem ao Partido – MP)	Porto Alegre 15/09/15
	Valter Pomar	Articulação de Esquerda – AE	Campinas 26/08/15
	Jacy Afonso de Melo	Construindo um Novo Brasil – CNB (Partido que Muda o Brasil – PMB)	Florianópolis 30/07/14
	José Fritsch	Esquerda Popular Socialista – EPS	Florianópolis 18/08/15
	Júlio Turra	O Trabalho – OT	Florianópolis 20/08/15
	Nelson Padilha	Construindo um Novo Brasil – CNB (Partido que Muda o Brasil – PMB)	Florianópolis 21/08/15
	José Roberto Paludo	Militância Socialista – MS	Florianópolis 02/09/15
	Janeth Almeida	Articulação de Esquerda – AE	Caçador, 26/10/15
	Carlos H. Árabe	Democracia Socialista – DS (Mensagem ao Partido – MP)	São Paulo 16/11/15
	Maria Teresa de A. Notari	Brasil Socialista – BS (atual Avante-S21)	São Paulo 02/02/16
BE	Miguel Cardina	Ex-PXXI (Plataforma Unitária)	Coimbra 12/02/15
	Carlos Carujo	Ex-PSR (Plataforma Anticapitalista)	Lisboa 13/02/15
	Jorge Costa	Ex-PSR (Plataforma Unitária)	Lisboa 05/03/15
	Luis Leiria	Plataforma Unitária	Lisboa 11/03/15

Duas estrelas e dois projetos de hegemonia

| Eric Araujo Dias Coimbra

Partido	Nome	Tendência/Grupo Político	Local/data
PE	Luiz Fazenda	Ex-UDP – Tendência Esquerda Alternativa	Lisboa 18/03/15
	João Madeira	Ex-UDP – Plataforma Reinventar o Bloco	Santo André 23/03/15
	Francisco Louçã	Ex-PSR – Plataforma Unitária	Lisboa 06/04/2015
	José Manuel Pureza	Ex-PXXI – Plataforma Unitária	Coimbra 13/04/15

Fonte: Elaborado pelo autor.

1

UMA SUPERNOVA DE CONCEITOS

O objetivo deste capítulo consistiu em analisar especialmente os conceitos gramscianos fundamentais para o desenvolvimento desta tese, isto é, os conceitos de partido, hegemonia e socialismo. Nos demais capítulos foram abordados outros conceitos de Gramsci, em consonância com a produção teórica dos partidos e com os diálogos com as lideranças entrevistadas.

Devido a abrangência e complexidade da obra de Gramsci, torna-se impossível falar de partido, hegemonia e socialismo, ou qualquer outro dos seus conceitos ou categorias, sem remetê-los a outros conceitos e categorias, pois a teoria gramsciana consiste num emaranhado de conceitos, relacionados e inseparáveis para o seu entendimento.

O conceito de hegemonia é central na medida em que oferece subsídios para que se crie e se desenvolvam novos projetos de sociedade, configurando um novo bloco histórico.

O conceito de partido também é central, pois expressa a necessidade de representar os interesses das classes subalternas, visando consolidar uma “vontade coletiva nacional-popular”, condição básica para se criar um novo bloco histórico.

Por fim, o conceito de socialismo remete à construção de um novo modelo societário que supere o capitalismo, desenvolvendo e ampliando os aparelhos privados de hegemonia até a formação da sociedade regulada, na qual as funções da sociedade política seriam plenamente absorvidas pela sociedade civil.

Cabe destacar que tanto o PT quanto o BE identificam-se teoricamente com o socialismo democrático, rompem com a ortodoxia economicista e com as experiências históricas dos modelos soviético e chinês, defendendo uma práxis que desencadeie na conquista da hegemonia em seus respectivos países.

A contribuição teórica de Antônio Gramsci

Gramsci viveu entre 1891 e 1937 na Itália, tendo escrito grande parte de sua obra na prisão. Seu trabalho teórico iniciou-se na Universidade de Turim e nos primeiros anos de militância política, no final da década de 1910.

Em 1926, Gramsci foi feito prisioneiro político durante o regime fascista de Mussolini, na Itália, permanecendo preso por onze anos. Ele era Secretário Geral do Partido Comunista Italiano (PCI), quando foi julgado e condenado em 1928. “O procurador-geral concluiu sua requisição com a seguinte intimação ao juiz: devemos impedir esse cérebro de funcionar durante vinte anos” (Monasta, 2010, p. 15).

As dificuldades de sobrevivência no cárcere eram enormes, assim como as limitações para a aquisição de obras que fornecessem subsídios aos seus estudos. Com a saúde muito debilitada, Gramsci veio a falecer três dias depois de sua soltura, em 1937.

No entanto, os fascistas não puderam prever que na prisão, doente e com muitas dificuldades de acesso à informação e obras literárias, Gramsci escreveria uma importante obra de filosofia e ciência política (*Cadernos do cárcere*, 2.848 p.), que aperfeiçoaria teoricamente o marxismo e exerceria ampla influência sobre o pensamento social dos nossos dias.

O pequeno glossário feito por Carlos Nelson Coutinho para a obra dos *Cadernos*, intitulada *Concepção dialética da história*, ilustra o momento vivenciado por Gramsci na prisão, quando teve que substituir

diversos termos e referências que poderiam chamar a atenção da censura do governo de Mussolini. Provavelmente por isso, Gramsci evitou utilizar os termos socialismo e comunismo nos *Cadernos*, optando por utilizar, respectivamente, os conceitos de Estado vigilante (ou Estado guarda-noturno) e sociedade regulada. Além deste fator atribuído à censura, a utilização de outras expressões estaria relacionada à necessidade de renovar o marxismo, pois não fazia sentido utilizar os mesmos termos se os significados não fossem os mesmos. Coutinho aponta algumas expressões modificadas por Gramsci para despistar a censura:

O corifeu da filosofia da práxis; o fundador da filosofia da práxis; o autor da economia crítica – Marx. Ilitch; Vilitch; o maior teórico moderno da filosofia da práxis – Lênine. O primeiro e o segundo dos fundadores da filosofia da práxis – Marx e Engels. Crítica da Economia Política – O *capital* de Marx. A filosofia da práxis – o materialismo histórico, o marxismo. A economia política – a economia política marxista (Coutinho in Gramsci, 1995).

Nos *Cadernos*, Gramsci reinterpreta e atualiza teoricamente o marxismo. Entre as suas importantes contribuições para esta renovação, consta uma série de novas teorias e conceitos, tais como: filosofia da práxis, hegemonia, bloco histórico, sociedade civil e sociedade política, guerra de movimento e guerra de posição, teoria do Estado ampliado, aparelhos privados de hegemonia, intelectual orgânico e intelectual tradicional, oriente e ocidente, Estado vigilante e sociedade regulada, revolução passiva, crise orgânica, vontade coletiva nacional-popular, moderno príncipe, senso comum e bom senso, reforma intelectual e moral. Segundo o militante do BE e pesquisador do autor sardo, Carlos Carujo, Gramsci não é “só sinônimo de resistência ao fascismo, mas também de capacidade de renovação de um marxismo que não desiste de ser crítico” (Carujo, 2014, p. 21).

Após a ascensão do stalinismo no Leste Europeu, o marxismo passou a ser interpretado de forma mais dogmática, determinista e mecanicista. Carujo explica que até a obra de Gramsci (os *Cadernos*

e as *Cartas*) esteve sujeita à ortodoxia mecanicista nas suas primeiras edições: “a edição de 1947/8 feita por Togliatti censura passagens sobre Trotsky, Bordiga e Rosa Luxemburgo, notas pessoais e passagens críticas à linha da Internacional”. Influenciado pelo stalinismo, Palmiro Togliatti procurou associar Gramsci a Josef Stalin, apesar das inúmeras críticas feitas pelo filósofo sardo ao regime stalinista e a Terceira Internacional¹. Somente em 1975, com a edição de Valentino Gerratana, é que os *Cadernos* passaram a ser publicados integralmente e na ordem cronológica (Carujo, 2014, p. 22).

Ao oferecer um enfoque mais abrangente da análise da sociedade, Gramsci contribuiu para o desenvolvimento teórico do marxismo. Seus conceitos enfatizam a disputa política (luta de classes), não somente a partir da perspectiva econômica, mas também a partir da perspectiva cultural. O chamado “marxismo vulgar” é criticado por Gramsci em diversas passagens dos *Cadernos*, em que o autor enfatiza o aspecto cultural da vida social e rejeita a concepção determinista e mecanicista da história. Gramsci chega a comparar o marxismo vulgar a uma forma de religião e de narcótico:

Pode-se observar que o elemento determinista, fatalista, mecânico, tenha sido um “aroma” ideológico imediato da filosofia da práxis, uma forma de religião e de excitante (mas ao modo dos narcóticos), tornada necessária e justificada historicamente pelo caráter “subalterno” de determinados estratos sociais. [...] “eu estou momentaneamente derrotado, mas as forças das coisas trabalham por mim em longo prazo, etc.”. A vontade real se disfarça em um ato de fé, numa certa racionalidade da história, numa forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado, que surge como um substituto da predestinação, da providência, etc., própria das religiões confessionais. [...] Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento da hegemonia como essencial à sua concepção

¹ As críticas ao stalinismo serviram de inspiração para que Gramsci elaborasse conceitos como “marxismo vulgar”, “centralismo burocrático” e “estatalatria”.

estatal e à “valorização” do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária ao lado das frentes meramente econômicas e políticas (Gramsci, 2006a, p. 107-295).

A crítica contundente de Gramsci ao marxismo economicista e mecanicista inaugurou uma importante passagem para a renovação teórica do marxismo, que influenciou a esquerda em diversas partes do mundo. Uma vertente política influenciada pela teoria gramsciana foi o eurocomunismo na Europa nos anos 1970. Este movimento apresentou-se como alternativa entre a degenerada social-democracia europeia e os regimes totalitários do Leste Europeu, enfatizando as lutas pela emancipação das classes subalternas a partir do território nacional e propondo uma forma de socialismo com democracia. Os principais partidos a adotarem o eurocomunismo foram os Partidos Comunistas da Itália, Espanha e França (Ross, 1988, p. 143).

No entanto, como afirma Bernardo Kocher, a proposta de estabelecer alianças com forças políticas moderadas (como o acordo entre o PCI e a Democracia Cristã na Itália e a aproximação entre o Partido Comunista e o Partido Socialista na França) contribuiu para o enfraquecimento político do movimento, a divisão da esquerda e a migração de muitos eurocomunistas para partidos socialistas e social-democratas (Kocher, 2015). Além das alianças, outros fatores também contribuíram para o desgaste do movimento eurocomunista, como as disputas internas envolvendo diferentes frações intrapartidárias, o distanciamento entre a cúpula e as bases, a burocratização e a falta de democracia interna. George Ross explica como ocorreu o declínio do eurocomunismo na Itália, Espanha e França:

Na Itália o PCI, depois de importantes conquistas eleitorais e da participação no bloco parlamentar majoritário (embora não no governo) em 1976, poucas vantagens obteve dos democrata-cristãos em troca de seu apoio parlamentar. Em 1980, frente a um impasse político e aos efeitos da crise econômica, seu eleitorado e sua massa – particularmente entre os sindicatos – começou a diminuir. [...] O partido espanhol não conseguiu marcar sua presença, quer eleitoralmente, quer em termos de força sindical [...]. Em lugar dele, um novo Partido

Social-democrata acumulou rapidamente a maior parte dos recursos que o PCE ambicionava e que sua estratégia eurocomunista pretendia captar. [...] o PCE foi vítima de disputas cismáticas regionalistas e fracionais [...]. O declínio e a marginalização pareciam inevitáveis. [...] O partido francês seguiu outro caminho. Como o PCE, ele havia se “eurocomunizado” a partir da cúpula, modificando sua perspectiva estratégica sem mudar sua vida interna. [...] Na esteira da vitória de François Mitterrand e dos socialistas, porém, o PCF foi obrigado, pelas circunstâncias e pelo seu desejo de obter postos ministeriais, a modificar novamente sua estratégia [...]. Relutou, porém, em retornar a uma posição plenamente eurocomunista, conservando, em particular, uma posição internacional acen-tuadamente pró-soviética (Ross, 1988, p. 143).

Outra experiência de esquerda influenciada pela teoria de Gramsci é o Partido dos Trabalhadores. Construído a partir de vários segmentos sociais, como a Teologia da Libertação, o novo sindicalismo e diversas vertentes da esquerda marxista, o PT sofreu influência gramsciana, por um lado, por ter recebido apoio de intelectuais que conheciam a teoria, por outro, por ter adotado uma posição crítica tanto à social-democracia europeia (representada pela Segunda Internacional Socialista²), quanto ao marxismo mecanicista e economicista (representado pela Terceira Internacional ou Internacional Comunista).

² As Internacionais são organizações internacionais de trabalhadores de diversos países que se uniram num determinado momento histórico para levar adiante os ideais da luta proletária para o mundo todo, seguindo concepções teóricas e métodos distintos. A Primeira Internacional (1864-1876) uniu partidos e organizações de classe em vários países europeus e teve Karl Marx e Frederick Engels como os seus principais expoentes. O grande momento histórico que aconteceu após a criação da Primeira Internacional foi a Comuna de Paris, na França, em 1871, fortemente influenciada pelo anarquismo. A Segunda Internacional (1889-1914) foi fundada pelos marxistas de Paris, durante o Congresso Internacional dos Trabalhadores, e teve como grandes representantes Karl Kautsky e Plekhanov. Esta era mais ampla em número de seguidores que a primeira, e ideologicamente mais diversificada, incluindo socialistas, social-democratas e até setores de centro-direita. A Terceira Internacional (1919-1943) foi fundada pelos Bolcheviques na Rússia, quase dois anos após a Revolução Russa, e teve como principal expoente o líder revolucionário e teórico Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido por Lênin. Esta, porém, após a morte de Lênin, passou a defender o regime autoritário de Josef Stalin. A quarta e última Internacional foi criada por Trotsky e seus seguidores em 1938. Ocorreram muitos rachas nesta internacional, que é representada atualmente por várias organizações, como a Liga Internacional dos Trabalha-

A concepção de hegemonia em Gramsci

Nos *Cadernos*, Gramsci apresenta uma nova teoria do Estado e da revolução, que só se faz compreensível a partir do conceito de hegemonia. Podemos atribuir a este conceito a maior inovação teórica do pensamento gramsciano, um conceito-chave imprescindível para a compreensão da maior parte do arcabouço conceitual de Gramsci. Para Cláudio Nascimento, “o conceito de ‘guerra de posição’ – ‘hegemonia’ está para os *Cadernos*, assim como o de “mais-valia” está para *O capital* de Marx” (Nascimento, 1998, p. 15).

O conceito de hegemonia em Gramsci corresponde à possibilidade de uma classe ou grupo social obter o consenso necessário à legitimação e a execução de seu projeto político, tornando-se dirigente intelectualmente, moralmente, culturalmente e politicamente. Diferentemente da concepção do senso comum ou da concepção mais usual para a qual hegemonia simplesmente é sinônimo de poder, Gramsci faz um estudo amplo e complexo deste conceito, analisando diversos fatores que permeiam a luta de classes e estruturam as relações de poder das classes dominantes sobre as classes subalternas³. Na sociedade

dores – LIT-QI, o Comitê por uma Internacional Operária – CIO, a Liga Estratégica Revolucionária – LER-QI, etc. (Bottomore, 1988, p. 195-199).

³ Tal como Marx na obra “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”, Gramsci também concebia a diversidade de classes que ocupam papel subalterno e a variedade de classes que ocupam papel dominante na sociedade. Porém, Marx aponta duas classes que, segundo ele, possuem papel de destaque pela situação social em que elas ocupam no processo de produção de capital: a burguesia (classe capitalista), caracterizada por extrair a mais-valia a partir das relações sociais de exploração às quais o proletariado é submetido; e o proletariado, cujo sentido do termo remete trabalhador industrial, isto é, ao proletário que produz o capital e gera a mais-valia, que é expropriada pela classe burguesa. Marx identificou em seu tempo uma tendência crescente à proletarização, o que o levou a concluir que o proletariado haveria de liderar o processo revolucionário e, inclusive, outras classes de trabalhadores, como os camponeses e os artesãos. No tempo de Marx, os trabalhadores fabris encontravam-se em processo de expansão – por isso ele identificou no proletariado fabril a classe revolucionária. Atualmente, atribuir ao proletariado fabril um papel de centralidade e protagonismo é muito questionável. Fatores como as inovações tecnológicas nas indústrias, a reestruturação produtiva e o aumento exorbitante da mais-valia relativa no processo de produção, têm reduzido consideravelmente o número de proletários fabris. Portanto, há que considerar o tempo e o contexto geográfico em viveu Marx. Hoje, o proletariado fabril corres-

capitalista, a hegemonia é exercida pelo controle do aparato repressivo do Estado e pelo controle dos espaços da sociedade civil onde ocorrem a disputa de hegemonia, como escolas, universidades, empresas, associações, sindicatos, igrejas, jornais, partidos políticos, etc. A classe hegemônica torna-se, ao mesmo tempo, dirigente e dominante.

De acordo com Nascimento, o conceito de hegemonia abrange diversos fatores, entre os quais: 1) a unificação de classes e grupos sociais em torno de um projeto político, moral, intelectual e cultural; 2) a construção de uma unidade a partir da diversidade, ou seja, reunir uma classe ou grupo social com objetivos difusos e heterogêneos em torno de um projeto político conciso e homogêneo; 3) a difusão de uma ideologia por toda a sociedade e a criação de uma “vontade nacional-popular”; 4) a formação de um “consenso ativo” (Nascimento, 1998, p. 8). Gramsci chama de consenso ativo aquele que resulta da participação direta (debates, discussões, exposição de ideias e argumentos) dos indivíduos e grupos nos espaços de disputa de hegemonia da sociedade civil. Já o consenso passivo resulta da ação coerciva do Estado (compreendido no sentido restrito), que faz com que os indivíduos e grupos obedeçam a ordem imposta.

A tomada do poder não é necessariamente um pressuposto para a conquista da hegemonia. Segundo Gramsci, “pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz” (Gramsci, 2007c, p. 63. Nesse sentido, o conceito de hegemonia em Gramsci corresponde ao domínio do poder político aliado às funções de direção intelectual e moral da classe hegemônica sobre as classes subalternas.

Em sua crítica à visão determinista e economicista do marxismo, Gramsci não rejeita a influência econômica (infraestrutural), mas atribui

ponde a uma pequena parcela das classes subalternas, de modo que já não faz sentido atribuir-lhe o papel de “principal classe revolucionária”. Portanto, há que considerar em cada contexto social as distintas e dinâmicas formações de classes.

importância à construção cultural (superestrutural) da vida social. Sem que ocorram mudanças nas concepções de mundo, costumes, hábitos e valores presentes na vida das pessoas, não se constrói uma nova hegemonia. Para Anita Helena Schlesener (1992, p. 25-26), “é no campo político e cultural da luta hegemônica que a questão econômica precisa ser enfrentada”.

Para Gramsci, toda relação de hegemonia é “pedagógica”, não por estar submetida ao sistema educacional, mas por produzir novos sujeitos a partir da interação e das relações entre pessoas e grupos em todos os espaços da sociedade civil em que haja disputa de poder, isto é, nos aparelhos privados de hegemonia. Gramsci também entende que a disputa pela hegemonia transcende a esfera da nação, assumindo proporções continentais e globais.

Sociedade civil e sociedade política

A teoria marxiana concebe a sociedade a partir da infraestrutura e da superestrutura, sendo que a primeira consiste na base econômica (material) e a segunda corresponde aos sistemas cultural, educacional, filosófico, ideológico, jurídico e político. Gramsci concebe a sociedade a partir de uma relação orgânica entre infraestrutura e superestrutura, ou seja, não são separadas, mas integradas num todo. Uma das muitas contribuições de Gramsci para a inovação do pensamento marxista consiste, precisamente, no conceito de sociedade civil, que para Marx é estrutural (vincula-se à base econômica), enquanto para Gramsci é superestrutural (concebida como espaço de disputa de hegemonia).

Porém, a identificação da sociedade civil à superestrutura é utilizada como distinção metodológica, o que não significa que exista uma barreira que separa a infraestrutura econômica da superestrutura ideológica, filosófica, educacional, jurídica, cultural, política. Portanto, não se pode conceber infraestrutura (espaço de produção material) e superestrutura (espaço de produção de hegemonia) de forma separada, já

que a disputa de hegemonia existe em todos os espaços da vida social, inclusive no “chão de fábrica”.

A superestrutura consiste numa complexa relação envolvendo a sociedade civil (que constitui os aparelhos privados de hegemonia: escolas, associações, sindicatos, empresas, partidos políticos, imprensa, etc.) e a sociedade política (ou simplesmente Estado, no sentido restrito). Gramsci concebe estes dois “planos” superestruturais como uma relação de “identidade-distinção”. A separação entre estes dois “planos” é vista pelo filósofo como um erro teórico, em que a “distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica” (Gramsci 2007a, p. 47). Logo, não pode haver separação entre sociedade civil e sociedade política, tendo em vista que os indivíduos, grupos e classes sociais não estão separados do Estado. Pelo contrário, Gramsci explica que todos os indivíduos são “funcionários do Estado”, não por estarem “submetidos ao controle hierárquico da burocracia estatal, mas na medida em que, ‘agindo espontaneamente’, sua ação se identifica com os fins do Estado (ou seja, do grupo social determinado ou sociedade civil)” (Gramsci 2007a, p. 282).

Para o autor sardo, a sociedade civil e a sociedade política correspondem, respectivamente, às funções de hegemonia e de “domínio direto” de um grupo social sobre outro. A sociedade civil é formada pelas instituições da sociedade que criam e reproduzem as ideologias, sejam elas favoráveis ou contrárias à ideologia dominante. Portanto, é na sociedade civil que se obtém o consenso para que determinada classe possa governar. Já a sociedade política está associada ao aparato coercitivo da sociedade, constituído de instituições jurídicas, políticas e militares. Todavia, apesar desta distinção metodológica, ambos os espaços da vida social são permeados de relações de fluidez. Exemplificando: o militante de movimento social, embora não seja político profissional, exerce influência sobre a sociedade política; do mesmo modo, o parlamentar convive e interage com pessoas em diferentes espaços da sociedade civil. Portanto, sociedade civil e sociedade política são

espaços da vida social interrelacionados e dinâmicos, que se interagem reciprocamente e conjuntamente. Gramsci explica as funções destes dois “planos” ou espaços da vida social:

[...] podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de sociedade civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (Gramsci, 2006b, p. 21).

Os “aparelhos privados de hegemonia” são organismos da sociedade civil que funcionam de forma relativamente autônoma em relação à sociedade política. Estes organismos existem em decorrência das revoluções democrático-burguesas (institucionalização da democracia formal), da correlação de forças sociais que geraram os novos Estados, da ampliação da participação política dos cidadãos (Schlesener, 1992, p. 18). São exemplos de aparelhos privados de hegemonia: sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação de massa (jornais, revistas, rádio, internet), escolas, universidades, igrejas, associações, movimentos sociais e culturais, empresas, etc. Segundo Gramsci, a escola e a Igreja estão entre as principais organizações culturais das sociedades modernas:

A escola – em todos os seus níveis – e a Igreja, são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que utilizam. Os jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares privadas, tanto as que integram as escolas de Estado quanto às instituições de cultura do tipo das universidades populares. Outras profissões incorporam em suas atividades especializadas uma fração cultural não desprezível, como a dos médicos, dos oficiais do exército, da magistratura (Gramsci, 2006a, p. 112).

A condução política e cultural da sociedade parte da sociedade civil. É também a partir dela que se torna possível a existência do consenso, fator que, para Gramsci, permite a manutenção do sistema de

poder. O consenso “nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção” (Gramsci, 2006a, p. 21). Já a sociedade política, através do aparelho de coerção estatal, “assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente [...] para a previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo” (Gramsci, 2006a, p. 21).

Por meio dos órgãos representativos da sociedade civil (partidos, sindicatos, organizações profissionais, movimentos sociais, comitês culturais, etc.) as pessoas se organizam formando os sujeitos políticos coletivos. A ampliação da participação da sociedade civil é fundamental para consolidar uma nova hegemonia, protagonizada pelas classes subalternas. No entanto, esta ampliação não significa necessariamente o triunfo das classes subalternas sobre o Estado capitalista. Isso porque a sociedade civil não é um sujeito coletivo homogêneo, pelo contrário, é um complexo emaranhado de forças políticas de distintas matrizes ideológicas, vinculadas a múltiplos segmentos e classes que compõe a sociedade. Segundo Coutinho, “não se apresenta em Gramsci uma posição dualista, que contraponha de modo maniqueísta a sociedade civil (enquanto algo globalmente positivo) ao Estado (concebido como algo intrinsecamente mau): a sociedade civil [...] se apresenta como uma das principais arenas da luta de classes...” (Coutinho, 2006, p. 41).

Por outro lado, a sociedade política (que também não é homogênea, ou seja, ela também é espaço de conflitos de interesses e lutas políticas) pode utilizar a força (coerção) para “controlar” os grupos que não aderirem aos objetivos da classe hegemônica. A imposição da ideologia dominante pela força acontece principalmente nos momentos de crise. Contudo, para evitar os momentos de crise, a classe hegemônica atribui fundamental importância à preparação da opinião pública (através de veículos de comunicação, do sistema de ensino, de partidos políticos, etc.), visando implementar as políticas do Estado

(no sentido restrito). Quanto mais autônomos forem os “aparelhos privados de hegemonia”, mais importante será para a sociedade política a preparação da opinião pública.

Para Gramsci, uma nova hegemonia surge a partir de uma crise orgânica ou crise de hegemonia, que é uma crise geral no modelo político, econômico, jurídico e cultural da sociedade. A crise de hegemonia instala-se quando as classes dominantes não conseguem mais exercer o consenso, e as classes dominadas, embora insatisfeitas, não estão organizadas suficientemente para assumir a hegemonia. Uma situação em que pode ocorrer a crise de hegemonia é no pós-guerra, quando a classe dominante e dirigente encontra dificuldades para exercer a hegemonia. A crise de hegemonia também pode ocorrer quando intelectuais (individuais e coletivos) afastam-se da classe dominante levando-a a perder o consenso e sua função dirigente, embora permaneça com o poder político-institucional (coercitivo).

Em função da manutenção do aparelho de coerção e da desmobilização das classes dominadas, que não conseguem assumir a hegemonia, “a classe dominante mantém, artificialmente, o seu domínio” (Nascimento, 1998, p. 27). Como explica Gramsci, “a crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer” (Gramsci, 1999). Tal situação de impasse pode levar as classes dominantes a adotarem modelos tirânicos ou totalitários, reprimindo violentamente as classes dominadas. Nos regimes ditatoriais deixa de existir o equilíbrio entre a força (do poder político) e o consenso (da sociedade civil), de modo que a força passa a ser o único meio para impor os objetivos de uma classe sobre as demais (Schlesener, 1992, p. 22-24). Gramsci explica que as ditaduras abolem as novas formas de autonomia (sindicatos, partidos, associações) que caracterizam o Estado moderno:

Enquanto, na Idade Média, era possível uma aliança entre proletários e povo, e mais ainda, o apoio dos proletários à ditadura de um príncipe, nada semelhante no mundo clássico para os escravos. O Estado moderno substituiu o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes

à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante, portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna “totalitária” (Gramsci, 2007c, p. 139).

Por outro lado, a crise de hegemonia poderá resultar em um novo bloco histórico se as classes subalternas e seus intelectuais orgânicos conseguirem apresentar um novo projeto de sociedade, “capaz de se opor ao sistema hegemônico burguês e de abarcar toda a área social, isto é, apoderar-se da sociedade civil, num prelúdio à conquista da sociedade política” (Nascimento, 1998, p. 28).

De acordo com Schlesener (1992, p. 19), as formas como se inter-relacionam as lutas pela hegemonia dos diferentes grupos político-ideológicos da sociedade civil podem levar a três situações distintas: “o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil”. Portanto, dependendo da conformação e das relações entre a sociedade civil e a sociedade política, as forças hegemônicas poderão ser reacionárias, conservadoras, reformistas e/ou revolucionárias⁴.

Gramsci diferencia “guerra de movimento” ou “de manobra” de “guerra de posições”. A primeira remete a ação militar e a luta armada, enquanto a segunda envolve uma complexa disputa de espaços na sociedade civil, a partir da luta hegemônica. A “guerra de posições” se faz no âmbito do saber e da cultura, nos meios de comunicação, nas instituições públicas do Estado, nas escolas, nos movimentos sociais, nas universidades, nas associações culturais, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos, etc. Embora Gramsci reconheça a importância

⁴ Coutinho (1992, p. 17) concebe a revolução como processo, em que as reformas de base e estruturais são fundamentais para que ocorra uma mudança política radical (reformismo revolucionário).

crescente da “guerra de posição”, ele não despreza a “guerra de movimento”: “a verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo” (Gramsci, 2007a, p. 72).

As guerras de movimento e de posição possuem estreita relação com conceitos de Ocidente e Oriente. As sociedades ocidentais são aquelas em que os organismos da sociedade civil são mais desenvolvidos e diversificados, por isso, o Estado é “mais amplo”. Já nas sociedades orientais o Estado é “mais restrito” e coercitivo, e a sociedade civil ainda é pouco desenvolvida. Segundo Gramsci, “no Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (Gramsci, 2007a, p. 262).

Estes conceitos não têm relação com a posição geográfica dos países e territórios, mas com as características da sociedade civil em diferentes sociedades e, conseqüentemente, com as possibilidades de um grupo social se fazer hegemônico por outras vias, sem depender exclusivamente da luta armada. Portanto, nas sociedades “orientais” prevalecem as “guerras de movimento”, pois a sociedade civil ainda é muito incipiente e pouco desenvolvida. Já nas sociedades “ocidentais” prevalecem as “guerras de posições” e a disputa de hegemonia na sociedade civil.

Como a organização do Estado moderno é mais complexa e robusta, a “guerra de movimento” torna-se cada vez mais “guerra de posição”, explica Gramsci. Atualmente, as guerras continuam a ser uma combinação de “movimento” e “posição” e, dependendo do contexto, utiliza-se mais uma estratégia que outra. Porém, nas “democracias modernas” (ocidente), a guerra de posição assume maior importância, admite o filósofo.

No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam... A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil cons-

titui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. [...] O Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz” (Gramsci, 2007a, p. 262).

Outro aspecto central do conceito de hegemonia em Gramsci (2007c, p. 95) consiste na relação entre força e consenso, que se equilibram de formas variadas, “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expressos pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente manipulados”. Gramsci aponta uma “área cinzenta” entre a força e o consentimento, que é a corrupção e a fraude, que ocorre em momentos de crise de hegemonia e consiste no enfraquecimento ou cooptação dos dirigentes das forças antagônicas, visando desarticular e confundir os adversários.

A teoria da hegemonia de Gramsci, especialmente em relação à obtenção do consenso na disputa pelo poder, é seguramente influenciada pela filosofia de Nicolau Maquiavel⁵. Para Gramsci, uma classe governa através do consenso e do aparelho de coerção estatal. Já Maquiavel, dizia que o príncipe, para manter-se no poder, deveria ser amado e temido, embora fosse muito difícil conciliar ambas as condições. Mas se o príncipe pudesse escolher, por questão de segurança, ele deveria ser antes temido que amado, pois “os homens são ingratos, volúveis, simuladores, tementes do perigo, ambiciosos de ganho”. Além destas péssimas qualidades, o filósofo renascentista afirmou que “os homens têm menos escrúpulo em ofender a alguém que se faça amar do que a quem se faça temer, posto que a amizade é mantida por um vínculo de obrigação que, por serem os homens

⁵ Para Giovanni Arrighi (1995, p. 28), a interpretação de Gramsci do conceito de hegemonia consiste numa relação dicotômica inspirada em Maquiavel, em que a noção de poder envolve uma combinação entre consentimento (que implica o uso da liderança moral) e coerção (que implica o uso da força).

maus, é quebrado em cada oportunidade que a eles convenha; mas o temor é mantido pelo receio de castigo que jamais se abandona” (Maquiavel, 2010, p. 98-100).

Enquanto a análise política feita por Maquiavel tem por foco o exercício do poder do príncipe (governante)⁶, Gramsci analisa a obtenção do consenso no processo de disputa de hegemonia na sociedade civil. Todavia, os autores convergem quando relacionamos a concepção de consenso como fruto “do prestígio e da confiança” (Gramsci) à necessidade de o príncipe ser amado (Maquiavel). Do mesmo modo, o consenso obtido por meio do aparelho de coerção estatal (Gramsci) ocorre de forma semelhante em Maquiavel, para o qual o príncipe (governante) deve ser temido. Inspirado no autor florentino, a figura do Centauro (ser mitológico metade humano e metade fera) é utilizada para ilustrar a dualidade (não implicando na separação) entre a ação política e o poder coercitivo do Estado, força e consenso, entre outros aspectos duais presentes na vida social. Vejamos o que diz Gramsci:

Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (Gramsci, 2007a, p. 33).

Atualmente, com a ampliação e o desenvolvimento da sociedade civil e de seus “aparelhos privados de hegemonia”, a função dirigente tem adquirido maior importância para a manutenção do poder da classe governante e, conseqüentemente, a “guerra de posição” passou a ser mais utilizada. No entanto, isso não significa que as “guerras de

⁶ O que não significa que os ensinamentos de Maquiavel não sejam úteis para o povo. Segundo Rousseau (2006), Maquiavel, fingindo dar lições ao príncipe, deu lições ao povo.

movimento” perderam importância na sociedade contemporânea. Elas continuam sendo utilizadas de forma implacável para atender a determinados interesses geopolíticos e econômicos de classes e Estados-nações que atualmente são hegemônicos em âmbito global.

Aspectos subjetivos, culturais e a função dos intelectuais

Diferentemente da tradição mecanicista do pensamento marxista, Gramsci atribui expressiva importância aos aspectos subjetivos e culturais presentes na sociedade civil, que constituem a base para a disputa hegemônica da sociedade. A realidade é vista por Gramsci como um devir histórico, impulsionado pela luta de “hegemonias”, na qual a teoria adquire um papel fundamental. Em sua crítica ao mecanicismo, o filósofo não atribui menos importância à teoria que à prática, pois ambas são igualmente importantes e se complementam. Para Gramsci (2006a, p. 104), “subsistem ainda resíduos do mecanicismo, já que se fala da teoria como complemento e acessório da prática, da teoria como serva da prática”. Ao falar da contraditoriedade da consciência, o autor dará importância à indissociabilidade entre a teoria e a prática, entre a consciência e a ação:

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo a medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica (Gramsci, 2006a, p. 103).

Ao refletir sobre o papel que as classes subalternas desempenham no processo de disputa hegemônica, Gramsci considera que o homem ativo de massa, às vezes, age de maneira que não condiz com seu modo

de pensar. A consciência contraditória (ou duas consciências) expressa pelo homem de massa o leva a aliar-se aos demais enquanto classe ou grupo, por exemplo, ao fazer uma greve ou lutar por questões pontuais, mas, por outro lado, pode reforçar a hegemonia das classes dominantes, ao apoiar projetos políticos antagônicos à sua classe, tendo em vista que não consegue elevar a sua condição de reprodutor acrítico do senso comum para a de um intelectual⁷ de consciência crítica e porta-voz consciente da força hegemônica a que está inserido. Ocorre com certa frequência de os trabalhadores se unirem por questões pontuais, mas se afastarem de lutas mais abrangentes, especialmente quando estas requerem alianças com outras categorias de trabalhadores. Não raramente ocorre de trabalhadores se voltarem contra os próprios trabalhadores, mesmo quando se trata da mesma categoria ou profissão, o que revela ausência de consciência de classe. A primeira “consciência” a qual Gramsci se refere está associada às formas imediatas de luta, quase espontâneas, forçadas pela necessidade, como as crises que afetam diretamente a classe trabalhadora (arrocho salarial, desemprego, perda de direitos). A segunda “consciência”, que se opõe à primeira, provém da consciência acrítica herdada do passado. Esta consciência contraditória pode levar a uma situação de “passividade moral e política”, de aceitação, conformismo e apatia política. A luta de “hegemonias políticas” poderá fazer com que as classes subalternas adquiram uma consciência crítica, ou, nas palavras de Gramsci (2006a, p. 103-104), “a compreensão crítica de si mesmo”, por isso, “o conceito de hegemonia representa, para além do progresso político prático, um grande progresso filosófico”. A seguir, o autor sardo explica a importância da luta de classes, a partir da disputa de hegemonia, para a elevação da consciência crítica dos indivíduos.

Todavia, esta concepção verbal não é inconsequente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou me-

⁷ Nesse caso, o termo intelectual não corresponde à função de intelectual no sentido restrito, como filósofos, pesquisadores, cientistas, mas dos intelectuais orgânicos vinculados à determinada classe.

nos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política), é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam (Gramsci, 2006a, p. 104).

Sendo a sociedade civil o palco da luta de classes para a conquista de poder, os intelectuais são atores fundamentais na disputa de hegemonia. Todavia, Gramsci atribui um sentido próprio a essa expressão: não se trata do intelectual erudito, ou aquele que exerce a função de intelectual no sentido estrito, como filósofos, pesquisadores, cientistas (como popularmente se concebe), mas de todos os que atuam no processo de disputa de hegemonia, influenciando a sociedade com seus valores, visões de mundo e posições ideológicas. Portanto, os intelectuais são todos os que exercem função na disputa hegemônica de classes e grupos sociais.

Em relação à disputa de hegemonia, “grandes intelectuais individuais (ou grupos de intelectuais agrupados em revistas, jornais, etc.) exercem frequentemente a função de partidos políticos”, afirmou Gramsci (2006b, p. 18). Todavia, embora todos os homens sejam intelectuais, nem todos “têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates)”, exemplificou o filósofo.

Para Gramsci, existem dois tipos de intelectuais: os orgânicos e os tradicionais. Os intelectuais orgânicos possuem estreita relação com a classe social a qual pertence ou representa. Sua função é a de proporcionar homogeneidade e consciência a esta classe, considerando os fatores

sociais, econômicos, culturais e políticos. Já os intelectuais tradicionais pertenceram no passado a uma categoria de intelectuais orgânicos (como padres, bispos e outros intelectuais ligados ao clero, durante o regime feudal), mas, atualmente, não representam diretamente nenhuma classe específica, atuando de forma relativamente autônoma e independente.

De acordo com Gramsci, para que aconteça a autoconsciência crítica das classes subalternas é necessário que um grupo de pessoas, teoricamente e filosoficamente especializadas (ou seja, um grupo de intelectuais, que são também dirigentes), promova uma organização que resulte na formação de novos intelectuais. Por isso, Gramsci (2006a, p. 104-399) afirmou que a disputa hegemônica na sociedade, além de ser um processo pedagógico, é também um processo “longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos”. Tal processo envolve a relação dialética entre intelectuais e massa, havendo uma fluidez entre os estratos da massa e o estrato do grupo de intelectuais especializados. Segundo Gramsci (2006b, p. 20), não há uma relação mecânica e imediata entre o mundo da produção (a base material) e os intelectuais. Pelo contrário, esta relação “é “medializada”, em diversos graus, por todo o tecido social”. Deste modo, o autor se contrapõe, por exemplo, a ortodoxia stalinista, que via alguns “intelectuais” como líderes absolutos, enquanto as massas eram conduzidas como “massas de manobra” para atender aos objetivos do regime.

A unidade dialética entre teoria e prática está relacionada ao dinâmico processo de aprendizagem na luta, do conhecimento do mundo sendo produzido numa relação direta e proporcional a sua transformação. Nesse sentido, Gramsci (2006b, p. 210) afasta-se tanto do mecanicismo determinista quanto do idealismo, ao afirmar que “a fase econômico-corporativa, a fase de luta pela hegemonia na sociedade civil, a fase estatal, correspondem atividades intelectuais determinadas que não podem ser arbitrariamente improvisadas ou antecipadas”. Ele, tampouco, ignora o viés econômico associado à hegemonia: “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu

fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (Gramsci, 2007a, p. 48).

No entanto, Gramsci rompe com a visão, muito em voga na época (e ainda presente nos dias de hoje), do determinismo econômico, que, na sua concepção, possui caráter dogmático e “religioso”, como se as leis econômicas existissem e atuassem sobre a sociedade independentemente da ação humana na luta política e na disputa hegemônica, ou, em outras palavras, como se a luta política e a disputa hegemônica fossem meros reflexos das leis econômicas.

Gramsci inova teoricamente o marxismo, não apenas por apresentar uma série de novos conceitos relacionados a diversos temas, mas, também, por construir um novo paradigma teórico que se opõe ao economicismo e ao mecanicismo. Portanto, a partir da abordagem dialética gramsciana, a compreensão da sociedade não requer um modelo teórico pronto, que independa de múltiplas determinações, como as condições históricas, econômicas, geográficas, sociais, culturais, políticas e ideológicas. Pelo contrário, tal modelo teórico é construído ativamente, a partir da luta concreta e da disputa de “hegemonias” que se contrastam, tanto no campo da ética quanto no da política, em cada sociedade. Para Gramsci, a consciência do pertencimento em uma determinada força hegemônica consiste na primeira fase de uma progressiva autoconsciência que desencadeia na unificação entre teoria e prática (práxis revolucionária).

A concepção de partido em Gramsci

Para Gramsci, o partido político exerce importância fundamental na elaboração da vontade coletiva nacional-popular, representando e unindo sob os mesmos interesses o conjunto das classes subalternas, ainda que, por princípio, estas classes apresentem interesses divergentes, como camponeses, proletários, pequenos comerciantes, etc. O partido, por intermédio de seus intelectuais orgânicos, tem a função de organizar a “reforma intelectual e moral”, construindo uma nova cultura

política e unificando as classes subalternas na disputa pela hegemonia. A seguir, Gramsci elenca o papel do partido e a estreita relação entre teoria e prática para a construção de novos projetos políticos:

Deve-se sublinhar a importância e o significado que tem os partidos políticos no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias... (Gramsci, 2007c, p. 105).

A expressão “moderno príncipe” é utilizada por Gramsci para designar, não um príncipe ou governante, como na obra “O Príncipe”, de Maquiavel, mas um organismo social que é o partido político. Para Gramsci, o partido tem a função de representar interesses de classes, seja a partir da manutenção da hegemonia, seja através da destruição da hegemonia anterior e da construção de uma nova. Ao assumir o poder, o partido das classes subalternas teria a função de construir o socialismo e desenvolvê-lo até o comunismo, fazendo extinguir o Estado.

Portanto, Gramsci rejeita a noção de partido puramente sindicalista ou trade-unionista, ou seja, o partido voltado meramente para os interesses corporativos. Para o filósofo, o partido é um instrumento fundamental para que a consciência operária se eleve ao nível da consciência de classe, ao nível da totalidade. O objetivo do partido “consiste em superar inteiramente os resíduos corporativos (os momentos egoístico-passionais) da classe operária e contribuir para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular” (Coutinho, 1981, p. 118). Na concepção gramsciana, o partido não é meramente um instrumento de representação de classe na luta por conquistas imediatas (como

fazem muitos sindicatos, ao lutarem apenas por questões pontuais, como melhores salários ou melhorias nas condições de trabalho para uma categoria específica de trabalhadores), mas, sobretudo, um organismo político universalizante, no qual os elementos de um grupo social e econômico tornam-se agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional.

Gramsci explica a importância do partido em seu artigo intitulado "O Partido Comunista", publicado em 1920. Segundo ele, o operário é submetido mecanicamente no processo de produção, "tem encargos meramente executivos, acomoda-se facilmente [...], é preguiçoso intelectualmente, não sabe e não quer prever para além do imediato, por isso lhe falta qualquer critério de escolha dos seus dirigentes e deixa-lhe iludir facilmente pelas promessas". Diante dessa situação de alienação e embrutecimento, Gramsci (1976, p. 197) destaca a importância do partido no sentido de proporcionar ao operário a passagem de "executor a iniciador", "de massa a dirigente e guia", "de braço a cérebro de vontade". Esta forma de pensar é um prelúdio do que Gramsci chamará, nos *Cadernos*, de "Momento Catártico".

A função do partido em contribuir para elevar a consciência de classe está associada ao conceito gramsciano de catarse. Gramsci denomina "momento catártico" a fase em que as classes se elevam para a condição de universalidade, distinguindo-se da maioria dos sindicatos, associações e movimentos sociais, que defendem lutas pontuais e setorializadas. A catarse corresponde "a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do 'objetivo ao subjetivo' e da 'necessidade à liberdade'" (Gramsci, 2006a, p. 314).

Se a "catarse" consiste na elevação dos aspectos corporativos e particulares ao nível ético-político da consciência universal, consequentemente, os indivíduos também passam pelo "momento catártico". Ao ingressarem no partido, os indivíduos têm sua visão de mundo

ampliada, não se limitando apenas às lutas pontuais e isoladas, mas comprometendo-se em construir uma vontade coletiva nacional-popular, sem a qual não se constrói um novo “bloco histórico”. Devido à importância que exercem os membros do partido, Gramsci os considera também intelectuais.

Conforme a teoria gramsciana, para que uma classe se torne hegemônica é preciso que ela represente uma “vontade coletiva nacional-popular”. No entanto, essa vontade coletiva não é formada de modo “subjetivista, voluntarista, espontaneísta”⁸, mas sim a partir da realidade objetiva concreta, que Gramsci (1977, p. 1228) chamará de “consciência operosa da necessidade histórica”, que é “a necessidade elevada à consciência e convertida em práxis transformadora”. Por outro lado, a vontade coletiva não deve ser determinada apenas pela direção do partido sem levar em conta os anseios e sentimentos “espontâneos” das massas. “Estes sentimentos devem ser educados, purificados, orientados, mas nunca ignorados” (Gramsci, 1977, p. 1824).

Para Gramsci, a estrutura orgânica do partido compreende: “1) estrato de homens “comuns, médios”, caracterizados mais pela “disciplina e fidelidade” do que pelo “espírito criativo”; 2) estrato coesivo principal, que organiza e centraliza, ou seja, que dirige o partido; 3) estrato intermediário que serve de ligação entre os outros dois, apresentando traços de um e de outro” (Coutinho, 1981, p. 125). Embora existam diferentes níveis na estrutura orgânica do partido, Gramsci não estabelece uma hierarquia rígida, eterna, entre os estratos. Ele acredita que, em longo prazo, o partido eliminará a própria diferença entre os estratos da sua estrutura orgânica, da mesma forma que eliminará (ao conquistar a hegemonia e, conseqüentemente, o poder político) as diferenças entre governantes e governados no processo de democratização do Estado e ampliação da participação da sociedade civil.

⁸ Gramsci critica o “fetichismo da espontaneidade”, ou seja, aqueles que recusam ou minimizam a luta persistente e cotidiana para dar aos movimentos espontâneos uma direção consciente. (Coutinho, 1981, p. 120).

Gramsci contrapõe o centralismo democrático ao centralismo burocrático: enquanto o primeiro resultaria de um processo de participação ativa das bases partidárias, o segundo representa uma função somente executiva e não deliberativa, pois as bases deixam de ser ouvidas pela cúpula do partido. Para evitar que o partido adquira a forma de centralismo burocrático, o filósofo italiano propõe: 1) “uma permanente circulação dos três estratos em seu interior”; 2) que “sua função não seja regressiva, conservadora ou repressiva, mas progressista”; 3) “que [o partido] não seja um ‘mero executante’, mas ‘um deliberador’” (Coutinho, 1981, p. 125).

Segundo Maria Antonietta Macciocchi (1977, p. 172), a expressão “centralismo burocrático” é uma crítica à concepção leninista de “centralismo democrático”, na qual o partido é estruturado verticalmente, de cima pra baixo. A autora explica que quando Gramsci se referiu ao centralismo burocrático, ele alertou para a “ameaça permanente à democracia interna” que poderia “chegar a desestruturar o partido, dando ao seu poder um caráter policial”.

Por outro lado, o conceito de centralismo democrático em Gramsci (2007a, p. 92) é caracterizado por “uma unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas intelectuais e massas populares, entre governantes e governados”. Seria, portanto, uma forma de organização partidária flexível, fluida, permitindo múltiplas determinações e diferentes formas de adaptação. O centralismo democrático estaria também relacionado ao que Gramsci chamou de “centralismo orgânico”, que se estabelece a partir de uma relação orgânica e de equilíbrio entre as bases do partido e sua direção, permitindo um movimento dialético e constante. Portanto, o centralismo orgânico provém da realidade histórica e não tem nenhuma relação com o centralismo burocrático (Macciocchi, 1977, p. 172).

A formação da vontade coletiva está associada ao que Gramsci chamou de reforma intelectual e moral, que é condição necessária para o fim da estatolatria e do governo dos funcionários (burocracia). O

partido, portanto, tem a função essencial de unificar as classes subalternas criando uma vontade coletiva nacional-popular a fim de conquistar/exercer a hegemonia. Além de lutar pela renovação política, econômica e social, a luta por uma revolução cultural é condição essencial para o processo de disputa hegemônica. Gramsci fala da construção de uma nova cultura, sem a qual as classes subalternas continuarão sofrendo passivamente a hegemonia das velhas classes dominantes.

A concepção de socialismo em Gramsci

A concepção gramsciana de socialismo possui relação direta com os conceitos de hegemonia e partido. Vimos anteriormente que não há conquista da hegemonia sem grandes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Também vimos que o partido possui a incumbência de representar organicamente as classes subalternas, construindo um projeto político que as unifique para a conquista da hegemonia. Veremos nesta seção alguns aspectos da concepção gramsciana de socialismo presentes nas obras *"Escritos Políticos"* (coletânea de diversos artigos publicados em jornais e revistas antes do período em que Gramsci esteve preso, principalmente entre 1916 e 1926) e *"Cadernos do cárcere"* (escrito entre 1929 e 1937).

O socialismo, a questão nacional e o internacionalismo

O artigo escrito por Gramsci em 1916, denominado *"Socialismo e Cultura"*, enfoca a importância da disputa cultural na sociedade. O autor procura entender a razão para o fato de ter "sempre existido explorados e exploradores, criadores de riqueza e seus consumidores egoístas" e, mesmo assim, a humanidade não ter "realizado o socialismo". Para ele, uma classe não adquire consciência de forma espontânea e "independente da própria vontade", ou seja, a conquista dessa consciência está diretamente ligada à cultura. Portanto, "só grau a grau, estrato a estrato, a humanidade adquiriu consciência do seu próprio valor e

conquistou o direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias afirmadas num tempo precedente” (Gramsci, 1976, p. 83). Essa reflexão prenuncia a teoria gramsciana de hegemonia, bem como a importância da “guerra de posições” e de uma nova cultura que leve a formação de um bloco histórico. Tais concepções só seriam desenvolvidas por Gramsci na elaboração dos *Cadernos* a partir de 1929.

Mais adiante, Gramsci (1976, p. 83) afirmou que a consciência não se forma “sob o ferrão brutal das necessidades fisiológicas, mas pela reflexão inteligente, primeiro por alguns e depois por toda a classe”. Portanto, a consciência de classe “quer dizer cultura e não evolução espontânea e naturalista”. Há aí mais uma crítica ao marxismo mecanicista e dogmático, para o qual o desenvolvimento histórico não ocorre em consequência da ação consciente dos indivíduos, mas da determinação econômica. Ainda hoje diversas correntes do pensamento marxista veem a revolução como um processo mecânico, que só poderá ocorrer em consequência do desenvolvimento das forças produtivas, da intensificação da exploração e da miserabilidade da classe trabalhadora.

Gramsci (1976, p. 83), ao contrário, entende que cada revolução é “precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de ideias através de agregados de homens, primeiro refratários e [...] sem laços de solidariedade com os outros que se encontram nas mesmas condições”. Portanto, há uma longa e tortuosa trajetória entre a formação da consciência de classe e o “momento catártico” (imprescindível para que ocorra a revolução), quando uma classe se eleva da individualidade para a solidariedade, do momento egoístico-passional para o momento ético-político, etc. Como exemplo de “penetração cultural” e “permeabilização de ideias”, Gramsci cita a Revolução Francesa, que não teria acontecido se não fosse por esse longo processo.

Cada nova peça de Voltaire, cada novo panfleto, eram a faísca que passava pelos fios já estendido entre Estado e Estado, entre região e região, e encontrava os mesmos apoios e os

mesmos opositores por toda a parte e contemporaneamente. As baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam a estrada já aplanada por um exército invisível de livros, de opúsculos, enxameados de Paris desde a primeira metade do século XVIII e que tinham preparado homens e instituições para a renovação necessária. [...] Tudo isto parece natural, espontâneo aos precipitados, mas, pelo contrário, seria incompreensível se não se conhecessem os fatores de cultura que contribuíram para criar os estados de ânimo prontos para as explosões por uma causa que se julgava comum (Gramsci, 1976, p. 84).

O artigo “A organização econômica e o socialismo (1918)” critica tanto o “economicismo”, que subvaloriza a política, quanto o “politicismo”, que subvaloriza a economia. Nele, Gramsci (1976, p. 196) apresenta a unidade dialética entre “política e economia, ambiente e organismo social” e critica os “sindicalistas e reformistas”: uns por arrancarem “arbitrariamente da unidade da atividade social o termo economia, outros o termo política”.

Segundo a concepção gramsciana de socialismo, a dimensão internacional está dialeticamente relacionada com a dimensão do Estado nacional, formando uma unicidade (o que ainda é mais evidente no século XXI, com a intensificação da globalização). Para o autor, o ponto de partida do desenvolvimento que conduzirá ao internacionalismo é nacional.

Em seu artigo intitulado “O Estado e o Socialismo (1919)”, Gramsci discute o governo dos trabalhadores no Estado Nacional (“ditadura do proletariado”⁹, socialismo ou, nos *Cadernos*, Estado guarda-noturno),

⁹ Sobre essa polêmica expressão, Coutinho entende que Marx a utilizou num sentido distinto daquele que é concebido atualmente (ditadura como poder concentrado nas mãos de uma pessoa ou grupo, que, de forma tirânica, despótica e autoritária, suprime qualquer forma de democracia por um período indeterminado). “Na época de Marx, ditadura não tinha o sentido de despotismo que passou a ter depois. Ditadura é um instituto do direito romano clássico que estabelecia que, quando havia uma crise social, o Senado nomeava um ditador, que era um sujeito que tinha poderes ilimitados durante um curto período de tempo. Resolvida a crise social, voltava a forma não ditatorial de governo. Então, quando o Marx fala isso, ele insiste muito que é um

entendido como uma etapa transitória que poderá resultar no triunfo definitivo sobre o capitalismo – o que somente será possível no contexto internacional (comunismo, internacional proletária, internacional comunista, ou, nos *Cadernos*, sociedade regulada).

Para Gramsci (1976, p. 345), o comunismo “[...] só existirá quando e enquanto for internacional. Em tal sentido, o movimento socialista e proletário é contra o Estado, porque é contra os Estados nacionais capitalistas, porque é contra as economias nacionais, porque elas têm a sua fonte de vida e tomam forma do Estado nacional”. Por outro lado, o autor explicou que se forem suprimidos os Estados nacionais, permanecerão as sociedades humanas enquanto “forma concreta”, já que a sociedade é “sempre um sistema e um equilíbrio de instituições concretas”. Nesse sentido, alguma forma de organização social continuará existindo, mesmo no comunismo, pois “a ideia socialista permaneceu um mito, uma evanescente quimera, um mero arbítrio da fantasia individual, até que não se incarnou no movimento socialista e proletário, nas instituições de defesa e ataque do proletariado organizado” (Gramsci, 1976, p. 345).

Para garantir o governo dos trabalhadores (fazendo reduzir as diferenças sociais, visando à abolição das classes), os Estados socialistas haverão de exercer a “ditadura do proletariado”, em que serão mantidas as características de “Estado nacional” e de “Estado de classe”, asseguradas a partir do sistema de defesa contra as “agressões externas e rebeliões internas”. Segundo Gramsci (1976, p. 347), o Estado nacional só “desaparecerá quando a concorrência for suprimida e um novo costume econômico se suscitar através das experiências concretas dos Es-

período transitório: a ditadura vai levar ao comunismo, que para ele é uma sociedade sem Estado. Ele se refere a um regime que tem parlamento, que o parlamento é periodicamente reeleito, e que há a revogabilidade de mandato. Então, essa expressão foi muito utilizada impropriamente tanto por marxistas quanto por antimarxistas. Apesar de que em Lênin eu acho que a ditadura do proletariado assume alguns traços meio preocupantes. Em uma polêmica com o Kautsky, ele diz: ditadura é o regime acima de qualquer lei. Lênin não era Stálin, mas uma afirmação desta abriu caminho para que Stálin exercesse o poder autocrático, fora de qualquer regra do jogo, acima da lei. Tinha lei, tinha uma Constituição que era extremamente democrática, só que não valia nada” (Coutinho, 2009).

tados socialistas". Neste artigo, Gramsci criticou de forma contundente os anarquistas, por defenderem o fim imediato do Estado (classificando suas ideias como "perigosas para a revolução proletária") e os liberais, que se opõem ao Estado em nome da concorrência.

A crítica ao stalinismo

Se, por um lado, a censura do regime fascista impedia Gramsci de expor seu pensamento político de forma direta, por outro, as críticas feitas ao dirigente máximo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) também tinham de ser cuidadosas. Ainda assim, Gramsci não poupou críticas ao regime de Stalin e aos rumos da Terceira Internacional (também conhecida por Internacional Comunista ou *Comintern*). O regime stalinista foi definido por Gramsci como uma forma de "centralismo burocrático", em contraposição ao "centralismo democrático". Segundo Aurélio Lepre, esta distinção não se tratava, respectivamente, do fascismo e do comunismo, mas do stalinismo e de como deveria ser o comunismo.

Obviamente, Gramsci não podia dar opiniões explícitas sobre os métodos do governo de Stalin, por temor de um sequestro de suas cartas que, se mostrassem críticas explícitas a algum aspecto da construção do socialismo na União Soviética, poderiam ser usadas em um sentido anticomunista. [...] A distinção estabelecida por Gramsci em suas notas, entre centralismo "burocrático" e "democrático" [...] deve ser considerada, no entanto, intrínseca ao movimento comunista (Lepre, 2001, p.228).

Além da crítica ao regime de Stalin na URSS, o termo "centralismo burocrático" fazia referência a Terceira Internacional, que havia se burocratizado quando o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) passou a exercer controle absoluto sobre a organização. Por outro lado, partidos comunistas mais frágeis, de países periféricos, sucumbiam-se ao PCUS e ao regime stalinista (Lepre, 2001, p.228-229).

Porém, as principais reflexões teóricas críticas ao stalinismo aconteceram durante os anos em que Gramsci esteve preso. Antes disso, Gramsci chegou a se opor à ruptura no PCUS, liderada por Leon Trotsky, contra a maioria do Comitê Central, liderada por Stalin. Em 1926 (ano de sua prisão), Gramsci redigiu uma carta em nome do Partido Comunista Italiano (PCI) ao PCUS, na qual lamentava e manifestava preocupação em relação à “cisão no grupo central leninista, que foi sempre o grupo dirigente do Partido e da Internacional”. A carta considerava que “uma cisão desse tipo” poderia “ter as mais graves repercussões”. Naquelas circunstâncias, Gramsci considerou justo o posicionamento da maior parte do Comitê Central e associou o “bloco das oposições” (Zinoviev, Trotsky, Kamenev) à “tradição da social-democracia e do sindicalismo, que impediu [...] o proletariado ocidental de se organizar em classe dirigente”. Nesta Carta, Gramsci também defendeu a Nova Política Econômica (NEP), plano proposto por Lênin que permitia o comércio privado e a devolução de fábricas para seus antigos proprietários (Netto, 1985, p. 33). Por outro lado, o grupo liderado por Trotsky defendia o fim da NEP e a industrialização acelerada, com expropriação no campo e transferência de renda para as cidades. Curiosamente, após “neutralizar seus concorrentes”, Stalin abandonou a NEP e apresentou um plano de industrialização acelerada, através da coletivização “compulsória na agricultura”, algo muito semelhante ao que era defendido anteriormente por Trotsky e seus aliados (Netto, 1985, p. 39).

No entanto, na mesma carta, Gramsci demonstrou receio de que a “unidade e a disciplina” impostas pelo grupo majoritário do PCUS assumissem características “mecânicas e coercivas”. Elas “devem ser leais e obtidas pela convicção; não devem ser as de um destacamento inimigo aprisionado ou cercado, que pensa sempre em fugir ou em atacar de surpresa”, afirma a carta. Embora tivesse discordado da posição política dos que integravam o “bloco das oposições”, Gramsci os elogiou: “os companheiros Zinoviev, Trotsky e Kamenev contribuíram poderosamente para nos educar para a revolução; algumas vezes nos corrigiram com muita energia e severidade. Foram nossos mestres”. E, no fim da carta,

fez um apelo para que o Comitê Central do PCUS não pretendesse “vencer de modo esmagador” aquela luta e evitasse “utilizar ‘medidas excessivas’” (Macciocchi, 1977, p. 46).

Embora Gramsci tivesse percebido que o regime soviético poderia pender para o totalitarismo e a burocratização, ele considerou que uma ruptura no partido poderia comprometer o movimento comunista internacional. Porém, como explica Macciocchi (1977, p. 46), Gramsci foi gradualmente assumindo uma posição cada vez mais crítica ao regime soviético. Em 1929 ocorreu a “ruptura entre a teoria política gramscista e as experiências político-estatais, que seriam a seguir as do movimento comunista”. Em 1935, Gramsci “recusou qualquer fundamento racional” para justificar os processos stalinistas, o que o deixou “profundamente consternado”. Nesses processos, inúmeras lideranças do PCUS foram condenadas, exiladas e mortas¹⁰. Com o passar dos anos, o marxismo gramsciano foi adquirindo uma conotação cada vez mais anti-stalinista.

Aurélio Lepre apresenta diversas passagens dos *Cadernos* em que Gramsci faz uso de linguagens figuradas para mascarar a censura. Em nota crítica ao “centralismo burocrático”, Gramsci refere-se ao Piemonte como exemplo de Estado hegemônico e a “Sociedade das Nações” como exemplo de organização “danosa e perigosa”. Segundo Lepre (2001, p.229-230), a referência à Piemonte não significaria uma região no Norte da Itália, mas a União Soviética, e a referência à “Sociedade das Nações” seria a Internacional Comunista. Vejamos mais algumas de suas explicações sobre as “camuflagens” de Gramsci:

¹⁰ “E, através dos métodos mais brutais e criminosos – como a tortura, autorizada pessoalmente por Stalin – conseguiu-o: entre 1936 e 1939 foi destruída toda a velha guarda bolchevique. Nas farsas judiciais então montadas, os “processos de Moscou”, foram condenados como “traidores” comunistas sinceros e abnegados, como Zinoviev, Kamenev, Piatakov, Radek, Racovski, Bukharin e Ritov. Maciços expurgos ocorreram nas forças armadas. Na verdade [...] o terror implantou-se na União Soviética e a grande vítima foi o próprio Partido Bolchevique. (uma ilustração: 70% dos membros do Comitê Central eleito no XVII Congresso, de janeiro-fevereiro de 1934, foram presos). [...] Outros estudiosos mencionam, no período, 5 milhões de presos e 500 mil fuzilados”. Netto, 1985, p. 41-42.

O exemplo do Piemonte até poderia ser considerado pertinente, mas a menção à Sociedade das Nações era completamente desprovida de sentido. Se, no entanto, ela for substituída pela Internacional Comunista (leia-se União Soviética no lugar de Piemonte), o trecho volta a adquirir a clareza que tinha em sua primeira versão. Na realidade, os exemplos só serviam para enganar a censura carcerária... [...] A introdução de uma série de pistas falsas, o Piemonte, a Sociedade das Nações, o papa, mostra como é perigoso, na leitura dos Quaderni del Cárcere, esquecer que, justamente porque eles poderiam ser apreendidos a qualquer momento, todas as referências à atualidade tinham que ser cifradas, sobretudo quando continham críticas à URSS, à Internacional ou ao Partido (Lepre, 2001, p.229-230).

Outra passagem (também dos *Cadernos*) em que Gramsci utiliza uma forma figurada de linguagem para despistar a censura é a que menciona o “papa infalível” e o “catolicismo [...], que tinha se transformado numa espécie de culto ao pontífice”. Lepre (2001, p. 230) interpreta que “papa infalível” é uma referência a Stalin e catolicismo só poderia significar comunismo. Percebe-se que, no cárcere, Gramsci passa a ter uma concepção muito mais crítica do regime stalinista do que em 1926, quando escreveu a carta ao PCUS, quatro anos após Stalin assumir o governo na URSS.

Estado guarda-noturno e sociedade regulada

Os conceitos de “Estado guarda-noturno” e “sociedade regulada” correspondem, respectivamente, aos conceitos marxistas de socialismo e comunismo. O “Estado guarda-noturno” é compreendido por Gramsci como uma “etapa de transição” para a “sociedade regulada”. Nessa etapa, a sociedade governada pelas classes subalternas promoveria as reformas que levariam ao fim das classes e do próprio Estado. Portanto, a sociedade regulada significaria o fim da sociedade política, ou seja, a absorção da sociedade política pela sociedade civil, quando esta estivesse suficientemente desenvolvida.

Ao comentar as “novas tendências ‘jurídicas’, representadas especialmente por *Nuovi Studi*, de Volpicelli e Spirito”, Gramsci (2007a, p. 223-224) fala da confusão em relação aos conceitos de Estado-classe e sociedade regulada: “enquanto existir o Estado-classe, não pode existir a sociedade regulada, a não ser por metáfora, isto é, a não ser no sentido de que também o Estado classe é uma sociedade regulada”. Para ele, esta confusão entre Estado-classe e sociedade regulada seria típica das classes médias e pequenos intelectuais, cujo entendimento de sociedade regulada não tinha por fundamento a igualdade econômica ou a ausência das classes, mas “uma regulação qualquer que impedisse as lutas agudas e as catástrofes: é concepção tipicamente reacionária e retrógrada”.

Segundo Gramsci (2007a, p. 238), Volpicelli e Spirito confundem Estado com sociedade regulada, mediante uma concatenação puramente racionalista dos conceitos: “indivíduo = sociedade; sociedade = Estado; logo, indivíduo = Estado”. Ao discordar desse raciocínio, o filósofo sardo afirma que o indivíduo não é um “átomo”, mas a individualização histórica de toda a sociedade. Nota-se que esta crítica também caberia às correntes deterministas e economicistas, para as quais os indivíduos estão meramente subordinados ao desenvolvimento econômico da sociedade.

A sociedade regulada pressupõe a igualdade econômica e, portanto, a inexistência das classes. Nesse sentido, Gramsci (2007a, p. 136) concordava com os chamados “utopistas”, ou melhor, os socialistas pré-marxistas, que propunham novos modelos societários em cuja base estava a igualdade econômica: “nisto os utopistas não eram utopistas, mas cientistas concretos da política e críticos coerentes”, afirmou o filósofo. Por outro lado, ele discordava do fato de alguns dos “utopistas” “considerarem possível introduzir a igualdade econômica com leis arbitrárias, como um ato de vontade, etc.”.

Segundo Gramsci, a noção de sociedade regulada tem por base a superação das fases “econômico-corporativas” do Estado. Uma re-

apresentação desta fase é a identificação entre Estado e governo. Tal identificação permite que haja uma confusão entre a sociedade civil e a sociedade política, já que para a compreensão de Estado (Estado ampliado), faz-se necessário compreender o conceito de sociedade civil, de modo que Estado seria “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (Gramsci, 2007a, p. 244). O Estado, portanto, teria uma tendência ao esgotamento, na medida em que se afirmariam os elementos da sociedade regulada. Esta, por sua vez, é também chamada por Gramsci de Estado ético, ou, simplesmente, sociedade civil (considerando que na sociedade regulada a sociedade política é absorvida pela sociedade civil).

A expressão “Estado guarda-noturno”¹¹ é utilizada para definir a transição do Estado para a sociedade regulada: “de uma fase em que Estado será igual a governo e Estado se identificará com sociedade civil [sociedade regulada], dever-se-á passar a uma fase de Estado guarda-noturno” (Gramsci, 2007a, p. 244). Embora a coerção do Estado fosse um aspecto constitutivo dessa fase, Lepre (2001, p. 236) explica que na transição para a sociedade regulada (socialismo), o partido não poderia se confundir com o governo e o Estado – eis mais uma diferença com o stalinismo: “[...] na realidade, não existia na União Soviética nenhuma separação, no plano prático, entre partido, governo e Estado, como o próprio Gramsci reconhecia...”.

Portanto, conforme o pensamento gramsciano, esta fase de “transição” (socialismo) para a sociedade regulada (comunismo) exigirá uma forma de organização que seja capaz de impedir as guerras externas e rebeliões internas, criando condições para que os elementos da sociedade civil se desenvolvam, de modo a reduzir gradualmente as intervenções coativas do Estado, até que a sociedade política seja, finalmente, incorporada à sociedade civil, isto é, até que o socialismo seja plenamente convertido em comunismo e os Estados nacionais desapareçam para dar lugar a um internacionalismo sem classes e sem Estado.

¹¹ Expressão cunhada por Ferdinand Lassalle para referir-se ao Estado liberal.

2

DAS NEBULOSAS À FORMAÇÃO DAS ESTRELAS

Neste capítulo elaboramos uma breve apresentação e contextualização do PT e do BE, abordando os aspectos históricos, ideológicos, a militância, a formação política e a forma de organização dos partidos.

Breve história e apresentação do PT

O contexto em que nasceu o PT

O PT nasceu no contexto de ascensão do movimento sindical e popular, especialmente na grande São Paulo, quando vivíamos o período da chamada “abertura lenta, gradual e segura” do regime militar. As mais sólidas e numerosas bases sociais que construíram o PT foram a sindical e a pastoral. A sindical foi constituída principalmente por trabalhadores das multinacionais da região do ABC¹ e funcionários públicos. Já a base pastoral vinculava-se à Igreja Católica, através da Teologia da Libertação² e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

¹ O ABC ou ABCDMRR é o nome atribuído a uma parte da região metropolitana de São Paulo, que possui um importante parque industrial, constituído principalmente por indústrias automobilísticas montadoras, como Mercedes-Benz, Ford, Volkswagen e General Motors. Os municípios que integram a região são: Santo André da Borda do Campo, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

² A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs. Influenciada por ideais marxistas, a organização tem por princípio combater a pobreza.

No final dos anos 1970, o Brasil atravessava uma fase de intensa industrialização e crescente aumento da população urbana, proporcionada pelos fluxos de trabalhadores migrantes vindos de diversas regiões do país, especialmente do Nordeste brasileiro para a região da Grande São Paulo.

Como demonstra Lincoln Secco, os primeiros protestos de trabalhadores da região do ABC foram desencadeados em reação às manipulações dos índices de inflação, durante a ditadura militar, quando Delfim Netto³ ocupava o cargo de Ministro da Fazenda. Em 1973, enquanto o governo Médici⁴ divulgava que os índices de variação dos preços eram de 12,6%, o jornal *Folha de S. Paulo* revelou que os índices reais eram de 22,6%. A desvalorização dos salários provocou uma grande onda de protestos, impulsionados majoritariamente por trabalhadores das indústrias. Um dos principais líderes das greves do ABC foi o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁵.

Os católicos viviam um momento de aproximação com os ideais marxistas, iniciado com o pontificado de João XXIII e com a Teologia da Libertação. Devido à luta contra a ditadura e a defesa de ideais socialistas, vários padres e freis foram condenados, torturados e mortos pelo regime militar, sendo o caso de Frei Tito⁶ um dos mais conhecidos.

za e as injustiças sociais. Disponível em: liberationtheology.org/. Acesso em: 15 jan. 2016.

³ Delfim Netto foi ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, Ministro da Agricultura em 1979 e Ministro do Planejamento entre 1979 e 1985. Também foi consultor informal dos governos Lula e Dilma. Em entrevista ao jornal O Globo, Delfim Netto afirmou não ter nada a se arrepender, sobre a sua atuação nos governos da ditadura militar. Disponível em: oglobo.globo.com/economia/delfim-netto-sobre-atuacao-no-regime-militar-nao-tenho-nada-do-que-me-arrepender-11959575. Acesso em: 22 jan. 2016.

⁴ Mais da metade dos crimes de assassinato por razões políticas, promovidos pela ditadura militar brasileira (1964-1985), aconteceram durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, entre 1969 e 1974. Disponível em: noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/12/10/vitimas-da-ditadura-mais-da-metade-morreu-durante-governo-medici-diz-cnv.htm. Acesso em: 10 dez. 2016.

⁵ Lula é presidente de honra do PT desde 2011, quando deixou a Presidência da República.

⁶ Tito de Alencar Lima foi um frade dominicano que lutou contra a ditadura militar brasileira entre os anos 1960 e 1970. Foi preso político e torturado em novembro de 1969 pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do Departamento de Ordem Política e

Segundo Frei Betto (2006, p. 54), havia quase cem mil núcleos das CEBs no final da década de 1970.

As reuniões e assembleias dos trabalhadores eram frequentemente reprimidas, de modo que por diversas ocasiões a Igreja era quem cedia espaço para que os trabalhadores se reunissem. As lutas dos operários da região do ABC não se restringiram ao aspecto corporativo: os trabalhadores lançaram as bases para a formação de um partido de massas, que fizesse frente ao modelo ditatorial e lutasse pela redemocratização do país. Segundo entrevista com Lula, mais de 300 greves foram realizadas entre maio e dezembro de 1978 (Secco, 2015, p. 35-43).

Durante o Congresso dos Petroleiros, realizado em Salvador, em 1978, falou-se pela primeira vez na criação de um partido dos trabalhadores. No mesmo ano, 200 mil metalúrgicos realizaram uma greve geral em São Paulo. Uma enorme assembleia realizada no estádio de futebol de Vila Euclides marcou este período, quando milhares de operários repetiam as palavras que Lula discursava, sem microfones nem aparelhos de som (Secco, 2015).

Em janeiro de 1979, durante o XI Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânico e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado no município de Lins, foi aprovada a tese que conclamava todos os trabalhadores a construir o Partido dos Trabalhadores. Este foi o primeiro documento que falava abertamente na necessidade de construir o PT. Ainda que não fizesse referência direta ao socialismo, a tese possuía redação evidentemente anticapitalista:

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de

Social (DOPS). Frei Tito – Memorial on-line. Disponível em: www.adital.com.br/freitito/por/apresentacao.html. Acesso em: 23 jan. 2016.

vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste país, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político (Tese do XI Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânico e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, 1998, p. 40).

O mesmo documento reconhecia que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era o único partido de oposição legalizado naqueles anos finais da ditadura militar. No entanto, devido a sua composição ser muito heterogênea, tanto do ponto de vista da representação quanto do ponto de vista ideológico, o MDB não tinha condições de cumprir o papel de representar a unidade e os anseios da classe trabalhadora. Era preciso criar um novo partido. O documento elucidava que o novo partido deveria ser dos trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, e que respeitasse a democracia operária. Também não poderia ser um partido eleitoreiro, mas que funcionasse “do primeiro ao último dia do ano, todos os anos” (Tese do XI Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânico e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, 1998, p. 40).

A *Carta de Princípios do PT* foi lançada em primeiro de maio de 1979 e assinada por Paulo Skororov, Jacó Bittar, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo. Houve discussões em torno da criação ou não do PT. Alguns sindicalistas acreditavam que o envolvimento dos trabalhadores na criação de um novo partido poderia enfraquecer o movimento grevista, desviando o foco das lutas sindicais para a construção partidária.

No entanto, em 13 de outubro de 1979, numa reunião que contou com a presença de 130 participantes de seis Estados brasileiros, foi constituída uma comissão provisória nacional para a criação do PT. Nesta reunião foram aprovados os seguintes documentos: *Declaração Política*, com as resoluções da reunião; *Plataforma Política*, com as reivindicações imediatas do movimento pela construção do PT; *Normas Transitórias de Funcionamento*, com sugestões gerais de funcionamento do novo partido; e uma *Nota Contra a Reforma Partidária* do regime militar.

A *Carta de Princípios* avaliou que a chamada “abertura política” estava sendo promovida pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime militar. O documento criticou o MDB por conciliar com os “de cima” e impedir “a expressão política dos “de baixo”, as massas trabalhadoras do campo e da cidade”. Além disso, o MDB foi citado como sendo um “partido de exclusiva atuação parlamentar” e que “pela sua origem, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas, sobretudo, pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, [...] jamais poderia ser reformado”. A avaliação da *Carta de Princípios* era a de que um partido que representasse classes sociais de interesses incompatíveis, prevaleceriam os interesses dos patrões (*Carta de Princípios do PT, 1998, p. 52*).

Sobre esta questão cabe um questionamento: se o MDB era ir-reformável por ser um partido muito heterogêneo do ponto de vista da representação de classes, muito “eleitoreiro” e antidemocrático, que congregava classes sociais de interesses incompatíveis, como seria o PT de hoje? Seria um partido reformável? O PT de hoje teria incorporado as mesmas críticas que ele havia feito ao MDB em 1980? Veremos no decorrer desta pesquisa se estas mesmas críticas caberiam ao PT de hoje.

A *Carta* também definiu que a atuação eleitoral e parlamentar do PT deveria estar subordinada ao “objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas”. O documento enfatizou a democracia interna partidária, o direito de tendências e a democracia plena (*Carta de Princípios do PT, 1998, p. 53-54*).

Já a *Declaração Política* destacava que o PT tinha nascido no contexto de luta por melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo e das cidades, contra a ditadura, o “arrocho salarial e a proibição do direito à greve”. O documento considerava que todo o poder econômico e político deveria ser exercido diretamente pelos trabalhadores, “única maneira de por fim à exploração e à opressão”. Foi mencionada

primeira vez a necessidade de criar uma Central Única dos Trabalhadores, o que seria concretizado quatro anos mais tarde. Por fim, a *Declaração* convocava todas as “forças democráticas” para a construção de uma “ampla frente de massa contra o regime ditatorial” (Declaração Política do PT, 1998, p. 55-57).

Ao contrário do BE, que resultou da junção de três partidos pequenos já consolidados, o PT foi construído em decorrência do fortalecimento e da ampliação dos movimentos sociais. Nos anos 1980, diversos movimentos sindicais e estudantis, pastorais de igrejas, trabalhadores do campo, funcionários públicos, sindicalistas, intelectuais e artistas, se uniram na luta pela redemocratização e pela defesa das eleições diretas. O contexto social de efervescência política, marcado por conflitos entre manifestantes e agentes da repressão, serviu para unir a classe trabalhadora, não somente na luta contra a ditadura militar, mas também para construir um partido político que atendesse aos interesses dos trabalhadores.

Fundação e aspectos ideológicos do partido

O PT nasceu no Colégio Sion, na cidade de São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980. Participaram da fundação cerca de 1.200 pessoas, dentre as quais, 400 delegados (as) representando dezessete Estados brasileiros. Neste encontro, foi aprovado por aclamação o *Manifesto de Lançamento do PT*. Em 1º de junho de 1980 ocorreu a reunião nacional de fundação do partido, no Instituto Sedes Sapientiae, na cidade de São Paulo. Nesta reunião foi aprovado o *Estatuto, o Programa e o Plano de Ação*, foi referendado o *Manifesto* e eleita a Comissão Diretora Nacional Provisória do PT (Secco, 2015, p. 41).

Em sua fundação, o PT elaborou uma concepção própria e muito genérica de socialismo, rejeitando tanto o modelo stalinista, que exercia forte influência sobre os partidos comunistas do início da década de 1980, quanto o modelo da social-democracia, cujos partidos (social-democratas, trabalhistas e socialistas) passavam por um processo de crise

e descaracterização na Europa, ao substituir políticas de “bem-estar social” por políticas de “Estado mínimo” (processo que não se reverteu).

Tanto o *Manifesto* quanto o *Programa* enfatizaram a importância de a classe trabalhadora exercer controle sobre a economia nacional. O *Manifesto* enfatizou que as riquezas e recursos naturais, que só têm servido aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro, devem servir ao “bem-estar da coletividade”, mas, para isso, a economia terá de se submeter aos “interesses populares” (*Manifesto de Fundação do PT*, 1998, p. 66-67).

Conforme o *Programa*, a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados só será possível mediante a luta “contra os interesses do grande capital nacional e internacional”. Porém, essa luta deve estar ancorada de modo permanente aos movimentos sindicais e populares que deram origem ao PT, e o desenvolvimento nacional deve refletir os interesses da classe trabalhadora (*Programa do Partido dos Trabalhadores*. 1998, p. 70-71). O *Programa* também destacou a democracia como um elemento central e de diferenciação na forma de organização do partido:

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele, quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas nas épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo [...] lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país (*Programa do Partido dos Trabalhadores*. 1998, p. 70-71).

O PT foi influenciado por uma diversa gama de movimentos sociais, sindicatos, associações, trabalhadores rurais, movimentos da esquerda cristã e vários grupos remanescentes da luta armada contra a ditadura militar. Todavia, o partido foi construído de modo bastante

heterogêneo: em algumas localidades por iniciativa da esquerda católica, em outras por iniciativa do movimento sindical. Trabalhadores rurais (principalmente em regiões marcadas por conflitos de terras) e lideranças políticas já consolidadas também tiveram importância na construção do PT (Secco, 2015, p. 43-60).

As organizações que atuavam na clandestinidade durante o período militar contribuíram mais intensamente no âmbito da teoria, na elaboração de textos e programas partidários do que, propriamente, no âmbito da influência de massas. “Havia uma relação inversamente proporcional entre a importância interna da linguagem radical e a influência na sociedade”, explica Secco. Entre as organizações remanescentes da luta armada que ingressaram no PT, constam: Organização Socialista Internacionalista (OSI), Convergência Socialista (CS), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Aliança Libertadora Nacional (ALN), Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), Ação Popular (AP), além de dissidentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) (Secco, 2015, p. 47).

O PT foi construído para ser um partido que representasse os interesses da classe trabalhadora contra os interesses da classe burguesa. Na campanha de 1982, o *slogan* do partido era “vote 3 que o resto é burguês”⁷. Porém, a designação “classe trabalhadora” sempre foi muito abrangente por representar uma grande variedade de estratos ou grupos sociais com interesses distintos, ainda que não fossem antagônicos. Por isso, o PT se definiu como um partido multiclassista ou pluriclassista. A classe trabalhadora, para além do operário industrial assalariado, abrange desde os sem-terra e sem-teto até os pequenos proprietários urbanos e rurais. Além dos trabalhadores das indústrias montadoras do ABC, que se destacaram no processo de formação do PT, trabalhadores rurais e trabalhadores do setor de prestação de serviços também tiveram papel de destaque na construção do partido, principalmente em

⁷ Na época, o número de legenda do PT era 3 e não 13.

localidades em que não havia sindicalismo industrial ou onde o mesmo era fragilizado. Visando representar os anseios desta grande diversidade de trabalhadores foi escolhido o nome Partido dos Trabalhadores.

O símbolo do PT foi idealizado pelo jornalista Demerval Júlio de Grammont e desenhado pelo ilustrador do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Hélio Vargas. A estrela vermelha com a sigla PT em branco é a principal marca do partido. A cor vermelha representa a luta da classe trabalhadora e a cor branca a paz. Todavia, durante a década de 1980, o símbolo do PT⁸ tinha a cor preta junto à cor branca e, também, em diversas ocasiões, embora de modo não oficial, a cor amarela. De acordo com o Estatuto do PT, modificado em 2007, além da bandeira, os *slogans* "OPTEI" e "LULA LÁ" também são considerados marcas oficiais do partido (Secco, 2015, p. 307).

Figura 1 – Antigas logomarcas do PT



Fonte: www.pt.org.br. Acesso em: 10 fev. 2016.

⁸ "O desenho da estrela, originalmente de contornos retos, coube a Hélio Vargas (já falecido), ilustrador do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Júlio de Grammont conta que, ao ser perguntado pelo ilustrador do porquê das cinco pontas da estrela e não quatro, respondeu: "Se tivesse três pontas, lembraria a Mercedes Benz. Se tivesse quatro, lembraria os brinquedos Estrela. Se tivesse seis, lembraria os judeus. Mas com cinco lembra Lampião, Che Guevara, Juventude". Posteriormente, a cor preta foi retirada da bandeira por sugestão de Frei Betto, pois "lembrava a bandeira sandinista". Restaram as cores vermelha e branca como referências à luta e à paz, na acepção do frei" (Almeida, 2016).

Figura 2 – Logomarca atual do PT



Fonte: www.pt.org.br. Acesso em: 10 fev. 2016.

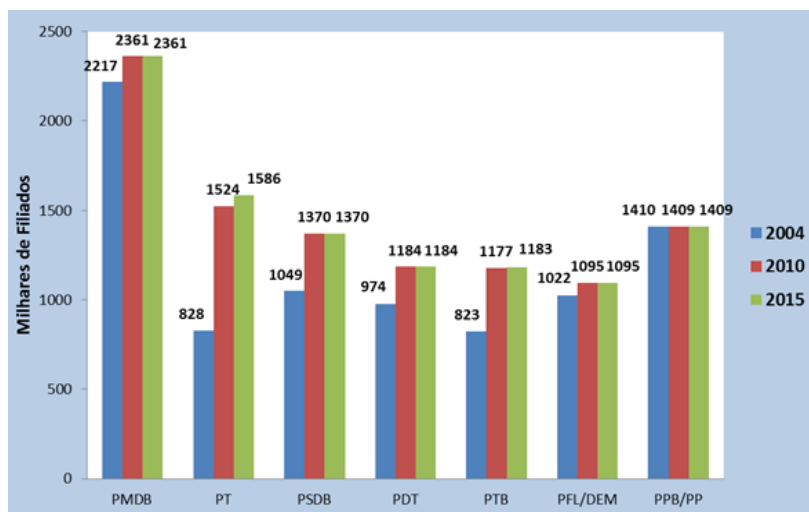
A construção do PT teve o propósito de unificar a classe trabalhadora na luta por melhorias nas condições de trabalho na sua mais abrangente dimensão. Para além das questões corporativas, a construção do PT também representou a necessidade de construir uma sociedade sem explorados e sem exploradores, democrática e soberana, contra o imperialismo e a dominação estrangeira.

O perfil da militância do PT

Com base nos relatos das lideranças petistas, procuramos identificar a compreensão teórica e participação política nas diferentes gerações de militantes. Diversas lideranças disseram que as diferenças de compreensão e participação estão relacionadas ao contexto vivenciado pelos militantes. Para Valter Pomar (2015), “a maior parte da atual militância petista só conhece o ‘PT no governo federal’, não viveu a fase de oposição ao neoliberalismo, a luta contra a transição conservadora e contra a ditadura”.

Na medida em que o PT foi crescendo e adquirindo cargos de grande importância – especialmente após 2002, quando Lula foi eleito Presidente da República – houve um aumento considerável do número de filiados: “77,3% dos filiados do PT ingressaram depois de 2001”, afirmou Secco (2015, p. 250). Observa-se no gráfico 1 que o PT é o segundo partido com maior número de filiados, atrás do PMDB. Entre 2004 e 2010, o número de filiados do PT praticamente dobrou. Ainda que o PT tenha crescido bem menos no período seguinte (2010 a 2015), o crescimento registrado pelos outros grandes partidos no mesmo período foi ainda menor.

Figura 3 – Partidos brasileiros com o maior número de filiados



Fonte: www.tse.jus.br. Acesso em: 29 nov. 2016. Elaboração própria.

Segundo os relatos de Carlos Henrique Áraabe (2015), os diferentes níveis de consciência política da militância devem ser analisados de acordo com o contexto histórico e não apenas com os fatores internos do partido. Os grandes acontecimentos que marcaram as lutas políticas

e sociais, como a “radicalização de 68” e a “grande significação de Che Guevara”, nas décadas de 1960 e 1970, bem como “a onda latino-americana antineoliberal, surgida com Chávez” na virada do milênio, “interferem profundamente na cultura e na consciência política”, explicou o dirigente petista. O entrevistado também destacou que os programas de mudanças sociais, adotados pelos governos petistas, contribuíram para a filiação de setores populares, que antes votavam mais expressivamente em partidos da direita. Portanto, ampliaram-se as filiações de setores que representam as classes de renda mais baixa, que também são os setores de menor grau de instrução.

Cabe mencionar que a militância de baixo nível de instrução (escolarização) não possui necessariamente nível ruim de compreensão e participação política. Militantes de determinados movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, embora possuam, em média, baixa escolaridade, tendem a ter uma boa formação política que os auxiliam nas lutas por mudanças políticas e sociais.

O dirigente nacional da CUT, Jacy Afonso Melo (2014), relatou que as mudanças nas pessoas ocorrem em função da realidade. Para ele, existe maior despolitização dos novos filiados em razão dos diferentes momentos vivenciados. A luta contra a ditadura construiu na militância mais antiga uma capacidade maior de compreensão e de luta. Atualmente, porém, “há certa acomodação das pessoas em razão da realidade conjuntural que nós temos no país”. Além deste fator mencionado por Melo, vale acrescentar que o contexto da ditadura no Brasil, no final dos anos 1970, correspondia ao período da guerra fria e do mundo bipolar. Com o fim do socialismo no Leste Europeu, uma década mais tarde, houve a desesperança de muitos que se espelhavam no bloco soviético e viam nele uma alternativa real ao capitalismo.

Janeth Almeida (2016) identificou as mudanças no perfil da militância com as mudanças ocorridas no PT. Para ela, a militância “mais antiga” vivenciou uma fase de maior democracia interna no partido,

“participando ativamente da organização partidária com condições de multiplicar informações e contribuir nos processos de formação política”. Mas “isso foi abandonado pelo PT”, lamentou. A burocratização, associada a uma maior participação do PT na institucionalidade, teria contribuído para estas mudanças: “a militância atual, em sua maioria, exerce cargos de confiança junto aos poderes Executivo e Legislativo e, com isso, assume trabalho burocrático e, paulatinamente, afasta-se das bases”. Outro fator questionado pela entrevistada é fragilidade da democracia no PT: “os mandatos passaram a exercer papel importante nas negociações políticas, agindo de forma individualizada, sem haver reuniões entre a Comissão Executiva Nacional e a bancada do partido nem, tampouco, com as Executivas e bancadas estaduais...”.

José Roberto Paludo (2015) considerou que os níveis de compreensão e participação política estão relacionados com o tempo de filiação, ou seja, quanto maior for o tempo de filiação, maior será a participação em atividades que exigem maior conhecimento teórico e nas demais atividades do partido. Para ele, a socialização é o fator que define a intensidade de participação do militante. Nesse sentido, os recém-filiados que não passaram por experiências de socialização no partido “têm baixa intensidade de participação”.

Com base na experiência dos anos de juventude, particularmente a juventude rural, o ex-ministro José Fritsch (2015) relatou que, na época, escrevia-se pouco e lutava-se muito; “hoje, a nossa juventude faz muitos congressos, discute, escreve grandes textos, mas realiza poucas lutas”. Para ele, é “preciso ‘contaminar’ essa juventude para que ela também consiga entender qual é a disputa de classe que existe”. Fritsch considerou que as redes sociais são insuficientes para disputar a sociedade, pois é preciso contato direto com as pessoas. Eis um aspecto que diferencia as formas de fazer política entre as diferentes gerações de militantes. Somente há alguns anos é que as redes sociais passaram a representar um espaço de disputa de hegemonia. Vejamos o que ele disse sobre a utilização dessas novas tecnologias:

Como fazer a disputa na sociedade usando as redes sociais? Antigamente não era assim. Antigamente se fazia as reuniões e se passava de casa em casa conversando com as pessoas. Só a rede social não resolve, tem que ter o contato, tem que ter a conversa, o afeto, o olho-no-olho, a pessoa tem que conhecer, não só a fotografia do *WhatsApp*. Esse é o gargalo que hoje, as gerações mais jovens da política não conseguiram perceber, que tem que fazer o processo de relação comunitária, pessoal. [...] É um grande desafio conseguir construir esse processo de mobilização (Fritsch, 2015).

Para o dirigente nacional da CUT, Júlio Turra (2015), o perfil da militância mudou radicalmente, pois os militantes que construíram o PT eram “da luta de classes, do novo sindicalismo, da luta contra a ditadura, era um partido militante com vocação para um partido de massas”. O partido foi perdendo estas características e, atualmente, poucos dirigentes do PT têm relação direta com os movimentos sociais. “Hoje em dia é um partido de burocratas, de carreiristas, de chefes de gabinetes, de assessores parlamentares [...]. São homens do mundo político oficial”, criticou.

Verificamos, com base nos relatos, que os “novos militantes” que ingressaram no PT a partir da década de 2000 são mais heterogêneos em termos de composição social. Portanto, muitos dos que se filiaram aderiram à “onda de crescimento” do partido, quando o governo Lula atingiu elevados índices de popularidade. No entanto, a partir do final de década de 2000, reduziu-se progressivamente o ritmo de filiações ao PT, em consequência do envolvimento de lideranças do partido em corrupção e, sobretudo, da ostensiva campanha difamatória feita pela grande mídia, visando construir na opinião pública a falsa ideia de que o PT é o partido mais corrupto do Brasil.

Por outro lado, o crescimento da burocratização e da profissionalização da militância petista fatalmente prejudicou a democracia interna e o protagonismo das bases partidárias. Sem terem vivenciado as experiências de luta mais intensas e sem adquirirem uma boa formação política, dificilmente os novos filiados poderão compreender as grandes transformações ocorridas no partido.

A formação política e os meios de comunicação

Vários comentários de lideranças apontaram que a formação política no PT é bastante precária e fragilizada. Segundo Paludo (2015), “o partido oferece ‘discursinhos’ para novos filiados, mas a formação ideológica tem cada vez menos espaço dentro do PT”. Para ele, a militância petista tende a adquirir formação em outras atividades do partido, cujos objetivos não são especificamente a formação teórica, como seminários, encontros locais, estaduais e nacionais, debates sobre programas de governo. Segundo Fritsch (2015), “a Fundação Perseu Abramo tenta resgatar, mas está muito mais voltada para a análise de conjuntura e política econômica do que propriamente ao debate mais ideológico”.

Turra (2015) é outra liderança petista que tece várias críticas às atividades de formação oferecidas pelo partido. Segundo ele, os cursos de formação política tiveram grande importância na década de 1980. No entanto, os cursos “hoje em dia são de uma pobreza franciscana”, avaliou. A baixa qualidade da formação reflete a crise atual do PT, na qual a política de conciliação de classes impôs “limites extraordinários para o desenvolvimento do partido operário”, concluiu o dirigente cutista.

Para o ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont (2015), o PT enfrenta uma crise de crescimento e uma dificuldade em renovar as suas lideranças políticas, com a mesma qualidade, experiência e formação das lideranças políticas do final dos anos 1970. O crescimento acelerado de cargos relativos às funções de governo e representação parlamentar tem exigido a renovação dos quadros do partido. “Não conseguimos fazer uma formação e renovação a altura dos desafios assumidos”, avaliou. Ao contrário de Paludo e Turra, Pont considerou que “os cursos de formação e a escola de quadros existem e de qualidade, o problema é dar conta das tarefas nas condições brasileiras”.

Nelson Padilha (2015) explicou que a falta de referencial teórico

da militância tem ofuscado a proposta do socialismo petista. Ele argumentou que não se “pode ter uma prática revolucionária sem ter um referencial teórico bem estabelecido, e o nosso referencial teórico enquanto coletivo partidário está cada vez mais fragilizado...”. Para ele, a necessidade de se travar as lutas cotidianas tem relegado a formação teórica. A falta de formação teórica e de comprometimento com os princípios do partido proporciona práticas contraditórias que se opõem aos interesses da classe trabalhadora e até mesmo a uma conduta ética adequada. Vejamos um trecho de seu relato:

Sinto falta, não vou dizer de uma normatização, mas de um referencial teórico um pouco mais elaborado e um pouco mais empoderado nas ações dos nossos dirigentes petistas. Eu vejo político petista, vereador, deputado, se comportando como se não fosse petista. Eu tenho a clareza de que muita gente veio para cá na condição de usuário da força da sigla e vota com o opressor o tempo todo. [...] Eu vejo petista aprovando moção de repúdio à greve. Eu vejo vereador petista tirando a tratativa sobre gênero dos planos municipais da educação. Acredito que se faz cada vez mais importante a formação... [...] a gente acaba vendo companheiros em gabinetes, com poder, tendo posturas extremamente conservadoras e contraditórias. A gente infelizmente ainda vê petista batendo na esposa, [...] vê muita coisa que não combina com o nosso referencial original (Padilha, 2015).

Além da Secretaria Nacional de Formação Política, que faz parte da Secretaria Executiva do PT, as outras organizações responsáveis pela formação são a Escola Nacional de Formação e a Fundação Perseu Abramo. Esta última foi fundada em 1996 com o objetivo de “desenvolver atividades de reflexão política e ideológica, promoção de debates, estudos e pesquisas”. Eis algumas atividades realizadas pela Fundação: “recuperação da memória e história do PT; reflexão ideológica, política e cultural; socialização do patrimônio político-ideológico-cultural acumulado, pesquisas de opinião pública” (Fundação Perseu Abramo, 2016).

Criada durante o 3º Congresso Nacional do PT (2007), a Escola Nacional de Formação tem o objetivo de realizar a política nacional de

formação de forma permanente, adotando “por princípio dos processos de formação o socialismo democrático”. Eis algumas atividades promovidas pela Escola: “cursos para novos filiados e militantes de base; Jornada Nacional de Formação: para filiados, militantes e dirigentes; curso para juventude; curso sobre feminismo e poder; curso sobre a questão étnica e racial; curso sobre política; cursos para candidatos (as); vereadores (as), prefeitos (as) e militantes de governos petistas” (Escola Nacional de Formação, 2016).

Outro instrumento que contribui para a formação da militância petista é a revista Teoria e Debate. Criada pelo Diretório Regional do PT de São Paulo, em 1987, a revista adquiriu expressão nacional e passou a ser editada pela Fundação Perseu Abramo. Tendo como propósito a formação teórica da militância petista, o editorial da revista apresenta temas pertinentes à esquerda nacional e internacional, com ênfase em economia, sociedade e cultura (revista Teoria e Debate, 2016).

Ainda que o PT disponibilize uma abrangente e diversificada produção teórica nos portais da Fundação Perseu Abramo e da Escola Nacional de Formação, a maioria dos entrevistados afirmou que a formação é muito frágil e debilitada, principalmente em relação à teoria, o que contribui para que haja uma excessiva heterogeneidade ideológica e comportamental na militância petista, em muitos casos se contrapondo aos princípios do partido.

Breve história e apresentação do BE

O contexto em que nasceu o BE

As raízes do BE remontam às organizações que existiram durante a ditadura portuguesa. A Revolução dos Cravos de 1974 (mais conhecida em Portugal como Revolução de 25 de Abril) foi o acontecimento político que pôs fim à ditadura de 41 anos, liderada por António de Oliveira Salazar.

A Revolução ainda faz parte da memória do povo português e, de

certa maneira, permanece viva como uma experiência que poderia ter conduzido Portugal a um regime socialista.

De acordo com um dos fundadores do BE, o ex-deputado Francisco Louçã, um dos principais empecilhos para a condução ao socialismo durante o período revolucionário foi a crise nos modelos dos países do Leste Europeu. Para ele, havia a necessidade de “invenção de uma nova alternativa, que era a redescoberta do socialismo como força emancipatória e libertadora, que não estava feita e está por fazer”. Outro problema decorrido do processo revolucionário nos anos 1974-1975 foi o descompasso entre o ritmo acelerado da desagregação dos aparelhos de Estado, em relação ao ritmo lento de construção de alternativas de participação popular. Como observou Louçã, as comissões de trabalhadores criadas durante o período revolucionário “eram alternativas de representação e não alternativas de poder. [...] O aparelho de Estado se desagregava muito mais depressa, por conta da divisão das forças armadas” (Louçã, 2005). Embora a revolução não tivesse conduzido Portugal a um regime socialista, ela proporcionou o fim de uma ditadura fascista e a construção de um regime democrático.

Quando pensamos no 25 de abril, pensamos não só na história dessa revolução contida nas fronteiras do tempo, mas num processo político de enorme consequência que é a criação de uma democracia por via revolucionária: a destituição de uma ditadura e a alteração (em alguns casos absolutamente superficial, noutros casos muito profunda) das relações políticas, institucionais, culturais e sociais em Portugal (Louçã, 2005).

Durante o período revolucionário, protagonizado pela união entre a sociedade civil organizada e os militares (Aliança Povo-MFA)⁹, ocorreram importantes reformas, tais como: o fim da polícia política e da

⁹ Aliança firmada entre os movimentos populares e o Movimento das Forças Armadas – MFA, cujas propostas eram o fim do regime ditatorial em Portugal e a libertação das colônias portuguesas na África. Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas. Universidade de Coimbra. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07. Acesso em: 30 nov. 2016.

censura, a legalização de partidos e sindicatos, a libertação de presos políticos, a nacionalização de empresas estatais e a independência das colônias africanas e do Timor Leste¹⁰.

Porém, a ausência de participação popular na definição dos rumos políticos adotados durante o processo revolucionário, bem como as dificuldades em construir um modelo de democracia participativa que favorecesse a criação de um projeto socialista, contribuiu para a ascensão de forças políticas moderadas, já no primeiro Governo Constitucional¹¹. Ao assumir o governo em 1976, o então Primeiro Ministro Mário Soares¹², do Partido Socialista (PS), impôs uma política liberal, distanciando-se das propostas socialistas.

Durante mais de duas décadas, o Partido Comunista de Portugal (PCP) apresentou-se como o principal partido da extrema-esquerda portuguesa, enquanto o PS era (e continua sendo) considerado um partido de centro-esquerda. Ao longo destes anos, as organizações que no final do milênio fundariam o BE, não obtiveram muito sucesso eleitoral.

O fato político que antecedeu a aproximação entre as organizações foi o referendo para a legalização do aborto¹³, realizado em 1988, que

¹⁰ A independência timorense em relação a Portugal durou apenas dez dias, quando foi anexada pela Indonésia em 1975. A independência plena do Timor Leste só aconteceu em maio de 2002, quando as tropas indonésias se retiraram após 27 anos de invasão. Entre 1975 e 1999, morreram cerca de 200 mil timorenses, cerca de um terço da população total do país. A “intenção era promover a Integrasi, ou seja, a anexação do Timor-Leste à Indonésia” (Waldman, 2014).

¹¹ Após a Revolução dos Cravos, entre 16 de maio de 1974 e 23 de julho de 1976, instalou-se em Portugal seis Governos Provisórios, representados por Palma Carlos, Vasco Gonçalves e Pinheiro de Azevedo. O primeiro Governo Constitucional teve início em 23 de julho de 1976 e terminou em 23 de janeiro de 1978, tendo Mário Soares, do Partido Socialista, como Primeiro Ministro. Disponível em: estadodebarrancos.blogspot.com.br/2009/10/os-governos-da-republica-portuguesa.html. Acesso em: 15 out. 2015.

¹² Mário Soares foi um dos principais líderes da história do PS, tendo sido presidente de Portugal no período de 1986-1996 e Primeiro-Ministro nos períodos de 1976-1978 e 1983-1985. Disponível em: <www.ps.pt>. Acesso em: 2 jul. 2015.

¹³ Durante o referendo de 1998, a legalização do aborto foi rejeitada por uma pequena margem: 50,9% dos votos foram contrários e 49,1% dos votos foram favoráveis. Todavia, em 2007 houve outro referendo no qual 59,26% dos que votaram disseram

contou com amplo apoio da esquerda. Naquela ocasião houve uma intensa disputa que mobilizou amplos setores da sociedade portuguesa.

Segundo o deputado da Assembleia da República, Jorge Costa (2015), a derrota apertada daquele referendo motivou a unidade das organizações que fundaram o Bloco de Esquerda: “curiosamente, esse sentimento de derrota levou-nos à necessidade de nos encontrarmos. Mais do que um plano qualquer de unidade abstrata, foram as questões práticas que nos levaram a esse acordo...”.

O BE nasceu em um contexto de crise política, marcada por uma greve geral contra políticas conservadoras que retiravam direitos sociais dos trabalhadores assalariados. Em 1999, manifestantes foram às ruas contra as guerras do Iraque (na ocasião, o então presidente de Portugal, Durão Barroso, havia apoiado à guerra) e do Timor Leste. Naquele ano, foi realizada na cidade de Porto Alegre – RS, a primeira edição do Fórum Social Mundial¹⁴, reunindo diversos movimentos sociais, associações, sindicatos e partidos de esquerda.

Aquele contexto de greves e manifestações populares, serviu de ensejo para que algumas lideranças políticas se reunissem. Segundo Rui Maia (2013), o BE não contou com o apoio de movimentos sociais consolidados para a sua formação, sendo influenciado principalmente por lideranças políticas. Eis uma grande diferença em relação ao PT, que obteve, desde a sua fundação, o apoio de diversos movimentos sociais organizados.

sim a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado, contra 40,75% dos que disseram ser contra a interrupção da gravidez nestas condições (Rattner, 2015).

¹⁴ “Eu penso que o Fórum Social continua a ser muito importante porque ele também veio legitimar muitas das lutas intercontinentais, que não saem na imprensa e muito menos no nosso país. Posso dar muitos exemplos para demonstrar como o Fórum Social Mundial continua vivo [...] o primeiro é a Via Campesina. Outro é [...] a Marcha Mundial das Mulheres” (Santos, 2015).

Fundação e aspectos ideológicos do partido

O primeiro contato para a construção do Bloco de Esquerda foi feito por Luiz Fazenda e Fernando Rosas, pouco depois do referendo sobre a legalização do aborto. Nessa conversa, falou-se sobre a criação de uma convergência que reunisse diferentes forças políticas da esquerda portuguesa. A ideia era fazer com que as esquerdas do PS e do PCP pudessem operacionalizar uma forma própria de intervenção política, mas, para isso, seria preciso abandonar o sectarismo que existia nas organizações políticas. Embora as correntes que originaram o BE tivessem histórias distintas, elas tinham uma afinidade ideológica fundamental: todas defendiam um “socialismo com liberdade”. “Éramos todos críticos das experiências soviéticas e outras. E isso criava afinidade”, relatou Costa (2005b).

O BE (para a militância, simplesmente “Bloco”) foi formado a partir da fusão de três organizações de esquerda: a União Democrática Popular (UDP), o Partido Socialista Revolucionário (PSR) e a Política XXI (PXXI). Estas organizações tinham em comum uma plataforma teórica crítica ao “socialismo real” (Bloco de Esquerda, 2013). O PSR era membro do Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU-QI), de influência trotskista. A UDP se autoproclamava um partido socialista, anticapitalista e revolucionário. A PXXI foi constituída a partir da junção do Movimento Democrático Português – Comissão Democrática Eleitoral (MDP-CDE) com ex-militantes do Partido Comunista Português (PCP) e independentes. Também ingressaram no BE diferentes grupos, como o movimento político Ruptura-FER e militantes de movimentos sociais diversos, incluindo feministas, sindicalistas, ambientalistas e representantes LGBT.

A reunião que antecedeu à fundação do Bloco de Esquerda aconteceu em Lisboa, no restaurante Lacerda, e contou com a presença de quatro das principais lideranças históricas da extrema esquerda portuguesa: Miguel Portas, representando a Política XXI, Luiz Fazenda, representando a UDP, Francisco Louça, representando o PSR, e Fernando Ro-

sas¹⁵, que naquele momento não representava nenhuma organização, embora tivesse sido dirigente do PCP e fundador do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP-MRPP)¹⁶.

Antes de decidirem criar o Bloco de Esquerda, aconteceram diversas conversas e discussões sobre o entendimento do mundo, da Europa e de Portugal. Essa fase de reflexão, que incluía a análise da globalização e do que viria a ser uma estratégia socialista para o fim do século XX, serviu para que houvesse maior entendimento e convergência de opiniões entre aqueles que seriam os futuros líderes do novo partido.

No início de 1999, a ideia de criação do Bloco de Esquerda já estava mais madura e as reuniões, que ocorriam na sede da PXXI, passaram a contar com três representantes por organização e, inclusive, por algumas pessoas que não pertenciam a nenhuma organização. No mesmo ano, foi lançado o manifesto “Começar de Novo” – documento fundacional que definiu o Bloco de Esquerda como um novo movimento político em forma de partido. Vejamos os comentários de Rosas sobre o partido-movimento:

É preciso pensar numa nova forma de ser partido, uma forma plural, com entendimento sobre o essencial, transmitindo a diferença. [...] E eu acho que isso tem sido muito bem conseguido pelo Bloco e tem sido a força decisiva do Bloco. É uma coisa que faz imensa confusão a todos os dogmáticos, a todos os sectários e a todos os velhos stalinistas recauchutados, porque é uma coisa que não é homogênea, que não tem pensamento único, um líder único (Rosas, 2015).

O nome foi escolhido por Daniel Oliveira porque, naquele contexto, os militantes não queriam que o BE fosse simplesmente um partido, pensavam em algo que funcionasse como movimento, que fosse capaz

¹⁵ “O Fernando é catedrático de História na Universidade Nova de Lisboa. Oferece cursos e formação intelectual no âmbito da Cultra [Cooperativa, Cultura, Trabalho e Socialismo], é diretor da [revista] Vírus (Pureza, 2015).

¹⁶ O PCTP/MRPP é um pequeno partido de inspiração maoísta, muito próximo eleitoralmente do PS.

de aglutinar diferentes forças políticas de esquerda, mas que também são fosse simplesmente uma coligação ou uma frente. Foi dado o nome Bloco de Esquerda, inspirado no Bloco Nacionalista Galego (BNG), e utilizado como símbolo uma estrela vermelha humanizada (Oliveira, 2015).

Figura 4 – Logomarca do Bloco de Esquerda



Fonte: www.avozdoalgarve.pt. Acesso em: 22 nov. 2015.

Embora a adesão não tivesse sido unânime para as bases das três organizações, elas decidiram, por ampla maioria, integrar o BE. A assembleia de fundação do partido aconteceu em 28 de fevereiro de 1999. Segundo Rosas (2015), “não é verdade que o Bloco tenha sido fundado entre massas de entusiastas, o Bloco foi fundado num meio de ceticismo, muita esperança e muita expectativa. A assembleia foi uma espécie de conferência inaugural onde muitos participaram por curiosidade”.

Os três partidos que fundaram o BE não tinham representação parlamentar. Algumas destas organizações chegaram a se unificar em outros momentos, porém, sem continuidade. Segundo o deputado da Assembleia da República, José Manuel Pureza (2015), a UDP e o PSR tiveram candidaturas comuns nas eleições parlamentares. Além da aproximação entre estas duas forças políticas nos anos 1980, o PSR chegou a aliar-se ao grupo político dissidente do PCP (que, futuramente, passaria a constituir a PXXI) nos anos 1990. Elas uniam-se momentaneamente,

constituindo coligações ou frentes em torno de alguma candidatura, mas depois se separavam, explicou João Madeira (2015).

O jornalista e diretor da *Vírus* (revista teórica do Bloco de Esquerda), Luis Leiria (2015), relatou que o aspecto positivo foi a possibilidade de agregar “em termos de textos programáticos iniciais, algumas correntes que no passado tinham divergências que pareciam insuperáveis, e isso refletiu não só na evolução do processo político da esquerda, mas também na maturidade dessas correntes”.

Para Costa (2015), o que levou a unificação das correntes em torno da proposta de construção do BE foi a necessidade de definir uma plataforma de intervenção política baseada na defesa do Estado social, na manutenção dos bens públicos (contra a ingerência neoliberal) e no reconhecimento dos direitos individuais, tais como os direitos LGBT e a luta pela descriminalização do aborto. Porém, o dirigente bloquista explicou que para que as diferentes correntes chegassem a um entendimento, foi preciso evitar determinadas questões teóricas que pudessem comprometer a unidade do partido, como a velha discussão entre reforma e revolução, ou a forma como cada corrente interpreta a Revolução Russa ou mesmo a Revolução de 25 de Abril.

Segundo João Madeira (2015), a nova organização partidária visava “ultrapassar as questões de natureza ideológica que estavam muito cristalizadas”, mas que “tinham pouca importância em termos de tática”. As correntes fundadoras do BE chegaram à conclusão de que era em vão continuar dividindo a esquerda por questões ideológicas pouco relevantes para a interpretação da sociedade global na virada do milênio. Portanto, fazia-se necessária a construção de uma plataforma partidária que promovesse políticas concretas e que representasse uma força política capaz de aglutinar diversos setores da esquerda portuguesa, que não se via mais representada nem pelo PS nem pelo PCP.

Embora seja considerado um partido de centro-esquerda, muitos classificam o PS como partido de centro ou centro-direita, por fazer avançar as políticas neoliberais, como as privatizações e a redução do

papel do Estado no âmbito social. Já o PCP é muito preso à ortodoxia marxista-leninista¹⁷, se contrapõe à diversidade de tendências e adota o “centralismo democrático”¹⁸.

Segundo o ex-deputado da Assembleia da República, Luiz Fazenda (2015), o PS passou a ser signatário da política de Tony Blair (social-liberalismo) e o PCP era incapaz de abraçar determinadas lutas que tinham relação com os direitos civis e com a modernidade. Portanto, o BE visava “construir uma plataforma política que combatesse o neoliberalismo e que criasse outro tipo de representação plural no Parlamento, fora do monolitismo e da nostalgia soviética que transportava os partidos comunistas”.

Conforme os relatos de Fazenda (2015), o governo de Antônio Guterres (1995-2002), considerado de “centro-esquerda, foi o maior recordista das privatizações em Portugal, e houve um retrocesso inclusive no âmbito dos direitos civis”. Para Pureza (2015), a experiência desse governo demonstrou que a diferença entre um governo do PS e um governo do Partido Social Democrata (PSD – principal partido da direita portuguesa) era muito reduzida. Naquelas circunstâncias, havia formado em Portugal um centro político entre o PS e o PSD, que consistia, basicamente, na mesma política, de modo que não havia nenhuma alternativa que pudesse fugir do chamado “rotativismo ao centro”. O BE surgiu como alternativa para quebrar esse rotativismo, explicou o deputado bloqueado.

O BE constituiu-se numa experiência importante por conseguir

¹⁷ O termo marxismo-leninismo tornou-se um pseudônimo para stalinismo (Netto, 1985).

¹⁸ Um problema comum nos partidos que adotaram ou adotam o centralismo democrático é, justamente, a burocratização, a falta de democracia interna e a sobreposição da direção às bases partidárias. Gramsci criticava todos estes aspectos, daí a expressão “centralismo burocrático”, que também era uma crítica ao Partido Comunista da URSS. Porém, muitos partidos que, inspirados em Lênin, diziam defender o centralismo democrático (sobretudo partidos marxista-leninistas e trotskistas), ficaram conhecidos pela burocratização, rigidez e por não permitirem a existência de tendências. Para se diferenciar destes partidos e não incorrer nestes mesmos problemas, o BE e o PT adotaram o sistema de tendências internas ao invés do centralismo democrático.

unificar e centralizar em torno de um partido diferentes organizações, de distintas matrizes teóricas vindas do marxismo. Uma realidade muito comum nas esquerdas, não somente em Portugal, mas também no Brasil e em outras partes do mundo é a fragmentação de partidos, movimentos e organizações, algumas vezes, por questões pouco relevantes do ponto de vista tático, outras, por pequenas discordâncias teóricas. Além de unificar as diferentes organizações de esquerda em torno de bandeiras e compromissos políticos essenciais, como a luta contra as políticas neoliberais e a defesa de uma sociedade anticapitalista e socialista, a experiência de construção do BE procurou fazer uma leitura atualizada do marxismo, opondo-se ao sectarismo e a ortodoxia economicista que caracterizaram o “socialismo real”.

O perfil da militância do BE

Decorridos 16 anos da fundação do Bloco de Esquerda, procuramos identificar algumas diferenciações entre o perfil da militância “mais antiga”, que participou do processo de construção do partido, e o perfil da militância “mais recente”, que se filiou há menos tempo. Segundo Carujo, há três gerações de militantes no BE: uma anterior ao partido, outra que se formou no interior do partido, e outra, mais recente, que é menos politizada.

Uma mais politizada, que possui a formação política dos anos 1970, quando participava das antigas organizações e, com o passar dos anos veio a mudar algumas de suas posições; uma segunda geração que tem a “escola do Bloco”, por ser formada politicamente no partido; e uma terceira geração de militantes (ou filiados que não são necessariamente militantes) menos politizados, que aderiram ao BE por questões específicas, principalmente por influência de Francisco Louçã, que foi um líder de muito carisma que dirigiu o partido entre 2000 e 2012. São pessoas que se simpatizam com Louçã, são muito influenciadas pelos telejornais e não têm necessariamente uma boa formação de esquerda. Estes filiaram-se no período de expansão do partido e depois houve

um declínio. [...] Muitas pessoas aderiram ao “partido Francisco Louça”, ao partido midiático [...] Essa militância via-se na forma como o Bloco de Esquerda fazia política, mas não tinha nenhuma base ideológica. Havia alguns que oscilavam entre a esquerda e a direita (Carujo, 2015).

Costa (2015) diferenciou os militantes do BE em dois grandes grupos: os que passaram pela experiência de pertencer a grupos sem representação parlamentar, portanto, já militavam em outras organizações; e os que se formaram politicamente no BE e, portanto, estão mais acostumados com a vida institucional do partido do que com as experiências de participação nos movimentos sociais. Para o dirigente bloquista, o aspecto mais determinante na caracterização das gerações de militantes é “se elas tiveram ou não a oportunidade de passar por experiências de luta de massas”. Para ele, nem a formação política é mais importante que a experiência de luta concreta, que se faz no dia a dia. Vejamos o que disse Costa sobre as lutas concretas:

Eu passei pela luta estudantil... [...] E foi a experiência mais importante que eu podia ter tido, não acho que haja nenhuma outra que pudesse ter a importância que essa teve, nem a formação política – claro que tem importância, é indispensável, mas nada é comparável. [...] Essa foi a experiência mais importante, associada, é claro, depois, com a formação política. As pessoas, quando passam pela experiência, sentem a necessidade de uma teoria que as auxilie, de uma teoria que as apoie na evolução da sua condição política, e é aí que vão procurar aprofundar no marxismo, aprofundar nas ideias. Quando as ideias e a doutrina não vêm acompanhadas de uma experiência social concreta, elas correm o risco de se cristalizar e se transformar numa coisa que já não é um guia para a ação, mas sim, um dogma. [...] Eu creio que é essencial o contato com o marxismo, mas isso releva mais da curiosidade, da vontade pessoal, do interesse pessoal do que da imposição, de uma espécie de currículo letivo dentro do Bloco ou de qualquer partido (Costa, 2015).

Quando Costa relatou que a luta estudantil “foi a experiência mais importante, associada, é claro, depois, com a formação política”, ele

atribui valorização maior a sua experiência prática do que a teoria. No entanto, Gramsci, ao criticar o mecanicismo, irá dizer que a teoria não pode ser entendida como complemento e acessório da prática, pois, sendo igualmente importantes, ambas se complementam. Não há, para o teórico marxista, distinção qualitativa entre a teoria e a prática, entre a consciência e a ação. Elas têm igual valor, de modo que uma não se complementa sem a outra.

Para o dirigente bloquista, depois que as pessoas passam pela experiência de luta concreta é que elas sentem a necessidade da teoria que as auxilie, ou seja, depois da experiência é que elas vão “procurar aprofundar o marxismo e aprofundar as ideias”. No entanto, segundo Gramsci, nem a prática é anterior à teoria, nem a teoria é anterior à prática. O que seria da experiência prática se os militantes não tivessem a mínima compreensão teórica dos propósitos e das motivações sociais que engendraram a luta concreta? Portanto, a experiência social concreta é inviável sem que ela venha acompanhada, ainda que minimamente, de algum suporte teórico, isto é, sem que ela esteja minimamente vinculada às ideias que impulsionam a ação.

Fazenda (2015) diferenciou as novas das antigas gerações de militantes, pelo fato destas últimas terem tido determinadas experiências que as outras não tiveram. Como as gerações mais novas não viveram a guerra fria nem o período revolucionário, seria preciso explicar a elas como os diferentes movimentos de esquerda foram se constituindo ao longo do século XIX e, principalmente, nas últimas décadas do século XX. Segundo o dirigente bloquista, diversos temas seriam necessários à formação das novas gerações de militantes, como a Guerra Fria, a União Soviética, a crise dos mísseis, a OTAN e o Pacto de Varsóvia.

Leiria (2015) afirmou que o BE vê com prioridade a necessidade de renovação dos quadros. Há uma “passagem de testemunho” entre a geração dos fundadores e a nova geração. É cada vez mais comum a presença de quadros jovens, que não passaram pela experiência do

PREC (Processo Revolucionário em Curso)¹⁹, ocupando funções importantes no partido e no parlamento.

O jornalista também destacou que a geração que vivenciou o PREC estudava mais “o seu marxismo” e era influenciada pela linha marxista de sua organização, seja trotskista, a exemplo do PSR, seja maoísta, a exemplo da UDP. Já a geração atual concebe o marxismo de forma mais “ecumênica” (Leiria, 2015).

Verificamos que o perfil da militância do BE é heterogêneo e um fator que contribuiu decisivamente para isso foi o ingresso de pessoas no partido em distintos momentos históricos. Alguns vivenciaram a luta armada no período da ditadura salazarista; outros participaram dos movimentos sociais e políticos na virada do milênio, como as manifestações antiglobalização e os fóruns sociais; outros se filiaram recentemente, quando o partido já tinha uma expressiva representação parlamentar. Portanto, as diferenças de formação teórico-ideológica, bem como as diferenças de intensidade de participação política (seja institucionalmente, seja nos movimentos sociais e populares) estão relacionadas aos diferentes contextos históricos.

A formação política e os meios de comunicação

As lideranças entrevistadas foram unânimes em considerar que o Bloco de Esquerda ainda tem muito a avançar em termos de formação política. Carujo (2015) disse que “há uma descontinuidade nos cursos de formação”. Cardina (2015) explicou que pelo fato de o partido ter se constituído por distintas organizações políticas e para evitar que determinadas questões comprometessem a unidade interna, a formação acabou ficando para que as próprias correntes se incumbissem de fazê-

¹⁹ Em sua entrevista, Leiria (2015) nos explicou o significado do termo PREC, que é muito mencionado em Portugal: “em termos gerais, quando se fala no PREC, se fala de 1974 até 1978, ainda que o PREC, especificamente, termine em 25 nov. 1975: vai do período revolucionário até a consolidação do chamado Estado democrático, que é o que existe atualmente. O PREC virou um jargão da esquerda portuguesa e até da direita”.

-la. Fazenda (2015) reconheceu que os “cursos oferecidos pelo BE são frágeis e débeis”.

O acampamento Liberdade é uma das atividades promovidas pela juventude do BE, que envolve a formação política. Madeira (2015) relatou que os discursos produzidos nos acampamentos “são introduzidos nos debates internos do Bloco”. A juventude do partido também organiza um evento chamado “Marxismos da Gaveta para Fora”, que são cursos descentralizados sobre autores do marxismo, explicou Costa (2015).

O Fórum Socialismo é a principal atividade nacional de formação política promovida pelo BE. O evento acontece anualmente, no final de agosto, tem duração de quatro dias, e consiste na apresentação de diferentes conferências, debates, palestras e painéis sobre variados assuntos. Para proferir as palestras também são convidados “especialistas em determinadas áreas que vêm de fora do Bloco”, informou Leiria (2015). Adiante, Cardina forneceu maiores detalhes sobre as atividades de formação do partido:

O Bloco, obviamente, têm vários momentos de formação política, para jovens, na área sindical, tem o [Fórum] Socialismo, que acontece todos os anos, que é um momento de debate, onde chamamos gente que tem trabalho acadêmico ou militante em determinados aspectos que se queira aprofundar, ou gente que milita em outras áreas políticas à esquerda... Temos o “Socialismo”, temos o “Liberdade”, que é o fórum da juventude (Cardina, 2015).

Os meios de comunicação do partido também contribuem para a formação política, como a revista Vírus, que tem importância na formação ideológica da militância, e o portal de notícias esquerda.net., que possui um número grande de acessos. Leiria (2015), que é membro da equipe de redação do portal, relatou que o esquerda.net procura ser um meio de informação alternativo, cujas notícias não interessam somente ao BE. Os dossiês sobre variados temas apresentam diversos posicionamentos. Diferentemente da esquerda tradicional, cujos veícu-

los de informação procuram “dar a linha, dizer o que o militante deve pensar”, o portal esquerda.net procura apresentar diferentes posições sobre o mesmo assunto. Eis a explicação do redator do portal:

O esquerda.net só é posição do Bloco quando é um artigo assinado por um dirigente do Bloco, senão, não necessariamente é posição do Bloco. [...] O que nós queremos? Nós queremos que os militantes tirem a suas conclusões, e eu acho que mesmo em termos de formação política isso é muito melhor do que dizer: você tem que pensar assim. Bom, mas e quem pensa “assado”, não terá razão também? Não estou a dizer que nós sempre consigamos fazer esses dossiês com várias posições, às vezes é impossível. Recentemente, fizemos um dossiê sobre o Estado Islâmico. Não colocamos ninguém a favor do Estado Islâmico, porque aí já é demais. Mas na medida do possível, nós tentamos por todas as posições (Leiria, 2015).

Uma organização que tem contribuído na área da formação é a Cooperativa Cultura, Trabalho e Socialismo (Cultra), que não pertence ao BE, mas “faz um trabalho de fronteira em termos de debate, de formação, de diálogo, com algumas áreas da esquerda”, explicou Cardina (2015). A Cultra “organiza também cursos de formação descentralizados, sobre temas de formação anticapitalista, socialista, apresenta autores do marxismo, etc.”, informou Costa (2015). Muitos dirigentes e ex-dirigentes do BE participam da Cultra, que “às vezes cumpre o papel de formação que o Bloco não cumpre”, comentou Carujo (2015).

Madeira (2015) disse que a Cultra nunca teve, “formalmente, caráter de escola do partido”. Porém, ele considera que o BE não está errado em não ter uma escola de quadros, o que remonta à tradição leninista. Como o partido se preocupa em “não homogeneizar o pensamento dos jovens, principalmente em questões de natureza de civilização, de produzir costumes, de valores”, o Bloco prefere não ter uma escola de quadros, explicou. Nisso, há uma diferença frontal com Gramsci, que defendia que o partido formasse suas lideranças, produzisse seus intelectuais orgânicos. Para o filósofo sardo, a produção de novos

costumes e valores está diretamente relacionada à disputa de hegemonia e a construção de uma nova sociedade.

Pureza (2015) destacou a importância de os cursos de formação terem por princípio a pluralidade, evitando a sobrevalorização de algumas lutas em detrimento de outras, como por exemplo, de questões relativas ao mundo do trabalho em detrimento de lutas contra o racismo, o machismo, a homofobia, etc. Segundo o deputado e dirigente bloquista, o BE tem privilegiado dois eixos: “1) formação para a análise da realidade; 2) formação para o ativismo em várias áreas de atuação social e política, desde o feminismo até a luta juvenil, etc.”. Outra questão que ele coloca como relevante é “a pluralidade de perspectivas que os marxismos têm vindo a apresentar ao longo do tempo para abordar os fenômenos sociais”, isto é, que os cursos de formação apresentem temas diversificados e com matrizes teóricas distintas sobre o marxismo.

Verificamos, com base nos relatos, que a formação política oferecida pelo BE acontece mediante vários eventos descentralizados e setorializados que ocorrem periodicamente. No entanto, o partido tem evitado abordar em seus fóruns de discussões questões polêmicas, que envolvam diferentes interpretações teóricas e que possam vir a dividir a militância. Dentre as iniciativas vinculadas à formação, destacam-se as atividades voltadas para as lutas identitárias, além das questões envolvendo o mundo do trabalho. Vários espaços de formação não são restritos ao partido, estando abertos a outros setores da esquerda portuguesa.

3

O GRANDE E O PEQUENO PRÍNCIPE MODERNO

Com base nas entrevistas e documentos oficiais, analisamos a influência do marxismo e a contribuição teórica de Gramsci no PT e no BE, bem como as semelhanças e diferenças entre estes partidos e a concepção gramsciana de partido.

A influência gramsciana no PT

A contribuição teórica do marxismo

Ainda que conviva internamente com várias tendências marxistas, o PT nunca se definiu como marxista, e sim como um partido socialista e democrático, que pretende superar os problemas resultantes das experiências históricas da social-democracia e do “socialismo real”. Apesar disso, “o marxismo como referência teórica está presente na maioria dos cursos do partido”, ressaltou Pont (2015). Mesmo que o PT não se defina marxista, é inegável a contribuição do marxismo como arcabouço teórico do partido.

Contudo, há que considerar que a influência marxista no PT, longe de ser homogênea, reflete uma grande variedade de “marxismos”, como o trotskismo, o marxismo-leninismo (que influenciou os partidos comunistas), o marxismo remanescente na social-democracia europeia, a esquerda católica (que influenciou, sobretudo, diversos movimentos e partidos de esquerda na América Latina), além de outras matrizes mar-

xistas representadas teoricamente por Rosa Luxemburgo, Antônio Gramsci, György Lukács, entre outros.

Pont (2015) lembrou que o PT não é vinculado a nenhuma das correntes internacionais “que serviram de base, inclusive, para experiências concretas, como stalinismo, maoísmo, castrismo, etc.”. Para o dirigente petista, o partido não pretende repetir nenhuma experiência histórica do socialismo, até porque as realidades diferem de contexto para contexto e de região para região. O socialismo petista, que abranje um conjunto de reivindicações para além da emancipação da classe operária, não se define prontamente como marxista, sendo, portanto, “um socialismo libertário, plural, feminista”, que respeita a diversidade e a heterogeneidade das tendências internas. O “socialismo petista é anti-stalinista, não assume a social-democracia da II Internacional, muito menos o maoísmo que definiu a experiência chinesa”, disse Point.

Fritsch (2015) afirmou que o PT não segue nenhuma referência propriamente marxista: “hoje nós não temos uma referência, tem muita gente estudando, lendo, relendo, reescrevendo, no entanto, ninguém mais fala sobre isso, ninguém mais se identifica. Talvez seja um mal nosso, ter deixado de ter uma linha”.

De acordo com Melo (2014), o pensamento marxista “já influenciou mais e influencia menos hoje”, sobretudo, nos cursos de formação. Turra (2015) lembrou que György Lukács “em determinado momento, jogou um papel similar ao do Gramsci nos debates, quando existiam debates teórico-filosóficos no PT”.

Nota-se uma mudança em relação à presença da teoria marxista nos cursos de formação, que antes era mais impactante, e hoje é bem menos significativa. Paludo (2015) lembrou que várias lideranças de organizações que oferecem formação política afastaram-se do PT, entre elas o candidato à presidência da república pelo PCB em 2014, Mauro Iasi. O pcbista integra o Núcleo de Educação Popular – 13 de Maio, responsável pela realização do curso de inspiração marxista, “Como Funciona a Sociedade”.

É importante distinguir os cursos de formação teórica que são oferecidos pelo PT de forma oficial, através da Escola Nacional de Formação e da Fundação Perseu Abramo, dos cursos de formação teórica oferecidos pelas tendências. Certamente, a influência do marxismo varia de tendência para tendência, e dependendo da tendência que organiza o curso, maior ou menor será a ênfase atribuída à teoria marxista e mais específica será a formação em determinada linha ou corrente do marxismo. Paludo (2015) disse que “há pouco estudo real sobre marxismo dentro do PT hoje, tanto em relação às lideranças de ponta e menos ainda em relação as lideranças de base”. Porém, ainda existem iniciativas do partido que oferecem algum tipo de formação marxista, exemplifica:

[...] teve uma iniciativa de um funcionário da fundação Perseu Abramo, Carlos [Henrique Menegozzo], que organizou uma plataforma para estudar Marx, de forma virtual. Ele organizou uma bibliografia muito interessante, eu achei fantástico. Achei até uma iniciativa fora do eixo porque pouca gente estava se preocupando com isso... (Paludo, 2015).

A única tendência petista que não organiza cursos específicos de formação política é a Construindo um Novo Brasil (CNB). “Como ela dirige o partido, ela faz a formação política pela Fundação Perseu Abramo e pela Escola Nacional de Formação. Não é uma formação específica para a tendência”, explicou Melo (2014). Já as outras tendências realizam formação específica, ainda que utilizem também os suportes teóricos oferecidos pelas organizações responsáveis pela formação política no partido.

A tendência Democracia Socialista (DS) oferece cursos de “introdução ao marxismo, sobre Ernest Mandel, algumas das principais contribuições de Trotsky na crítica ao stalinismo, na burocratização da URSS, nas teses sobre a Revolução Permanente e a problemática da transição ao socialismo”, relatou Pont (2015). Vários temas envolvendo as lutas sociais e experiências da esquerda na América Latina e no mundo também são estudados, elencou o dirigente da DS:

Procuramos também acompanhar os processos mais recentes da América Latina e que começam a ser sistematizados: a Frente Ampla uruguaia, o MAS boliviano, o PSUV venezuelano, o PC cubano, a Frente Guasú paraguaia, o amplo e complexo leque da esquerda argentina, etc., são processos concretos vividos e que achamos mais importantes do que uma identificação teórica com base histórica das primeiras formulações do pensamento marxista. Buscamos acompanhar também o que ocorre na Grécia, Itália, Espanha, Portugal, onde as alternativas históricas da esquerda viveram grandes crises (Pont, 2015).

Os cursos de formação da tendência Brasil Socialista (BS) abrangem desde clássicos, como Lenin, Trotsky e Gramsci, até representantes da “tradição marxista brasileira, como Florestan Fernandes, Jacob Gorder, Mário Pedrosa, Paulo Freire, Octavio Ianni, Caio Prado, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, entre outros”, relatou Notari (2016).

Já a tendência Militância Socialista (MS) tem abordado em suas atividades de formação assuntos como o marxismo e a experiência chinesa. “Nós organizamos no primeiro semestre um curso virtual de formação da tendência e para o segundo semestre vamos lançar uma segunda turma e um dos temas também vai ser o marxismo”, afirmou Paludo (2015).

Para Pomar (2005, p. 186), nos anos 1980 “houve um crescimento lento, mas significativo, da influência marxista” no PT. “Essa influência não se limitou às formulações políticas dos encontros partidários, se estendendo também à orientação de suas escolas de formação de quadros, à visão de mundo de seus dirigentes e às relações internacionais do Partido”. Porém, o marxismo que influenciou o PT atribuiu pouca importância “à análise de classes da sociedade brasileira”, explicou o dirigente da AE.

Consideramos pertinente a preocupação de Pomar, na medida em que uma parte significativa da militância petista já não vê a luta de classes como essencial, tendo justificado alianças com partidos tradicionalmente de direita e abandonado gradualmente propostas e princípios

que antes norteavam o partido. A luta de classes veio a ser gradualmente substituída pela política de conciliação de classes.

Durante muito tempo prevaleceu em parte da esquerda as teses do PCB, centradas na estratégia da “revolução por etapas”, segundo a qual a classe trabalhadora deveria estabelecer alianças com a burguesia nacional, contra a burguesia estrangeira e a ingerência da política externa estadunidense. Segundo Turra (2015), um grande setor da esquerda foi influenciado pela ideia de que era preciso “buscar um aliado democrático na burguesia”. Estas ideias foram muito difundidas e permanecem vivas ainda hoje, influenciando setores do PT e outros partidos de esquerda, como o PCdoB. Vejamos o que relatou Turra a respeito dessa estratégia:

[...] era um grande setor. Inclusive, os guerrilheiros aqui no Brasil eram dissidências do PCB. Então, na cabeça deles era a “revolução por etapas”. O Zé Dirceu é um exemplo típico. Foi ele quem articulou a política de alianças com o PT, tendo como principal aliado o PMDB. Era o stalinismo, a revolução por etapas e a aliança de classes com o setor democrático da burguesia, agora, é difícil encontrar esse tal setor democrático da burguesia (Turra, 2015).

Enquanto na década de 1980 crescia a influência do marxismo no PT, nos anos 1990 a influência marxista começou a decair, em parte, em decorrência da queda do Muro de Berlim e da desintegração da União Soviética, que repercutiu negativamente nos partidos de esquerda que viam nestas experiências uma possibilidade concreta de enfrentamento e disputa frente ao capitalismo. Porém, os principais fatores que explicam a redução da influência do marxismo no PT estão relacionados às transformações e inflexões que foram ocorrendo paulatinamente no partido, como a redefinição das estratégias eleitorais, a amenização dos discursos das lideranças, a profissionalização e o crescente financiamento empresarial das campanhas eleitorais, a burocratização e o distanciamento entre a direção e bases partidárias, a ampliação das alianças com partidos de centro e direita.

Com base no que foi exposto, constatamos que a influência teórica do marxismo no PT encontra-se em declínio, em parte devido ao processo histórico que desencadeou a crise do Bloco Soviético, em parte devido aos fatores conjunturais que levaram o PT a adotar uma série de inflexões programáticas que influenciaram a sua forma de fazer política. Veremos mais adiante, de que modo estas inflexões influenciaram o partido, as tendências, o eleitorado e a disputa de hegemonia na sociedade.

A influência de Antônio Gramsci

A influência do pensamento de Gramsci no PT é emblemática, não apenas nos diálogos entre a militância de diferentes tendências e agrupamentos internos, mas pelas apropriações de diversos conceitos gramscianos utilizados pelo partido em seus documentos oficiais, ainda que Gramsci não seja diretamente citado.

As resoluções dos Congressos e Encontros Nacionais do PT apresentam uma vasta terminologia cuja origem remete a teoria gramsciana. Alguns termos são tão difundidos que se transformaram no “senso comum” do discurso da militância petista, como sociedade civil, hegemonia (disputa de hegemonia, conquista de hegemonia), guerra de posições, bloco histórico, intelectual orgânico. Mesmo que o marxismo (e a teoria gramsciana) exerça menor influência no PT atual do que exercia ao longo da década de 1980, as resoluções mais recentes do partido continuam a utilizar a terminologia gramsciana e a militância permanece fazendo uso de uma linguagem política repleta de apropriações de origem gramsciana.

A familiaridade que o PT adquiriu com determinadas expressões de origem gramsciana resulta, em grande medida, da crítica que o partido fez desde a sua origem à 3ª Internacional e à social-democracia europeia. A teoria gramsciana funcionou como uma “terceira via”, oferecendo importante contribuição à concepção petista de socialismo,

que embora careça de maior elaboração teórica, definiu-se como anti-mecanicista e antieconomicista.

Todavia, há que verificar de que modo à influência gramsciana presente nos discursos e documentos oficiais tem se espelhado na realidade concreta, isto é, nas ações políticas do PT. Pomar (2015) foi taxativo ao afirmar que “nominalmente, é uma influência relevante, na vida real, não”. Padilha (2015) interpretou o fenômeno da mesma forma: “o pensamento torna-se um ente vivo na medida em que ele é praticado, então você tem [a teoria] nos materiais escritos, nos discursos, mas na prática partidária, na prática política, na prática pessoal, esses conceitos desaparecem. Ele é muito presente em textos, mas na vivência transformadora do cotidiano, a meu ver, muito pouco”.

Para Pomar (2016a), embora a militância petista goste de citar Gramsci, não é atribuído o devido valor a concepção de partido como intelectual coletivo, ou seja, não há o devido interesse por parte da direção partidária em “construir uma ‘contra elite intelectual’, capaz tanto de enfrentar o pensamento dominante quanto de construir uma visão de mundo adequada aos interesses da nossa classe”. Para justificar o seu ponto de vista, o dirigente da AE revelou que parte dos petistas adotou o neoliberalismo e outra parte tem adotado o keinesianismo como dogmas, através da consultoria de “economistas profissionais”. Eles têm a “ilusão de que os ‘economistas profissionais’ são os mais habilitados para discutir e elaborar nossas alternativas”.

Ao invés de incentivar a formação e a ampliação de intelectuais ligados ao PT e comprometidos com o socialismo, isto é, adotar como elemento norteador da orientação política petista uma intelectualidade orgânica comprometida com os princípios do partido, a direção optou por uma política econômica conservadora, que manteve o receituário neoliberal, de ajuste fiscal e retenção do superávit primário para o pagamento das dívidas públicas.

A estratégia de manter a política econômica neoliberal (basicamente a mesma dos governos de Fernando Henrique Cardoso) foi

adotada já no primeiro mandato do governo Lula, em janeiro de 2003, quando Henrique Meirelles¹ foi escolhido para presidir o Banco Central. Em janeiro de 2015, o ex-diretor-superintendente do Bradesco, Joaquim Levy, foi nomeado por Dilma Rousseff para o Ministério da Fazenda. A manutenção da política econômica foi uma forma encontrada pelo PT de garantir a “governabilidade”, através do apoio de partidos e setores conservadores da sociedade. Portanto, os governos Lula e Dilma procuraram conciliar uma política social progressista com uma política econômica conservadora. A crise econômica que atingiu o Brasil a partir de 2014, culminando com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, revelou a falha da política de conciliação de classes. Só foi possível “governar para todos”, isto é, beneficiar a todas as classes sociais, em períodos de expansão econômica.

Pont (2015) destacou o significativo contributo teórico do pensamento de Gramsci no PT, sobretudo “na discussão da hegemonia, em sua construção possível sem uma subordinação mecânica ao domínio econômico; os conceitos de ‘guerra de movimento’ e ‘guerra de posições’, a importância da cultura”. A influência do pensamento gramsciano foi vital para que o PT adotasse uma formulação teórica antieconomicista, que almejasse chegar ao poder a partir da disputa política, ideológica e cultural (guerra de posições) travada nas instâncias da sociedade civil.

Todavia, devido à amplitude ideológica das diversas tendências petistas, estas “são questões que aparecem no debate e na forma de pensar e propor de dirigentes ou de tendências partidárias, mas não como um processo consciente e consensual do conjunto do partido e sua direção”, salientou Pont.

Portanto, não são todos os militantes e tendências que nutrem grande admiração pela teoria gramsciana. Tampouco, não são todos os militantes e tendências que procuram colocar em prática a formulação

¹ Em 2016, Meirelles foi nomeado Ministro da Fazenda, no governo de Michel Temer.

teórica de Gramsci, ou seja, parte da contribuição teórica de Gramsci restringe-se aos discursos da militância, documentos e resoluções partidárias. Eis o difícil ofício de conciliar teoria e prática.

Almeida (2015) informou que a Articulação de Esquerda (AE) tem utilizado a teoria de Gramsci nas resoluções dos congressos e encontros do partido. Todavia, ela lamenta que o PT tenha esquecido a tese gramsciana segundo a qual “devemos ser extremamente pessimistas na análise e, na mesma medida, otimistas na ação. [...] Dentro do PT isso foi esquecido, a considerar a postura de conciliação em detrimento das reformas estruturais: reforma política, democratização da mídia, etc.”. Conforme a dirigente da AE, teria havido um excesso de otimismo do partido em relação à política de conciliação de classes, como estratégia para a realização das reformas. Porém, as reformas estruturais não foram realizadas.

Turra (2015) criticou veementemente a utilização de determinados conceitos gramscianos, cujo sentido teria sido deturpado pela política de conciliação de classes. “Que cite Gramsci, o bloco histórico, a hegemonia... Eu ouço de maneira polêmica: que bloco histórico é esse que inclui o PMDB?”

Este questionamento remete aos anos 1980, quando o PMDB poderia ser considerado até mesmo um partido de centro-esquerda, e mesmo assim foi duramente criticado pelo PT, por ser um partido identificado com classes sociais de interesses antagônicos (industriais e operários, latifundiários e trabalhadores rurais, banqueiros e bancários, etc.).

A despeito de o PT ter sido construído e consolidado a partir de um longo processo de luta de classes, a orientação que predomina atualmente no partido é a de colaboração de classes. “Gramsci deve ‘revirar na tumba’, porque ele era um militante de luta de classes”. criticou Turra. Ainda que o filósofo sardo seja muito citado pela militância petista, a sua influência não é determinante na política do PT – avaliou o dirigente da tendência trotskista.

Gramsci talvez seja o teórico clássico mais lido e de maior influência no PT: “eu acho que entre leituras clássicas do próprio Marx e de Gramsci, está muito de igual para igual”, comparou Paludo (2015). Para o dirigente da tendência MS, a leitura de Gramsci permite que melhor se compreenda o PT, porque nele há uma preocupação maior “com a política e com o modelo de partido do que em Marx, que escreve muito pouco sobre isso”. A influência de Gramsci no PT estaria muito mais vinculada às tendências da “esquerda petista”, principalmente a Militância Socialista (MS), a Articulação Esquerda (AE) e a Esquerda Popular Socialista (EPS), explicou Paludo. Vejamos um trecho de sua entrevista:

Os próprios conceitos, da forma de organização do partido, do partido de massas, de um modelo de disputa de hegemonia, partido e bloco social, do conceito de partido, enquanto moderno príncipe, etc. Então, eu acho que Gramsci tem uma influência muito grande na formação do PT. Todo esse debate, por exemplo, da participação popular, da democracia participativa, enfim, eu acho que na prática o PT tem muito de gramsciano, embora o estudo do marxismo tenha sido um pouco “relaxado” no último período, e o estudo de Gramsci também (Paludo, 2015).

Notari (2016) contou que a influência de Gramsci na tendência BS foi muito grande: “passamos os primeiros anos da década de 90 discutindo em seminários, encontros e reuniões várias categorias: “guerra de posição” e “guerra de movimento”, “hegemonia”, “consenso”, entre várias outras, que foram incorporadas às nossas discussões e análises políticas”.

Constatamos, com base nos depoimentos, que a influência de Gramsci no PT foi muito significativa, apesar de ter se reduzido os debates de cunho teórico-ideológico no partido, em prol de uma estratégia mais pragmática e adequada ao projeto de conciliação de classes. A influência de Gramsci é mais significativa se considerarmos o posicionamento teórico de algumas tendências petistas situadas mais à esquerda, como a AE, a MS, a EPS e a BS. Além destas, outras tendências de inspiração gramsciana estiveram por muito tempo no PT, como a antiga

Força Socialista (hoje Ação Popular Socialista), que atualmente é a maior tendência psolista.

Também é notória a observação crítica de muitos dirigentes petistas para os quais a ação política que o PT tem adotado pouco ou nada condiz com a teoria de Gramsci. Apesar de os conceitos de Gramsci serem difundidos nos textos e discursos da militância, sua contribuição teórica ainda está longe de ser materializada.

A concepção de partido

O PT representou uma inovação, na medida em que foi constituído de modo diverso de outros partidos da esquerda brasileira, como o PCB e PCdoB, cuja orientação marxista-leninista, advinda do modelo soviético, impossibilitava a existência de tendências internas. A diferenciação entre os partidos da esquerda brasileira também se deve aos diferentes contextos: enquanto o PCB e o PCdoB foram fundados respectivamente nas décadas de 1920 e 1960, o PT foi fundado no início da década de 1980, em um contexto marcado pela ascensão de movimentos de massas nos últimos anos da ditadura militar, protagonizado pelo novo sindicalismo e pelas Comunidades Eclesiais de Base.

Durante o 1º Encontro Nacional (1980), Lula fez um pronunciamento dizendo que o PT nunca comprometeu a autonomia do movimento sindical, confundindo “política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do Partido”. Segundo ele, PT não era um “partido de gabinetes, de salas atapeadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia que nos abastecemos, que aprendemos com o povo...”. O discurso de Lula ressaltava o caráter de participação do PT junto aos movimentos sociais e populares e criticava o partido burocratizado, “de gabinetes”, fechado aos movimentos de massas (Resoluções do 1º Encontro Nacional do PT, 1998, p. 107).

No mesmo discurso, Lula justificou a construção do PT para além

do caráter corporativo ou trade-unionista: “o sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. [...] Queremos mudar a relação entre capital e trabalho”. Segundo o líder petista, para mudar a relação entre capital e trabalho, o partido deveria funcionar como uma ferramenta para “atuar e transformar o poder neste país [...]. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho” (Resoluções do 1º Encontro Nacional do PT, 1998, p. 107). Nota-se, no discurso, que o PT era concebido, não apenas como instrumento de luta pelos interesses imediatos da classe trabalhadora, mas como ferramenta para a transformação política e a superação da ordem capitalista.

Esta concepção, segundo a qual o partido era visto como um instrumento de mudança política substancial e estrutural da sociedade, ou seja, como uma ferramenta para a construção de um modelo societário em que “os trabalhadores sejam os donos dos meios de produção”, fatalmente era revolucionária, socialista e anticapitalista. Portanto, podemos afirmar que o PT, em suas origens, era um partido com estas características (ainda que nunca tenha se definido como marxista).

Apesar das inflexões teóricas e práticas pelas quais o PT tem passado desde os anos 1980, a maior parte das lideranças entrevistadas situa o partido a esquerda no espectro político-partidário brasileiro. Outras, porém, o definem como um partido de centro-esquerda. Vejamos os relatos de algumas lideranças petistas:

No espectro nacional o PT continua sendo um partido de esquerda. Com uma direção em crise, mas que sobrevive com um sistema eleitoral interno, marcado pelo burocratismo e pelo poder econômico. A crise atual escancara também a crise interna do partido, mas este mantém ainda um enraizamento e uma considerável presença na vanguarda social do país (Pont, 2015).

[...] ele expressa interesses de classe, econômicos, políticos e sociais, que convencionamos denominar de esquerda. Há

setores do PT que estão na direita da esquerda. Assim como é evidente que há setores de esquerda que estão à esquerda do PT. Além disso, é evidente que nada é estático: ao longo de 35 anos, o PT manteve-se como um partido de esquerda, mas caminhou em direção ao centro. Não ao ponto de converter-se num partido de centro, nem mesmo de centro-esquerda. A sanha da direita em favor de destruir o PT é prova disto” (Pomar, 2015).

[...] eu poderia dizer que o partido tem um segmento muito forte, ainda de esquerda, porém, vem travestido por tendências de centro-esquerda, tendências, inclusive, até de direita (Fritsch, 2015).

[O PT] teve uma trajetória inicial à esquerda... A partir de meados da década de 1990, a política impressa pela maioria de sua direção faz o PT deixar de ser um partido operário independente e passa a ser aquilo que os leninistas chamam de partido operário burguês. [...] É evidente que, se o PT era a extrema esquerda no espectro político [...] hoje em dia, ele está no centro, para a esquerda. É evidente que não é um partido de direita. Não pode ser, pela sua base social, por mais que ela esteja deteriorada, ruim, a referência ainda é a classe trabalhadora. Não pode ser de esquerda, porque abandonou seus princípios originais (Turra, 2015).

O que acontece é que não tem verdade absoluta. E dependendo de quem fala, o PT é um partido de esquerda, é um partido de centro-esquerda, e quando converso com os companheiros do PSOL, eles me dizem que o PT é um partido de direita. Para mim, o PT ainda é um partido de esquerda sim (Padilha, 2015).

Concebemos como um partido de esquerda, com uma história de partido socialista e com um presente em aberto (Árabe, 2015).

Segundo os relatos, a acepção da maioria dos representantes de tendências petistas é a de que o PT ainda é um partido de esquerda e que já foi mais de esquerda no passado. O posicionamento ideológico do PT no espectro político-partidário nacional está sofrendo alterações com o passar dos anos. Se na década de 1980, o PT se situava na

extrema-esquerda, atualmente, o PT é percebido como um partido de esquerda ou centro-esquerda.

Norberto Bobbio (2001, p. 121) identificou as diferenças entre esquerda e direita com base no conceito de igualdade. Para o filósofo italiano, enquanto a esquerda considera que “os homens são mais iguais que desiguais” (portanto, a maior parte das desigualdades pode ser eliminada), a direita os considera “mais desiguais que iguais” (portanto, a maior parte das desigualdades são naturais e não podem ser eliminadas). Enquanto a direita tende a naturalizar a maioria das desigualdades, a esquerda se propõe a combatê-las.

Além da definição de cunho teórico-conceitual, as concepções de esquerda e direita podem ser percebidas de diferentes formas, dependendo da localidade e do contexto histórico. Assim sendo, um partido é considerado de esquerda ou de direita em relação a outros partidos, do mesmo modo, uma tendência é considerada de esquerda ou de direita em relação a outras tendências. Para Paludo (2015), a tendência hegemônica no PT (CNB) é de centro-esquerda, os governos Lula e Dilma estariam voltados para o centro e centro-esquerda, e a política econômica do segundo governo de Dilma Rousseff, representada pelo neoliberal Joaquim Levy, de direita.

Comumente, tendências e partidos de extrema-esquerda consideraram o PT de centro e até centro-direita.² Por outro lado, também é comum que tendências e partidos de extrema-direita considerem o PT de extrema-esquerda (marxista, gramsciano, bolivariano, bolchevique, etc.).³

² Diversos sítios de organizações trotskistas, como a Liga Bolchevique Internacionalista – LBI (lbi-qi.blogspot.com.br/) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU (www.pstu.org.br/), já não consideram o PT um partido de esquerda, nem mesmo de centro-esquerda.

³ O ultradireitista Olavo de Carvalho se tornou conhecido por divulgar suas ideias acusando o PT de promover uma revolução de caráter marxista, gramsciano e bolivariano na América Latina, tendo como instrumento central o Foro de São Paulo. Ver Carvalho, 2015.

Para o historiador Lincoln Secco (2015, p. 249), o PT está se afastando da esquerda: “é inegável que o partido direcionou suas alianças e práticas ao centro do espectro ideológico, que perdeu seu entusiasmo militante e se tornou um grupo de profissionais envelhecidos na carreira política”.

Segundo Pomar (2005, p. 143), a militância petista apresenta grande dificuldade em fiscalizar e controlar a direção partidária e as “figuras públicas com mandato institucional”, ao mesmo tempo aumentou “a utilização do partido como ‘escada’ para projetos de natureza pessoal, inclusive de pessoas com pouco ou nenhum tipo de vínculo, nem mesmo distante, com as posições do PT e/ou com movimentos sociais que deram origem ao PT”. Para Turra, estas transformações têm feito do PT um partido igual aos outros:

Por exemplo, os sindicalistas se afastaram completamente da direção do partido. Não por uma divisão de tarefas, porque a direção do partido foi assaltada pelos “gravatinhas”, assessor de parlamentar, burocratas do partido. E o partido hoje não tem núcleos de base, não organiza a sua militância. A militância é convocada para a campanha eleitoral e, muitas vezes, é paga para fazer campanha eleitoral. Aí o PT passa a ser um partido igual aos outros que estão por aí. [...] o slogan eleitoral do [Eduardo] Suplicy, quando ele foi candidato a prefeito de São Paulo, era: “o PT é diferente de tudo o que está aí”. Agora está igual a tudo o que está aí (Turra, 2015).

A queda do Muro de Berlim, em 1989, impactou significativamente os partidos de esquerda de vários países, que substituíram programas revolucionários e anticapitalistas por programas de cunho social-democrata, propondo reformas que melhorassem o nível de vida da população, sem que fosse alterada a ordem capitalista, isto é, sem intervir na propriedade privada dos meios de produção.

Partidos social-democratas e comunistas chegaram a aderir ao neoliberalismo, passando a defender a redução do papel social do Estado e a liberalização da economia. Um exemplo típico é o PCB, que

em 1992 sofreu uma grande cisão, quando parte de sua direção, liderada por Roberto Freire, decidiu pela dissolução do partido e fundação de um novo – o Partido Popular Socialista – PPS. Outro grupo de militantes (entre eles o arquiteto Oscar Niemeyer e cartunista Ziraldo) decidiu pela manutenção do PCB. Após o racha e disputas judiciais, o PPS acabou mantendo o número do antigo PCB (23) e o grupo que não aceitou a dissolução manteve o nome, fundando o “novo PCB”, com o número 21.

Outro acontecimento histórico que acabou contribuindo para as transformações ideológicas e pragmáticas do PT, foram as eleições presidenciais de 1989, quando Lula foi derrotado por Fernando Collor por uma diferença de pouco mais de quatro milhões de votos. A derrota teria levado o PT a rever uma série de posições políticas, consideradas “radicais” pelos setores conservadores, como a suspensão do pagamento da dívida externa, que afastava uma parte dos possíveis aliados e do eleitorado mais moderado.

A fim de conquistar a Presidência da República, o PT foi gradualmente ampliando seu leque de alianças e alterando o seu programa. Em meio a isso, intensificou-se a burocratização do partido, a profissionalização da militância, a redução dos núcleos de base e a emergência de grupos que passaram a ocupar cargos de importância, sem estabelecerem conexões com os movimentos sociais e com as bases partidárias. Conforme Secco (2015, p. 181-182), “o comparecimento da militância à rua foi substituído pelos cabos eleitorais profissionalizados. [...] Era a terceirização da militância...”.

Provavelmente, o marco das transformações sofridas pelo partido tenha sido a Carta ao Povo Brasileiro, assinada por Lula em junho 2002 (seis meses antes de assumir a Presidência da República). A carta firmava compromissos com o empresariado e o setor financeiro, entre os quais, o respeito às regras e contratos estabelecidos e a retenção do superávit primário para honrar os compromissos com a dívida pública, caso Lula fosse eleito.

Trata-se do dilema de Przeworski, segundo o qual, os partidos de esquerda só conseguiriam vencer as eleições se ampliassem suas alianças para além de sua base social. Esta “tática” tem sido adotada por vários partidos social-democratas, socialistas e trabalhistas europeus. No entanto, a experiência destes partidos demonstrou que a política de conciliação de classes, que antes era vista como tática (algo pontual, momentâneo), com o tempo, acabou se convertendo em estratégia, ou seja, os meios converteram-se em fins. Se, nos primórdios, a social-democracia era revolucionária, atualmente, grande parte dos partidos social-democratas europeus passaram a adotar políticas neoliberais, de ajuste econômico e redução do papel social do Estado. Ocorre, portanto, uma forte tendência a degeneração ideológica dos partidos de esquerda em prol de uma unidade de classes temporária e frágil.

Há que considerar as diferenças e peculiaridades existentes entre os governos petistas e os governos dos diversos países europeus, representados por partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas. Todavia, há uma diferença crucial entre as políticas de alianças firmadas, tanto pelo PT quanto pelos partidos da esquerda europeia, e a política de alianças concebida por Lênin e Gramsci. Enquanto Lênin dizia que a hegemonia envolvia uma aliança entre o proletário e o camponês (os trabalhadores da cidade e do campo), Gramsci dizia que o conjunto das classes subalternas haveriam de construir o novo bloco histórico. Ambos propuseram alianças de classes, todavia, se preocuparam em distinguir as classes de interesses convergentes das classes de interesses antagônicos.

A influência gramsciana no BE

A contribuição teórica do marxismo

Pelo fato de ter sido fundado por três diferentes correntes políticas e para poder construir uma unidade em torno de propostas políticas concretas para a realidade contemporânea, o BE evitou chegar a uma posição definitiva sobre determinados temas. Por isso, o partido não

concluiu certos debates que envolveria posições diferenciadas entre as correntes, como os debates sobre reforma e revolução (PSR e UDP consideraram-se revolucionários, enquanto a PXXI era majoritariamente reformista). Por esse mesmo motivo, o BE nunca se definiu como marxista e sim como socialista e anticapitalista. Embora tenha evitado fazer referência direta, o marxismo está presente nas avaliações teóricas e de conjuntura da militância bloquista, relatou Carujo:

[...] para não entrar no debate que poderia ser estéril ao seu projeto inicial (por marxismo, muita gente entende coisas muito diferentes), o Bloco decidiu não se definir marxista. É um partido que mantém uma referência ao socialismo e ao anticapitalismo, mantém uma análise da burguesia nacional e mundial na forma como ela extrai a mais-valia. Nos diferentes congressos, podemos interpretar a partir do marxismo a forma como a burguesia domina, tanto em termos nacionais quanto em termos internacionais, mas nunca se encontra uma referência ideológica ao Marx muito direta. [...] A maioria do Bloco tem formação marxista e acha que está a fazer uma política marxista (Carujo, 2015).

Durante a entrevista, Carujo (2015) mencionou o livro escrito por dirigentes do BE, sobre o papel desempenhado pela burguesia nacional portuguesa. Segundo a sua leitura, a burguesia, apesar dos seus discursos de inovação, empreendedorismo e modernização, vive à custa do Estado. Esta visão em relação ao papel político, econômico e cultural representado pela burguesia é certamente influenciada pelo marxismo. Ele também mencionou as teses do BE, que estabelecem que “a burguesia portuguesa é incapaz de construir um projeto nacional, e dar conta dos baixos salários, das contas do Estado, etc. E um novo projeto nacional, modernizador, só pode se fazer na esteira da destruição dos privilégios”. Tais teses, mencionadas por Carujo, são o avesso da que foi defendida pelo PCB (revolução por etapas) e, atualmente, pelos governos petistas, de conciliação com a burguesia nacional.

Fazenda (2015) relatou que BE nunca fez “proselitismo ideológico de fração”, ao tentar promover determinada corrente teórica em detri-

mento de outra. Ele atribuiu um caráter antidogmático ao BE: “nós tínhamos uma expressão que a utilizamos muito: discutimos os caminhos do socialismo, não os santos do socialismo, porque alguns poderiam querer fazer a promoção do Trotsky, fazer a promoção da Rosa Luxemburgo, outros do Stalin...”. Segundo Louçã (2015), o Bloco de Esquerda nunca foi um partido muito hermenêutico em relação aos textos das diferentes correntes de pensamento, diferentemente dos partidos das décadas de 1960 e 1970.

Cardina (2015) explicou que a formação política era feita principalmente no interior das correntes que originaram o BE, portanto, determinados autores do marxismo eram lidos e estudados por determinada corrente e não por outra: “isso fazia com que o PSR lesse Trotsky, mas a UDP não lia Trotsky”.

Por outro lado, Pureza (2015) assinalou que as diferenças entre as referências teóricas das correntes do BE não são muito demarcadas. Para o deputado bloquista, “todos os integrantes do BE “partilham de um mesmo patrimônio de leituras que não varia muito de corrente para corrente”. Entre os autores contemporâneos do marxismo, que são estudados no partido, Pureza elencou Daniel Bensaid, David Harvey e Jacques Rancière.

Além dos autores clássicos do marxismo, variadas correntes pós-marxistas, vinculadas ao pensamento feminista e ao pensamento pós-colonial, também são estudadas no BE. Não apenas o marxismo, mas também o pós-marxismo, são “dimensões necessárias para as emancipações”, afirmou Cardina (2015).

A revista *Vírus* tem contribuído para a difusão do pensamento marxista, especialmente de autores contemporâneos de diversas partes do mundo. Cardina, que atua no Conselho de Redação da revista, relatou a variedade de autores que são escolhidos para compor a seção intitulada “Pensar os Pensadores do Socialismo”. Entre os autores escolhidos para compor a seção constam: Slavoj Žižek, Alain Badiou,

Antônio Gramsci e Ernesto Laclau⁴.

Fazenda (2015) informou que a Cultra tem oferecido uma série de cursos sobre diferentes autores do marxismo, desde os clássicos (Marx, Lênin, Gramsci, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Mao-Tse-Tung) até contemporâneos (Daniel Bansaïd, Slavoj Žižek). O entrevistado lembrou não ter sido oferecido curso sobre Stalin, “porque não tinham inscritos ou não tinham interesse, e seria repudiado, geralmente. Por outro lado, Mao, que era tão ou mais “stalinista” que Stalin, no entanto, teve um curso”, ironizou. Madeira (2015) explicou que o curso sobre Mao-Tse-Tung foi proposto por Fernando Rosas, “que vem de uma organização maoísta daquelas mais radicais”.

Fazenda mencionou a pluralidade político-ideológica que existe no interior do BE: “há libertários, socialistas, social-democratas, comunistas, trotskistas”. Segundo ele, “Marx é uma referência quase universal: até os que têm uma visão social-democrata também possuem alguma leitura marxista”. Portanto, há aqueles que se definem marxistas e aqueles que fazem uso de leituras marxistas, de determinados teóricos do marxismo, embora não se definam marxistas.

O fato de muitos não se definirem marxistas tem a ver com o processo histórico e com a crise do socialismo real, explicou Fazenda (2015): “o número daqueles que se intitulam marxistas no Bloco de Esquerda já é bastante mais diminuto. Porém, há uma simpatia geral pela tradição marxista”.

Com base no que foi relatado, não restam dúvidas de que o pensamento de Marx foi e continua sendo determinante para formação ideológica do BE. Embora o partido não se defina marxista, a história de

⁴ Cardina (2015) explicou que Ernesto Laclau foi escolhido por ser uma das grandes referências teóricas do Podemos, sobretudo, devido a sua contribuição a respeito do populismo, que foge à compreensão do senso comum, para o qual o populismo é algo negativo, que envolve a manipulação das massas. Para ele, o conceito de populismo em Laclau “pode ser também emancipatório, na medida em que consiste na capacidade dos partidos políticos articularem reivindicações que vêm de baixo e reconhecendo que essas reivindicações têm pertinência emancipatória”.

todas suas correntes fundadoras remonta a diferentes interpretações do marxismo.

A influência de Antônio Gramsci

Como vimos anteriormente, nenhuma das organizações que originaram o BE era gramsciana. No entanto, em decorrência das revisões teóricas pelas quais passaram as organizações, leituras de Gramsci e Rosa Luxemburgo foram assimiladas como uma maneira de renovar o marxismo, a partir de uma proposta de socialismo democrático, plural e crítico das experiências do socialismo do Leste Europeu. Fruto desta renovação teórica, “os trotskistas hoje são mais luxemburguistas do que eram; os comunistas hoje são mais gramscianos do que eram”, constatou Fazenda (2015). Apesar de ter aumentado a procura dos filiados pelas leituras gramscianas, as lideranças bloquistas consideram que Gramsci ainda é um autor pouco lido e pouco estudado, não só no partido, mas em toda a esquerda portuguesa. Vejamos alguns relatos:

Acho que há certa apetência da parte do Bloco para estudar esses pensadores, mas tudo isso é internamente muito frágil. [...] Nós sabemos o interesse que tem o estudo sobre Gramsci no Brasil e não tem o mínimo de comparação com o que se passa cá (Madeira, 2015).

É difícil eu dar uma resposta a isso porque não há uma preocupação doutrinária por parte do Bloco em propriamente estimular a aprendizagem ou a discussão em torno do pensamento de Gramsci. Não há nenhuma tendência que se defina gramsciana (Cardina, 2015).

[...] ao longo dos últimos anos Gramsci foi emergindo, foi surgindo nas iniciativas, nas formações políticas das várias correntes e na formação política do Bloco. Mas se me pergunta se é uma pedra basilar da identidade teórica do Bloco de Esquerda o marxismo de Gramsci, não, não diria que seja. [...] O Gramsci não é um autor que tenha grande raiz na extrema esquerda portuguesa (Costa, 2015).

É um fato que Gramsci não foi muito estudado em Portugal. Gramsci não teve influência na esquerda portuguesa, teve alguma influência na esquerda dos anos 1970, no Movimento de Esquerda Socialista. Mas, na verdade, as suas traduções foram sempre muito escassas, houve muito pouco trabalho consistente, era dos autores marxistas menos conhecidos em Portugal (Louçã, 2015).

Para Carujo (2015), a presença de Gramsci no BE é pequena em termos oficiais, mas tem importância em termos de discurso, já que a direção partidária “tem uma formação política forte e alargada que inclui o pensamento gramsciano”. A liderança bloquista lembrou que conceitos gramscianos, como guerra de movimento, guerra de posições, revolução passiva, etc., faziam parte dos documentos oficiais do PSR, bem antes da fundação do BE.

A influência de Gramsci nas universidades portuguesas é bastante limitada. O conservadorismo das universidades faz com que o seu pensamento tenha pouca penetração. Ainda assim, um dos principais focos da influência gramsciana é a Universidade de Coimbra, através do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia, relatou Pureza (2015). Na área de Relações Internacionais, “o conceito de hegemonia como estruturador da ordem internacional é trabalhado por nós e não é trabalhado por mais ninguém”. Porém, “pagamos altíssimo preço por isso, porque é uma coisa relativamente maldita em Portugal”, desabafou o deputado bloquista, que também é professor universitário.

Carujo (2015) explicou que a influência de Gramsci em Portugal tem ocorrido de modo desigual: em meados da década de 1970 as publicações de Gramsci influenciaram, sobretudo, as organizações políticas de esquerda, especialmente durante o período revolucionário. Já nos anos 1980, a teoria gramsciana influenciou mais o meio acadêmico, do que, propriamente, o das organizações políticas e da militância engajada nas lutas sociais.

Gramsci foi pouco difundido pela esquerda portuguesa, já que o PCP mantinha uma rejeição muito grande a todo pensamento que fosse

crítico às experiências soviéticas durante o regime de Stalin. Segundo Costa (2015), tanto o PCP quanto o stalinismo internacionalmente consideraram Gramsci “uma espécie de mártir do comunismo, mas não um teórico do comunismo”. Costa lembrou que, diferentemente do PCP, o PSR chegou a publicar textos de Gramsci nos anos 1970.

Louçã (2015) também relatou que não houve interesse por Gramsci por causa do PCP (muito alinhado ao modelo soviético) e das correntes oriundas deste partido que eram maoístas. “Correntes que surgiam da esquerda em maio de 1968, que cruzava Lukács, Gramsci, Mandel, Che Guevara, eram minoritárias”.

O pensamento teórico de Gramsci foi ignorado pelo PCP devido à crítica ao mecanicismo e a ortodoxia economicista que marcaram o pensamento stalinista e influenciaram as experiências políticas do socialismo do Leste Europeu. Ainda que tenha feito várias críticas a Trotsky, sobretudo, em relação à teoria da revolução permanente, Gramsci parece ter sido mais aceito na corrente trotskista (PSR) do que nas demais correntes da esquerda portuguesa. Vejamos a opinião de Costa sobre a relação entre a esquerda portuguesa e a teoria de Gramsci:

O Partido Comunista Português fez com Gramsci o que fez o stalinismo em termos internacionais: o celebrou como prisioneiro, mas nunca quis estudar o lugar teórico. [...] Isso moldou um pouco a forma como a esquerda anticapitalista e a esquerda revolucionária lideram com o pensamento de Gramsci. Na corrente trotskista foi um pouco diferente, porque Gramsci foi reivindicado a partir dos anos 1970 e publicado (a Filosofia da Práxis, etc.). Algumas das suas obras foram sendo publicadas, mas, também, não era o centro da formação dessa corrente (Costa, 2015).

Fazenda (2015) considerou-se um simpatizante de Gramsci, sobretudo, em relação à importância atribuída aos fatores culturais: “acho que em várias coisas ele foi mais perspicaz do que Lenin, como o problema da emergência do fascismo, o problema já visível do Mussolini na Itália, na época. Ele foi mais previsível do ponto de vista da reação da

burguesia". Obviamente, contribui para esta questão o fato de Gramsci viver o contexto de ascensão do fascismo na Itália, ambiente que Lênin não vivenciou.

Outro aspecto apontado por Fazenda (2015) é a latinidade dos textos de Gramsci, que se percebe tanto na escrita, quanto na "descrição dos aspectos sociais". O fato de Gramsci vir de uma cultura latina facilitou a identificação dos povos latinos com a sua teoria, mesmo inconscientemente. Fazenda fez menção a Lenin, "que disse se lamentar de algumas coisas propostas na Internacional Comunista serem demasiadamente russas". A crítica feita por Lênin consistia, sobretudo, no excesso de centralização do partido bolchevique, o que não era muito aceito na Europa Ocidental.⁵

Vimos que Gramsci contribuiu significativamente para a ideia de descentralização do partido, isto é, para o rompimento das hierarquias rígidas nos estratos do partido e para a definição teórica de "ocidente", na qual a disputa de hegemonia na sociedade civil ganharia maior importância, exigindo menor centralização, tanto do partido quanto do aparelho de Estado.

Para Pureza, dois conceitos gramscianos são muito presentes no Bloco de Esquerda: o conceito de bloco histórico e o conceito de hegemonia. Tais conceitos estão imbricadamente relacionados, pois a conquista de hegemonia é fundamental para que se estabeleça um novo bloco histórico. O conceito de bloco histórico contribuiu para a visão de que a construção do socialismo terá de passar por uma ampla unidade que envolva vários setores sociais ou classes subalternas. Já a hegemonia, ao contrário da visão do senso comum, vai além da "simples dominação política", pois é muito "mais profunda" e muito "mais porosa" dentro da sociedade, explicou o dirigente bloquista.

Pureza (2015) afirmou o BE é o partido que mais tem realizado dis-

⁵ "Quando a 3ª Internacional Comunista discutia seus estatutos, em 1919, Lênin se opôs a propostas que considerava "muito russas" e exageravam a centralização". Domingues, 2005.

cussões a respeito do senso comum e da “hegemonia conservadora ou liberal em Portugal”, e criticou os que se dizem de esquerda, mas acabam por assimilar a visão hegemônica, tornando-se porta-vozes do discurso dominante. Segundo o professor, hegemonia e alienação tem muito em comum, “porque é a conquista das nossas mentalidades para a satisfação dos interesses dominantes que são, afinal de contas, contra nós”.

Vimos nesta seção que a teoria gramsciana possui pequena inserção no meio acadêmico, devido ao conservadorismo presente nas universidades portuguesas. Constatamos também que a maior rejeição ao pensamento gramsciano na esquerda portuguesa advém de correntes marxista-leninistas. E que Gramsci, ainda que não seja um dos grandes pilares teóricos do partido, tem exercido influência em diversas lideranças que já se familiarizaram com os seus conceitos.

A concepção de partido

O “*Manifesto: Começar de Novo*” expressou que o BE seria formalmente um partido, para que pudesse concorrer às eleições, mas, na realidade, seria um movimento “capaz de suscitar, pelas suas propostas, a adesão de quantos nelas se reconheçam e de associar a si o apoio e o empenhamento de correntes organizadas de intervenção política ou social e de múltiplas outras opiniões” (“*Começar de Novo*, 1999). Já a concepção gramsciana identifica o partido ao intelectual coletivo, que representa o conjunto das classes subalternas, centralizando e formando a “vontade coletiva nacional-popular”. Portanto, na perspectiva gramsciana, o partido tem relação direta com a multiplicidade de classes que são exploradas, dominadas, alienadas e subalternizadas nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais com as classes dominantes

Tal como o *manifesto*, a 1ª Convenção Nacional (2000) afirmou que “o Bloco de Esquerda quer ser um novo movimento e não mais um partido”. Segundo as *resoluções*, não se trata de uma crítica à existência de partido, mas “reflete os limites do atual sistema político-partidário quan-

to à capacidade de representação do conjunto de opiniões presentes na sociedade”. A estrutura de organização burocratizada e profissionalizada dos partidos tradicionais prejudica a militância, que deixa de corresponder “a ideia de participação e cidadania ativa”, afirmam as resoluções.

Outra explicação para a caracterização de movimento é a convivência no interior do BE de diversas correntes políticas, com distintas culturas e diferentes formas de interpretação político-filosófica da sociedade. A perspectiva de construção de um partido que seja antes um movimento tem relação com o processo político que resultou na formação do BE, após a unificação de três partidos e de vários grupos políticos.

Conforme os relatos das lideranças, não houve consenso em relação ao partido-movimento: algumas consideraram que o BE é partido-movimento, pois se diferencia substancialmente dos outros partidos em sua forma de organização e funcionamento; outras consideraram que o BE foi um partido-movimento no passado, mas hoje já não é; outras consideraram que o partido não se diferencia dos demais, tanto na sua forma de organização quanto no seu funcionamento. Apesar disso, os *Estatutos* do partido, revistos na 9ª Convenção Nacional (2014, Art. 1º), reiteram que o BE é um partido-movimento:

- 1 – O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãos e cidadãos que assume a forma legal de partido político.
- 2 – O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate às formas de exclusão baseadas em discriminações de caráter étnico, de gênero, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião ou de classe social (*Estatutos do Bloco de Esquerda*, 2014).

Cardina (2015) explicou que a ideia de movimento estava relacionada às manifestações de Seattle, aos Fóruns Sociais e a construção de uma “nova esquerda” vinculada aos novos movimentos sociais.

Louçã (2015) destacou que a lógica de movimento procurou fugir dos moldes dos partidos da esquerda tradicional em Portugal, em especial, do PCP. O BE é “mais aberto à presença dos movimentos sociais e do ativismo”, informou o dirigente bloquista.

Para diferenciar-se da esquerda tradicional e da forma de organização partidária centralizada e burocratizada, o BE se opõe a elaboração de um único horizonte de atuação política e permite que a construção do programa partidário seja um processo aberto a mudanças e adaptações. Porém, esta abertura não pode impedir ou prejudicar a definição conjunta e democrática de prioridades políticas de luta e intervenção.

Conforme as resoluções da 1ª Convenção Nacional, o BE resultou de uma grande diversidade de movimentos de esquerda, com diferentes proposições e culturas políticas. Portanto, o partido não se coloca como um horizonte, mas como uma confluência de diferentes horizontes. Vejamos como as resoluções definem a “lógica de movimento” do BE:

A primeira singularidade visível do Bloco de Esquerda – ser apoiado e impulsionado por vários partidos, e convocar, para esta iniciativa, o arco-íris das tradições políticas da esquerda – decorre da lógica de movimento que escolhemos. [...] Vemos a construção pragmática do Bloco de Esquerda como um processo e não como uma síntese com data previamente marcada para se concluir. Vemos a construção programática do Bloco como parte integrante da dinâmica do movimento, e não separada da definição de prioridades políticas de intervenção. Vemos a construção programática do Bloco como uma acumulação articulada de capacidade propositiva que convoca a pluralidade de tradições e horizontes na esquerda para a sua elaboração. Resoluções da 1ª Convenção Nacional do BE, 2000, p. 19-20).

De acordo com Carujo (2015), uma das justificativas para a caracterização de movimento estaria associada ao propósito de “marcar a diferença”, de diferenciar-se dos outros partidos: “uma esquerda diferente, com pressupostos diferentes, com formas de agir diferentes”. No entanto, ele lamenta que a identificação do BE à ideia de mo-

vimento não tenha se concretizado, devido à pressão institucional e midiática a que o partido foi submetido. A esquerda não institucional, presente nos movimentos sociais em geral, acabou sendo subalternizada em relação à participação institucional, sobretudo parlamentar. Isso acabou afetando a proposta de movimento, de ligação com a sociedade civil. “As estruturas, por exemplo, o local de direções nos conselhos, direções nos distritos, direção nacional, enfim, o organograma do Bloco é de um partido tradicional”, relatou o dirigente da Plataforma Anticapitalista.

Leiria (2015) também considerou que o BE atualmente já não é um movimento. Segundo ele, o partido chegou a ser um movimento no início, quando havia vários líderes ao invés de um líder definitivo e existia uma grande rotatividade entre seus deputados. O Bloco é um partido e seria errado chamá-lo de movimento, afirmou o jornalista. Em seu relato, Leiria lembrou de algumas iniciativas que foram tomadas para tornar o partido mais descentralizado:

[...] quando teve seu grupo parlamentar [o partido] introduzia medidas, como uma rotatividade muito grande dos deputados, por exemplo: se elegiam três deputados, passados uns meses ou um ano, pediam dispensa para entrarem outros nos seus lugares, faziam uma grande rotatividade de deputados, não tinham um coordenador ou um líder definido, eram vários, tinha uma série de características que distinguia de um partido com sua estrutura mais consolidada. Eu acho que houve uma evolução e hoje já não se pode dizer que o Bloco é um movimento, o Bloco é um partido (Leiria, 2015).

Madeira (2015) explicou que a ideia de movimento estaria ligada à “presença nas ruas” e de participação junto aos movimentos sociais sem que esta participação configurasse em “correia de transmissão” do partido, isto é, que fosse assegurada aos movimentos plena autonomia de decisão e atuação política. A concepção de movimento também teria relação com a diversidade de tendências e a não oposição ao surgimento de novas tendências. No entanto, ele lamentou que o partido ficou muito fechado em torno de suas principais lideranças (Miguel

Portas, Francisco Louçã e Luiz Fazenda), o que comprometeu a coesão, principalmente em relação à base. O partido esteve muito voltado para a ação parlamentar e acreditou-se ser possível construir um partido de cima para baixo, com o apoio da mídia, criticou Madeira.

Segundo os relatos, o BE também esteve muito atrelado à sua imagem pública, proporcionada pelos meios de comunicação e pela ação de seus parlamentares. Porém, a perda de espaço na mídia (em função de diversos problemas, que veremos mais adiante) contribuiu para a crise de 2011, resultando na perda de 50% de sua base parlamentar na Assembleia da República. O fato de o Bloco não ter uma base consolidada também contribuiu para o declínio da representação no Parlamento, lembrou Madeira.

Fazenda (2015) defendeu a ideia de que o BE é um partido-movimento, na medida em que respeita a diversidade e a pluralidade, bem como as diferenças culturais, sociais e geográficas que o caracteriza. Se o partido simplesmente seguisse a lógica de decidir segundo a maioria absoluta (uma pessoa, um voto), sem considerar as suas diferenças ideológicas e culturais, não seria partido-movimento, explicou. O dirigente lembrou que as principais forças políticas do BE, que historicamente se unificavam em apenas uma moção (hegemonia partilhada), assumiam a direção sem que fosse obedecido o critério numérico de representação, ou seja, todas tinham o mesmo número de pessoas na Mesa Nacional, apesar de algumas terem mais delegados no Congresso que outras.

Para Pureza (2015), a concepção de partido-movimento difere-se da noção de partido que se impõe verticalmente sobre os movimentos sociais. Para ele, o BE é um partido de movimentos porque desde a sua fundação foi influenciado por diversos movimentos sociais (movimento LGBT, movimento antirracista, movimento alterglobalização, movimento feminista, movimento ambientalista, etc.) que procuraram manter sua independência e autonomia em relação à estrutura partidária, ainda que reconhecessem a importância de haver um instrumento de atuação política que agregasse os seus anseios. Portanto, cabe ao partido unificar

as lutas dos movimentos sociais (obviamente de esquerda, progressistas) e defendê-las nos espaços institucionais.

Nesse sentido, o BE não é totalmente avesso a qualquer forma de centralização, até porque, um partido que não fosse, ainda que minimamente centralizado, deixaria de ser um partido. As *resoluções da 1ª Convenção Nacional* (2000, p.14) caracterizaram o BE como um partido “plural no plano ideológico, coeso nas principais propostas, eficaz na marcação da agenda política e, no plano interno” assumiria “a democracia de cooperação, o valor da experimentação e a liberdade individual como critérios da sua própria construção”.

A existência de um partido político pressupõe que existam determinadas propostas unificadas pelas quais as bases não divirjam. “A lógica de movimento do Bloco de Esquerda tende a centrar-se sobre o que em cada período histórico concreto lhe parece essencial”, afirmaram as resoluções. Nesse sentido, considerou-se central a luta por uma sociedade socialista, sendo fundamental que o partido assuma uma centralidade em torno desta proposta. Por outro lado, as mesmas elucidaram que: “em tudo o que não é essencial [...], a diferença de opiniões é normal e não vemos que tal prejudique a imagem e a capacidade de intervenção do movimento na sociedade” (Resoluções da 1ª Convenção Nacional, 2000, p. 14).

Esta questão programática (da necessidade de haver, ainda que minimamente, alguma forma de centralização), aprovada na primeira Convenção Nacional do BE, tem relação com a concepção gramsciana de partido, para a qual o partido deve elaborar de modo homogêneo e sistemático a vontade coletiva nacional-popular, através da representação e união das classes subalternas em torno de interesses comuns. Para Gramsci, o partido tem importância central nesta elaboração, que ocorre a partir da realidade objetiva concreta e não de modo subjetivista ou espontaneísta. Todavia, ele também compreende que os anseios e sentimentos espontâneos das massas não devem ser ignorados, pois, além dos interesses fundamentais que unem as classes

subalternas em torno de objetivos comuns, existem interesses divergentes, que também podem servir para a autorreflexão e o aprimoramento das estratégias partidárias. Portanto, para o filósofo sardo, o partido tem importância central na elaboração da “vontade coletiva nacional-popular” e, por outro lado, deve permitir a livre manifestação dos sentimentos espontâneos e subjetivos das massas. O BE propõe a centralização em torno de propostas consideradas essenciais e a livre manifestação das tendências, grupos e filiados em torno das questões que não são consideradas centrais. Portanto, há nesta questão uma aproximação entre a teoria gramsciana de partido e a concepção de partido-movimento do Bloco de Esquerda.

Gramsci defende a ideia de centralismo democrático, com a ressalva de que o centralismo democrático não se converta no que ele chamou de centralismo burocrático, modelo partidário no qual forma-se um grupo de dirigentes burocratas que toma as decisões unilateralmente, impedindo os vínculos entre os estratos do partido e impossibilitando que tais decisões sejam respaldadas e representadas pela base partidária. Todavia, tanto o BE quanto o PT, em favor da pluralidade de vozes, movimentos e grupos que os constituem, não adotaram o centralismo democrático, garantindo a existência de tendências internas e diferenciando-se dos partidos da esquerda tradicional, de influência marxista-leninista.

Apesar de Gramsci ter afirmado que o centralismo democrático deveria ser aberto à participação e decisão das bases, havendo fluidez entre os estratos do partido, este conceito tem sido rejeitado pelos novos partidos de esquerda em razão das experiências históricas dos partidos da esquerda tradicional, que deturpam o sentido original do termo. Portanto, o centralismo democrático paulatinamente foi adquirindo a forma de uma burocracia autocrática disfarçada de democracia. Considerando a forma como Gramsci definiu este conceito, não parece haver incompatibilidade entre o centralismo democrático gramsciano e os partidos de tendências.

Para Costa (2015), a ideia de partido-movimento tem relação com a necessidade de o BE atuar tanto na via institucional quanto nos movimentos sociais e demais organismos da sociedade civil. Segundo ele, existem partidos que dão maior ênfase à representação institucional e partidos que enfatizam mais a participação nos movimentos sociais. A atuação nos movimentos sociais e demais organismos da sociedade civil não é exclusividade dos partidos de esquerda: partidos de direita também têm dedicado a “ocupar lugares e dinamizar socialmente em diferentes formas de combate político, e não apenas ao nível das instituições e das representações”, ressaltou Costa. A disputa político-ideológica na sociedade civil envolve forças políticas de esquerda e de direita que formam, nos dizeres de Gramsci, as “modernas trincheiras”.

O BE tem utilizado as expressões “correr por dentro” e “correr por fora” para se referir, respectivamente, à atuação na política institucional (por meio das instituições parlamentares e governos) e a atuação nos movimentos sociais. Uma crítica (que também é autocrítica) feita por várias lideranças bloquistas consiste na excessiva ênfase dedicada à atuação parlamentar, bem como, na dependência da repercussão midiática, em detrimento de uma participação mais efetiva nos movimentos sociais.

Para Cardina (2015), o BE deve investir tanto no “correr por dentro” quanto no “correr por fora”, ou seja, sem privilegiar uma área de atuação em detrimento da outra. A estratégia de atuar nestas duas frentes está relacionada à necessidade de o partido adquirir características de massa e construir uma “hegemonia político-social forte”, que conduza a “ruptura com a ordem capitalista”, explicou. Já Carujo (2015) ressaltou a importância de o partido atuar principalmente nos movimentos sociais, pois o “Bloco tem carência em termos de enraizamento social”.

Por outro lado, Costa (2015) explicou que as expressões “correr por dentro” e “correr por fora” correspondiam à participação política-institucional do BE, ou seja, referiam-se estritamente às “questões de governo”. “Correr por dentro” significava trazer “o Partido Socialista

para a esquerda” e se aliar a ele enquanto parceiro estratégico no governo. Por outro lado, o “correr por fora” referia-se à construção de uma alternativa independente, que levasse a uma “transformação radical da sociedade”. Essa discussão se fez mais intensamente nos primeiros anos após a fundação do BE. Com a aplicação dos programas de austeridade e a intensificação das políticas neoliberais, realizadas pelos governos do PS e do PSD, as possibilidades de alianças governamentais com o PS (“correr por dentro”) foram sendo descartadas em favor da construção de uma plataforma política independente (“correr por fora”). Portanto, a aplicação das políticas neoliberais que afetaram os direitos trabalhistas e o bem-estar social do povo português, conduziram o BE e evitar alianças políticas com o PS. “A ideia de que o Bloco tem que ser portador de uma proposta de alternativa de governo veio mais forte”, relatou Costa.

As discussões acerca da distinção entre “partidos de massas” e “partidos de quadros”, que são muito comuns nos encontros e congressos do PT, são menos frequentes no BE, até porque, a influência das massas neste partido é bem menos significativa. “O Bloco sempre foi um partido pequeno, baseado, sobretudo, em quadros. Eu acho que nunca conseguimos romper essa realidade”, disse Carujo (2015). Além disso, segundo o dirigente bloquista, o fato de muitos militantes dedicarem-se a atuação parlamentar e institucional acabou comprometendo a atuação do partido nos movimentos sociais.

A ênfase dada à participação da militância não profissionalizada⁶ constitui outra característica do partido-movimento. Conforme a moção aprovada na 1ª Convenção Nacional, o PS e o PSD pertencem à tradição de partidos de eleitores, possuindo uma “militância profissionalizada por via do aparelho de Estado e dos sindicatos”. Já o BE é definido como um partido de militância, que privilegia o “ativismo social e político não profissionalizado. “O bloco terá activistas profissionaliza-

⁶ Este fator é relevante tendo em vista que um dos aspectos observados na trajetória do PT foi a crescente profissionalização de sua militância. Ver Betto (2006).

dos na equipa central, mas eles deverão estar em minoria nos Órgãos de decisão” (Resoluções da 1ª Convenção Nacional do BE, 2000, p. 27).

Identificamos várias aproximações e semelhanças entre a concepção de partido em Gramsci e a concepção do BE de partido, especialmente em relação à necessidade de não haver uma estrutura rígida na organização partidária, para que as bases sejam protagonistas e não objetos de manipulação dos líderes do partido. Também verificamos a identificação do BE à noção de intelectual coletivo, sendo o partido compreendido como produto das decisões coletivas e a direção compreendida como emanção das bases partidárias. Nesse sentido, o modelo gramsciano de partido assemelha-se mais ao da “nova esquerda”, isto é, aos partidos de esquerda constituídos nas décadas de 1980 (PT) e 2000 (BE) – menos rígidos, mais democráticos e de estrutura mais fluida – do que a esquerda dos moldes tradicionais, representada pela social-democracia (partidos trabalhistas, socialistas e social-democratas) e pelo marxismo-leninismo (partidos comunistas).

4

O PLANETA EM DISPUTA

Neste capítulo relacionamos o conceito gramsciano de hegemonia com a forma como o PT e o BE compreendem estes conceitos. Para atender a este objetivo, além da consulta bibliográfica e da consulta aos documentos oficiais, foram considerados os depoimentos de lideranças de ambos os partidos.

O PT e a disputa de hegemonia

A concepção petista de hegemonia

O conceito de hegemonia já se fazia presente nos debates e nas discussões teóricas de grupos e tendências antes da fundação do PT. Porém, somente a partir do 4º Encontro Nacional (1986) é que este conceito passou a ser utilizado com maior frequência e rigor teórico nos documentos oficiais. Até então, os principais documentos do PT tinham como eixo central a questão da democracia, que era o principal objetivo a ser conquistado durante o conturbado período de “abertura lenta, gradual e segura” do regime militar.¹ Durante a primeira metade da década de 1980, o PT (juntamente com diversos partidos e movimentos sociais de esquerda e centro-esquerda) lutou intensamente pela redemocratização do país.

¹ O termo abertura “lenta, gradual e segura” vem do governo Geisel, que em consequência das pressões populares para que fosse instaurada a democracia no Brasil, procurou preparar aos poucos a transição, que tinha de ser segura, sobretudo, para manter o aparato autoritário e impedir que a esquerda viesse a comandar o país.

A primeira vez em que o conceito de hegemonia passou a constar em um documento oficial do PT foi em 1980. O documento intitulado *Pontos para a Elaboração do Programa*, escrito por Mário Pedrosa e assinado pela Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT, fazia diversas referências ao conceito. Segundo o documento, o programa do PT deveria se tornar a expressão dos anseios e expectativas dos trabalhadores, ou seja, ser portador da “vontade de hegemonia da classe trabalhadora”. Isso significava que o PT não trazia consigo “receitas prontas” sobre questões programáticas e teórico-políticas; o PT não tinha a pretensão de incutir de forma impositiva o seu programa para a classe trabalhadora, pelo contrário, estaria por construir e elaborar a sua teoria no dia a dia, através de sua participação ativa nas lutas populares e movimentos sociais (Documentos Dossiê, 2016). De acordo com Raul Burgos (1994, p. 120), esta seria a “expressão de uma nova visão do lugar do partido que rejeita a autodefinição de “vanguarda”, próprias de gerações de esquerda anteriores”.

Além da definição de partido aberto à participação e decisão direta das massas (em oposição ao “centralismo burocrático”), o documento incentivou a construção e difusão de escolas nos núcleos partidários, com o objetivo de construir “uma educação para a hegemonia”. Portanto, a educação era compreendida como um importante instrumento para disputar a hegemonia, através do consentimento das massas, para a formação do novo bloco histórico.

O Encontro Nacional Extraordinário, realizado em 1985, fez um longo balanço do processo de redemocratização e das eleições indiretas que escolheriam Tancredo Neves para a Presidência da República. As *Resoluções* deste encontro enfatizaram o movimento liderado pelo PT em defesa das eleições diretas, ao invés de eleições congressuais, e criticaram os “setores progressistas” do PMDB, PCB, PCdoB e MR-8, por terem se submetido à “hegemonia

liberal-burguesa”, integrando a Aliança Democrática² e “legitimando a transição conservadora”.³

As *Resoluções do Encontro Nacional Extraordinário* enfocaram a mudança do panorama político daquele contexto, quando as elites fizeram um pacto para uma transição conservadora⁴, a fim de assegurar que a classe trabalhadora continuasse a ser excluída das decisões políticas. O *modus operandi* utilizado pelas elites foi a “transição por cima”, ou seja, a “liberalização do regime, sem democratização de fato”, muito semelhante à concepção gramsciana de revolução passiva. Segundo o documento, estava a ser construída uma nova hegemonia. No entanto, a hegemonia não era totalmente nova já que as mesmas oligarquias que representavam o poder durante a ditadura militar permaneceram no poder no período pós-ditatorial. Vejamos um trecho da análise das resoluções sobre a “transição por cima” e a “alternativa por baixo” – contraposta pelo PT:

² A Aliança Democrática foi um acordo liderado pelo PMDB e a Frente Liberal (advinda do Partido Democrático Social – PDS, que mais tarde daria origem ao Partido da Frente Liberal – PFL) para conquistar a Presidência da República em 1985. A chapa Tancredo-Sarney foi eleita de forma indireta, através do Congresso, enquanto o PT liderava um movimento por eleições diretas em todos os níveis, com a participação de analfabetos e militares, que na época não podiam votar.

³ Após a eleição de Tancredo em 1985, os três deputados petistas que votaram na chapa Tancredo-Sarney para a Presidência da República (Airton Soares, Bete Mendes e José Eudes) tiveram de deixar o partido por contrariarem a decisão partidária (pediram a desfiliação antes que esta fosse concretizada com a expulsão). Quinze anos depois, o então presidente do PT, José Genoíno, convidou os ex-deputados a retornarem ao partido. Ver Marchi, 2015.

⁴ Ao contrário do processo revolucionário conhecido por Revolução dos Cravos ou Revolução de 25 de Abril, que resultou no fim da ditadura portuguesa em 1974, a derrubada da ditadura militar no Brasil em 1985 não foi consequência de um processo revolucionário, mas da interrupção das contrarrevoluções. “Houve um plano de redemocratização (por volta dos anos 1980) concebido pelas elites dominantes das nações latino-americanas, por intermédio dos Estados Unidos, que serviu para a autopreservação das instituições ligadas ao poder. Com isso, o comprometimento ideológico dos governos que sucederam aos regimes ditatoriais, continuou voltado para os interesses das classes dominantes, representadas pela burguesia financeira e industrial e pelas velhas oligarquias rurais”. Coimbra, 2009.

A principal característica do processo de transição conduzido pelos militares e pelos setores mais conservadores dos partidos políticos, iniciado com a política de abertura do presidente Geisel, era a liberalização do regime, sem democratização de fato. Ou seja, reconstituir a autoridade do Estado com a participação de setores das classes dominantes até então marginalizados: tratava-se de construir uma nova hegemonia. O planejado retorno dos militares aos quartéis previa a continuidade da exclusão das classes populares das decisões políticas, principalmente da sucessão presidencial. Isto parecia assegurado pela vitória eleitoral das forças conservadoras, ditas oposicionistas, no PMDB e no PTB, criando condições para manter indiretas as eleições. Desde essa época, o regime se empenhava para assegurar sua continuidade, ainda que sob novas formas e através de um pacto das elites. Desde essa época, também, lutávamos contra a transição por cima, e a este projeto opúnhamos uma alternativa por baixo, a partir da mobilização e em defesa dos interesses sociais e políticos das grandes majorias (Resoluções do Encontro Nacional Extraordinário do PT – 1998, p. 182-183).

As *Resoluções do IV Encontro Nacional do PT* (1998, p. 215), realizado em 1986, criticaram os dirigentes sindicais que ocupavam cargos de direção no partido, sem “estabelecer as pontes entre a luta econômica de melhoria de condições de vida e trabalho dos trabalhadores e a luta política pela participação nos mecanismos de poder do próprio sistema capitalista e a luta pela transformação social, pelo socialismo”. Esta questão colocada pelo documento é pertinente, na medida em que dirigentes petistas têm subordinado as suas ações ao aspecto econômico-corporativo, comprometendo as propostas estratégicas do partido. Gramsci fez inúmeras críticas ao partido trade-unionista, o qual é excessivamente preso às lutas econômico-corporativas e pontuais, sem se empenhar na construção de uma vontade coletiva nacional-popular que possa resultar numa nova hegemonia e em um novo bloco histórico.

Este mesmo documento (p. 217) afirmou que a militância petista deveria se comprometer em “fazer propaganda do socialismo e discutir [...] a necessidade de um novo poder e de uma nova sociedade”, a fim

de “elevar a consciência, a organização e a mobilização da massa dos trabalhadores”. Estava implícita a necessidade de fazer a “guerra de posições”, de convencer as massas para que elas pudessem defender (e, ao mesmo tempo, elaborar) um projeto de sociedade contrário ao projeto hegemônico das elites. Adiante, o documento fez menção à disputa de hegemonia nas instituições da sociedade civil, interpretando o Estado conforme a definição marxista, isto é, como instrumento a serviço dos interesses das classes dominantes.

[...] o Estado brasileiro é um instrumento da classe burguesa que não pode ser ignorado nem minimizado. Além disso, o Estado, em nome da burguesia, controla direta ou indiretamente grande parte da rede educacional e das atividades culturais e artísticas, da comunicação social (rádio, TV, imprensa etc.), dos sindicatos, federações e confederações, de numerosas entidades da sociedade civil. A burguesia tem, ainda, hegemonia ou predominância significativa nas universidades, nas instituições científicas e técnicas, na maior parte dos serviços públicos, cada vez mais explorados por empresas privadas ou mistas, e em numerosas entidades associativas e representativas. [...] A disputa pela hegemonia sobre as grandes massas que ainda não despertaram para a vida política, ou que despertaram de forma incompleta, com vistas à conquista ou manutenção do poder político, é o eixo que atravessa as ações políticas. A perda momentânea de iniciativa, assim, se é preocupante, não quer dizer que a batalha esteja perdida, da mesma forma que a conquista parcial da iniciativa não significa que a batalha esteja ganha (Resoluções do Encontro Nacional Extraordinário do PT – 1998, p. 249-267).

Conforme a citação, diversos organismos da sociedade civil são, direta ou indiretamente, controlados pelo Estado, porém, de forma não absoluta. Todos estes organismos (na linguagem gramsciana, “aparelhos privados de hegemonia”) são dotados de uma fluidez relativa que permite que ocorra a disputa de hegemonia, mesmo que o Estado exerça neles uma influência muito forte. O documento explicitou também que a disputa de hegemonia é um processo complexo e duradouro, no

qual, “a perda momentânea da iniciativa” não significa que “a batalha esteja perdida” ou a “conquista parcial da iniciativa” também “não significa que a batalha esteja ganha”.

O V Encontro Nacional, realizado em 1987, enfatizou a disputa política nas organizações da sociedade civil. Conforme as *Resoluções* (1998, p. 316), o Estado Brasileiro, apesar de seus “modernos aparelhos coercitivos (forças armadas, serviços de informação, etc.) e de concessões e participação (legislativos, assistência social, centros comunitários, etc.) não tem condições de se fechar completamente às classes subalternas em seu interior”. Portanto, a sociedade civil no Brasil é desenvolvida suficientemente para que exista um processo contínuo de disputa de hegemonia, envolvendo diferentes projetos de sociedade, que são representados por variadas classes e grupos sociais. No entanto, a vinculação entre classes e projetos de sociedade não ocorre de forma automática, pelo contrário, é fruto de um delicado, complexo e contraditório processo de produção, disseminação e assimilação de discursos e visões de mundo. Devido à influência dos meios de comunicação subordinados ao poder econômico e, devido à correlação de forças, muitas vezes desfavorável no processo de disputa hegemônica, é comum que setores das classes subalternas apoiem projetos em favor das classes dominantes. Também pode ocorrer, embora seja menos comum, de setores das classes dominantes apoiarem projetos de interesse das classes subalternas. Exemplo disso é uma parte do empresariado que tem apoiado o PT desde a primeira candidatura de Lula em 1988, quando o seu programa político era muito mais identificado com o socialismo.⁵

Segundo as *Resoluções* do V Encontro (p. 316), “a própria magni-

⁵ “Um dos primeiros capitalistas a se aproximar e apoiar o PT foi Lawrence Pih, o que causava estranhamento. Presidente do grupo Moinho Pacífico, ele ajudou a articular o apoio de empresários às campanhas de Lula. Pih era formado em filosofia na University of Massachusetts e pertencia à mesma geração de Lula (três anos mais velho do que o líder petista). Manteve-se fiel ao PT. A partir de 1994 (com a permissão da nova lei eleitoral) o PT passou a receber vultosos recursos das empresas privadas para campanhas eleitorais e criou lações com muitos capitalistas”. Secco, 2015, p. 107.

tude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E, se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes”. Nota-se que o PT, naquele encontro, atribuía significativa relevância ao conceito de hegemonia, que somente se fazia compreensível sob a perspectiva gramsciana. Portanto, a burguesia, como classe social numericamente minoritária, necessitaria, logicamente, do “consenso e da legitimidade” das classes subalternas para o seu projeto político e para a manutenção do Estado capitalista. Porém, para conseguir o consenso e a legitimidade, o Estado teria de ser formalmente aberto à disputa de diversas classes. Este era o contexto do Brasil pós-ditatorial. Quando as classes dominantes passaram a ter a sua hegemonia ameaçada, em decorrência das lutas sindicais e populares que se unificaram no movimento pelas “Diretas Já”, houve a necessidade de abrir formalmente o regime para que outras classes sociais pudessem representar diferentes projetos políticos.

A preocupação do PT com a disputa de hegemonia na sociedade civil é notória, em diversos documentos aprovados durante o V Encontro. O texto referente à campanha eleitoral de 1988 (p. 341) propôs que três fatores estivessem articulados em “um todo único: a luta econômica e social, a luta política e a luta ideológico-cultural”. Estes fatores articulados entre si correspondem à disputa de hegemonia na sociedade civil, sem a qual uma classe ou grupo social não adquire o consenso necessário para alicerçar um novo bloco histórico e, portando, não consegue exercer supremacia cultural, ideológica, política e econômica sobre o conjunto da sociedade.

Os organismos e instituições da sociedade civil estão constantemente em disputa. Todavia, alguns notoriamente exercem a função de manter a hegemonia das classes dominantes, enquanto outros exercem a função de representar os interesses das classes subalternas na disputa de hegemonia. Conforme as *Resoluções*, o *Programa Democrático-Po-*

pular, apresentado como um projeto alternativo das classes subalternas na disputa de hegemonia, deveria se opor à transição conservadora, com base numa perspectiva socialista. Adiante, um fragmento da análise da disputa de hegemonia elaborada durante o V Encontro:

A burguesia construiu organizações sólidas (FIESP, CNA, CNI etc.), que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras quanto para manter o domínio do aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida, o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e a disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração. [...] Se é verdade que a burguesia, por meio de seus partidos, enfrenta dificuldades para legitimar o projeto de dominação que é a Nova República, é também verdadeiro que no campo das classes trabalhadoras ainda não se construiu um projeto alternativo a essa dominação, apesar da existência do PT. Essa é a principal tarefa do PT no período histórico em que vivemos. Dizendo com todas as letras: a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático-popular, capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios das cidades e do campo. Tal programa deve sintetizar tanto a nossa oposição à Nova República e à transição conservadora quanto apontar no sentido da reorganização socialista de nossa sociedade (Resoluções do V Encontro Nacional do PT, 1998, 317-320).

As *Resoluções do VI Encontro Nacional* (1998, p. 372), realizado em 1989, ainda que não tivessem aprofundado o tema, abordaram ao conceito de hegemonia. Vejamos o que diz o documento: “os trabalhadores já construíram um instrumento capaz de disputar a hegemonia com os partidos burgueses em nível nacional... [...] O PT foi construindo uma hegemonia incontestável no campo do movimento operário e popular”. O instrumento mencionado nas *Resoluções* é o

próprio Partido dos Trabalhadores, que apoiado pelas organizações sindicais (destaque para a CUT) e movimentos sociais, se propõe a fazer avançar a disputa de hegemonia, desta vez, em direção a outro patamar, a Presidência da República.

Mais adiante, as *Resoluções* (p. 399) afirmaram que, “embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo. [...] “governo e poder não se confundem e que a vitória de Lula não pode ser vista como a conquista plena do poder político”. Por outro lado, o mesmo documento diz que “no Brasil, o Executivo Federal concentra tantos recursos e tanta força institucional, que o seu controle permite desencadear mudanças [...] em direção às transformações socialistas”. De acordo com as *Resoluções*, a eleição do presidente Lula levaria a disputa de hegemonia para outro patamar, no qual seria possível realizar reformas estruturais que conduzissem ao socialismo. Todavia, esta visão foi se transformando ao longo dos anos. A partir de 2002, os governos Lula e Dilma (apesar dos avanços na área social) não conseguiram realizar um processo acelerado e radical de reformas que alterassem a ordem social, política e econômica do país. De fato, as vitórias de Lula e Dilma estiveram longe de significar a obtenção plena do poder político.

O VII Encontro Nacional, realizado em 1990, enfatizou a importância da sociedade civil no processo de disputa de hegemonia, todavia, fez poucas referências diretas ao conceito, focando mais diretamente na concepção petista de socialismo. O documento com a mais detalhada elaboração teórica a respeito do conceito de hegemonia foi publicado em 1991, durante o 1º Congresso Nacional do PT. Vejamos o que dizem as *Resoluções*:

[...] a disputa da hegemonia supõe uma ação simultânea no terreno político, social e ideológico. Engloba o trabalho nas instituições, onde atuamos no sentido de alargar as fronteiras da participação, da democracia, da cidadania e da afirmação da sociedade sobre o Estado. Inclui a diversidade das lutas sociais não institucionais e nem sempre legais. Incorporo-

ra a construção dos instrumentos organizativos pelos quais os trabalhadores e a sociedade brasileira poderão definir os rumos do País. Envolve a disputa de ideias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética e de uma nova solidariedade social, que se contraponham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia, hoje, significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país... A disputa de hegemonia é parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária do Brasil – já que entendemos que o poder político se constrói no cotidiano das lutas, no sindicato, na organização dentro da fábrica, no comitê de empresa, na associação de bairro, na escola e no campo (Resoluções do 1º Congresso Nacional do PT, 1998, p. 511-512).

De acordo com as *Resoluções* supracitadas, a hegemonia decorre de um processo de disputa política, social, ideológica e cultural. A sociedade civil, portanto, assume um papel fundamental neste processo, já que suas instituições são espaços que possibilitam essa disputa. Quanto mais a sociedade avança em direção à democratização, através da participação política dos diversos segmentos sociais, maior é a afirmação da sociedade sobre o Estado. Segundo Gramsci, na sociedade regulada (comunismo), a afirmação da sociedade sobre o Estado aconteceria de forma tão intensa que a sociedade política seria absorvida pela sociedade civil.

As *Resoluções do I Congresso* indicaram uma mudança em relação à disputa de hegemonia travada pelo PT: até 1987, a disputa se fazia, “basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária”. Após 1989, pouco depois da derrota apertada de Lula para Collor, a disputa pela hegemonia passou “a incluir a disputa pelo governo federal [...], a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais” (Resoluções do 1º Congresso Nacional do PT, 1998, p. 505).

O X Encontro Nacional, realizado em 1995, destacou a importân-

cia do oligopólio da mídia para a manutenção da hegemonia burguesa: “o peso dos oligopólios que controlam a mídia, acobertados pela lei e pelos favores do Estado, é a principal arma de que dispõem as classes dominantes para construir a hegemonia conservadora, ocultando a realidade social, semeando ilusões e manipulando o imaginário popular...” (Resoluções do X Encontro Nacional, 1998, p. 626).

Em 1999, durante o II Congresso Nacional do PT, foi enfatizada a necessidade de construir “instrumentos públicos de produção e transmissão de informações”. Para isso, seria preciso criar leis que impedissem a “crescente oligopolização – um verdadeiro monopólio de classe – deste instrumento nas mãos de poucas corporações privadas”. Conforme as *Resoluções*, “é no cenário das comunicações que se está a construir a hegemonia das sociedades contemporâneas” (Resoluções do IIº Congresso Nacional do PT, 2016, p. 47).

Já o III Congresso Nacional do PT, de 2007, mencionou a “importância da mídia na disputa de hegemonia na sociedade, dado seu alcance na formação de valores e opiniões”, defendeu a regulamentação das concessões e a criação de emissoras de televisão públicas (Resoluções do 3º Congresso Nacional do PT, 2016, p. 58-60).

Em 2015, quando já apontava a emergência de uma crise econômica no Brasil, as Resoluções do V Congresso Nacional do PT (2016, p. 17) trouxeram uma avaliação em tom de autocrítica em relação às falhas cometidas pelos governos Lula e Dilma, especialmente acerca da incapacidade de dissolverem, ou, ao menos, enfraquecerem o oligopólio da mídia. “O partido e o governo acabaram, assim, adaptados a um regime marcado pelo predomínio do poder econômico, pela limitação da participação popular e pelo monopólio da informação”. Adiante, as *Resoluções* também criticaram a forma como foi conduzido o governo de coalisão:

Outro grave problema foi a deficiência em determinar a correta relação de coalisão interclassista e pluripartidária com disputa de hegemonia. O primado aliancista, da forma

como muitas vezes foi conduzido, reforçou a tendência em converter o PT em braço parlamentar do governo, preliminarmente bloqueando a luta por projetos e ideias na sociedade e no Estado. Uma das principais consequências desta dinâmica foi negligenciar a necessidade de investir na elevação da consciência e da cultura de classe das multidões beneficiadas pela ascensão social. Objetivo que deveria ter mobilizado amplamente os aparatos de comunicação e educação do Estado, além do próprio partido. [...] há ainda um sentimento cristalizado de que o PT nesses 35 anos pouca atenção deu ao quesito comunicação. Essa desatenção fez com que o tema fosse na maioria dos diretórios estaduais e até no diretório nacional tratado como “coisa menor... [...] A negligência com o tema veio à tona nas manifestações de junho de 2013, quando fomos surpreendidos pela convocação massiva via redes sociais de grandes concentrações, somente aí o diretório nacional deu-se conta da importância das novas mídias”. (Resoluções do V Congresso Nacional do PT, 2016, p. 38).

O documento reconheceu que a “coalisão interclassista e pluripartidária”, isto é, a política de conciliação de classes e de amplas alianças partidárias, construída antes da vitória eleitoral de Lula, em 2002, e, posteriormente, ampliada com a participação do PMDB, comprometeu a autonomia do PT, que se distanciou das lutas concretas dos movimentos sociais. As resoluções também apontaram as falhas em não utilizar os meios de comunicação e educação do Estado para elevar a consciência e a cultura de classe. Por fim, o documento enfatizou que não foi atribuída a devida importância à comunicação e a utilização das mídias como instrumentos essenciais e imprescindíveis no processo de disputa de hegemonia na sociedade contemporânea.

Portanto, o conceito de hegemonia foi pouco utilizado pelo PT até o seu 3º Encontro (quando o objetivo emergencial do partido era a luta pela redemocratização); passou a ser mais utilizado e aprofundado nas resoluções aprovadas entre o 4º Encontro e o 1º Congresso (quando a disputa de hegemonia passou a envolver as eleições presidenciais); e tornou a ser pouco mencionado nos documentos elaborados entre o 8º En-

contro e o 5º Congresso (quando o eixo central das resoluções deixou de ser a luta pelo socialismo e passou a ser a luta contra o neoliberalismo).

Adiante, procuramos identificar de que forma as lideranças petistas compreendem o conceito de hegemonia. Ainda que o PT atribua expressiva importância a este conceito, a sua compreensão não é homogênea entre as tendências. Uma das tendências mais “à direita” do partido, a Democracia Radical (DR – que passou a integrar a CNB), chegou a declarar em um documento que “não é necessário conquistar a hegemonia, seja esta entendida como comando ou como infusão ideológica para implementar um projeto político. A sociedade não precisa ser dominada por alguém ou ganha por uma determinada ideologia...” (Brasil Futuro Presente, 1995 apud Secco, 2015, p. 188).

Interrogamos as lideranças petistas sobre a forma como elas concebem o conceito de hegemonia e constatamos algumas diferenças de entendimento acerca deste conceito. Tais diferenças se explicam, em parte, pelo fato de as lideranças representarem tendências variadas, de diferentes matrizes ideológicas, sendo umas “mais gramscianas”, outras menos. As diferenças de opinião entre os depoentes também estão relacionadas às diferentes formações e histórias de participação no partido. Vejamos como as lideranças responderam a esta questão:

Hegemonia é “convencimento” e “coerção” (Pomar, 2015).

Eu acho que é uma correlação de forças, onde nós nos tornamos mais fortes, maiores e conseguimos convencer a minoria a aceitar as diretrizes da maioria (Melo, 2014).

Acho que a disputa de hegemonia, na verdade é uma disputa sobre o conceito da visão de mundo que uma sociedade deve ter (Fritsch, 2015).

A luta pela hegemonia, visando alcançar a direção moral e intelectual na sociedade, é um trabalho constante e demorado, porém, de maior potencial político-transformador no que tange à realidade brasileira atual. Seguramente, o avanço na conquista da hegemonia passa por ampliar os espaços de participação popular efetivamente. Nisso, o partido e o

campo popular desempenham um papel central e estratégico na direção das lutas pela ampliação das conquistas. No nosso entender, a hegemonia só pode ser assegurada pela constância e firmeza dessas lutas e conquistas (Notari, 2016).

É a supremacia, preponderância de uma linha política sobre outra. Tenho concordância com Gramsci: “é o domínio de uma classe social sobre as outras”, ou seja, da burguesia sobre as classes de trabalhadores (Almeida, 2015).

Em primeiro lugar, como um conceito dialético. A hegemonia é a capacidade de influenciar sobre os rumos em um determinado sistema (pode ser o sistema, pode ser o partido, o sistema político da sociedade em geral) (Paludo, 2015).

Verificamos, com base nos relatos acima, que as lideranças petistas entendem a hegemonia de forma compatível com a definição gramsciana, ou seja, como um longo e complexo processo de disputa cultural, ideológica, filosófica e política, em torno de distintos projetos de sociedade, representados por diferentes classes ou grupos sociais, sendo que a classe hegemônica procura consolidar-se através da coerção e do consentimento. Por ser muito abrangente e envolver uma série de outros conceitos, torna-se difícil sintetizar o conceito de hegemonia considerando as suas mais variadas dimensões. Por isso, algumas lideranças enfatizaram determinadas características do conceito, como “coerção e convencimento” e “direção intelectual e moral”, enquanto outras mencionaram o processo de disputa por projetos políticos na sociedade civil. No entanto, algumas lideranças mencionaram aspectos não necessariamente relacionados à concepção gramsciana de hegemonia.

Turra (2015) relacionou o conceito à definição leninista de hegemonia e ao papel que o proletariado exerce ao liderar o processo revolucionário, que inclui outras classes de trabalhadores, como a dos camponeses. Ele lembrou que o conceito gramsciano de bloco histórico, assim como a concepção leninista de hegemonia, defendem a aliança entre os proletários e as “camadas exploradas e oprimidas, ainda que não proletárias”. O representante da OT criticou os que falsificam “a

teoria de Gramsci da hegemonia e do bloco histórico, ampliando esse bloco para a burguesia também”. Segundo ele, o bloco deveria incluir até a pequena-burguesia, por ser uma classe intermediária, que estaria em disputa, mas incluir a burguesia, sob o pretexto de que ela é anti-imperialista ou democrática, já seria “forçação de barra”.

Embora o conceito de hegemonia tenha sido bastante mencionado nas resoluções dos Encontros e Congressos Nacionais do PT (principalmente entre 1984 e 1992) – e também pelas lideranças nacionais das tendências – este conceito é pouco compreendido pela maioria da militância petista e, principalmente, pelos novos filiados, lembrou Padilha (2015): “eu acho que o conceito de hegemonia é um pilar fundamental da luta revolucionária e do referencial socialista. O problema é que nós tivemos muitas adesões que não se apropriam devidamente destes referenciais”.

Mesmo com a vitória de Lula para a Presidência da República, em 2002, o PT não conquistou a hegemonia, daí as dificuldades em concretizar as reformas estruturais. Ainda que ocupar a Presidência equivalha a ocupar um importante espaço no processo de disputa de hegemonia, a ocupação deste posto não representou a conquista da hegemonia, pois a maioria dos outros espaços institucionais e não institucionais de disputa de hegemonia (Congresso, justiça, comunicações, forças armadas) estiveram sob o poder das velhas classes que se mantiveram hegemônicas.

A sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia

Um erro muito comum é a interpretação maniqueísta dos conceitos gramscianos, o que leva a uma leitura superficial dos fenômenos sociais. Tendo em vista que os organismos da sociedade civil são multifacetados e representam distintos interesses ideológicos, Burgos (2015) criticou a visão “reduzida” dos que relacionam a sociedade civil a algo intrinsecamente positivo, benéfico. Geralmente, os partidários desta vi-

são também tendem a relacionar o Estado (no sentido restrito) a algo necessariamente negativo. Burgos apontou os seguintes problemas em relação a esta forma de interpretar o conceito de sociedade civil:

[...] em primeiro lugar, são retirados da sociedade civil instituições fundamentais como as organizações políticas (os partidos políticos, seus institutos, alianças, etc.), as organizações corporativas (sindicatos, associações patronais, associações profissionais, etc.), as associações religiosas (igrejas, cultos, seitas), os meios de comunicação, as instituições de ensino, e, obviamente, as instituições que organizam o mercado como aparelho de hegemonia: as empresas... [...] Em seguida, são retiradas outras formas organizacionais, de maneira alguma tão civis quanto às primeiras: as *organizações secretas ou seletas*... [...] e as “associações do mal” ou, de forma mais apropriada, de caráter mafioso ou delinquencial, como as organizações associadas ao tráfico... [...] os movimentos conservadores, com a denominada Marcha da Família, os grupos cívico-militares, que modelam pelo medo a sociedade civil de diversas regiões rurais à mando das oligarquias rurais, etc. (Burgos, 2015, p. 179-180).

Os movimentos sociais, incluindo os sindicatos, figuram entre os principais aparelhos privados de hegemonia⁶. Vimos anteriormente que o sindicalismo foi uma das principais bases de construção e consolidação do PT. Consequentemente, o partido sempre dedicou grande importância à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tanto que esta organização nunca deixou de ser mencionada nas resoluções dos encontros e congressos. A *Declaração Política* de 1979 já fazia menção à necessidade de criar a central sindical, conforme o trecho a seguir:

O Movimento pelo PT considera também que a luta por uma Central Única dos Trabalhadores é uma reivindicação fundamental de todos os que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa, necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado, a

⁶ O PT sempre exerceu forte influência sobre os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, especialmente a CUT, mas também a UNE (União Nacional dos Estudantes), a CMP (Central de Movimentos Populares) e o MST.

CUT não pode ser resultado de articulações de cúpula; ela se fará por vontade de todos os trabalhadores (Declaração Política, 1998, p. 56).

Como uma parte considerável dos fundadores do PT eram sindicalistas, pode-se dizer que a CUT foi gestada junto com o PT, embora ela tenha sido fundada três anos depois, em 28 de agosto de 1983. Participaram da CUT diversas tendências e grupos, inclusive de outros partidos de esquerda, porém, a central sempre foi hegemonizada pela Articulação Sindical, corrente vinculada à maior tendência petista, a CNB.

Diferentemente da CUT, que já constava nos documentos pré-fundacionais do PT, publicados em 1979, a primeira menção ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) só veio a ocorrer em 1993, durante VIII Encontro Nacional do PT – quase uma década após a fundação do Movimento, em janeiro de 1984. Os documentos anteriores falavam da questão agrária e citavam genericamente os movimentos sociais do campo, mas sem mencionar diretamente o MST.

Uma explicação para esta diferenciação (já que ambos os movimentos foram fundados quase simultaneamente) é o fato de a CUT ter sido sempre hegemonizada pela tendência majoritária do PT, enquanto o MST recebeu, desde a sua origem, influência muito maior da esquerda petista e, em menor proporção, de outros partidos de esquerda.

A partir da década de 1990, a estratégia do PT foi orientada prioritariamente para a disputa de poder na via institucional. Segundo Pomar (2005, p. 96), o PT teria passado por duas mudanças estratégicas fundamentais neste período: 1) a recusa da “estratégia revolucionária de conquista do poder”; 2) “a ênfase na estratégia eleitoral em detrimento da luta social”.

Com o passar dos anos, reduziu-se o número de dirigentes e representantes eleitos pelo PT, advindos dos movimentos social e sindical – o que também tem relação com a estratégia eleitoral adotada como prioritária. Para Melo (2014), a atual legislação, ao permitir o financia-

mento empresarial das campanhas eleitorais, tem contribuído para a redução proporcional dos quadros do PT com origem nestes movimentos. Esse é um motivo pelo qual o PT defendeu a reforma política, observou o dirigente da CUT:

Há uma mudança cultural, porque eminentemente as direções e os deputados [...] vinham da sociedade civil organizada, majoritariamente do movimento sindical. Na bancada que o PT elegeu para a Constituinte, a esmagadora maioria era sindicalista. [...] Então, o PT foi crescendo e foi crescendo a sua participação institucional. [O movimento sindical não tem tanto peso na vida interna do PT como teve no início?] Sem dúvida nenhuma. O sistema eleitoral brasileiro favorece isso, por isso que o PT quer fazer uma reforma política. O PT é vítima dessa política... há uma dificuldade enorme em obter recursos para disputar com os outros partidos. Por isso que o PT defende o financiamento público de campanha. Isso também ocorre dentro do PT, sem dúvida nenhuma. Há dificuldades econômicas para um sindicalista ou para um líder de movimento de bairro ser candidato dentro do PT... Então, isso desestimula as pessoas a serem candidatas (Melo, 2014).

Entre os “aparelhos privados de hegemonia” que mais exercem influência na formação da opinião pública estão os meios de comunicação. No Brasil, estes meios estrategicamente tão importantes estão sujeitos a um grande oligopólio, onde alguns grupos privados detêm a maioria das emissoras de televisão e rádio, além de boa parte da imprensa escrita e portais na internet. Embora sejam os grupos privados os maiores beneficiados, a concessão é estatal. Apesar disso, nenhuma das grandes emissoras de TV é controlada por movimentos sociais, organizações populares ou sindicais, pois nenhum governo (visando preservar a hegemonia) concedeu direito de televisão a estas organizações.

Mesmo nos governos Lula e Dilma, a mídia permaneceu sendo um “aparelho privado de hegemonia” subordinado aos interesses do capital, de tal maneira que a disputa de hegemonia travada nesse âmbito foi extremamente desproporcional: as emissoras de televisão controladas

pelo governo brasileiro, ou seja, que não foram concedidas a grupos privados (como a TV Brasil, a TV Cultura e a NBR) possuem audiência bem mais restrita que as quatro principais emissoras de televisão do Brasil (Band, Record, Globo e SBT). Em muitas localidades do país, apenas a Rede Globo possui sinal. Se o Estado capitalista está a serviço da classe capitalista, conseqüentemente, os meios de comunicação, que dependem da concessão do Estado, também estão a serviço da classe capitalista, já que a manutenção da hegemonia é vital para a sobrevivência do sistema. Vejamos a avaliação de Pomar sobre a relação de dependência entre as empresas de comunicação e o Estado:

É o caso de grande parte das empresas de comunicação. Aparentemente são instituições privadas, mas: a) recebem a concessão do Estado (no caso das rádios e televisões); b) recebem incentivos fiscais na compra de papel (no caso de jornais); c) são financiadas pela publicidade estatal; d) são consideradas estratégicas e, portanto, socorridas por bancos públicos quando estão em dificuldades (vide o caso do *Zero Hora*, durante o governo Olívio Dutra; o caso do *Jornal do Brasil*, durante o governo Itamar; e o caso da Globo, durante o governo Lula) (Pomar, 2005, p. 72).

Pomar (2005, p. 229,230) também lembrou que durante a reforma da Previdência, em 2003, o governo Lula contou com o apoio dos principais meios de comunicação. No entanto, o governo “ganhou a batalha da comunicação e perdeu a batalha da hegemonia, pois ganhou a batalha de comunicação usando as armas (os argumentos) do adversário político-ideológico. [...] É preciso verificar que tipos de valores estão sendo difundidos pela política de comunicação”, propôs o Secretário do Foro de São Paulo.

Em quatorze anos, os governos petistas não enfraqueceram o oligopólio da comunicação, nem criaram instrumentos de comunicação alternativos aos pré-existentes, com igual ou superior poder de alcance, difusão e influência de massa. De acordo com Gramsci, os meios de comunicação são intelectuais coletivos que desempenham na sociedade a função de partidos políticos, influenciando as massas a pensar e

agir politicamente de acordo com os interesses das classes ou grupos as quais representa. Além de não criar instrumentos de comunicação alternativos, “o governo continuou a investir, financeira e politicamente, nos meios de comunicação de massa pré-existentes. Um símbolo desta postura foi o comparecimento de Lula ao enterro de Roberto Marinho, seguido de elogios públicos feitos pelo ministro da Fazenda e pela líder do PT no Senado Federal”, relatou Pomar (2005, p. 229,230).

Portanto, o PT foi paulatinamente subordinando a sua participação nas organizações da sociedade civil à estratégia eleitoral. Além de enfraquecer os movimentos sociais de esquerda⁷, esta estratégia contribuiu para o fortalecimento dos movimentos sociais de direita, que foram gradualmente adquirindo grandes proporções a partir de 2013, até culminar no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

O papel dos intelectuais na disputa de hegemonia

Os intelectuais exercem papel crucial nos espaços que permitem disputar a hegemonia na sociedade civil, como partidos, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais urbanos, associações de bairro, ONGs, movimentos sociais do campo, meios de comunicação, escolas, igrejas, empresas, etc. O intelectual orgânico é aquele que está enraizado em determinada classe social, comprometido com determinados princípios de classe. Portanto, intelectuais orgânicos não são somente as pessoas, individualmente, mas também o partido, que é o intelectual orgânico da classe à qual ele representa. Notari (2016) fez alusão à concepção gramsciana de intelectual, destacando o processo de produção e reprodução de hegemonia. Vejamos um trecho de sua entrevista:

Os intelectuais, na célebre categorização estabelecida por Antonio Gramsci, desempenham papel fundamental na produção e reprodução da ideologia dominante. No processo

⁷ O número de trabalhadores filiados à CUT recuou nos últimos anos do governo Dilma. “Disponível em: www.valor.com.br/brasil/4507796/cut-perde-espaco-como-maior-central-sindical-do-pais. Acesso em: 30 maio 2016.

de luta pela superação da ideologia dominante e, conseqüentemente, da dominância burguesa, os intelectuais orgânicos das classes subalternas devem elaborar a crítica da ideologia dominante na perspectiva de sua superação. Sem dúvida, a educação é um *locus* privilegiado dessa disputa (Notari, 2016).

Para Turra (2015), a função de intelectual seria desempenhada pelo partido, pois, ver o intelectual como indivíduo seria um reducionismo: “o partido é o pedagogo, que educa as massas [...] o intelectual concebido enquanto partido ocupa papel central, “porque a ideologia dominante na sociedade é a ideologia da classe dominante, e o partido é que tem que ser o construtor coletivo da contraideologia da classe dominante”. Mais adiante, ele explicou que “o intelectual orgânico, no sentido individualizado do termo, é aquele que liga o seu destino à emancipação dos oprimidos e de toda forma de opressão”.

Consideramos inconcebível a noção de “partido intelectual” desvinculada da noção de “indivíduo intelectual”, pois existe uma relação dialética em que os indivíduos proporcionam “intelectualidade” aos partidos (o mesmo vale para os demais movimentos sociais), através de sua práxis (relação indissociável entre a teoria e a prática), ao mesmo tempo em que os partidos influenciam intelectualmente os indivíduos. Portanto, se o partido e os indivíduos colaboram com a construção da hegemonia, a definição de intelectual se aplica a ambos os termos, sem que haja a proeminência de um em relação a outro.

Fritsch (2015), por sua vez, mencionou casos de intelectuais comprometidos com a função de construir uma nova hegemonia, mas que acabam perdendo o vínculo direto com as lutas sociais e com os movimentos de massa: “a intelectualidade brasileira hoje está muito enclausurada, desenvolvendo pesquisas, desenvolvendo suas concepções de dentro para dentro. E, na época, os intelectuais da esquerda eram intelectuais que estavam na universidade, mas estavam com um pé fora, com um pé na luta, no movimento”. A dedicação praticamente exclusiva ao mundo acadêmico tem prejudicado a formação

de intelectuais orgânicos, ou seja, aqueles que vivenciam e participam ativamente das lutas sociais.

Padilha (2015) destacou uma mudança em relação à atuação do intelectual nos movimentos sociais. Segundo ele, alguns partidos, atualmente, veem o intelectual tal como ele era concebido pela maioria da esquerda nos anos 1970, ou seja, como “aquele que dava a direção às massas”. No entanto, a função do intelectual já não é mais a mesma, pois ele “deixa de ser o que vai dar a direção e passa a ser aquele que vai contribuir no debate, ajudar na organização, na medida em que ele se apropria de estruturas de conhecimento, de estruturas teóricas que, muitas vezes, as pessoas, por força de seu trabalho, não têm condições de se apropriar”, explicou o representante da CNB.

Portanto, o intelectual deixa de ser visto como aquele que, devido a sua formação teórica, ocupa um patamar acima dos militantes comuns, sendo capaz de “iluminar” e estabelecer unilateralmente as diretrizes do movimento. A contribuição de Padilha é importante porque remete às experiências históricas do regime soviético, em que o partido verticalizado, burocratizado e altamente hierarquizado se confundia com o próprio Estado. Portanto, seus intelectuais, influenciados pelas diretrizes stalinistas, se colocavam acima das bases partidárias, ao contrário da concepção gramsciana, para a qual deve haver fluidez entre os estratos do partido.

Paludo (2015) avaliou que, quando o intelectual assume funções de governo, ele “morre intelectualmente, isso o embrutece, ele vira uma máquina...”. As funções de governo demandam muito tempo e trabalho para realizar aquilo que foi anteriormente pensado e planejado. Isso, porém, não impede que vários intelectuais, filiados ou não ao partido, influenciem diretamente o PT. Alguns intelectuais são “porta-vozes de si mesmo”, mas a maioria não, disse Paludo. “O Leonardo Boff, o Emir Sader, o próprio João Pedro Stédile etc. são intelectuais e também lideranças, eles também são porta-vozes, embora não disputem eleições”. Já os que não são porta-vozes de si mesmo atuam assessorando uma figura

pública e não são tão conhecidos, “como o Marco Aurélio, Luis Dulce, Bernardo Kucinski, vários outros que são uma parte da cabeça pensante do Lula. O Lula é o porta-voz deles”, explicou o dirigente da MS.

Ainda que vários depoentes petistas tenham mencionado os conceitos gramscianos de “intelectual orgânico”, “intelectual tradicional” e “intelectual coletivo”, a compreensão destes conceitos, em alguns casos, não corresponde à definição de Gramsci. Existe certa confusão na forma como a militância de esquerda compreende estes conceitos, principalmente o conceito de intelectual orgânico. Do mesmo modo que setores da esquerda compreendem a sociedade civil como intrinsecamente positiva (o que demonstramos ser um erro), parte expressiva da esquerda também compreende a intelectualidade orgânica como intrinsecamente positiva, estando, portanto, vinculada aos setores politicamente progressistas, de esquerda. Todavia, esta é uma forma de interpretação equivocada, pois existem muitos intelectuais orgânicos de direita, politicamente conservadores e reacionários, que não podem ser ignorados devido a importância que ocupam na manutenção da ordem vigente.

O BE e a disputa de hegemonia

A concepção bloquista de hegemonia

O conceito de hegemonia foi interpretado de diferentes formas pelas lideranças do Bloco de Esquerda. Porém, de modo geral, houve uma confluência entre a concepção gramsciana de hegemonia e o modo como os dirigentes bloquistas compreendem o conceito. Cardina (2015) explicou que a concepção de hegemonia utilizada pelo partido, em seus documentos oficiais e nas atividades de formação oferecidas para a militância, tem origem gramsciana. Para ele, o conceito de hegemonia está relacionado à construção de “um campo popular à esquerda que disputa aquilo que é hegemonia da direita e, portanto, cria lógicas contra hegemônicas capazes de vencer”. O dirigente bloquista citou algumas iniciativas concretas envolvendo a disputa de hegemonia, para a des-

construção do “senso comum austeritário” na sociedade portuguesa, como a publicação de livros e o papel desempenhado pelo Teatro do Oprimido (TO⁸).

Eu posso dar um exemplo no campo político-cultural. [...] O José Soeiro tem uma atividade muito particular ao trazer o Teatro do Oprimido para dentro do ativismo. Eu, José Soeiro e Nuno Serra fizemos um livro chamado: “Não Acredite em tudo o que Pensa: Mitos do Senso Comum na Era da Austeridade”, que, na prática, é o resultado indireto de uma série de debates que na Cultra tinha existido. O livro é uma compilação de 18 questões que buscam desmontar o mito do senso comum. Por exemplo: há professores a mais? Os políticos são todos iguais? Vivemos acima das nossas possibilidades? Este é um discurso muito recorrente na crise, que leva a auto culpabilização. [...] O que nós procuramos fazer com isso? Procuramos combater a hegemonia do senso comum austeritário na população (Cardina, 2015).

Pureza (2015), tal como Cardina, considerou que a concepção de hegemonia predominante no BE é de “inspiração gramsciana, mesmo que uma parte importante dos militantes nunca tenha lido Gramsci”. O conceito de hegemonia é apreendido pelos ativistas do BE como uma “relação de poder, como conquista das consciências para um projeto de poder...”. Embora tenha sido fundado por algumas correntes oriundas do PCP e influenciadas pelo marxismo-leninismo, o entendimento do conceito de hegemonia no BE, segundo Pureza, tem maior identificação com a teoria de Gramsci do que com a teoria de Lênin.

Leiria (2015) citou como exemplo de disputa de hegemonia o entendimento da sociedade portuguesa em relação à crise da dívida. Segundo o entrevistado, há aqueles que, influenciados pela direita, pen-

⁸ O Teatro do Oprimido (TO) é um movimento teatral criado pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal. O movimento visa democratizar e popularizar as práticas teatrais, proporcionando um enfoque crítico e transformador da realidade. Iniciado na década de 1960, o TO é apoiado por diversas organizações populares, sindicatos e movimentos sociais de vários países, principalmente da América Latina. Associação Internacional do Teatro do Oprimido. Disponível em: jsirri.org/. Acesso em: 6 dez. 2016.

sam que a dívida decorre do excesso de gastos dos portugueses, no sentido de viverem acima de suas possibilidades. E há também aqueles que, influenciados pela esquerda, pensam que a dívida não corresponde à realidade, pois foi produzida pelos recursos financeiros disponibilizados pelo Estado para o salvamento dos bancos e intensificada pelas altas taxas de juros, o que a torna impagável. No entanto, a ideia de que dívida é impagável e que deve ser renegociada tende a ganhar força na sociedade portuguesa, avaliou.

O jornalista da revista *Vírus* também relatou que essa “grande disputa por uma ideia central”, isto é, o pagamento ou não da dívida, significa “o futuro da orientação de todo o país [...] de toda economia e até de todo o sistema político”, tendo em vista que o modelo atual de “democracia”, na era da globalização e da financeirização, não corresponde à vontade e a livre decisão dos cidadãos portugueses: “vivemos ultimamente um sistema político em que um corpo não eleito, que é a troika⁹ (que ninguém elegeram), manda mais do que um governo eleito” (Leiria, 2015).

A disputa de hegemonia tem o propósito, segundo Leiria (2015), de “ganhar ‘os corações e as mentes’ das pessoas para determinada política”, e isso se faz “com intervenção política nos movimentos sociais, nos sindicatos, e também no parlamento, na mídia, etc.”. Já Madeira (2015) considerou o conceito de hegemonia relevante, na medida em que, numa democracia, há a necessidade de “disputar influências várias a nível social”. Portanto, hegemonia seria, a capacidade de adquirir influência nas massas a partir de “determinados conceitos, determinadas orientações e, no fundo, procurar com o debate adquirir influência política, social, cultural”. Partindo desta mesma linha de raciocínio, Louçã (2015) identificou o conceito à “ideia gramsciana de que a esquerda tem que disputar com a burguesia a liderança do país”. Cos-

⁹ Troika é um termo utilizado para designar as relações de cooperação entre as organizações financeiras que mais exercem influência nos países da União Europeia integrantes da Zona do Euro. São elas: o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia.

ta (2015), por sua vez, considerou que a hegemonia é compreendida no BE segundo o entendimento do senso comum, ou como “domínio opressivo” ou como “força dirigente”.

Fazenda (2015) explicou que o conceito tem pode ter várias interpretações no BE: o militante da base o compreende como maioria, enquanto o militante mais politizado o concebe como liderança de uma aliança. Fazenda interpretou conceito com base na teoria leninista: “quando Lenine falava de hegemonia do proletariado ele defendia a aliança do operário com o camponês, ou seja, certa forma de aliança dos operários com classes médias”. Segundo a concepção leninista, o operariado haveria de liderar outras classes no processo revolucionário: “Lenine dizia que hegemonia é a capacidade da classe operária, representada pelo seu partido, o partido comunista bolchevique, de liderar uma vasta aliança social”. Houve uma má interpretação dessa concepção leninista por parte dos stalinistas, criticou Fazenda: “tiraram daí à conclusão do partido único, que foi uma deturpação trágica das ideias do comunismo”.

Vimos que o conceito de hegemonia em Gramsci é mais amplo e complexo do que o conceito leninista de hegemonia. A hegemonia em Gramsci também envolve a liderança numa aliança, mas, sobretudo, a disputa ideológica, política, cultural e moral na sociedade civil, através da participação direta das classes e de seus intelectuais orgânicos nos aparelhos privados de hegemonia, objetivando o apoio popular para a viabilização e sustentação de um projeto político.

Embora concebesse a hegemonia a partir da perspectiva leninista, Fazenda (2015) aproximou-se da visão gramsciana quando disse que “uma hegemonia política para a transição da sociedade não é meramente uma transição de governo, [pois] precisa de uma hegemonia cultural”. Todavia, ele considerou que o conceito de hegemonia cultural está atualmente em crise por conta dos novos padrões culturais, que afetam, sobretudo, a cultura do trabalho: “nós não temos mais a cultura operária do princípio do século XX, em contraponto com a cultura burguesa aristocrata da mesma época”, avaliou.

Se considerarmos que vivemos numa sociedade em que as classes sociais são por um lado, cada vez menos demarcadas ideologicamente e por outro, cada vez mais heterogêneas, torna-se muito mais complexo definir os padrões culturais atuais para o conjunto das classes subalternas. Porém, essa dificuldade não torna menos fundamental à disputa de projetos culturais e ideológicos no âmbito da sociedade civil, sem a qual, novos projetos de sociedade não poderão triunfar.

Os depoimentos das lideranças bloquistas apontaram que, no partido, há várias formas de interpretação do conceito de hegemonia: a interpretação do senso comum, a interpretação segundo a definição leninista e a interpretação segundo a definição gramsciana. Todavia, a maioria dos entrevistados compreenderam o conceito conforme a definição gramsciana.

A sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia

A sociedade civil constitui-se no espaço privilegiado de construção e de disputas de hegemonia entre os diversos grupos e classes sociais. Disso resulta a importância de o BE em atuar nas atividades extraparlamentares e extrainstitucionais, participando dos movimentos sociais e dos demais espaços da sociedade civil.

De acordo com Pureza, a participação política nos movimentos e organismos da sociedade civil sempre esteve presente na cultura política do BE. Segundo ele, é na sociedade civil de onde decorrem as mudanças mais profundas, porque é o espaço de disputa de hegemonia, tanto no sentido leninista, enquanto “política organizada”, quanto no sentido gramsciano, “no sentido das apreciações, do discurso, da visão do futuro, etc.”. Pureza (2015) concebeu a sociedade civil como um espaço em que as “relações sociais são completamente distintas daquelas que predominam” na vida político-institucional da sociedade, ou na sociedade política. A sociedade civil é o espaço onde ocorre a contestação, as mudanças sociais, a produção de novos discursos e novas

imagens sociais que poderão fazer frente ao pensamento hegemônico. “Eu creio que na cultura política do Bloco, a sociedade civil, compreendida como Gramsci a entende, tem uma centralidade enorme”, conclui.

Os documentos oficiais do BE apontaram para a autonomia dos movimentos sociais, entre eles o movimento sindical. O partido deve evitar que a autonomia, a identidade e a cultura política dos movimentos sociais sejam comprometidas ou prejudicadas em função da participação de seus militantes nos movimentos. Nesse sentido, não caberia ao BE determinar “conteúdos, discursos e agendas” dos movimentos sociais, mas “servir de complemento, servir de reforço para as atuações setoriais”, explicou Pureza (2015). Para ele, a atuação do BE junto aos sindicatos tem priorizado a unidade em torno de objetivos comuns, com pessoas de grupos e organizações variadas, ao invés da atuação “quimicamente pura”, isto é, formada apenas por integrantes bloquistas. Vejamos um trecho da entrevista com Pureza:

Portanto, isso tem permitido que os bloquistas se articulem com gente muito variada e não gente exclusivamente da mesma corrente... [...] não há lugar para uma relação de direção dos movimentos por parte da direção partidária. É justamente porque nós não entendemos a sociedade e a transformação social dessa maneira, ou seja, é realmente no campo da sociedade civil com a sua autonomia própria que se verificam esses processos (Pureza, 2015).

Todas as lideranças entrevistadas afirmaram que os assuntos internos dos movimentos sociais não são decididos no BE: “o Bloco nunca teve uma facção sindical que discuta no partido aquilo que os sindicatos vão fazer”, assegurou Leiria (2015). Cardina (2015) afirmou que o BE deve ter o cuidado para “não transformar os movimentos em ‘megafones’ do partido”.

Já Madeira (2015) explicou que a decisão de garantir a autonomia dos movimentos sociais vai de encontro à concepção ortodoxa de conceber “o movimento ou sindicato como ‘correia de transmissão’ do partido. Em tese, os militantes do Bloco [...] não devem procurar arregi-

mentar os movimentos sociais”, porém, a questão é saber “como esses processos de transmissão se fazem informalmente”, questionou.

Apesar de reconhecerem a importância da atuação do BE junto aos organismos da sociedade civil, especialmente em relação aos movimentos sociais, várias lideranças entrevistadas afirmaram que Portugal não conta com um número expressivo de movimentos sociais organizados, inclusive no meio sindical. Para Costa (2015), há uma “desertificação do movimento sindical” por conta da redução da taxa de sindicalização e da diminuição do número de greves nos países da Europa Ocidental: “isso faz com que as formas de expressão da sociedade civil na luta de classes e no conflito social sejam hoje muito diferentes das que eram em meados do século XX”. No entanto, a redução da participação sindical não inviabiliza que o partido atue em outras áreas da sociedade civil, como nos diversos movimentos setoriais. Do contrário “o partido transforma-se numa máquina institucional, numa espécie de aparelho que não tem qualquer vínculo com o pulsar da luta social”, conclui o dirigente bloquista.

Para Carujo (2015), os núcleos contra-hegemônicos expressos nos movimentos sociais são restritos na sociedade portuguesa. Ainda que o BE tenha atribuído uma dedicação especial (para não dizer prioritária – já que isso não é consenso no partido) à atuação institucionalizada, ele considerou que tanto a direção quanto a militância têm se empenhado em “construir movimentos sociais” e “construir contra-hegemonia”, mas não há capacidade para tudo isso”. Já Madeira (2015) relatou as limitações em se disputar a hegemonia em Portugal. Para ele, a influência social, política e cultural, “não se asseguram de forma difusa, é preciso encontrar o enquadramento orgânico para que estas questões funcionem um pouco em mosaico, de forma mais alargada”.

A sociedade contemporânea é caracterizada por mudanças importantes no mundo do trabalho, tanto que o sindicalismo tem diminuído na Europa Ocidental (como relatou Costa) e outros movimentos sociais vêm adquirindo expressão, como o movimento dos precários em Portu-

gal. Além destes, outros movimentos têm se destacado desde a origem do BE, como os que lutam por questões de gênero, etnicidade, direitos sexuais, direitos dos imigrantes, etc. Tendo em vista a diversidade de movimentos sociais e a importância em conquistar a hegemonia, o BE tem utilizado a expressão “emancipações” para se referir ao conjunto de lutas e reivindicações de todos os movimentos que apoia.

Pureza (2015) explicou que, por ter sido construído por diversos movimentos, o BE não deve hierarquizar rigidamente as formas de luta política e social. Portanto, a luta por direitos dos homossexuais deve ter a mesma prioridade que a luta por direitos trabalhistas, a luta por direitos das mulheres, a mesma prioridade que a luta por direitos dos imigrantes e assim por diante. “A gente percebe que a cultura que oprime o trabalhador é a mesma que, em última análise, se exprime na opressão do homossexual [...] é a mesma cultura, é a mesma visão de mundo opressora, colonizadora das mentalidades e das políticas”, concluiu.

Diferentemente do PT, que sempre esteve enraizado em diversos movimentos da sociedade civil organizada, o BE não é um partido de massas, ainda que mantenha fortes vínculos com movimentos sociais. Como vimos anteriormente, os movimentos sociais são ideologicamente influenciados por distintas bandeiras e correntes, tanto à esquerda, quanto à direita. Embora o BE tenha afirmado muitas vezes (e este é o entendimento de suas lideranças) que não pretende conduzir os movimentos sociais e sindicatos, ou seja, roubar-lhes sua autonomia, certamente, o partido pretende influenciá-los de modo que estes se somem à esquerda, constituindo uma grande bloco, para além do Bloco de Esquerda. Se se quer disputar a hegemonia, há que se construir um projeto nacional-popular, explicou Gramsci.

O papel dos intelectuais na disputa de hegemonia

A sociedade civil, enquanto espaço privilegiado de disputa de hegemonia, é o “palco” no qual as diferentes forças políticas, econômicas,

culturais e ideológicas estão constantemente em conflito, tendo como atores os intelectuais individuais e coletivos.

Portanto, a função desempenhada pelos intelectuais na sociedade é essencial para a compreensão do processo de disputa de hegemonia.

Todavia, há que diferenciar os intelectuais no sentido estrito, isto é, aqueles que exercem a função de intelectuais, e os intelectuais no sentido amplo, no qual “todos são intelectuais” ou “todos são filósofos”. Portanto, no sentido amplo, os intelectuais são todos os que exercem alguma função de disputa de hegemonia na sociedade.

De acordo com Pureza (2015), os atores da produção intelectual do BE são vários: não apenas os que tradicionalmente exercem a função de intelectuais, como professores universitários, jornalistas e pesquisadores em geral, mas também intelectuais coletivos como os movimentos sociais. Estes intelectuais coletivos têm grande importância por serem “instâncias de formação”, por contribuírem para a produção de discursos e para a produção de horizontes, disse o parlamentar bloquista.

Cardina (2015) explicou que não há no BE um setor específico de intelectuais, diferentemente do PCP, que conta com um setor de intelectuais. “O Bloco não tem um discurso sobre o intelectual como um grupo social autônomo. Não temos a lógica do setor intelectual que pensa, depois, do setor sindical, que é vanguarda”. Pureza (2015) corroborou com a afirmação de Cardina, ao dizer que o BE não visa “separar, autonomizar o setor dos trabalhadores e, depois, o setor dos intelectuais”, como na “tradição comunista europeia”.

Embora não tenha um setor específico de intelectuais, Carujo (2015) falou que os membros da Mesa Nacional do BE são intelectualizados: são professores universitários, investigadores, artistas, membros das seções culturais, etc. Para ele, na sociedade portuguesa, “o intelectual público nunca tem influência de massas”, pois Portugal é um país pequeno, com um pequeno território e uma pequena população. “Um intelectual bem-sucedido, por assim dizer, é uma pessoa que seja

reconhecida, minimamente, com presença nas televisões ou nos jornais, mas é sempre um grupo com um nível de capacidade muito limitada para chegar às massas”.

Louçã (2015) admitiu que “os principais porta-vozes públicos foram intelectuais”, mas há alguns membros do partido que não exercem o papel de intelectuais, como o metalúrgico Antônio Chora, que foi deputado da Assembleia da República pelo BE.

O fato de muitas lideranças do BE exercerem a função de intelectuais os leva a lidarem com a disputa de hegemonia em sua vida diária. Para Pureza (2015), a disputa de hegemonia se faz no dia-a-dia, inclusive na atuação profissional: “eu acho que (passa a imodéstia) sou um destes, o que eu faço na minha vida profissional é isso, portanto, não sou capaz de dissociar isso da minha participação do Bloco”.

Fazenda (2015) defendeu a ideia gramsciana de intelectual orgânico. Porém, para ele, a defesa de tal posicionamento é pouco comum nas esquerdas, até mesmo em partidários marxistas: “acho que há certa deriva liberal acerca disso”, comentou. Por outro lado, Madeira (2015) disse ser difícil aplicar este conceito aos intelectuais do BE.

Esta discussão sobre a intelectualidade também não foi unânime entre as lideranças do BE. Alguns entrevistados distinguiram intelectuais individuais de intelectuais coletivos, outros disseram concordar com a noção de intelectualidade orgânica, outros consideraram este conceito de difícil aplicação no partido. Na concepção gramsciana, o intelectual orgânico é porta-voz da classe à qual pertence, podendo representar as classes hegemônicas ou as classes subalternas, adotar uma posição conservadora ou revolucionária, defender um projeto político de direita ou de esquerda etc. Nesse sentido, o intelectual orgânico é aquele que está inserido no processo de disputa de hegemonia, influenciando a sociedade a pensar conforme os interesses da classe à qual representa.

5

OUTRO MUNDO É POSSÍVEL!

Neste capítulo relacionamos o conceito gramsciano de socialismo com a forma como o PT e o BE compreendem estes conceitos. Para atender a este objetivo, além da consulta bibliográfica e da consulta aos documentos oficiais, foram considerados os depoimentos de lideranças de ambos os partidos.

O socialismo petista

A concepção de socialismo

O PT se definiu como partido socialista antes de sua fundação oficial. Em sua Carta de Princípios (1998, p. 54), assinada pela Comissão Nacional Provisória, em 1º de maio de 1979, o PT afirmou a famosa frase: “não há socialismo sem democracia, nem democracia sem socialismo”. O documento também elucidou que “um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior”. Para alguns autores, como Francisco Weffort, o PT ainda não havia se definido como partido socialista até a realização de seu Primeiro Encontro Nacional em 1981¹. No entanto, a citação supracitada evidencia o comprometimento do PT com o socialismo e com a democracia um ano antes de sua fundação. Mas será a partir de seu Primeiro Encontro Nacional, que o partido retomará e aprofundará a sua concepção de socialismo.

¹ Ver Wladimir Pomar, 1998, p. 35.

O I Encontro Nacional estabeleceu que o socialismo petista é democrático e crítico em relação às experiências históricas do socialismo real e da social-democracia europeia. Todavia, o documento destacou que o PT não seguirá um modelo pronto de socialismo, importado de outra realidade e em outro contexto histórico, nem terá como referência um teórico do socialismo específico, que haveria de “iluminar” as decisões do partido. O discurso proferido por Lula naquele Encontro apontou que o socialismo “se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares... [...] irá se definindo nas lutas do dia-a-dia... [...] terá que ser a emancipação dos trabalhadores...”. Em seu discurso, Lula disse que “o mundo caminha para o socialismo”, mas que este não poderia ser um paliativo para o capitalismo nem uma burocracia socialista (Silva, 1998, p. 113). Se, por um lado, o PT não pretendia seguir um modelo pronto de socialismo nem um autor específico que norteasse as suas diretrizes, por outro, esse discurso serviu para adiar as decisões a respeito de uma formulação teórica mais aprofundada do socialismo, ou de como seria o “socialismo petista”.

Em 1986, as *Resoluções do IV Encontro Nacional* (1998, p. 253) enfocaram as alianças políticas e as estratégias para a economia socialista. As alianças deveriam ocorrer entre os diversos setores da classe trabalhadora, sendo “impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista”. As Resoluções também afirmaram ser “necessário abandonar de vez a ilusão de que seja possível manter uma tática antagonista à estratégia ou de que, com palavras e discursos hábeis, seja viável enganar momentaneamente as forças sociais e políticas contrárias ao socialismo”.

Porém, se a estratégia era o socialismo, os acordos com setores não socialistas não poderiam ser mantidos ou consolidados para não comprometer a estratégia, a não ser que estes fossem estritamente táticos, isto é, circunstanciais e pontuais. Todavia, a partir de 2002, após a publicação da *Carta ao Povo Brasileiro*, o PT passou a construir alianças prolongadas com setores da burguesia.

Ao abordar a estratégia para a economia socialista, o mesmo documento (1998, p. 253-254) elucidou que a propriedade privada dos meios de produção não deveria ser suprimida ou substituída imediatamente pela propriedade social, nem deveria ser implementada a total planificação da economia, a exemplo das experiências dos países do Bloco Soviético. “Se no Brasil existem numerosas empresas capitalistas que deverão ser transformadas em propriedade social, por outro lado existem milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários cujos meios de produção não são possíveis de estatizar ou mesmo coletivizar imediatamente”. Diante disso, a alternativa não seria a estatização total da economia, mas a utilização de variadas e múltiplas formas de produção, como empresas estatais, cooperativas, pequena produção individual e pequenas propriedades familiares. Conforme as *Resoluções* (p. 254), a adoção (por vários países) de uma economia integralmente estatal resultou em diversos problemas, como a burocratização, a “estagnação” e o “desequilíbrio entre produção e consumo”.

As *Resoluções do V Encontro Nacional* de 1987 (1998, p. 314) diferenciaram a burguesia da pequena burguesia e defenderam uma aliança tática entre esta última e a classe trabalhadora. Embora a burguesia fosse considerada “a inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores”, o documento destacou que a “classe burguesa”, longe de ser homogênea, abrange um conjunto amplo de estratos ou grupos sociais, com distintos interesses político-ideológicos: “muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola”. Tal generalização ignora os grupos sociais (pequena burguesia) que “possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista”, afirmaram as *Resoluções*.

Em relação à questão econômica, as *Resoluções* (1988, p. 315) elencaram os setores da economia que deveriam ser estatizados após a

conquista do poder, devendo ser transformados imediatamente em empresas socialistas, estatais ou coletivas. São eles: “grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, grandes empresas comerciais e de serviços e bancos”. O documento também mencionou os setores que, ao desenvolverem-se “com absorção de mão de obra e com atendimento a uma série enorme de bens e serviços considerados secundários e de baixa rentabilidade”, deveriam permanecer na forma de propriedade privada. São eles: “pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos”. A seguir, as *Resoluções* consideraram a aliança da classe trabalhadora com a pequena burguesia uma questão estratégica, visando tanto à destruição do capitalismo quanto a construção do socialismo. Cabe destacar que, na época, as alianças eram admitidas apenas com a pequena burguesia, nunca com a grande burguesia nem, tampouco, com o setor financeiro. Vejamos um fragmento das resoluções do V Encontro:

A pequena produção serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas, contribua para que não haja escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa, sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho. Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. [...] O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a exigência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social da construção socialista geram diferentes contradições no terreno da política. Isso nos remete, basicamente, para a relação do socialismo com a democracia (Resoluções do V Encontro Nacional, 1998, p. 314-315).

O mesmo documento também estabeleceu que, no projeto pequista de socialismo, estivessem incluídas as pautas de diversos tipos de

movimentos sociais e suas lutas específicas, tais como as lutas feministas, do movimento negro, da juventude, dos homossexuais, do movimento ambiental. Admitiu-se alianças estratégicas apenas com a classe trabalhadora e partidos comunistas, socialistas e de trabalhadores. “Não há aliança estratégica com setores da burguesia”. Já em relação às alianças táticas (pontuais, temporárias) incluem-se nelas “alguns setores burgueses e liberais”, afirmaram as resoluções (1998, p. 325-326). Contudo, não foram considerados os conteúdos que norteariam as alianças, bem como o tempo de duração das mesmas.

As Resoluções do VI Encontro Nacional de 1989 (1998, p. 398) consideraram necessário o enfrentamento de classes como pré-condição a uma revolução socialista. “Um governo popular [...] forçosamente, terá de enfrentar-se com os interesses dominantes na sociedade brasileira que se expressam, hoje, na dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista, sobre a economia”. Mais adiante, as *Resoluções* enfatizaram que “nem os limites institucionais (Constituição de 1988, Congresso Nacional, Poder judiciário reacionário) nem os não-institucionais (tutela militar, hegemonia política da burguesia, monopólio dos meios de comunicação, propriedade dos meios de produção)” poderiam determinar o programa partidário e o “objetivo de construir uma sociedade socialista”.

Se pensarmos nas experiências dos governos Lula e Dilma, entre 2002 e 2016, veremos que o enfrentamento aos interesses das elites não foi feito. Houve negociações, acordos e alianças com diversos setores, como o agronegócio (representado por Roberto Rodrigues e Kátia Abreu, escolhidos para compor os ministérios de Lula e Dilma Rousseff, respectivamente) e o setor bancário (representado por Henrique Meirelles, que presidiu o Banco Central nos governos Lula; e Joaquim Levy, que assumiu o Ministério da Fazenda no segundo governo Dilma Rousseff). Estas alianças com setores da burguesia não se configuraram em táticas (pontuais), como previa as resoluções do 5º Encontro Nacional.

Transformaram-se em alianças prolongadas, que viriam a comprometer a estratégia do partido.²

O 1º Congresso Nacional do PT (1991) reafirmou que o projeto de socialismo do PT condena tanto a ideologia do livre-mercado, quanto à ideologia do estatismo, característica do chamado socialismo real, pois esta “prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços e estabelece, necessariamente, o domínio da burocracia”.

As *Resoluções* do 1º Congresso (1998, p. 501) reforçaram o que foi aprovado nas resoluções anteriores a respeito da coexistência de múltiplas formas de atividades econômicas (estatal, coletiva, pública, particular, mista), “privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros”. Segundo as *Resoluções*, a gestão econômica da propriedade também pode adquirir diferentes formas (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e ser submetida a diferentes meios de controle social (sindical, popular e estatal).

Desde o 1º Congresso, o socialismo deixou de ser tema central nos documentos aprovados pelas instâncias decisórias do PT, e outros temas passaram a ocupar lugar de destaque, como a luta contra o neoliberalismo e, mais recentemente, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. Entre 1991 e 2016 as resoluções dos Encontros e Congressos Nacionais do PT dedicaram pouco espaço para a temática do socialismo, que passou a ser mencionado de forma muito superficial.

Conforme Pomar (2005, p. 155-156), ao longo dos anos 1990 o PT foi abandonando ou criticando as formulações teóricas sobre a luta de classes, à relação antagonica entre capital e trabalho, à “luta contra o imperialismo e contra os monopólios”, para aderir a novas formulações

² Pomar (2005, p. 131) explicou em sua tese de doutorado, que a “metamorfose” do PT teria se completado com a aliança do governo Lula com o setor financeiro, fazendo prosseguir a política econômica dos governos de Fernando Henrique Cardoso.

sobre questões muito genéricas, como “a ética na política, a solidariedade, o combate à exclusão, o desenvolvimento e a defesa da Nação”. Obviamente, que estas pautas contemplam mais as forças políticas antagônicas ao ideário socialista. “À medida que o PT interiorizou categorias genéricas e reduziu a influência da análise de classes e do socialismo, cresceu sua subordinação à hegemonia burguesa, através da centralidade conferida ao crescimento econômico”, explicou o dirigente petista.

Conforme as *Resoluções do 3º Congresso Nacional do PT* de 2007 (2016, p. 15-16), os principais traços do socialismo petista eram: 1) ampliação da democracia, criando mecanismos que combine a democracia representativa com a democracia direta; 2) compromisso internacionalista: respeito à soberania dos Estados nacionais e reforma na Organização das Nações Unidas; 3) planejamento democrático e ambientalmente orientado em oposição ao mercado capitalista; 4) propriedade pública dos grandes meios de produção e controle social das atividades econômicas. Este congresso foi o único a citar diretamente em suas resoluções autores consagrados da teoria social e política, como o geógrafo Milton Santos, os filósofos Norberto Bobbio e Marilena Chauí, o sociólogo Florestan Fernandes e o historiador Eric Hobsbawm.

As Resoluções do 3º Congresso (2016, p. 12-50) conceberam o socialismo como estratégia pós-neoliberal e mencionaram que o objetivo principal das eleições de 2008 e 2010 era impedir o retorno do neoliberalismo. O documento enfatizou a importância das lutas pelos direitos humanos e pela sustentabilidade, que seriam capazes de unificar a esquerda dos dias de hoje: “quando a perspectiva socialista já não aparece tão nítida, em um contexto de perda de referenciais ideológicos, os direitos humanos permanecem como bandeira universal, identificada como patrimônio da esquerda”. O 12º Encontro Nacional do PT (2001), por sua vez, enfatizou o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e o combate ao neoliberalismo.

Enquanto no início dos anos 1980, durante o I Encontro Nacional, Lula afirmou que o mundo caminhava para o socialismo, em 2007, no

3º Congresso Nacional do partido, “a perspectiva socialista já não pareci tão nítida”. Se, nos anos 1980, o objetivo de conquistar o Governo Federal tinha por finalidade o socialismo, após 2002, os governos Lula e Dilma passaram a ter como meta o combate ao neoliberalismo, ainda que este objetivo ficasse aquém do esperado por boa parte da militância petista, especialmente a militância das tendências mais à esquerda.

A utilização de temas “genéricos” (quase consensuais) como direitos humanos e sustentabilidade cumpriu a função de contemplar diferentes partidos e setores sociais, não somente vinculados à esquerda, como também parte significativa da direita. Normalmente, os políticos de direita não se declaram favoráveis à “insustentabilidade” e nem se assumem “contra os direitos humanos”. Portanto, o socialismo petista foi, pouco a pouco, ganhando outras formas de compreensão; afastando-se da perspectiva de classes, no sentido marxista, e assumindo a proposta antineoliberal, com ênfase nos direitos humanos e no desenvolvimento sustentável.

Algumas lideranças do PT disseram que o partido sempre evitou chegar a uma definição muito específica sobre o que seria o socialismo petista. Pont (2015) lembrou que “o PT nunca renunciou em seus congressos as definições iniciais que rejeita a social-democracia e a experiência burocratizada e degenerada do ‘socialismo real’. Nesses 35 anos, o PT definiu-se mais pela negativa acima do que por definição mais clara”. Segundo ele, a crise do “socialismo real” e os problemas envolvendo os governos petistas dificultaram a formulação programática a respeito dessa temática.

Para Fritsch (2015), o socialismo petista possui alguns pilares fundamentais, como “distribuição de renda, inclusão da população que estava na periferia passando fome... [...], acesso à educação...”. No entanto, ele mesmo tem dificuldade para enquadrar que tipo de regime político é esse que emergiu a partir dos governos Lula e Dilma. “Então como é que se chama isso? Isso é socialismo, não é socialismo? É uma democracia popular? Social-democracia? É democracia participativa, de

conselhos, hoje têm muitas organizações de conselhos, áreas de governo? Eu acho que nós estamos gestando um novo sistema”.

Nota-se um otimismo muito grande na fala de Fritsch ao sugerir que se trata de um novo sistema. Poderia existir um novo sistema, sendo mantida a mesma política econômica neoliberal dos governos anteriores?

É consenso entre os entrevistados que o socialismo deixou de fazer parte do centro das discussões do PT. Para Turra (2015), “nunca houve uma definição do que é o socialismo petista. Na época em que se discutia o socialismo no PT, há muitos anos, havia seminários, publicações: o que é o socialismo petista? Ai as várias correntes davam opiniões. Hoje em dia esse debate não existe mais”.

Além de o PT durante muitos anos ter evitado o debate sobre o socialismo, há no partido “posições contrárias ao socialismo ou que apresentam o socialismo como se ele fosse uma versão mais humana e democrática do capitalismo”, relatou Almeida (2015). Provavelmente este tenha sido o principal motivo para o PT ter abandonado gradativamente as discussões sobre o socialismo.

Muitos dirigentes de tendências acreditam que a viabilidade para implementar o socialismo petista depende da mudança de estratégia do partido. A estratégia atual “apenas contribui para a direita regressar”, disse Pomar (2015). Segundo Turra (2015), “o PT funciona como um partido da ordem, do ponto de vista da manutenção da ordem capitalista, com devir social, com bolsa-família, mas, fundamentalmente, o PT não coloca em questão a propriedade privada dos meios de produção, o que é uma lástima...”. Pont (2015) considerou que o PT tem passado por uma “crise de identidade e em breve passará por definição... [...] A crise é forte e séria o suficiente para obrigar definições”. Melo (2014) propôs que o PT reduzisse seu leque de alianças e concessões em favor de um projeto condizente com a história do partido, mesmo que isso implique no risco de perder as eleições. Vejamos um trecho de sua entrevista:

O PT está numa sociedade capitalista [...] com fortes instrumentos que tornam difíceis as mudanças sobre a propriedade privada no Brasil, sobre a propriedade rural, sobre os meios de comunicação, tudo isso é uma dificuldade. [...] Então, o PT tem que ousar (é o meu entendimento, uma coisa muito pessoal) reduzir as suas políticas de alianças para avançar no projeto. Isso, no meu entendimento, ocorrerá nas eleições de 2018 (Melo, 2014).

Outras lideranças de tendências evitaram fazer a crítica interna aos atuais rumos do partido. Segundo as narrativas, a viabilidade para a implementação do socialismo petista estaria mais relacionada a fatores externos. “Sua viabilidade histórica dependerá da construção da consciência política e suas diversas formas organizativas dos sujeitos sociais socialistas bem como das próprias crises do capitalismo”, afirmou Árabe (2015). “Acredito que a mesma é demonstrada através do processo histórico; da análise da relação de forças; dos avanços que se consolidam; das correções de rumo necessárias; do desenvolvimento das forças produtivas e sua articulação com outras nações da América Latina que compartilham conosco um sentido comum...”, relatou Notari (2016).

Turra (2015) relatou que o impacto da derrota do socialismo do Leste Europeu no PT, produziu uma nova compreensão do socialismo na militância petista. O socialismo passou a ser concebido como uma “batalha de ideias, de valores morais, fraternidade... Não se trata mais da abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção, como o marxismo estabeleceu no século XIX”.

Apesar de ter ocorrido uma ressignificação da compreensão do socialismo pela militância petista, conforme a interpretação gramsciana, não há contradição em relação a concepção de socialismo como “batalha de ideias e disputa de valores morais” e a concepção de socialismo como “abolição dos grandes meios de produção”, tendo em vista que esta depende daquela, ou seja, a abolição dos grandes meios de produção é complementar à batalha de ideias e disputa de valores morais – condição imprescindível para a conquista da hegemonia. Gramsci

não elaborou a sua teoria com base numa compreensão mecânica e determinista da sociedade. Portanto, os seres humanos conscientemente constroem a sua história e essa construção passa indispensavelmente pela disputa de ideias e de valores morais.

Socialismo e democracia

A democratização da sociedade sempre foi um dos principais objetivos a ser conquistado pela esquerda brasileira, principalmente durante o regime militar. Com o fim da ditadura, instaurou-se no Brasil uma democracia representativa frágil e incompleta, com poucos mecanismos que permitissem a participação direta dos cidadãos nas instâncias de poder e decisão política. A ampliação da democracia na sociedade civil, além de garantir maior controle e participação popular nas instâncias decisórias, permitiria a ampliação dos espaços de disputa de hegemonia.

Conforme as resoluções do PT, a concepção de democracia sempre esteve muito imbricada com a concepção de socialismo. Em 1979, o movimento pré-fundacional do PT dizia que não poderia haver socialismo sem democracia e vice-versa. Em seu 1º Encontro Nacional (1980), o PT fez a defesa do socialismo democrático, opondo-se a social-democracia e ao “socialismo real”. A concepção petista de democracia conciliava a democracia representativa com a democracia direta. O 2º Encontro Nacional de 1982 propôs a ampliação da democracia, através do controle social, em diversos setores da sociedade, como escolas, postos de saúde, empresas e até delegacias de polícia. Eis um fragmento das Resoluções deste encontro:

As escolas terão de ser controladas por pais, mestres, alunos e funcionários; os postos de saúde terão de ser controlados pela população e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controladas por sindicatos e associações; os trabalhadores têm de ter o direito de fiscalização à contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre o

emprego, preço e salário; os sindicatos têm de ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacias de polícia têm de ser fiscalizadas e controladas pelas associações e conselhos de moradores etc. (Resoluções do 2º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 125).

O 4º Encontro Nacional de 1986 (1998, p. 156) especificou que a democracia, no socialismo, deveria “ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores”. Diante disso, fazia-se necessária a “liberdade de associação e organização, a livre expressão de ideias, a liberdade de culto, o direito social à comunicação e à liberdade política, partidária e sindical”.

Portanto, socializar os meios de produção (mais compreendido como princípio socialista ou comunista) é também um princípio democrático, assim como os direitos à liberdade política, religiosa, partidária e sindical (mais compreendidos como princípios democráticos) são também princípios socialistas, segundo a concepção petista de socialismo democrático.

O 6º Encontro Nacional de 1989 aprovou a proposta de apurar e punir os responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura de 1964. No entanto, ainda que o PT tenha afirmado isso em diversos documentos oficiais, nenhum envolvido em crimes da ditadura (tortura, assassinato, etc.) foi julgado ou condenado durante os governos Lula e Dilma. O mesmo não aconteceu na Argentina governada por Néstor e Cristina Kirchner, que passou a ser o país sul-americano que mais puniu criminosos da ditadura. O Chile também puniu criminosos da ditadura, sobretudo durante o governo de Michelle Bachelet, embora menos intensamente que a Argentina.³

As resoluções do 6º Encontro (1998, p. 358) apresentaram diversas propostas que permitiriam ampliar a democracia, tais como: estimular

³ Disponível em: noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/11/13/cri-mes-na-ditadura-argentina-e-modelo-na-regiao-paraguai-tenta-superar-fracasso-da-comissao-da-verdade.htm. Acesso em: 22 jun. 2016.

o poder popular a auto-organização da classe trabalhadora; garantir a participação dos trabalhadores na administração das empresas estatais; criar condições de participação popular nas escolas, universidades e serviços públicos; garantir a participação popular nas decisões da Previdência Social; incentivar mecanismos de participação popular como plebiscitos, referendos e leis de iniciativa popular.

Apesar de as resoluções apontarem para a ampliação dos mecanismos de participação popular, os governos Lula e Dilma avançaram pouco em relação ao cumprimento de muitas destas propostas. O maior mérito dos governos petistas neste quesito foi a criação de diversos conselhos (órgãos de interlocução com o Governo Federal para a promoção de políticas públicas) e conferências, realizadas no âmbito municipal, estadual e nacional, sobre variados temas, como educação, saúde, moradia, meio ambiente, juventude, direito das mulheres, comunicação, direitos humanos, diversidade sexual, etc.

No entanto, o único referendo realizado neste período foi o que tratou da proibição da comercialização de armas de fogo e munições, em 23 de outubro de 2015, quando a maioria rejeitou a proposta do governo. Além disso, praticamente não foram criados mecanismos de controle popular ou administração direta dos trabalhadores em órgãos e empresas públicas. As indicações para cargos de confiança dos governos continuaram prevalecendo, em detrimento das propostas de democracia direta e descentralizada, nos órgãos e empresas públicas. Vejamos abaixo um fragmento da crítica de Pomar à falta de políticas direcionadas à ampliação da democracia no governo Lula:

Outro terreno em que se esperava uma mudança substancial é o da democratização política, através do empoderamento das camadas populares, inclusive via mecanismos de controle social do Estado. É verdade que o governo estimulou a realização de conferências em diversas áreas, mas é duvidoso que este esforço tenha continuidade, frente ao contraste entre as expectativas e as realizações. [...] Ao lado disso, não se verificou um salto nos patamares de sindicalização, nem mesmo de militância noutros movimentos sociais. [...] O go-

verno Lula, com a exceção da convocação de Conselhos e Conferências nacionais, bem como de um processo de consultas na formulação do PPA [Plano Plurianual], não instituiu mecanismos democráticos de participação e controle popular sobre as grandes instituições nacionais. Ao contrário, o governo manteve hábitos conservadores e tradicionais na relação política... (Pomar, 2015).

O 6º Encontro (1998, p. 358) trouxe propostas revolucionárias para a mídia e a comunicação no Brasil. Eis os pontos apresentados: criação de um Conselho de Comunicação Social, controlado por trabalhadores da comunicação e centrais sindicais que coordenaria a política de comunicação social; controle de rádios e TVs exclusivamente por “fundações e associações sem fins lucrativos”; eliminação do monopólio e do oligopólio da comunicação social, através de medidas administrativas, legislativas e jurídicas; apoio a “criação de canais de comunicação próprios das organizações populares”. No entanto, como foi explicado no capítulo anterior, estas propostas não foram concretizadas durante os governos Lula e Dilma

Vários dirigentes petistas entenderam que os governos Lula e Dilma poderiam ter feito mais em relação às políticas para a ampliação da democracia e promoção da participação popular. Melo (2014) disse não acreditar “que uma sociedade democrática concorra apenas com eleições a cada quatro anos”. O dirigente da CUT propôs a realização de outros referendos: “fizemos aqui no Brasil sobre as armas, mas devíamos fazer mais sobre outros temas. Referendo sobre a liberação ou não da maconha. Eu acho que nós precisamos incorporar a sociedade num sistema de consultas e de decisões”.

Pont (2015) relatou que a estratégia democrática e socialista “exige uma nova institucionalidade... [...] a incorporação de uma luta profunda de democratização da sociedade como um todo. Nas empresas, nas escolas, nas universidades, nas instituições públicas”. Para ele, a esquerda socialista do século XXI deve defender “a democracia participativa, o respeito à igualdade de gênero, a diversidade social, cultural, as

identidades nacionais próprias (veja o caso da Bolívia e sua Constituição Plurinacional), etc...”.

Fritsch (2015) defendeu a reconstrução do PT e, dentro desse projeto, a retomada da participação popular nas prefeituras, governos e demais instâncias de poder político. Do contrário, “vira burocracia administrativa, eu acho que isso é o veneno de tudo”, relatou.

Por outro lado, Paludo (2015) afirmou que “nenhum outro partido na história do Brasil tem uma marca tão definida em relação a participação. O orçamento participativo foi a grande marca do início dos anos 1990”. Ele relatou que as experiências do orçamento participativo adquiriram formas diferentes em localidades diferentes. Vejamos um fragmento de sua entrevista:

Houve diferentes experiências do orçamento participativo, algumas mais centradas no voto direto, outras com orçamentos por região e setoriais, outras que davam peso X para o orçamento e outro por conselhos, até inovações como a de Belo Horizonte em 2000, quando o atual governador, que na época era prefeito de BH, [Fernando] Pimentel, [realizou] uma das primeiras experiências [com] orçamento participativo eletrônico, em que as pessoas podiam votar pela internet (Paludo, 2015).

O orçamento participativo oferece condições para que uma parte do orçamento público seja decidida conforme os interesses da maioria dos moradores de uma cidade ou região. O professor da USP e colaborador do Instituto da Cidadania, Francisco de Oliveira, avaliou que o orçamento participativo é viável em espaços menores e inviável em espaços maiores. Paludo (2015) discordou: “isso até parece debate do Rousseau e do Platão. Não é problema de escala. É um problema de princípio, de compreensão, de democracia e de política... [...] É possível sim fazer participação em escala nacional, não tem nenhuma dificuldade em fazer isso”.

Paludo (2015) também citou eventos organizados pelos governos

petistas em âmbito nacional, como a conferência Diálogos para Governo Aberto e a plataforma de participação social Participa.br. No entanto, ao contrário dos orçamentos participativos, as conferências nacionais e encontros nacionais setoriais (conselhos de educação, saúde, etc.) não têm caráter deliberativo em relação à definição de verbas públicas. O orçamento participativo chegou a fazer parte do plano de governo da candidatura de Lula⁴, no entanto, o projeto não foi adotado após Lula assumir a Presidência em 2002. O professor Francisco de Oliveira tentou justificar a decisão do governo em abandonar a proposta do orçamento participativo no âmbito federal: “à medida que se aumenta a escala de abrangência do Orçamento Participativo, mais crescem as dificuldades. É um instrumento valioso para a esfera local e que precisa ser aperfeiçoado para a estadual. No nível federal, não acho viável” (Oliveira. In. Zazini, 2016).

Apesar disso, os governos Lula e Dilma foram os que mais promoveram conferências nacionais: “dois terços de todas as conferências já ocorridas no país desde a primeira delas, sobre saúde, em 1941, ocorreram de 2003 em diante” (Passos, 2016). Notari e Paludo também apresentaram dados sobre as conferências e conselhos realizados a partir do primeiro governo Lula:

As conferências temáticas abordaram os mais diversos temas e contam com a presença de aproximadamente 5 milhões de pessoas (Notari, 2016).

Havia 8 conselhos realizados no final do governo FHC e no final do governo Lula havia 64 conselhos nacionais, organizados, funcionando... Em síntese, há que combinar democracia representativa com a democracia direta. A democracia direta não necessariamente substitui a democracia representativa e é possível fazer uma simbiose de ambas (Paludo, 2015).

Todavia, participantes das conferências questionaram a “interfe-

⁴ “A boa experiência do orçamento participativo nos âmbitos municipal e estadual indica que, apesar da complexidade que apresenta sua aplicação no plano da União, ela deverá ser estendida para essa esfera” (Programa de Governo da candidatura Lula – 2002, 2016).

rência dos governos nas discussões” e a “falta de compromisso deles em viabilizar as propostas aprovadas”. Diversos pontos aprovados nas conferências não foram cumpridos pelo governo, como o marco regulatório das comunicações, aprovado na primeira Conferência Nacional de Comunicação (2009), e o investimento de 10% do orçamento público em saúde, aprovado pela XIV Conferência Nacional de Saúde (2011). Para a professora Maria Valéria Correia, as Conferências e Conselhos são “espaços importantes, mas insuficientes, para a garantia da participação popular” (Passos, 2016).

Diferentemente de Paludo e Notari, que elogiaram algumas políticas do governo em relação à participação popular, Turra (2015) disse não haver “projeto no PT de democracia” e fez críticas contundentes ao orçamento participativo, que tenderia a disponibilizar uma quantia ínfima de recursos para que o povo decidisse a forma em que serão aplicados. Para ele, o PT não estaria construindo a democracia participativa, mas atuando nos limites da democracia burguesa-formal:

O PT se limita ao quadro da democracia burguesa-formal e, ao longo da história, com algumas experiências participativas, que foram mais engodos do que soluções, como o famoso orçamento participativo. Para discutir dezessete por cento do orçamento – era isso que a prefeitura de Porto Alegre colocava para discutir. E daí, quem pode mais chora menos, quem levar mais “caminhonada de gente” para a assembleia do orçamento participativo “abiscoita” os recursos. Então, está nos limites do Estado Burguês com um verniz participacionista (Turra, 2015).

Quando falamos em democracia participativa há que considerar também o processo de democratização dentro do partido. “No nível de organização partidária, a democracia interna do PT assegura a eleição de suas direções com paridade de gênero e respeito à representação étnica e geracional”, explicou Almeida (2015).

No entanto, para além da concessão de cotas para os cargos de direção partidária (seja de gênero, etnia ou representação etária), dois

aspectos contribuíram significativamente para as transformações do PT, tanto em relação à sua organização interna quanto em relação à participação da massa militante. O primeiro refere-se ao enfraquecimento dos núcleos do PT. Segundo Secco (2015, p. 77-78), “os líderes de tendências, mandatos e organizações sindicais estabeleceram carreira, enquanto as bases foram para casa. Igualmente, os núcleos perderam totalmente seu poder de influência... [...] embora nunca tivessem desaparecido”.

Os núcleos tiveram um papel de destaque nos anos 1980 e foram fortemente influenciados pelas CEBs, sendo também difundidos pelo sindicalismo. Era muito frequente a militância petista se reunir em núcleos, onde eram organizados grupos de estudos e deliberadas políticas locais. Além de funcionar de forma descentralizada os núcleos refletiam (e os que ainda existem, refletem) a diversidade da sociedade civil, abrangendo diversos segmentos sociais, como moradores de determinados bairros ou regiões, trabalhadores de determinada indústria ou setor, estudantes de determinada universidade ou escola, religiosos de determinada ordem ou organização, além de movimentos de grupos sociais específicos, como mulheres, negros, LGBTs. Por representarem uma variedade muito grande de setores da sociedade, os núcleos atuavam no sentido de evitar a polarização, a burocratização e o monopólio do poder no partido. Apesar disso (ou precisamente por isso), durante o 3º Encontro Nacional do PT, a tendência mais “moderada”, a Articulação (depois CNB), se contrapôs às propostas que visavam ampliar o poder dos núcleos – como o “direito de convocar encontros e convenções ou indicar 80% de candidatos às direções”, nos explicou Secco (2015, p. 86). Com o passar do tempo, os núcleos foram se reduzindo, tanto em número quanto em importância. Eis as considerações de Secco sobre a importância dos núcleos:

Enquanto os núcleos existiram as direções petistas, mesmo distanciadas de suas bases, eram obrigadas a ouvi-los em plenárias, receber seus boletins, buscá-los para apoio eleitoral e receber seus reclamos na forma de recursos e propostas. Até mesmo reuniões internúcleos tentaram contor-

nar a burocratização e o monopólio do poder interno das direções. [...] Sem núcleos o PT se torvava um partido de profissionais (Secco, 2015, p. 79-87).

O segundo aspecto diz respeito ao Processo de Eleições Diretas (PED). Segundo Secco (2015, p. 194), “o PED nasceu de uma necessidade que o grupo dominante do PT tinha de afastar definitivamente seus opositores e cimentar a via de acesso à social-democracia, qualquer nome que ela vise a ter no Brasil”. A esquerda petista sempre se posicionou contra o PED, por sobrepor as eleições diretas ao debate político realizado por meio de encontros e congressos. Além disso, as candidaturas mais bem estruturadas, financeira e organizativamente, dispõem de maiores condições para vencer as eleições, em detrimento das candidaturas vinculadas a grupos e tendências menores e que não dispõem de tantos recursos. Portanto, o PED acaba por refletir, no interior do partido, a democracia formal-burguesa da sociedade capitalista.

Vimos nesta seção que houve certo descaso dos governos Lula e Dilma em relação a importância de se ampliar a democracia, sobretudo enfraquecendo o oligopólio das comunicações, instituindo orçamentos participativos em todos os níveis, criando mecanismos de representação popular e democracia direta nas diversas organizações da sociedade civil, etc. Por outro lado, os mecanismos de participação popular, como os conselhos e conferências, tiveram caráter consultivo e não deliberativo. Todavia, os governos petistas preferiram não correr o risco de, ao realizar estas e outras reformas estruturais (reforma política, reforma fiscal, reforma agrária, reforma urbana, etc.), acirrar a luta de classes, comprometendo o pacto da governabilidade.

Por outro lado, o PT também foi se distanciando dos mecanismos que poderiam fazer aumentar a democracia interna no partido. Verificou-se um distanciamento em relação às bases partidárias e em relação aos movimentos sociais, seguido da crescente burocratização e profissionalizando de sua militância. Por fim, tanto a redução da atuação dos

núcleos quanto a instituição do PED, contribuíram para que a tendência CNB se consolidasse como hegemônica no partido.

Socialismo ou social-democracia?

Vimos que o PT, ao longo de toda a sua história, fez inúmeras críticas à social-democracia europeia. Antes de analisarmos a influência da social-democracia no PT e nas suas tendências internas, cabe mencionar que o termo social-democracia foi se transformando com o tempo.

A social-democracia nasceu na segunda metade do século XIX, na Alemanha, sendo fortemente influenciada pelo marxismo. Mais tarde, ao longo do século XX, partidos social-democratas, trabalhistas e socialistas assumiram governos em diversos países europeus (como Portugal, Espanha, França, Alemanha, Reino Unido) e adotaram o “Estado de bem-estar social” – política caracterizada pela elevação da participação social do Estado e maior controle estatal sobre a economia. Consequentemente, muitos países europeus passaram por uma fase de importantes avanços sociais, como a ampliação de direitos trabalhistas e dos empregos formais, a melhoria dos serviços públicos de educação, saúde, transporte e moradia, a redução das desigualdades, etc. De acordo com Tom Bottomore (1998), os primeiros partidos social-democratas criados no século XIX eram marxistas e contaram com o apoio de Karl Marx:

Na última década do século XIX, porém, foram criados partidos marxistas da classe operária – notadamente na Alemanha e na Áustria – que se intitularam partidos social-democratas... [...] Nesse sentido, a social-democracia se contrapunha à dominação de classe e visava à emancipação social definitiva da classe operária (que Marx, em seus primeiros escritos, chamou de “emancipação humana”) (Bottomore, 1988, p. 337).

A partir da década de 1970, a crise do Estado de bem-estar social, proporcionada pela dificuldade em harmonizar os crescentes gastos estatais (investimentos no funcionalismo público, previdência social, manutenção de empresas estatais, programas sociais, etc.) com o cres-

cimento econômico, levou a maioria dos países europeus⁵, governados por partidos social-democratas, a adotar políticas neoliberais, sendo também influenciados pela 3ª via de Anthony Guiddens⁶. Segundo Bottomore, a partir de 1945, alguns partidos social-democratas passaram a defender um “capitalismo reformado”.

Há dois outros aspectos da política social-democrata que, segundo seus críticos, igualmente estimularam as tendências reformistas. Um deles foi a necessidade que se impôs à social-democracia de, para conseguir maioria política em um sistema democrático, valer-se do apoio de outros grupos sociais além da classe operária (e também, ocasionalmente, de participar de coalizões com outros partidos). [...] Um segundo aspecto importante é que os partidos social-democratas dedicaram grande parte de seu esforço à realização de reformas parciais dentro do capitalismo... [...] A partir de 1945, o significado da expressão social-democracia voltou a modificar-se sob certos aspectos. Alguns partidos que eram inicialmente marxistas e afirmavam seus objetivos revolucionários renunciaram explicitamente a tais objetivos e se transformaram, [...] ao mesmo tempo em que adotavam linhas políticas que, no essencial, visam apenas a um “capitalismo reformado” e a uma “economia mista” (Bottomore, 1988, p. 337).

Como destacou Bottomore, ocorreram duas mudanças nos principais partidos social-democratas europeus: 1) ampliaram-se as coligações com partidos e grupos sociais além da classe trabalhadora, com o objetivo exercer o governo no capitalismo; 2) os partidos atuavam no sentido de reformar o capitalismo e não de superá-lo. Curiosamente, a trajetória do PT tem ido nessa mesma direção, ou seja, de um partido com proposta anticapitalista e revolucionária, que evitava coligar-se

⁵ Cabe destacar que os países nórdicos (região setentrional da Europa, formada por Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia e Islândia) continuaram adotando um regime de intensa participação social do Estado e, portanto, não sucumbiram aos ditames do neoliberalismo.

⁶ A terceira via proposta por Anthony Guiddens propõe um caminho intermediário entre a velha social-democracia de John Maynard Keynes e o neoliberalismo de Margaret Thatcher.

com partidos que não tivessem os mesmos princípios ideológicos (anos 1980), para um partido moderado, que procura conciliar reformas sociais com política econômica neoliberal, mediante o apoio de uma ampla gama de partidos e grupos sociais ideologicamente heterogêneos. Secco elencou as principais características da social-democracia, entre as quais é possível identificar muitas semelhanças com o PT. Vejamos quais são:

1. Aceitação de que há uma zona cinzenta de interesses econômicos comuns entre os trabalhadores assalariados e os empresários: a acumulação de capital.
2. Substituição da proposta de estatização integral dos meios de produção pela regulação da produção capitalista via tributação e outros instrumentos de políticas públicas.
3. Compromisso com a distribuição de renda através da disputa política pela destinação do orçamento público.
4. Decisão de participar do processo eleitoral e renúncia à revolução.
5. Apelo eleitoral à maioria da população e não a uma classe especificamente.
6. Substituição de militantes voluntários por uma base de profissionais assalariados pelo partido ou pelo Estado (Secco, 2015, p. 254-255).

Para além das semelhanças, Secco (2015, p. 257) explicou que o PT é radicalmente diferente da social-democracia europeia em diversas questões. Muitas das diferenças estão relacionadas às distintas realidades históricas e geográficas. Se, na Europa, o povo era identificado basicamente aos estratos de renda média, no Brasil, o povo significava principalmente os “setores excluídos da economia formal”. Outra diferença foi a influência marcante das CEBs, dos núcleos e dos novos movimentos sociais no PT (além do movimento sindical), enquanto os partidos social-democratas europeus foram influenciados predominantemente pelo sindicalismo.

Apesar das diferenças, Secco (2015, p. 258-259) afirmou que o PT passou por todas as etapas pelas quais passou a social-democracia, mas num espaço de tempo muito mais curto. “A primeira fase de oposição extraparlamentar e socialista, ditada pela pressão das bases operárias... [...] a segunda fase (como partido de oposição predominantemente par-

lamentar) coincidiu com o refluxo das lutas sindicais... [...] Na terceira fase o PT se tornou finalmente um partido de governo...”. Nas Resoluções do 7º Encontro Nacional de 1990, as críticas contundentes à social-democracia europeia poderiam muito bem servir de autocrítica para os rumos que tem trilhado o PT atual. Vejamos o que dizem as resoluções:

Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranquila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar, mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia o seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT (Resoluções do 7º Encontro Nacional, 1998, p. 431).

Apesar da guinada ideológica em favor das políticas neoliberais, a maioria dos partidos social-democratas, trabalhistas e socialistas fazem parte de uma grande organização internacional, denominada Internacional Socialista (IS). Fundada em 1951, a IS reúne atualmente 160 partidos de mais de 120 países. A organização busca estabelecer políticas de aliança e cooperação entre os partidos membros. Segundo a sua Declaração de Princípios (XVIII Congresso – Estocolmo, 1989), participam da IS “partidos y organizaciones de tradiciones diferentes, que compartían el objetivo común del socialismo democrático. [...] los diversos partidos socialistas del mundo deben trabajar juntos... [...] La Internacional Socialista, creada en 1864, fue reconstituída en 1951 para cumplir este fin” (Internacional Socialista, 2016).

A IS se define como organização que pretende construir o socialismo democrático e se considera herdeira da 1ª Internacional Socialista (Associação Internacional dos Trabalhadores), organização na qual participaram Karl Marx e Friedrich Engels. No entanto, muitos partidos que fazem parte da organização, não apenas abandonaram as influências do marxismo, como também adotaram as diretrizes do neoliberalismo. Ainda que continuem a se definir como socialistas e democráticos, estes partidos já não podem ser considerados socialistas (no sentido marxista) nem democráticos, pois os princípios da democracia são avessos aos do neoliberalismo, que estaria mais vinculado ao conceito de plutocracia⁷. Conseqüentemente, o conceito de socialismo adotado por estes partidos adquiriu outra dimensão, passando a ser compreendido como um horizonte a ser alcançado a partir do desenvolvimento do capitalismo – o que parece inconcebível – tendo em vista que o capitalismo sobrevive à custa da exploração crescente da força de trabalho e dos recursos naturais⁸.

Questionado sobre as relações do PT com a IS, Turra (2015) respondeu que “o PT nunca fez parte formalmente, mas era convidado para as reuniões e congressos da Internacional Socialista e era considerado um partido da família, embora não pudesse, inclusive, ser filiado, porque o filiado oficial no Brasil era o PDT”. Portanto, “a orientação política era compartilhada: o reformismo, a combinação do mercado com uma economia social. As teses da social-democracia têm muita vigência nesse núcleo dirigente do PT”, relatou o dirigente cutista.

Porém, atualmente muitos países contam com mais de um filiado na IS, como Venezuela (4), Chile (3), Uruguai, Montenegro, México, Maurício, Mali, Israel, Bulgária, Chipre, Bélgica, Argentina (2) (Internacional Socialista, 2016). O único partido brasileiro filiado é PDT. O PSDB e o PSD (partidos de direita que se reivindicam social-democratas) nunca se

⁷ Regime político caracterizado pelo poder das classes mais abastadas da sociedade, de modo que o poder econômico se sobrepõe à participação democrática.

⁸ Os estudos de David Harvey (2011) sobre as crises sistêmicas demonstram isso.

filiaram. No entanto, partidos de outros países que se converteram ao neoliberalismo são filiados, como o Partido Revolucionário Institucional (PRI), do México, e o Partido Social Democrata da Alemanha (SPD).

Provavelmente o PT não se filiou devido a sua grande variedade de tendências internas, que representam diversas influências dentro da matriz teórica do marxismo. Além disso, o partido nunca se assumiu como social-democrata e sempre criticou a social-democracia em seus documentos oficiais. O PT nunca “integrou a IS, embora Lula tivesse feito o discurso de abertura do seu XXII Congresso na cidade de São Paulo, em 27 de outubro de 2003”, afirmou Secco (2015, p. 254).

Ainda que o PT não se reconheça social-democrata em nenhuma de suas resoluções de encontros e congressos, diversas lideranças de tendências do campo da esquerda petista foram categóricas em afirmar que o partido tem assumido o ideário social-democrata, através das políticas de amplas alianças com setores da burguesia e da proposta de realizar programas sociais sem a necessidade de reformas estruturais, que resultem em um processo revolucionário que substitua do capitalismo por outro sistema econômico, social e político.

Segundo Pomar (2005, p. 191), o PT teria passado por revisões relativas à sua concepção de socialismo, de modo que o socialismo petista hoje seria o socialismo reivindicado pela social-democracia: “reafirmar o socialismo, mas como horizonte. Abandonar o socialismo enquanto alternativa globalmente superior ao capitalismo, transformando-o em missão civilizatória do próprio capitalismo [...] identificar socialismo com democracia, economia de mercado e Estado de bem-estar. Ou seja, com social-democracia.”. Para Pomar (2015), “a maior parte do PT é na prática social-democrata, mesmo que não admita isto ou que não saiba o que isto significa”.

Melo (2014) disse que a experiência do PT no “governo e as correlações de forças na sociedade, o transforma, na prática, num partido social-democrata”. Árabe (2015) explicou que “os partidos social-democratas de hoje não se propõem sequer a humanizar o capitalismo”.

Para Paludo (2015), a tendência que hegemoniza o partido (CNB) é social-democrata e o PT também é visto por muitos como um partido social-democrata, ainda que faça a crítica à social-democracia europeia e se defina socialista. “Tem aqueles que comparam esse viés social-democrata com o PSD Alemão, tem outros que comparam com o PS francês, o próprio trabalhismo inglês, e por aí afora. Mas eu acho que é um tipo de socialismo petista e de uma social-democracia petista”, definiu.

Há tempos que a social-democracia abandonou a “luta de classes pra fazer a política de conciliação”, relatou Turra (2015). Para ele, o PT se assemelha a social-democracia hoje, que é “administradora dos negócios da burguesia”, mas não a social-democracia nas suas origens, que era anticapitalista. A queda do Muro de Berlim (o fim do socialismo no Leste Europeu) teria influenciado tanto a social-democracia europeia quanto o PT a abandonar os princípios revolucionários e aderir à política de conciliação de classes. A seguir, um fragmento da entrevista com Turra:

O partido, hoje, não usa mais o termo socialista nem em dias de festas. Anticapitalista ele não é. Agora, para ser social-democrata tinha que “comer muito arroz com feijão”, porque a social-democracia tem uma história. A social-democracia é responsável pelas maiores conquistas que a classe operária obteve na Europa e aí, passou a ser referência mundial. A social-democracia nas suas origens era anticapitalista, só que ela achava que iria superar o capitalismo acumulando reformas, era o “socialismo à conta-gotas”, “socialismo a passo de tartaruga”. Hoje em dia, depois da queda do Muro de Berlim, a social-democracia se transformou em mera administradora dos negócios da burguesia. Nesse sentido, o PT pode se assimilar à social-democracia (economia social de mercado), embora não seja um partido social-democrata clássico, porque não tem atrás de si cem anos de conquistas. [...] Não se pode abstrair a queda do Muro de Berlim em 1989. Não somente nos sindicatos e no movimento operário em escala mundial, a “pedras do muro” também caíram na “cabeça” do PT (Turra, 2015).

Porém, não foram todos os entrevistados que relacionaram os governos presidenciais petistas com as experiências recentes da social-democracia europeia. “Se somos um governo e um partido social-democrata? Eu acho que não. Têm coisas que tem a ver com a social-democracia, mas têm coisas que tem a ver com o outro lado”, disse Fritsch (2015). Outro entrevistado que discordou daqueles que associam as experiências dos governos Lula e Dilma com a social-democracia foi Padilha (2015). “Eu não vejo, de forma alguma, o PT como um partido de social-democracia, eu o coloco como um partido de esquerda”, relatou o representante da CNB.

Cabe destacar que a social-democracia é percebida por parte da militância petista como uma corrente política ideologicamente de direita, a exemplo do PSDB no Brasil. Por outro lado, ao defender o Estado de bem-estar social sem se opor ao regime capitalista e sem criticar a política de conciliação de classes, parte considerável da militância petista se assemelha a “social-democracia moderna”, que se propõe a conciliar reformas com políticas neoliberais, ao contrário da “social-democracia clássica”, que era revolucionária.

A tendência que dirige o PT é considerada social-democrata pela esquerda petista, ainda que se reconheça genericamente como “socialista e democrática”. A CNB tem decidido os rumos do PT durante praticamente toda a história do partido: ela foi vitoriosa em quase todos os encontros e congressos nacionais, com exceção de um curto período entre 1993 e 1995. Segundo Secco (2015, p. 253), “à Direita partidária não interessa discutir o socialismo a não ser como um ideal tão distante que não atrapalhasse a empreitada eleitoral por ela liderada”.

Portanto, a direita petista já não fala em revolução e concebe o socialismo como uma forma de “capitalismo humanizado”, enquanto as tendências situadas à esquerda ainda veem na revolução a única forma de se alcançar socialismo e superar definitivamente o capitalismo.

Reforma e Revolução

Uma questão fundamental ao abordarmos o conceito de socialismo é compreender como chegar lá. Os documentos oficiais do PT, elaborados até o 1º Congresso Nacional (1991), explicitaram a importância da disputa de hegemonia para a transformação social, política, econômica e cultural da sociedade. Os documentos também enfatizaram que reforma e revolução não são conceitos antagônicos, mas complementares, de modo que não pode haver revolução sem reformas estruturais que desencadeiem um processo revolucionário que substitua o capitalismo pelo socialismo. Vejamos o que dizem as *Resoluções* do 5º e do 6º Encontro Nacional do PT:

[...] companheiros que consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder contra-põem essa escolha à tática dos movimentos sociais que lutam por reformas. Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta (*Resoluções do 5º Encontro Nacional do PT, 1998, p. 280*).

A afirmação do PT como um partido revolucionário coloca a necessidade de reformarmos e desenvolvermos diretrizes fundamentais de organização partidária... [...] Isso indica não só a necessidade de firmar a sua compreensão de um socialismo radicalmente democrático e da solidariedade internacional com a luta dos trabalhadores e oprimidos, mas também de sua crítica ao Estado burguês e ao capitalismo, avançando na elaboração de uma estratégia para a revolução socialista no Brasil. [...] O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País (*Resoluções do 6º Encontro Nacional do PT, 1998, p. 286-401*).

Se as resoluções partidárias até o 1º Congresso apontavam a indissociabilidade entre reforma e revolução, a perspectiva de construção do socialismo e a afirmação do PT como partido anticapitalista e revolucionário, as resoluções posteriores passaram gradualmente a

abandonar estes temas. Da mesma forma, a tendência que hegemoniza o partido foi paulatinamente amenizando seu discurso, tanto que já não demonstra interesse em discutir e aprofundar estas questões. Ao inclinar-se para a diretriz ideológica dos partidos social-democratas europeus, procurando fundir programas sociais com economia neoliberal, a direita petista já não considera a tese de promover reformas estruturais para fazer emergir um novo sistema societário oposto ao capitalismo. Pelo contrário, o campo majoritário do partido tem aderido a um reformismo superficial, sem se chocar com as estruturas do sistema, em outras palavras, sem fazer enfrentamento de classes⁹. Conseqüentemente, as diretrizes políticas adotadas pelo PT refletem o posicionamento ideológico de sua tendência principal. Por outro lado, a esquerda petista considera que a revolução continua sendo o momento sem o qual não se constrói o socialismo, tal como afirmavam as resoluções partidárias até o 1º Congresso, quando o partido se assumia socialista e anticapitalista.

Internamente o PT convive com tendências que defendem a revolução (esquerda petista) e tendências que evitam discussões e formulações teóricas a respeito desse tema (direita petista). A esquerda petista defende que o PT volte a ter a convicção ideológica que tinha nos anos 1980, quando o partido valorizava mais as lutas sociais, os movimentos populares, o sindicalismo combativo, a formação política da militância. Por outro lado, a direita petista tem valorizado mais a disputa institucional. Como a direita petista representa a força majoritária, ela dita as políticas do partido. Melo (2015), que integra a tendência CNB, confirmou que este não é o momento de o PT fazer “o debate sobre revolução”. Segundo ele, “é um debate de reformas, de acumulo de forças, para que mais à frente se possa discutir uma ação mais forte do que as reformas, mas essa dicotomia entre reforma e revolução, entre

⁹ Os parlamentares da CNB preferiram não assinar o documento que clamava por mudanças na política econômica do governo Dilma. Disponível em: g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/texto-assinado-por-33-deputados-do-pt-critica-politica-economica-do-governo.html. Acesso em: 10 jun. 2015.

os partidos comunistas e os partidos socialistas ou social-democratas, não está no debate no PT”.

Como exemplo dessa opção política, podemos citar as *Resoluções* do 12º Encontro Nacional do PT, realizado em 2007. Ao tratar das mudanças que deverão ocorrer em contraposição ao neoliberalismo, as resoluções propuseram que “a correlação de forças concreta” determine “o ritmo e o cronograma de implementação das mudanças”. Pomar (2015, p. 189) criticou veementemente esta posição, que condicionou o “ritmo e o cronograma” das transformações políticas (reformas) ao resultado da correlação de forças: “se o ritmo e o cronograma de implementação das mudanças forem demasiado lentos, a noção de transição perde qualquer significado”.

Portanto, o PT gradativamente foi abandonando o ideal revolucionário, da mesma forma com que foi abandonando o socialismo como objetivo estratégico. Ao evitar fazer determinadas discussões de cunho teórico-ideológico (reforma e revolução, socialismo, propriedade dos meios de produção, luta de classes) e ampliar o leque de alianças para garantir a governabilidade, o partido aderiu cada vez mais a um tipo de reformismo sutil, dependente do momento conjuntural, inviável em momentos de crise econômica e com fim em si mesmo, ou seja, reformas pontuais que não alteraram as estruturas nem, tampouco, criaram condições para que ocorresse um processo revolucionário.

Não há consenso entre as lideranças das tendências petistas a respeito da relação entre reforma e revolução. Para Pomar (2015), “reforma e revolução são momentos distintos da evolução de uma sociedade. Mas enquanto estratégia partidária é preciso escolher: ou se tem uma estratégia reformista, que abre mão da revolução; ou se tem uma estratégia revolucionária, em que a luta por reformas é parte do processo”. Ele também discordou da noção de revolução como ato pontual. Para ele, as sociedades em que houve revolução (guerra revolucionária) passaram por um processo, ou seja, por períodos que antecederam o momento revolucionário. “Revolução, portanto, é processo e momento,

ao mesmo tempo. A revolução russa não foi um ‘ato pontual’. Nem a chinesa, nem a cubana”. Tal como o capitalismo, o socialismo irá nascer da ordem anterior, “através de um processo combinado de reformas e revoluções, mas só as reformas não o farão brotar”, explicou o ex-Secretário de Relações Internacionais do PT.

Para Melo (2014), os conceitos de reforma e revolução são complementares: primeiro vem às reformas, depois a revolução. Como exemplos de reformas que poderiam ser feitas, ele sugeriu a taxação das grandes fortunas, do grande capital, das heranças, da remessa de lucros das empresas, “ao fazer estas coisas você vai criando, no meu entendimento, bases para uma igualdade...” O dirigente sindical também propôs que o governo estabeleça um teto salarial não somente no serviço público, mas também na iniciativa privada. Essa política fatalmente proporcionaria uma regulação extraordinária do Estado sobre a economia, podendo resultar numa importantíssima política de redistribuição de renda e riqueza. Porém, muito distante de ser aplicada por qualquer governo petista. Eis um trecho da entrevista:

No meu entender, você pode restringir por regulação. Se você colocar um teto de remuneração? Em vez de discutir o salário mínimo, a gente discutir o salário máximo e que o salário mínimo seja uma fração de um salário máximo? Então, são mecanismos. Você pode ter estas mesmas políticas na iniciativa privada. Você vai fazendo uma sociedade mais igual, só que vai chegar um determinado momento que você vai ter que tomar uma decisão: é compatível um regime de propriedade privada numa sociedade socialista ou não? (Melo, 2014).

Segundo Turra (2015), a revolução consiste num “processo objetivo, onde as massas não aguentam mais, a classe dominante está dividida, há uma irrupção violenta das massas no cenário político”. Nesse sentido, ela implica o uso da violência, da guerra revolucionária.

Essa forma de pensar a revolução, expressa por Turra, condiz com a visão leninista, na qual as massas não suportam mais a condição de

exploração e opressão e partem para a ação direta. De acordo com essa visão, a revolução resultaria das condições sociais extremas às quais as massas estariam submetidas. Portanto, a realidade social (pobreza, miséria, exploração) seria determinante, tanto para a formação da consciência de classe, quanto para a luta revolucionária. Já a visão gramsciana incorpora a disputa de hegemonia (cultural, política, ideológica) como processo indispensável para a revolução, que não seria simplesmente reflexo da realidade social, mas fruto da ação consciente das massas. Ao se contrapor ao determinismo mecanicista e economicista, Gramsci apresentou uma visão mais abrangente e antidogmática da revolução e dos fatores que desencadeiam a luta revolucionária.

Padilha compreendeu a relação entre reforma e revolução de forma distinta de Turra e Pomar. Enquanto estes veem a necessidade das reformas como parte de um processo revolucionário, para o dirigente da CNB, a revolução pode não se fazer necessária. Ele argumentou que os governos petistas irão aprofundar cada vez mais as reformas, tornando dispensável a etapa revolucionária. Quando perguntado se seria possível construir o socialismo pela ordem, pela via institucional, sem romper com a ordem vigente, Padilha disse que sim. Eis um trecho de sua entrevista:

A gente vai construir reformas tão significativas que nós vamos inverter as coisas que estão colocadas aí. [...] Talvez, a partir do momento em que a gente tenha universalizado a formação acadêmica, a formação escolar, [...] a gente vá poder ter campo para trabalhar dentro dessa perspectiva. O problema é que quando a gente chegar lá, a gente já não vai ter mais necessidade dela. Por enquanto, o que eu percebo é que a gente caminha nessa direção, que as reformas vão ser tão significativas que vai chegar um momento que a gente não vai precisar mais “partir para essa guerra” [a via revolucionária] (Padilha, 2015).

Todavia, é preciso nunca perder de vista que as forças políticas conservadoras e reacionárias farão de tudo para evitar reformas estruturais promovidas por governos de esquerda, incluindo golpes de Estado e a utilização de recursos para causar instabilidades, desde greves ge-

rais e sabotagens até o uso de milícias armadas, a exemplo do que tem ocorrido na Venezuela desde Hugo Chávez até Nicolás Maduro¹⁰. Apesar dos riscos da contraofensiva das forças conservadoras e reacionárias, a estratégia da luta de classes é a única forma possível para a realização de reformas estruturais, que possam desencadear processos revolucionários. Por outro lado, acreditar que é possível chegar ao socialismo sem etapa revolucionária, é acreditar que as classes dominantes aceitarão pacificamente o fim da economia de mercado ou o controle do Estado sobre a economia.

Paludo (2015) disse ter saudades da época em que se discutia internamente no partido temas como reforma e revolução. Para o dirigente da MS, a revolução é um “processo permanente”, que envolve “acúmulo de forças” e “disputa de posições”. “Pode haver momentos históricos importantes de ruptura, mas se não houver uma continuidade de disputas de posição, elas não se consolidam e podem voltar atrás e ser pior do que era antes”.

Tanto as expressões “acúmulo de forças” e “disputa de posições”, quanto o entendimento de revolução como processo, tem por base a teoria gramsciana de hegemonia, segundo a qual a revolução é um processo permanente de disputas culturais, sociais, ideológicas e políticas na sociedade, sendo a “guerra de posições” o meio que permite a uma classe conquistar a hegemonia.

Paludo (2015) também considerou que as reformas podem ajudar a acumular forças em direção a um processo revolucionário, mas podem também ser “conservadoras”. Segundo ele, os governos não fazem revolução, quem faz revolução é o povo, de baixo para cima. “Mas o governo é importante e tem as condições para promover reformas [que alterem] a estrutura de concentração de poder econômico da sociedade...” No entanto, Paludo criticou os governos petistas por não

¹⁰ Ver “A Revolução não Será Televisada” (2003). Documentário dirigido por Kim Bartley e Donnacha O’Briain sobre o golpe sofrido por Hugo Chávez em 2002. O filme também aborda o papel da mídia e das milícias para desestabilizar o governo.

conseguirem implementar reformas estruturais e optarem pelo “reformismo” de conciliação. Eis um trecho de sua entrevista:

O PT (o governo) não está conseguindo dar resposta nem reformista. Num momento em que estão dadas as condições para ter uma ruptura mais radical e se fazer uma revolução, ao invés da ruptura, você propor uma reforma, uma saída reformista, uma saída conciliatória ou menos intensa, eu acho que é uma grande perda de oportunidade. Então, por isso que a Rosa [Luxemburgo] tem razão, nesse ponto de vista: as condições estão dadas, vamos para o embate. Agora, os momentos de ruptura não estão dados o tempo todo, isso precisa ser construído ao longo de um processo de acúmulo de forças... (Paludo, 2015).

Para Notari (2016), a dicotomia “reforma ou revolução” consiste numa falsa polêmica que tem prejudicado as forças de esquerda. “O reformismo e o marxismo doutrinário da 3ª Internacional bloquearam oportunidades e caminhos importantes. O primeiro por interditar qualquer via, o segundo por acreditar-se portador da via única. Juntos, prestaram importantes serviços à causa da contrarrevolução”. Para ela, as revoluções ocorrem muito raramente na história e em consequência de condições históricas, objetivas e concretas: a ideologia, “embora crucial, se encontra muito dependente desses aspectos”.

No entanto, se as condições sociais objetivas e concretas de uma determinada sociedade são obviamente importantes para que ocorram grandes transformações políticas (revoluções), também são igualmente importantes os indivíduos que subjetivamente constroem e lideraram os processos revolucionários, conduzindo as revoluções conforme as suas próprias formas de ver e interpretar o mundo. Uma das preocupações apontadas por Gramsci consiste em não sobrevalorizar as questões objetivas em detrimento dos aspectos subjetivos ou, nos dizeres do autor, não considerar a teoria uma “serva” da prática. Se a ideologia é crucial, como disse Notari, não seriam as condições históricas, objetivas e concretas também muito dependentes das questões ideológicas, culturais, subjetivas e filosóficas? Para Gramsci,

não há preeminência dos aspectos concreto-objetivos em relação aos aspectos ideológico-subjetivos e vice-versa. A seguir, Notari considerou os processos históricos que engendraram novos acontecimentos: os efeitos da 1ª e 2ª Guerras Mundiais, respectivamente, sobre as revoluções Russa e Chinesa:

Revoluções como a Russa e a Chinesa são impensáveis, tal qual se processaram, se não levarmos em conta os eventos dramáticos que as antecederam: 1ª e 2ª Guerras Mundiais, respectivamente. Tais eventos impactaram decisivamente a balança de forças internamente a essas nações. A Revolução Cubana (em que pese à pequena dimensão do país, o que não permite uma comparação direta com os casos russo e chinês) não possuía caráter socialista em seu início, mas nacionalista... [...] A opção pelo socialismo adveio dos enfrentamentos e contradições com os estadunidenses e da necessidade de se posicionar no mundo bipolar da guerra fria (Notari, 2016).

Os processos históricos ocorrem em função da ação social de indivíduos e grupos, ação esta que não é condicionada somente pelas forças econômicas (materiais), mas também pelo pensamento (subjetividade). Como disse Jean-Paul Sartre (1970), “a história nos determina ao mesmo tempo em que nós a fazemos”.

Adiante, Notari (2015) considerou “em aberto” a possibilidade de construir o socialismo pela ordem, pela via institucional. “Existe uma estratégia [que] está sujeita às adaptações e combinações em seus aspectos táticos. O importante é manter o rumo, as conquistas, mantendo sempre um olho aberto nas brechas que a História possa abrir. Se precisar, a gente dá um empurrão na porta”, afirmou.

Todavia, no nosso entendimento, se as “adaptações e combinações” táticas forem demasiadamente amplas, a estratégia poderá ser comprometida. É importante que exista certa flexibilidade tática, desde que não comprometa a estratégia. Utilizando a metáfora citada por Notari, independentemente de a história abrir brechas ou não, é importante estarmos sempre a empurrar à porta. Ademais, como e quando sabe-

remos que a história estará abrindo brechas? Quem produz a abertura de brechas da história?

Ao contrário de Paludo, para o qual o governo não está conseguindo atender as expectativas nem mesmo em relação às reformas, Notari considerou que o PT tem atuado no sentido de ampliar as reformas. Segundo ela, pela realidade social em que se encontra o Brasil e por suas condições de desenvolvimento histórico, as reformas que estão sendo feitas “possuem um caráter revolucionário”. Esta concepção está muito associada ao conceito de revolução por etapas, que foi muito difundido pelo PCB, segundo o qual o país tinha que passar inicialmente pelo processo de industrialização e modernização, portanto, desenvolver o capitalismo, até que fossem criadas as condições históricas para a revolução socialista.

Com base nas entrevistas, constatamos que nenhuma liderança petista considerou os conceitos de reforma e revolução antagônicos ou excludentes entre si. As lideranças consideraram a revolução enquanto um processo que inclui a realização e o aprofundamento das reformas estruturais (maioria); ou que o momento atual não é propício para a realização de reformas estruturais, também entendidas como rupturas; os que realização de reformas tornará dispensável o momento revolucionário. Portanto, o posicionamento das lideranças petistas em relação a esta questão, longe de ser homogêneo, espelha a diversidade de grupos e tendências internas do partido.

O socialismo bloquista

A concepção de socialismo

De acordo com o *Manifesto Começar de Novo* (2015) -documento fundacional do partido, lançado em 1999, o BE “faz parte de um projecto de civilização que constitui a modernidade da esquerda”. Já o documento intitulado “*O Rumo Estratégico do Bloco*” (2015), publica-

do em 2006, estabeleceu que o partido se identifica com um projeto da esquerda moderna e nega estar vinculado com as experiências políticas do passado: “o nosso modelo não é o dos partidos social-democratas do século XIX nem o dos partidos comunistas do século XX”.

O *Estatuto do BE* (2014, Art. 1º, Parágrafo 3º) enfocou a promoção “de uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e a opressão”. Portanto, o primeiro artigo do *Estatuto* denotou a perspectiva socialista, democrática e anticapitalista. Portanto, tal como o PT, o BE também propôs um socialismo de novo tipo, alternativo ao chamado “socialismo real”.

Em seu *Projeto*, intitulado “*Democracia para o Socialismo*” (2015), publicado em 1999, o partido enfatizou a importância histórica em renovar o socialismo. Segundo Pureza (2015), “o Bloco exprimiu no plano da organização política a alternativa que no plano do pensamento mais acadêmico vinha das escolas da teoria crítica, ou seja, das escolas que se firmavam a partir da escola de Frankfurt”. Portanto, o marxismo que influenciou mais fortemente o BE foi o chamado “marxismo cultural”, em oposição ao “marxismo da economia política”.

O “socialismo bloquista” estaria vinculado a um “horizonte feito de um conjunto muito vasto de dinâmicas de emancipações”, disse Pureza. Para ele, a ideia de socialismo também pode ser compreendida por “emancipações”, já que as bandeiras do socialismo são várias e representam diferentes grupos sociais. Outra característica da concepção bloquista de socialismo apontada por Pureza é a “imprescindibilidade da democracia em todos os momentos da vida social”. Para o dirigente bloquista, as experiências do “socialismo real” erraram brutalmente por negligenciarem a democracia. Ele disse concordar plenamente com a famosa frase de Carlos Nelson Coutinho: “sem democracia não há socialismo e sem socialismo não há democracia” (Coutinho, 1979). Para Pureza (2015), as emancipações não podem ser conciliadas com auto-

ritarismo: “a emancipação pode ser turbulenta, pode ser violenta até (claro que sim), mas não pode ser autoritária, porque isso é o contrário da emancipação”. Adiante, ele explicou porque concorda com a frase de Coutinho:

Nós entendemos que não há democracia sem socialismo, no sentido em que, num país como Portugal, designadamente, falar de democracia como voz do povo implica reconhecimento de direitos sociais, implica reconhecimento de políticas sociais que deem voz efetiva às pessoas, portanto, não há democracia sem socialismo, mas também não há socialismo sem democracia, no sentido em que as emancipações não podem, pela sua própria natureza, ser objeto de uma agenda autoritária, em nenhum momento. (Pureza, 2015).

Para Costa (2015), o socialismo bloquista aspira principalmente “o fim da exploração, a propriedade comum sobre aquilo que é de todos, a sustentabilidade ambiental e a necessidade de um planeamento económico que faça face às necessidades ambientais e a luta contra todas as discriminações”. Para ele, não se encontrará no passado nem no presente um modelo de sociedade que se queira repetir, “isso será sempre uma nova invenção, cada vez que um processo social transformador se põe em prática. E, portanto, essa nova invenção cabe a quem a fizer, desenhá-la e concebê-la.”. Sobre esta mesma questão, Cardina (2015) disse não ser possível saber como será o socialismo no futuro, “mas sabemos que [...] tem que ser um socialismo que dê conta de um leque muito mais plural de emancipações do que aquelas que classicamente estavam associadas ao conflito capital-trabalho. Ainda que esta tenha uma importância absolutamente central”, concluiu.

Todas as lideranças entrevistadas foram unânimes em relacionar a proposta de socialismo bloquista à democracia, aos direitos humanos e às liberdades individuais. Para Carujo (2015), o BE aprendeu com as organizações influenciadas pelo stalinismo a não as copiar no que diz respeito à proibição de tendências e a imposição do pensamento único.

Fazenda (2015) considerou fundamental para a proposta de so-

cialismo do BE a democracia, o pluripartidarismo e todos os direitos fundamentais. Ao refletir sobre as experiências do “socialismo real”, argumentou que “os fins não justificam os meios e quem quer chegar ao socialismo por atalho perdeu a estrada”. Já Louçã (2015) disse não acreditar que se “possa conceber socialismo depois dos regimes do Leste e da China, senão, como regime de democracia social e democracia econômica, com partilha dos bens públicos essenciais e de liberdade de expressão”.

Verificamos, com base nos documentos oficiais e depoimentos das lideranças, que o socialismo bloquista caracteriza-se por ser anticapitalista, democrático e aberto a uma grande diversidade de lutas que caracteriza o nosso tempo, ou seja, procura atender aos anseios das classes subalternas, bem como, dos diferentes setores sociais que são explorados, dominados e discriminados na sociedade capitalista, seja por questões de classe, etnia, gênero ou nacionalidade. No entanto, a proposta bloquista de socialismo carece de uma elaboração mais aprofundada, especialmente no que diz respeito às questões econômicas e culturais do capitalismo contemporâneo. Tal como a proposta do socialismo petista, a proposta do socialismo bloquista condena veementemente as experiências totalitárias do socialismo do Leste Europeu e da Ásia, e adota uma concepção de socialismo democrático, cujo objetivo não se restringe emancipação do proletariado, mas de todas as classes subalternas e minorias sociais exploradas, oprimidas e discriminadas. Vejamos a seguir, como estão articulados os conceitos de socialismo e democracia e em que sentido o BE se define como um partido socialista e democrático.

Socialismo e democracia

Tendo em vista que o conceito de socialismo é muito associado ao conceito de democracia, procuramos identificar qual o projeto de democracia proposto pelo BE e quais são as propostas políticas apresentadas pelo partido que permitem ampliar a democracia, a participação popular e o processo de disputa hegemônica na sociedade portuguesa.

O documento publicado em 2006, "*O Rumo Estratégico do Bloco*", afirmou que o capitalismo "gera a exclusão da democracia econômica e social" e defendeu que a ampla maioria dos trabalhadores e cidadãos intervenha ativamente na política. Vejamos um trecho em que o documento estabelece um elo entre democracia e socialismo:

Só modificando as condições da política por via da intervenção activa da grande maioria dos trabalhadores e cidadãos é que esse sistema de poder pode ser desafiado e substituído. A questão do poder e da propriedade como democracia e não como exclusão, do acesso igualitário às condições modernas de vida e da redistribuição social do produto, são as questões centrais para o socialismo (*O Rumo Estratégico do Bloco*, 2015).

Uma das principais bandeiras do BE é a luta pela democracia participativa, que consiste na atuação direta dos cidadãos na vida política da sociedade, através de programas como orçamento participativo, referendos, prestação de contas, plebiscitos, participação política por meio de conselhos e associações de moradores, formação de listas de cidadãos para concorrer às eleições, etc. Para Pureza (2015), a democracia participativa não é antagônica à democracia representativa, mas complementar: "a democracia participativa deve ser um mecanismo que enriqueça a democracia como um todo". Adiante, Louçã relatou alguns projetos populares que foram criados com o apoio da militância:

O Bloco tem feito muitas propostas sobre a democracia ao nível municipal, sobre a participação em referendos, sobre a possibilidade e iniciativa de legislativa popular. Inclusive, os militantes do Bloco criaram as primeiras iniciativas populares de leis sobre a precariedade, sobre os direitos dos jovens trabalhadores. Tudo isso são espaços em que a ação social pode ganhar força (Louçã, 2015).

Madeira (2015) disse que todo o BE defende a democracia participativa, porém, faz um questionamento: "na relação entre a democracia participativa e a democracia representativa, qual é o equilíbrio e o desequilíbrio entre essas duas componentes?" Sobre esta questão ele uti-

lizou o exemplo do partido espanhol Podemos: “nós percebemos que no Podemos, há um desequilíbrio favorável à [democracia] participativa, agora, como os dirigentes do Bloco entendem isso? Essa discussão nunca foi feita”. Madeira explicou que a lógica da democracia de base ou do poder popular, muito associada à ideia de democracia participativa e direta, é semelhante à experiência do Podemos. No entanto, ele tem dúvidas se há consenso no BE em relação às experiências do Podemos com o poder popular, ou seja, “se é aceitável que haja uma capacidade de reconhecimento muito grande das decisões das assembleias de moradores, como acontece na Espanha hoje”, questionou. As experiências históricas da esquerda portuguesa distinguem-se das experiências espanholas: em Portugal existe a presença do Partido Comunista, de “tradição stalinista” e “com influência nos movimentos de massas”, já a Espanha viu a esquerda crescer nos últimos anos com a intensificação dos movimentos sociais na luta “contra os despejos e a recuperação das casas pelos bancos”, relatou Madeira. Apesar das diferentes interpretações que existem no BE a respeito da experiência do Podemos com o poder popular, umas favoráveis, outras nem tanto, o dirigente bloquista reiterou que do ponto de vista tático todo o partido apoia o Podemos.

Várias lideranças relataram as experiências do BE com o orçamento participativo. A introdução deste mecanismo de participação popular em Portugal foi antecedida por diversas reuniões e debates com vários setores sociais. Algumas destas atividades contaram com a presença do ex-ministro e ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que também é fundador e liderança histórica do PT. Cardina (2015) disse que o BE foi pioneiro em promover debates e implantar o orçamento participativo em Portugal: “no momento em que o orçamento participativo era considerado uma coisa populista, o Bloco era um partido que dava visibilidade a isso, trazia debates, convidava gente que tinha experiência sobre isso”. Atualmente, o orçamento participativo é feito em várias Câmaras¹¹, “até pela direita”, relatou Cardina.

¹¹ A Câmara Municipal corresponde ao Poder Executivo municipal dos municípios portugueses, equivalendo à prefeitura municipal no Brasil.

Carujo (2015) também ressaltou o pioneirismo do BE em relação ao orçamento participativo em Portugal: “criamos orçamentos participativos e eles acabaram por ser adotados para todo lado”. Porém, foram implantados “de cima para baixo, a partir da propaganda do próprio município, ou seja, torna-se um meio muito bom de propaganda”. Não significa, contudo, que todas as experiências com orçamento participativo funcionem dessa maneira, depende muito da prefeitura e da forma como ele é organizado. Porém, ele relatou que não foram muitas as experiências com orçamento participativo que tiveram sucesso do ponto de vista da participação democrática.

Outra iniciativa apoiada pelo BE consiste nas listas de cidadãos para concorrer às Juntas de Freguesias¹² e Câmaras Municipais. O sistema eleitoral em Portugal permite que sejam lançadas listas de cidadãos independentes para concorrer às eleições, sem que estes sejam necessariamente filiados a um partido. Segundo André Freire, a participação de cidadãos em listas independentes para concorrer às eleições tem crescido gradativamente. A Constituição portuguesa permite a existência de “candidaturas independentes” para as freguesias, para os municípios e para a Presidência da República. Entretanto, o BE defende que as “candidaturas independentes” sejam permitidas também para a Assembleia da República. Para André Freire (2013), o crescimento destas candidaturas se explica, principalmente, pelo descontentamento da população em relação ao modelo tradicional de partidos e à desconfiança em relação aos políticos, além de fatores menos determinantes, como questões de cunho cultural e geográfico presentes em determinadas comunidades.

Para concorrer com um candidato do PS que já havia sido presidente da Câmara, o BE apoiou uma “candidatura cidadã” (formada por bloquistas e pessoas não filiadas a nenhum partido) e conseguiu eleger uma vereadora por Coimbra, explicou Cardina (2015). Segundo ele, nas

¹² As Juntas de Freguesia são “subprefeituras” que administram as freguesias. Já as freguesias são distritos criados pelas prefeituras para descentralizar as políticas e a aplicação dos recursos municipais.

eleições para as autarquias “é possível juntar um grupo de cidadãos, recolher assinaturas (tem que ter um número elevado de assinaturas) e, depois, [...] formaliza o movimento e apresenta”. Vejamos maiores detalhes desta experiência:

Então, uma série de pessoas à esquerda, insatisfeitas com os rumos que se previam para a cidade de Coimbra, se articularam numa candidatura cidadã, desvinculada dos partidos. E o Bloco apoia essa candidatura, militantes seus estão desde o início nela, eu fui um deles, José Manuel Pureza foi outro. [...] Catarina Martins (que não é a Catarina Martins Líder do Bloco...) agora está na câmara municipal como representante dos cidadãos por Coimbra (Cardina, 2015).

Várias lideranças disseram que o regime de democracia conquistado pela Revolução de 25 de Abril em Portugal é bastante avançado se comparado ao de outros países europeus. Segundo Costa (2015), “a democracia portuguesa, do ponto de vista institucional, é das mais avançadas da Europa”. Portanto, para ele, a ampliação da democracia tem maior relação com o aumento da participação popular e com a democratização das “associações da sociedade civil” do que com a necessidade de uma transformação institucional do Estado português.

Vimos que o conceito “aparelhos privados de hegemonia” não diz respeito exclusivamente ao setor privado, mas a todos os organismos (sejam públicos, privados ou de economia mista) da sociedade civil em que é possível disputar a hegemonia. Portanto, a democratização das “associações da sociedade civil” ou dos “aparelhos privados de hegemonia” (escolas, sindicatos, empresas, igrejas, movimentos sociais, ONGs, associações diversas, mídia, etc.) também requer mudanças institucionais. Embora Costa ressalte que “a revolução de 25 de Abril criou, constitucionalmente, um quadro institucional bastante aberto e democrático”, ele também considera que esse quadro pode ser melhorado com a introdução de recursos da democracia direta, como a participação dos cidadãos na política sem intermédio dos partidos (candidaturas “independentes”, através das listas de cidadãos) e a utilização

mais frequente dos referendos, permitindo que a população decida diretamente sobre os assuntos políticos mais importantes.

Para Costa (2015), “a experiência da construção do socialismo [...] implica um protagonismo popular completamente diferente daquele que é possível numa sociedade dominada como aquela em que nós vivemos”. Um fator que prejudica e coíbe o exercício da democracia é o fato de a existência humana estar voltada excessivamente ao consumo (consumismo) e a produção, que é realizada com trabalho excessivo e precarizado. Tal fator faz com que as pessoas não tenham tempo para participar da vida política da sociedade, explicou Costa: “não sobra nada, não sobra espaço, não sobra tempo, não sobra disponibilidade, não sobra vontade para essa participação cidadã”.

Fazenda (2015) citou algumas propostas criadas pela bancada parlamentar do BE que visam ampliar a democracia e a participação popular, como a “garantia do referendo popular” e a ampliação de garantias para “as listas independentes”. Ele explicou que a atual Constituição “resultou de uma revolução democrática muito profunda”, após 41 anos de ditadura salazarista. Embora tenha sido desgastada ao longo dos anos e revista sete vezes, a *Constituição Portuguesa* permanece sendo a “mais à esquerda de toda a União Europeia”, afirmou Fazenda. Para ele, é preciso reverter às privatizações, garantir universalmente os direitos sociais e econômicos e alterar a forma antidemocrática da participação dos países na União Europeia.

Outra iniciativa que permite ampliar a democracia consiste na utilização de referendos para decidir sobre os assuntos mais importantes de um país, como a adesão a uma organização internacional ou a participação em caso de guerra. Pureza (2015) disse que o BE sempre exigiu que fossem realizados referendos para decidir sobre os tratados internacionais no continente europeu, todavia, os governos não o fizeram: “isso significa que os espaços essenciais da nossa condição europeia, que nos tem limitado tanto, deviam ter sido objeto de debate público, de esclarecimento, de decisão”.

Sobre a possibilidade de revogação de mandato dos políticos eleitos, através de referendo revogatório na metade do mandato, a exemplo do que acontece na Venezuela, Carujo (2015) disse que “é muito difícil. Não temos revogabilidade para presidente, não temos revogabilidade para a Assembleia da República, a não ser que haja um caso de corrupção”, relatou o dirigente da Plataforma Anticapitalista.

Outra proposta apresentada pelo BE para a ampliação da democracia é a implementação de políticas públicas que regulamentem a mídia, com a finalidade de evitar o monopólio da informação, que atinge emissoras de televisão, rádios, internet e imprensa escrita. Para Leiria (2015), o monopólio da comunicação social que existe no Brasil (cita o exemplo do grupo Globo, da família Marinho, que possui canais de televisão, estações de rádios, portais na internet e imprensa escrita) não existe em Portugal, pois “não há grupos com poder econômico suficiente para isso, senão existiria, porque a legislação permite”, explicou o jornalista da Vírus. Além do monopólio da comunicação, os canais públicos brasileiros são de acesso proporcionalmente mais restrito se comparados aos canais públicos portugueses: “tem muito mais importância, particularmente, a RPT1 do que a TV Cultura no Brasil”, afirmou. O BE defende maior controle das concessões de televisão por parte do Estado, exigindo que as emissoras cumpram a função social de acordo com o regulamento das concessões, porém, “estas são propostas que o Bloco tem apresentado e que não foram nunca aprovadas”, lamentou.

Verificamos que a defesa da democracia é um pressuposto fundamental para a caracterização do modelo de socialismo defendido pelo BE. A concepção de democracia, aliada à ideia de socialismo, não se restringe ao modelo atual de democracia, para o qual os mecanismos de participação direta ainda são muito restritos, mas, consiste, sobretudo, na compreensão ampliada deste conceito, em que a democracia participativa e a democracia representativa são complementares e imprescindíveis uma em relação à outra. Portanto, os mecanismos de participação direta das massas nas decisões políticas, tais como orça-

mentos participativos, plebiscitos, referendos, consultas populares, prestação de contas, participação política por meio de conselhos e associações de moradores, formação de listas de cidadãos para concorrer às eleições, entre outros mecanismos que visam “ampliar a democracia” ou “democratizar a democracia”, levam a dinamização e intensificação das disputas de hegemonia na sociedade civil.

Socialismo ou social-democracia?

Tendo em vista que há setores no BE que se identificam com a social-democracia, procuramos verificar, com base nas entrevistas, as semelhanças e as diferenças entre a concepção de socialismo defendida pelo partido e a concepção de social-democracia, dado que muitos dos principais partidos social-democratas europeus também se reivindicam do socialismo, como o PS Português e o PS Francês. Todos os entrevistados foram unânimes em reforçar o que consta nos documentos oficiais, isto é, o BE é um partido socialista e anticapitalista, portanto, não se define social-democrata, ainda que existam em seu interior militantes social-democratas. Eis os relatos de algumas lideranças bloquistas:

[...] eu entendo que o Bloco é um partido que aspira uma sociedade diferente. É um partido socialista e não social-democrata (Cardina, 2015).

[...] o objetivo do Bloco é transformação social e a mudança no regime social e econômico em que vivemos e, portanto, a superação do capitalismo, a transformação da sociedade e a construção do socialismo para Portugal e para a Europa. Mas o Bloco de Esquerda é uma organização anticapitalista (Costa, 2015).

O Bloco é um partido que defende o socialismo e é contra o capitalismo, não defende o “capitalismo com rosto humano” (Leiria, 2015).

Louçã (2015) elucidou que o BE é socialista “no único sentido” em que esse termo pode ser utilizado, isto é, “no sentido anticapitalista”.

Contudo, sabemos que boa parte dos partidos que se assumem socialistas e/ou fazem parte da Internacional Socialista estão mais próximos do centro do espectro político partidário do que propriamente da esquerda, como o PS francês, o PS português e o Partido Trabalhista britânico (*Labour Party*), Partido Social-Democrata Alemão (SPD), o Movimento Socialista Pan-helénico grego (PASOK). Portanto, por se situarem mais ao centro, estes partidos não poderiam realizar transformações políticas substanciais ou sistêmicas que conduzissem ao socialismo. São partidos que se afirmam socialistas, mas, contraditoriamente, não se opõem ao regime capitalista.

Cardina (2015) comentou que o conceito de social-democracia foi identificado a um conjunto de políticas progressistas que levaram a uma maior participação social do Estado e a ampliação dos direitos trabalhistas. “Nessa leitura do que pode ser a social-democracia, eu acho que o Bloco deve também reivindicar desse lugar, o que não significa que o Bloco venha necessariamente daí ou fique necessariamente aí”, ponderou. Diante do contexto neoliberal e austeritário vivenciado atualmente pela Europa, Cardina acredita que já seria um grande avanço se os partidos socialistas recuperassem o Estado de bem-estar social. Vejamos um trecho de sua entrevista:

O que é social-democracia? Quando nós dissemos social-democracia estamos a dizer gestão do capitalismo? Ou estamos a dizer reforço dos salários, criação do Estado de Bem-Estar Social, criação de infraestruturas para que ninguém morra na miséria? Se isto for social-democracia, isso é que o Bloco deve trazer para a linha de frente do combate político (Cardina, 2015).

Carujo (2015) explicou que a transformação dos partidos socialistas em “partidos neoliberais” fez com que a esquerda perdesse a referência que a mantinha unida, que era, justamente, as bandeiras da social-democracia. O projeto social-democrata chegou a ser majoritário e depois deixou de existir. Mário Soares mantinha “um discurso muito radical no início, mas depois aplica a austeridade”. Consequentemente,

muitos social-democratas não se sentem mais representados pelo PS, explicou o dirigente bloquista. A seguir, Carujo mencionou a influência que o PS chegou a exercer na esquerda portuguesa depois da Revolução de 25 de Abril:

O espaço unitário à esquerda era um espaço que se revia na social-democracia. E, na história Portuguesa, se olharmos com atenção, nos anos 1970 (74, 75), o PS reivindicava-se do socialismo, do comunismo, queria fazer a revolução. [...] Portanto, era um projeto maioritário, era um projeto em que as pessoas acreditavam e é um projeto que deixa de existir (Carujo, 2015).

O conceito de social-democracia é muito polissêmico, permitindo diversas interpretações, além disso, há uma diversidade ideológica muito grande entre os que se definem social-democratas no BE: “aqui no Bloco têm pessoas que se dizem social-democratas, social-democratas de esquerda, de centro, democratas radicais”, relatou Carujo (2015). Vários depoentes disseram que o programa social-democrata dos anos 1970 e 1980 poderia ser considerado radical para os dias de hoje, momento em que se aprofundam as (contra) reformas neoliberais aplicadas pelos Estados Europeus, em função dos compromissos assumidos com a União Europeia. Para Carujo, “chegamos ao momento em que a arquitetura europeia proíbe a social-democracia tradicional, com o apoio dos partidos socialistas tradicionais”. Portanto, os mesmos partidos socialistas e social-democratas que realizaram a política do “*Welfare State*” na Europa, atualmente, têm aplicado políticas austeritárias e do “Estado mínimo”. Para Carujo, o BE deve apresentar propostas social-democratas que levem a uma situação de confronto com o sistema, implicando numa “situação que pode ser revolucionária”. Esta hipótese é aceita e compreendida no BE como uma espécie de “programa de transição: o fato de não serem reivindicações máximas, por assim dizer [...] não é impeditivo de conseguirmos alguma coisa a partir da velha tradição trotskista do programa mínimo”, avaliou o dirigente bloquista.

Leiria (2015) foi mais enfático em sua crítica à social-democracia,

representada por partidos socialistas e social-democratas historicamente de esquerda, mas atualmente que atualmente transformaram-se em partidos pró-sistema que vêm aplicando políticas neoliberais. Se, antes, a social-democracia deixava o capitalismo com o “rosto mais humano”, atualmente, a social-democracia tem deixado o capitalismo com o “rosto desumano”, argumentou. Para ele, o BE não tem nenhuma relação com a histórica social-democracia, nem, tampouco, com o que propõem os atuais partidos socialistas e social-democratas. Já Louçã (2015) relatou que o BE “não tem nenhum traço de partido social-democrata”, porque “a social-democracia não tem nada a ver com o socialismo”, ela é “um aporte do capital financeiro”. Vejamos um trecho de sua entrevista:

A social-democracia não é um movimento de esquerda já há muitos anos, é um movimento político de centro. Às vezes centro-direita, outras vezes centro-esquerda. O Partido Socialista português é um dos partidos mais à direita da social-democracia europeia, há muito tempo. Foi o principal condutor das privatizações dos serviços públicos. Pensar que a social-democracia tem qualquer vinculação histórica ao Estado social, aos direitos sociais é uma anedota, não tem nenhum conteúdo (Louçã, 2015).

Louçã (2015) disse também que a ampla maioria dos militantes do BE é socialista e anticapitalista, já os poucos social-democratas formavam o grupo que saiu (a associação política “Fórum Manifesto”). Fazenda (2015), por sua vez, afirmou que os social-democratas são bem-vindos, mas enfatizou que a proposta do partido é socialista e não social-democrata: “o Bloco de Esquerda defende a nacionalização dos principais meios financeiros, industriais e econômicos do país, essa proposta faz toda a diferença do ponto de vista político e ideológico”. Eis um fragmento de sua entrevista:

[Todos os militantes do BE são socialistas numa perspectiva anticapitalista?] A grande maioria. Eram raríssimas as pessoas dentro do Bloco que se definiam como social-democratas. Na verdade, é o grupo que saiu para o [Partido] Livre. O único que foi dirigente do Bloco e definia-se como social-demo-

crata era Daniel Oliveira. Era o único que dizia publicamente “eu sou um social-democrata” (Fazenda, 2015).

Madeira (2015) relacionou social-democracia e socialismo aos conceitos de reforma e revolução, e questionou: “até que ponto pode ter impactos no desgaste do capitalismo políticas reformistas, que, na sua essência, não são de caráter anticapitalista, são medidas de caráter social-democrata”? Para Madeira, as políticas reformistas “melhoram a situação dos de baixo, mas não altera as relações de fundo”. No entanto, ele disse que “a social-democracia se bandeou” em decorrência das crises econômicas internacionais e não é possível “reconstituir o pacto social europeu a partir da aliança do socialismo com a democracia cristã”. Segundo Madeira, as únicas alternativas a este impasse encontram-se na capacidade que a esquerda socialista terá para exercer influências nos novos e velhos movimentos sociais e no mundo do trabalho.

Diante dessa questão dual e aparentemente inconciliável entre o reformismo social-democrata e a revolução socialista, a teoria gramsciana apresenta uma visão que propõe a unidade dialética entre reforma e revolução, que passam a ser compreendidos como conceitos complementares.

Reforma e Revolução

Segundo a concepção gramsciana, nas sociedades “ocidentais” (como a sociedade brasileira e a sociedade portuguesa) a revolução é compreendida como o resultado de um processo de sucessivas e intensas transformações estruturais. Portanto, a ideia de revolução como uma insurgência armada adquire menor relevância devido à complexidade da sociedade civil e a diversidade de seus “aparelhos privados de hegemonia”, que se encontram num estágio muito mais avançado de desenvolvimento do que nas sociedades de tipo “oriental”. Nas “sociedades orientais” a sociedade civil ainda é – utilizando a expressão de Gramsci – “primitiva e gelatinosa” (Gramsci, 2007a, p. 262). À

dicotomia “Oriente” e “Ocidente”, Gramsci apresenta outra: “guerra de movimento” (ou “guerra de manobra”) e “guerra de posição”. Enquanto, no “Oriente”, as transformações políticas radicais aconteceram pela forma de “guerra de movimento”, ou seja, por meio de revoluções armadas; no “Ocidente”, as transformações políticas radicais tendem a ocorrer pela forma de “guerra de posição”, isto é, por meio da conquista gradual da hegemonia na sociedade civil, envolvendo uma complexa disputa política, cultural e ideológica nos “aparelhos privados de hegemonia”. Portanto, segundo a concepção gramsciana, para que ocorram transformações políticas radicais nas sociedades “ocidentais” há que conciliar reforma e revolução, compreendendo a revolução como o resultado de um longo e dificultoso processo de “guerras de posições”.

Com base no pensamento de Gramsci, Coutinho (1992, p. 17) classificou como “reformismo revolucionário” o conceito no qual a revolução decorre de um conjunto sistemático de reformas estruturais. Segundo o filósofo, “a complexidade das sociedades modernas, entre as quais se inclui a brasileira, impõe uma concepção “processual” de revolução... [...] As reformas são hoje o caminho da revolução, e não uma das formas alternativas de luta”.

Ainda que várias lideranças bloquistas tenham enfatizado a necessidade de conciliar reforma e revolução, as discussões sobre este tema não são feitas sistematicamente pelo partido. Também não há, portanto, nenhum documento oficial do BE que formule uma posição teórica a esse respeito, já que o partido foi construído por várias correntes, com histórias, concepções e práticas políticas distintas. Segundo Costa (2015), o BE poderá, futuramente, devido às condições históricas, ser forçado a tomar uma posição definitiva sobre isso, mas até agora não foi. Já Carujo (2015) disse que esse tipo de discussão “surge sempre, é uma daquelas coisas que não se pode recalcar, porque noutra momento qualquer ela vai irromper”.

Segundo os relatos, as discussões e debates políticos sobre esta temática costumam ocorrer de forma descentralizada, por grupos de

militantes, sem que o partido decida por um posicionamento oficial. A seguir, Cardina explicou porque o partido evitou concluir esta questão:

[...] parte da esquerda que entrou no Bloco é reformista, outra parte diz que é revolucionária. E se quiséssemos resolver essa discussão entre reforma e revolução, não teríamos construído o Bloco de Esquerda. Os reformistas não entrariam. A maioria que se dizia revolucionária, o PSR e a UDP, não deixaria entrar os outros, se quiséssemos impor esses projetos (Cardina, 2015).

Segundo Cardina (2015), a prática do BE condiz com o entendimento de que os conceitos de reforma e revolução não são antagônicos e sim complementares. Para ele, os processos de mudança política decorrem da conquista de hegemonia política – “que pode passar pela frente eleitoral” – e da conquista de hegemonia social – “que tem que passar necessariamente pela frente social”. Portanto, a conquista de hegemonia na sociedade civil consiste num momento imprescindível para a conquista de hegemonia política. Sobre esta questão, Gramsci considerava que a conquista da hegemonia por um grupo social poderia ocorrer antes mesmo da conquista do poder político (Gramsci, 2017c, p. 63).

Para Pureza (2015), a revolução é processual. A revolução como um “momento” não deu muito certo “porque nos lugares em que isso aconteceu, as relações de poder mais profundas não foram alteradas”. O dirigente bloquista explicou que uma revolução consiste em um longo processo de transformação, constituído de “muitos momentos de muito alta intensidade”. Ele se contrapôs à visão que considera reforma e revolução conceitos antagônicos, como se as reformas fossem somente algo “tranquilo, devagarinho” e as revoluções fossem somente algo “brutal”. “Nós podemos romper com expressões momentâneas de uma determinada ordem social, mas [...] a possibilidade de voltar atrás, o retrocesso é tão eminente, que nós temos que ter para nós próprios a exigência de manter uma intensidade longa ao longo de muito tempo”. Portanto, o processo revolucionário não é *soft*, e sim *hard*, mas de longa duração, explicou Pureza. Vejamos um fragmento de sua entrevista:

[Carlos Nelson Coutinho fala de reformas revolucionárias.] Exatamente. É uma boa síntese. Por exemplo, no momento atual, romper com o governo significaria na sociedade portuguesa uma mudança profundíssima. Mas se for só isso será uma decisão técnica, o problema é que isso tem que vir associado a uma série de outras coisas... A ofensiva neoliberal foi tão forte que hoje, manter patamares mínimos de serviços públicos universais (ex.: serviço nacional de saúde, educação pública, segurança social pública), manter isso, neste momento, nas atuais condições, seria uma bandeira de reforma do Estado que implicava mudar completamente o sistema de funcionamento do orçamento, a relação entre o poder político e a sociedade ou a organização econômica (Pureza, 2015).

Por sua vez, Costa (2015) relatou que a “transformação socialista da sociedade passa por um protagonismo extraordinário do movimento popular, não por uma via institucional”. Ainda que considere a luta por reformas uma característica de todo movimento revolucionário, a revolução exige um “protagonismo popular [...] que se faz necessariamente em confronto com a esfera institucional e com a esfera do Estado”. Vimos que o BE procura atuar simultaneamente em duas frentes, a via institucional e os movimentos sociais, porém, de acordo com Costa, são os movimentos sociais e a intensa participação popular que garantem o processo revolucionário, a alteração do modo de produção e das relações de exploração na sociedade capitalista. Portanto, as reformas graduais, promovidas pelo Estado, não podem conduzir automaticamente a revolução, prescindindo do protagonismo popular que force a transformação da “natureza do Estado”.

Segundo Leiria (2015), “a luta por reformas é muito importante no sentido de que amplia o espaço político e a conscientização das pessoas”. Portanto, as reformas podem ser compreendidas “como um trampolim para uma revolução”, desde que elas impliquem em ruptura com a ordem vigente, explicou o jornalista.

Por outro lado, Madeira (2015) considerou insuficiente pensar a revolução como um “processo gradual de transformações” ou de re-

formas. Para ele, “os principais aparelhos de Estado” não deixariam de defender a “ordem burguesa, perante esse avanço paulatino das mudanças”. Ainda que considerasse importante a intervenção parlamentar (institucional) e o movimento de massas, para Madeira, o processo revolucionário resultaria necessariamente em confrontos violentos, entre as forças conservadoras e as forças revolucionárias, “porque o recurso à violência para defender interesses é um dado estruturante do próprio conceito de luta de classes”. A seguir, um trecho de sua entrevista:

[...] mesmo admitindo a vitória de um movimento de esquerda, ou o Bloco de Esquerda, ou uma aliança de esquerda com o Bloco, [...] o período que segue, mesmo que seja considerado um período de transição, não elimina a capacidade de resistência necessariamente violenta das forças conservadoras. [...] Há um conjunto de fatores: o processo de composição dos aparelhos repressivos da polícia e do exército, toda uma série de coisas que tem a ver com o ponto de vista estratégico (Madeira, 2015).

Fazenda explicou que toda revolução é um processo que não ocorre em um dia determinado, não culmina com o ato revolucionário de tomada do poder, mas continua. Para ele, “só os revolucionários conseguem boas reformas”. No entanto, ele questionou se boas reformas podem abrir caminho para a revolução. Fazenda disse não haver dúvidas de que as reformas favorecem a classe trabalhadora, ao proporcionar melhores salários, mais empregos, mais direitos, melhores condições de vida, etc. Porém, a revolução pode ou não acontecer em razão de progressivas reformas: “se [os trabalhadores] tiverem bem alicerçados num conjunto de conquistas sociais, isso favorece o salto para uma transformação do regime político, mas pode não ocorrer”. Para ele, a revolução pode ser orientada pelos partidos, mas não fabricada por eles. Ela é consequência de determinadas condições históricas: acontece “quando os ‘de cima’ não conseguem governar e os ‘de baixo’ estão fartos dos ‘de cima’”. Isso implica a perda da hegemonia, cuja função é dar sustentação ao poder dos ‘de cima’” (Fazenda, 2015). Por outro lado, como vimos no primeiro capítulo, a crise de hegemonia também

pode levar a classe dominante a adotar um regime ditatorial (instituindo uma contrarrevolução), a fim de reprimir e restringir os espaços de disputa de hegemonia na sociedade civil.

Fazenda (2015) distinguiu o período revolucionário ocorrido na Rússia, durante a primeira metade do século XX, do período atual, nos países de democracia liberal. Se, naquele contexto, caracterizado por ditaduras implacáveis, a luta armada era a única opção para a esquerda revolucionária (guerra de movimento), atualmente, numa democracia liberal, é possível atuar noutras “trincheiras”, como a via institucional (os partidos revolucionários já não vivem na clandestinidade) e os movimentos sociais (guerra de posição). Fazenda citou vários aspectos que podem desencadear momentos revolucionários nas democracias liberais, como as reformas, a conscientização popular e até a influência de “fatores externos”, como “o período de uma guerra, o período de uma agressão muito grave ao ecossistema”. Ele explicou que todas as revoluções socialistas “se iniciaram como revoluções democráticas e, mais tarde, transformaram-se em revoluções socialistas”. No entanto, considerou necessário que as massas tenham “clareza da necessidade do socialismo” desde o princípio do período revolucionário. Adiante, o dirigente bloquista comentou algumas das mais importantes experiências revolucionárias do século XX:

Até hoje, não temos exemplo de uma revolução que tenha começado porque era para ser socialista desde o berço. Elas, por berço, foram sempre democráticas, mais tarde, tomaram o curso socialista. A revolução de fevereiro de 1917 é uma revolução contra a guerra, se assumia democrática, depois ela toma um curso socialista; a cubana a mesma coisa. E a China, era uma revolução camponesa, democrática, com uma guerra civil prolongadíssima que, mais tarde, adota uma posição socialista, até mesmo em miniatura, porque os processos não têm paralelo na história. Na revolução do Chávez [na Venezuela], tem o golpe militar, depois, finalmente, ele ganha por via eleitoral, é anti-imperialista, é nacionalista, a vitória eleitoral traz logo um programa de grandes transformações, mas a sua feição direta é a democracia contra a oligarquia (Fazenda, 2015).

Praticamente todas as lideranças do BE conceberam os conceitos de reforma e revolução como complementares. A maioria relacionou a revolução a um processo, em oposição à ideia de revolução como “ato pontual”. Outras consideraram que as revoluções decorrem da insurgência das massas, ao invés das reformas estruturais promovidas pelo Estado. Todas foram unânimes em considerar a necessidade de romper com a ordem capitalista vigente para se chegar a um processo revolucionário, ao contrário do legado histórico da social-democracia, que durante décadas procurou conciliar importantes conquistas sociais e trabalhistas com a manutenção do regime capitalista, isto é, a proposta política social-democrata restringiu-se ao “reformismo em si mesmo”, sem que as reformas aumentassem gradualmente de intensidade (reformas estruturais) a ponto de resultar num processo revolucionário (anti-capitalista). Vários entrevistados também ressaltaram que o rompimento com a ordem vigente envolve necessariamente a intensa participação popular no processo de condução das políticas, por isso a importância em ampliar a participação nos movimentos sociais e na sociedade civil como um todo.

6

AS ESTRELAS TRANSFORMAM O MUNDO

Este capítulo aborda a disputa de hegemonia, a partir da atuação política do PT e do BE, no contexto nacional e internacional. Elaboramos uma breve abordagem histórica da participação do PT nas eleições legislativas nacionais (para o Congresso Nacional), nas eleições presidenciais e no Foro de São Paulo, tendo por base o processo de disputa de hegemonia nestas instâncias. Também fizemos uma breve abordagem histórica da atuação do BE nas eleições legislativas nacionais (para a Assembleia da República), nas eleições presidenciais portuguesas e no Parlamento Europeu da União Europeia. Não abordamos, portanto, a atuação dos partidos nos âmbitos local e regional, pois este estudo demandaria outras teses, devido à complexidade em pesquisar as diferentes instâncias político-administrativas do Brasil e de Portugal. Com o intuito de delimitação da pesquisa, resolvemos enfatizar os fatos que marcaram a atuação política recente destes dois partidos.

A atuação política do PT

Os resultados eleitorais e o Congresso Nacional

O sistema político brasileiro proporciona uma relação de dependência entre a Presidência da República e o Congresso Nacional, de modo que as leis que interessam ao governo necessitam da aprovação do Poder Legislativo, representado pelos deputados federais e

senadores. Desde quando Lula assumiu a Presidência da República, em 2002, a “governabilidade” passou a ser considerada uma questão central para a sobrevivência política do PT no Governo Federal.

Os dados demonstrados a seguir, indicam que o pico da representação parlamentar do PT no Congresso Nacional, ocorreu no ano de 2002, quando Lula se elegeu pela primeira vez Presidente da República. Por outro lado, as eleições de 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita para o seu segundo mandato, passaram a indicar uma queda da representação petista, sobretudo na Câmara dos Deputados. A queda parlamentar nas eleições de 2014 já refletia o desgaste pelo qual o partido vinha sofrendo, acompanhado da redução da popularidade da presidenta Dilma Rousseff (“Avaliação Positiva de Dilma Despenca”, 2016).

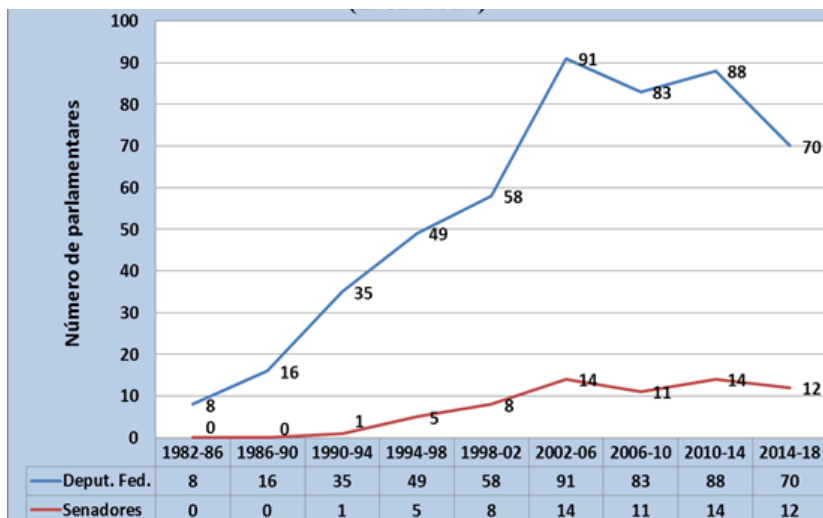
O gráfico da Figura 5, na página seguinte, representa a evolução do número de deputados federais e senadores petistas no Congresso Nacional, desde a primeira eleição em que o PT disputou, em 1982, até a última, em 2014. Observa-se que a bancada petista tem se reduzido. O partido atingiu o pico de crescimento de sua base parlamentar no em 2002, manteve-se mais ou menos estável até 2010, e depois entrou numa fase decadente.

O crescimento do número de deputados federais eleitos pelo PT foi constante até as eleições de 2002: o partido elegeu oito deputados em 1983, o dobro em 1987, alcançou uma margem acima do dobro em 1991, aumentou consideravelmente em 1994 e 1998, e quase dobrou em 2002, quando se tornou o maior partido da Câmara, com 91 deputados. Já entre 2002 e 2010, durante os dois mandatos presidenciais de Lula, o número de deputados petistas sofreu uma pequena oscilação para baixo. Porém, após os quatro primeiros anos de governo Dilma Rousseff, o número de deputados petistas caiu de 88 (2010) para 70 (2014).

Durante toda a década de 1980, o PT não teve nenhum senador eleito. O primeiro senador eleito do partido foi em 1991. Em 1994 e 1998, o PT conquistou, respectivamente, cinco e sete cadeiras no Sena-

do. Os anos 2002 e 2010 foram os que apresentaram os melhores resultados (14 senadores eleitos). Diferentemente dos deputados, o número de senadores petistas manteve-se mais ou menos estável durante os mandatos de Lula e Dilma.

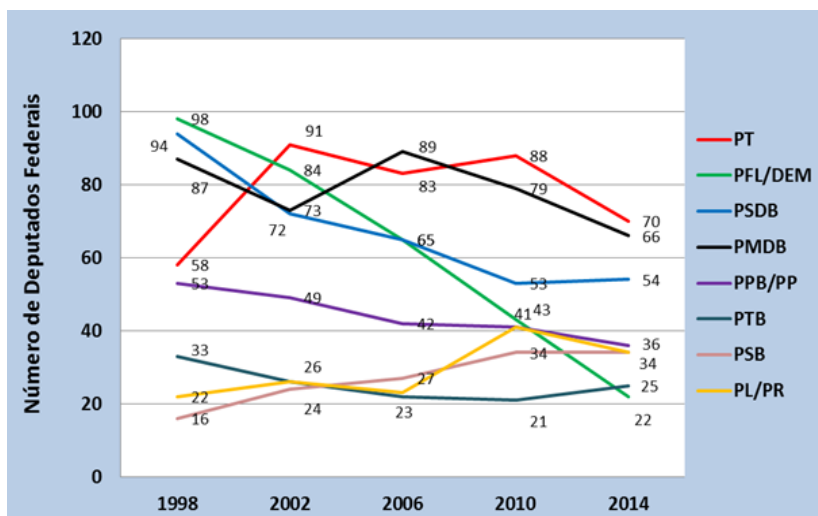
Figura 5 – Número de deputados e senadores eleitos pelo PT



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O gráfico da Figura 6 apresenta os oito partidos com a maior representação na Câmara dos Deputados nas últimas cinco eleições. Observa-se que o PFL/DEM já foi o maior partido da Câmara, com 98 deputados eleitos em 1998. No entanto, esse partido passou por uma queda vertiginosa, alcançando 22 deputados em 2014. As fragmentações em decorrência da transição do Partido da Frente Liberal (PFL) para Democratas (DEM) e, mais recentemente, a criação do Partido Social Democrata (PSD), enfraqueceram muito o antigo PFL. Por outro lado, o PSD (fundado em 2011, por dissidentes do DEM, PP e PSDB, para compor a base de apoio do governo Dilma), obteve um importante crescimento em 2014, elegendo 37 deputados federais e três senadores.

Figura 6 – Deputados Federais por partido (1998-2014)



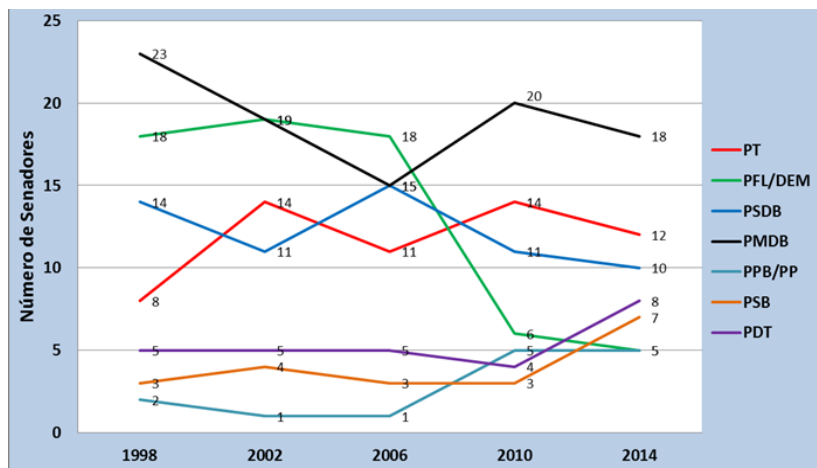
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Se, em comparação com as eleições anteriores, a representação do PT na Câmara dos Deputados declinou em 2014, por outro lado, o partido permaneceu sendo o de maior representação da Câmara, já que quase todos os grandes partidos também tiveram suas bancadas parlamentares reduzidas. Entre 2010 e 2014, o DEM perdeu 19 deputados, o PT 18, o PMDB 13, o PR sete, o PP cinco, o PSB manteve-se inalterado, o PSDB ganhou um deputado e o PTB ganhou quatro. O enfraquecimento dos grandes partidos foi acompanhado do fortalecimento de partidos até então considerados pouco expressivos, como o PSD, o PRB, o SD e o PSC, que elegeram, respectivamente, 37, 21, 15 e 12 deputados.

Já em relação à bancada do Senado (Gráfico 7), o PT sempre teve um desempenho inferior ao PMDB, sendo o segundo partido com o maior número de senadores. Em 2014, foram eleitos 12 senadores petistas, contra 18 do PMDB. O terceiro partido com a maior represen-

tação no Senado é o PSDB, seguido por PDT, PSB, DEM e PP. Tal como em relação aos deputados, também se observa uma queda vertiginosa dos senadores do PFL/DEM.

Figura 7 – Senadores por partido (1998-2014)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Atualmente, o único grande partido de esquerda (ou centro-esquerda) é o PT. O PDT, que já esteve mais à esquerda (principalmente no tempo de Leonel Brizola), é hoje um partido de centro-esquerda, de tamanho intermediário. O PSB, que outrora (no tempo de Miguel Arraes) foi um partido de esquerda, já não pode ser considerado de esquerda, tendo em vista que 29 dos seus 32 deputados federais votaram a favor do impeachment de Dilma Rousseff. A ala à esquerda do PSB (incluindo os deputados Luiza Erundina e Glauber Braga), saiu do partido em 2016, para ingressar no PSOL.

Excetuando o PT e, de certa forma, o PDT (ainda que muitos parlamentares deste partido tenham votado a favor do *impeachment*, a maioria votou contra), todos os outros partidos de esquerda

são de porte pequeno (PCdoB e PSOL), ou muito pequeno e sem representação parlamentar (PSTU, PCB e PCO). Os únicos partidos que votaram totalmente contra o *impeachment* no Congresso foram: PT, PCdoB e PSOL. Embora algumas pessoas considerem a Rede um partido de centro-esquerda, os votos dos parlamentares deste partido foram divididos (Agência Brasil EBC, 2016).

O golpe sofrido por Dilma Rousseff poderia ter servido para a reorientação das alianças em torno de uma frente de partidos de esquerda e centro-esquerda. Entretanto, o que se constatou nas eleições municipais de 2016 foi uma grande fragmentação da esquerda e uma enorme derrota eleitoral sofrida pelo PT. Apesar de o *impeachment* ter contado com o apoio massivo dos principais partidos da base aliada de Dilma Rousseff, o PT esteve coligado com partidos *pró-impeachment* em quase dois mil municípios brasileiros (Notícias Spotniks, 2016). Por outro lado, partidos como PSOL e PDT foram adversários do PT nas principais cidades brasileiras, ou seja, a esquerda se fragmentou de tal forma que praticamente todos os municípios importantes do Brasil passaram a ser governados por partidos de direita. Em 2012, o PT governou 636 municípios em todo o Brasil. Em 2016, o número de municípios governados pelo PT caiu para apenas 256. O número de vereadores petistas em todo o território nacional caiu de 5.067, em 2012, para 2.975, em 2016 (Tribunal Superior Eleitoral, 2016).

Porém, o fracasso eleitoral do PT em 2014 e, principalmente, em 2016, se explica, em parte, em decorrência do desgaste da imagem do partido nacionalmente. Contribuiu para isso a ênfase seletiva da grande mídia, ao cobrir as operações de combate à corrupção da Polícia Federal envolvendo o PT, bem como o processo de *impeachment* que, além de denunciar as supostas “pedaladas fiscais”, responsabilizou a presidenta Dilma Rousseff pela crise econômica. A imagem negativa do partido associada à corrupção, levou muitas lideranças e políticos petistas a deixarem o partido. Segundo a revista Carta Capi-

tal “um em cada cinco prefeitos eleitos pelo partido em 2012 pediu desfiliação ou foi expulso. Em São Paulo, 35 dos 73 prefeitos petistas migraram para outras legendas” (Carta Capital, 2016).

Perguntamos às lideranças das tendências petistas se a representação majoritária da direita no Congresso Nacional comprometeu a hegemonia nos governos Lula e Dilma. Pont (2015) afirmou ser possível “construir uma hegemonia política mesmo sem maioria no legislativo”, no entanto, ele explicou que “numa sociedade como a nossa, o controle midiático existente é brutal, avassalador. Soma-se a isto o caráter elitista e conservador do judiciário, a crescente, perigosa e inconstitucional presença das Igrejas fundamentalistas na vida política do país e a produção da ciência e do conhecimento nas mãos da ‘ordem’ e do ‘mercado’”. Mais adiante, Pont concluiu que “nesse plano da disputa cultural, dos valores éticos, morais, políticos, estamos sendo derrotados”.

Vimos anteriormente que os governos Lula e Dilma não deram a devida atenção para uma efetiva disputa de hegemonia na sociedade civil. Alguns dos mais importantes “aparelhos privados de hegemonia” – como o sistema midiático, o sistema jurídico, a polícia e os órgãos de investigação – continuaram subordinados ao projeto político das elites. Pont confirmou que o PT “abdicou” de disputar a hegemonia e perdeu a luta ideológica para a ideologia do “mercado”. Vejamos o que disse o dirigente da DS:

A esquerda, o PT, em especial, abdicou de travar a luta. A baixa identidade e a disputa teórica e ideológica reduzidas tornam a população refém do “mercado”, de suas interpretações do mundo, de seus valores consumistas e individualistas. Uma recuperação do PT, em sua identidade programática e ideológica, exigirá uma nova postura do partido frente a esses temas. A luta ideológica de valores começa necessariamente dentro do partido. Se isso não ocorrer perderemos essa batalha, mesmo sobrevivendo como partido. Cairemos na vala comum dos partidos da “ordem” (Pont, 2015).

Pomar (2015) viu como um problema o fato de os governos petistas não terem conquistado a maioria no Congresso. No entanto, esta “não foi a causa, mas sim a resultante de uma estratégia que de fato concentrou demasiadas energias na frente institucional, desatendendo outras sem as quais a disputa de hegemonia estaria prejudicada”. Já Turra (2015) considerou que o PT privilegiou a política de alianças em detrimento da disputa de hegemonia. Eis um fragmento de sua entrevista:

Ao contrário de conseguir hegemonia para posições petistas na sociedade brasileira, a política de alianças em nome da hegemonia acabou destruindo o projeto da hegemonia petista. [Teria conquistado se tivesse alcançado maioria no Congresso?] Eu acho que não é um problema de aritmética parlamentar, é um problema de construção de um partido ligado às lutas populares. [...] O PT faz qualquer sacrifício para ganhar uma prefeitura, vende as posições que tem para ganhar um governo, muito mais a presidência da república. O tal do projeto de se manter no poder a qualquer custo e, aliás, atualmente, está fazendo isso de novo (Turra, 2015).

Segundo Fritsch (2015), os deputados federais do PT estão mais divididos do que antes. Nos anos 1990, os deputados “faziam discussões sobre todos os projetos que estavam na Câmara. A bancada decidia como votava e era 100% dos votos. Mesmo que não concordassem, votavam, porque o voto da maioria era determinante”. No entanto, atualmente, há uma divisão muito maior: “hoje, a bancada federal não consegue mais ter essa unidade interna. Tem volta isso? Eu não sei se tem volta”, avaliou o ex-deputado petista.

Estas divisões na bancada parlamentar petista refletem a crise interna pela qual o PT tem passado. Conforme abordamos no capítulo anterior, aproximadamente metade da bancada parlamentar do partido assinou o Manifesto que clamava por mudanças na política econômica do governo Dilma. Conforme explicou Gramsci, durante as crises de hegemonia as condições se tornam mais propícias às grandes transformações políticas, que poderão ocorrer através de revoluções,

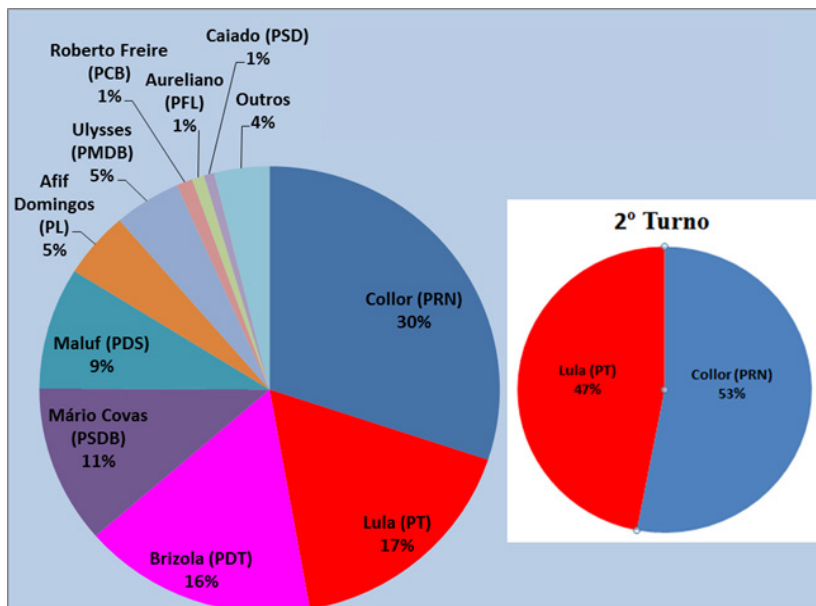
quando uma nova classe conquista o poder, alterando estruturalmente a ordem social vigente, ou contrarrevoluções, quando um golpe é instituído. Esta última se concretizou com o golpe parlamentar perpetrado contra Dilma Rousseff em 2016.

Das eleições presidenciais à crise do projeto petista de hegemonia

A transformação ideológica que o PT vem sofrendo, ano após ano, é perceptível em relação às suas propostas eleitorais e políticas de alianças. Nas campanhas presidenciais de 1989, 1994 e 1998, o PT estabeleceu alianças com partidos de esquerda e centro-esquerda, e apresentou programas políticos que faziam críticas contundentes, tanto à política externa (contra os acordos do governo brasileiro com o FMI, o Banco Mundial e a OMC), quanto à política interna (propondo a estatização de empresas privatizadas, a contragosto dos interesses das grandes corporações industriais e financeiras; defendendo a reforma agrária, com vistas a enfraquecer o poder dos grandes proprietários rurais).

Lula concorreu pela primeira vez à Presidência da República em 1989, quando apresentou um Programa que propunha reformas estruturais para fazer o país avançar em direção ao socialismo. No entanto, o seu programa de governo, que incluía as propostas de suspensão do pagamento da dívida externa, realização de uma ampla política de reforma agrária e estatização das empresas estratégicas (Fundação Perseu Abramo, 2011), foi considerado “muito radical” por setores de faixa de renda média e da elite econômica. Por outro lado, setores menos instruídos politicamente foram influenciados pela grande mídia e seduzidos pela candidatura de Collor, que era apresentado como o “caçador de marajás”. Apesar disso, por muito pouco, Lula não foi eleito, tendo sua maior votação registrada nas regiões Sul e Sudeste.

Figura 8 – Eleições presidenciais de 1989 – 1º turno



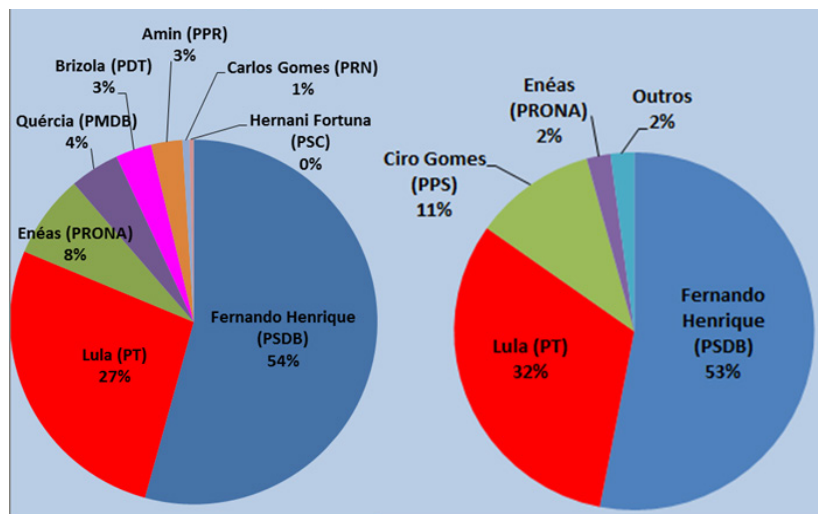
Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do TSE.

Em 1989, a política de alianças do PT foi firmada apenas com dois partidos: PCdoB e PSB. A primeira eleição direta após a redemocratização foi a que contou com o maior número de candidaturas (vinte e duas). A esquerda estava representada pelas candidaturas de Lula (PT), Brizola (PDT) e Roberto Freire (PCB). Havia, na época, candidatos considerados de centro-esquerda, como Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB), Fernando Gabeira (PV) e Celso Brant (PMN). O candidato mais votado no primeiro turno foi Collor, representando um partido de pouquíssima expressão (PRN), mas que contou com o apoio de boa parte do poder econômico e da grande mídia. Lula conseguiu vencer Brizola (cujo reduto eleitoral concentrava-se nos Estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) por menos de um ponto percentual, ficando em segundo lugar.

No segundo turno daquelas eleições, a esquerda conseguiu se

unificar em torno da candidatura de Lula, que também contou com o apoio da maioria dos movimentos sociais e de parte expressiva dos intelectuais e artistas brasileiros. Havia empate técnico entre as duas candidaturas nas vésperas das eleições para o segundo turno. No entanto, durante o último debate entre os presidentiáveis, a emissora de televisão Rede Globo concedeu tempo a mais para Collor, além de manipular trechos enaltecendo a participação deste em detrimento da participação de Lula¹. Posteriormente, após críticas e processos impetrados pela candidatura Lula contra a Rede Globo, a emissora assumiu que “a edição não foi equilibrada”, mas se recusou a admitir que a sua participação (decisiva para a vitória de Collor) havia sido deliberada (Observatório da Imprensa, 2016). Collor acabou vencendo o segundo turno com uma diferença de cinco pontos percentuais.

Figura 9 – Eleições presidenciais de 1994 e 1998



Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do TSE.

¹ José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, que comandou a emissora por três décadas, admitiu que o jornalismo da Globo favoreceu Collor em 1989. Disponível em: odia.ig.com.br/diversao/televisao/2015-04-23/ex-todo-poderoso-boni-analisa-e-critica-tv-globo-que-completa-50-anos.html. Acesso em: 21 out. 2016.

Lula, que quase foi eleito em 1989, não obteve bons resultados nas eleições seguintes. Fernando Henrique Cardoso conseguiu se eleger no primeiro turno das eleições de 1994 e 1998. As coligações construídas em torno da candidatura de Lula, em 1994 (PT, PSB, PCdoB, PPS, PV e PSTU) e 1998 (PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB), foram formadas apenas por partidos que, na época, se situavam nos campos da esquerda e centro-esquerda². Apesar de manter as coligações com partidos de esquerda e centro-esquerda, Lula amenizou seu discurso para atrair o voto de setores sociais conservadores, mas o esforço foi em vão. Os candidatos mais votados em 1994 foram: Fernando Henrique (54%), Lula (27%) e Enéas (8%). Já em 1998, os candidatos mais votados foram: Fernando Henrique (53%), Lula (32%) e Ciro Gomes (11%).

Abalado pelas derrotas eleitorais de 1994 e 1998, o PT passou por um processo de transformação, substituindo a retórica crítica e anticapitalista por um discurso mais brando, visando atrair o apoio do empresário e de outros partidos. Singer apontou as mudanças entre a *“Concepção e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil, Lula 2002”* (que enaltecia a ruptura com o modelo econômico neoliberal) e a *Carta ao Povo Brasileiro* (que afirmava que o Brasil não deveria “prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”). Vejamos outros aspectos das mudanças programáticas do PT, segundo Singer:

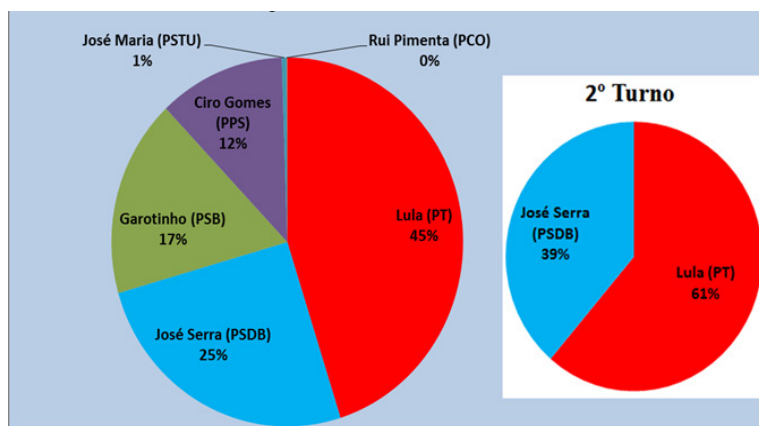
No programa divulgado no final de julho de 2002 pelos partidos que integravam a Coligação Lula Presidente, há um perceptível câmbio de tom em relação ao capital. Em lugar do confronto com os “humores do capital financeiro globalizado”, que havia sido aprovado em dezembro de 2001, o documento de campanha afirmava que “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”. Para dar garantias aos empresários, o texto assegura que o futuro governo iria “preservar o superávit primário o

² Atualmente, alguns estão entre o centro e a direita, como o PSB, o PPS e o PV, tendo em vista que: 1) votaram em peso a favor do impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff; 2) a maioria dos deputados destes partidos votaram a favor da PEC 241, que congelou os gastos públicos por 20 anos. Câmara dos Deputados. Disponível em: www2.camara.leg.br/. Acesso em: 14 out. 2016.

quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade de o governo cumprir os seus compromissos”, seguindo pari passu o que havia sido divulgado na Carta. Nessa linha, compromete-se com a “responsabilidade fiscal”, com a “estabilidade das contas públicas” e com “sólidos fundamentos macroeconômicos”. Por fim, assegura que não vai “romper contratos nem revogar regras estabelecidas”. Afinal, “governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional” (Singer, 2010, p. 17).

Antes das eleições presidenciais de 2002, o PT já havia tomado outro rumo, deixando de estabelecer alianças políticas exclusivamente com partidos de esquerda, para compactuar com partidos situados ao centro e à direita do espectro político nacional, como o Partido da Mobilização Nacional (PMN) e o Partido Liberal (PL). Na campanha para as eleições presidenciais de 2002, cujo slogan era “agora é Lula” (mensagem dirigida aos setores da sociedade que antes não votavam em Lula, em particular, o empresariado nacional), o PT foi conquistando o apoio dos setores de centro e centro-direita, para, finalmente, vencer as eleições presidenciais em 2002.

Figura 10 – Eleições presidenciais de 2002



Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do TSE.

Lula lançou-se candidato em 2002, numa coligação formada por PT, PL, PCdoB, PMN e PCB. No primeiro turno daquelas eleições, o candidato petista foi o mais votado (45%), seguido por José Serra (PSDB, 25%), Garotinho (PSB, 17%) e Ciro Gomes (PPS, 12%). Lula venceu o segundo turno com uma diferença de 22 pontos percentuais sobre José Serra.

A chapa constituída por Lula (presidente) e José de Alencar (vice) representava uma aliança entre os trabalhadores e o capital produtivo. Todavia, a decisão do governo Lula em manter a política econômica do governo anterior, favoreceu, principalmente, o capital financeiro. Como vimos, o capital financeiro havia sido contemplado com a Carta ao Povo Brasileiro, que firmava o compromisso de manter o superávit primário e o equilíbrio fiscal. Estes acordos levaram vários setores sociais (inclusive, uma parcela importante do empresariado) a apoiar Lula pela primeira vez.

Durante o primeiro mandato presidencial de Lula, a inflação manteve-se controlada³, reduziu-se o desemprego e registrou-se superávit na balança comercial. A política de juros altos permaneceu sob o governo Lula, beneficiando o sistema financeiro e prejudicando, tanto a indústria nacional, quanto a classe trabalhadora. Por outro lado, a realização de políticas sociais, como o Programa Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, o crédito consignado e o programa Luz para Todos, elevaram o nível de vida dos brasileiros. Durante o primeiro mandato de Lula, o PIB brasileiro cresceu 3,5% e o IDH passou 0,79 para 0,81 (Rede Brasil Atual, 2016).

Em 2003, o PT enfrentou uma crise interna: contrariados com a decisão da bancada parlamentar petista em votar a favor da Reforma da Previdência no Congresso Nacional, os deputados Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE), juntamente com a senadora

³ O Plano Real havia conseguido estabilizar a inflação através de uma série de medidas rígidas adotadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, como a desindexação da economia, as privatizações, o equilíbrio fiscal (corte de despesas e aumento dos impostos), a abertura econômica (redução de tarifas de importação), o contingenciamento (câmbio artificialmente valorizado) e políticas monetárias restritivas (aumento da taxa de juros) (Fiúza, 2006).

Heloisa Helena (AL), votaram contra a indicação do partido, aderindo à campanha nacional contra a reforma. Na ocasião, diversos movimentos sociais se opuseram à reforma que, entre outras mudanças, aumentava a idade mínima para a aposentadoria e taxava os servidores públicos inativos (Mignone, 2017). A ruptura com a orientação da bancada culminou com a expulsão dos parlamentares, que, mais tarde, fundariam o PSOL. Cabe lembrar que durante o Governo Fernando Henrique, a bancada do PT no Congresso havia se posicionado contra a reforma, considerando-a “uma tentativa ilegítima e injustificada de supressão de direitos”.⁴

O ano de 2005 foi marcado por denúncias de corrupção envolvendo várias lideranças do PT. Ao ser pressionado pela CPMI dos Correios⁵, o então deputado federal Roberto Jéferson (PTB) acusou o PT de montar um esquema de compra de votos de parlamentares no Congresso, para que fossem aprovadas as propostas do governo Lula. O esquema, que se tornou conhecido pelo nome de “mensalão”, teria sido liderado pelo ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, e executado pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, que se encarregaria de pagar uma “mensalidade” para os deputados que apoiassem o governo Lula. Segundo Secco (2015, p 215-229), “os recursos viriam do empresário Marcos Valério, que em troca seria beneficiado por contratos com órgãos do governo. Duda Mendonça havia confessado ter rece-

⁴ “No site da bancada federal do PT ainda se pode ler um texto de 1999 combatendo a reforma de FHC: “A rejeição, por parte dos partidos da oposição, além disso, fundou-se no fato, insistentemente denunciado, de que a proposta não se configura numa efetiva e verdadeira reforma da previdência social no Brasil, mas é uma tentativa ilegítima e injustificada de supressão de direitos, com vistas a, por um lado, contribuir para o ajuste das contas públicas – reduzindo a despesa com benefícios previdenciários – e, por outro, gerar condições para o desenvolvimento de um mercado privado de previdência social”. E denunciava, mais adiante “Essa concepção, adotada pelo governo FHC, baseia-se nas propostas defendidas pelo Banco Mundial e pelo FMI...” Goulart, 2003.

⁵ A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios foi criada inicialmente para investigar a corrupção nos Correios envolvendo Maurício Marinho e Roberto Jéferson. Posteriormente, esta mesma comissão passou a investigar o escândalo do mensalão. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71875.shtml. Acesso em: 20 out. 2016.

bido dinheiro das empresas de Marcos Valério através de conta aberta nas Bahamas por trabalhos prestados à campanha de Lula”.

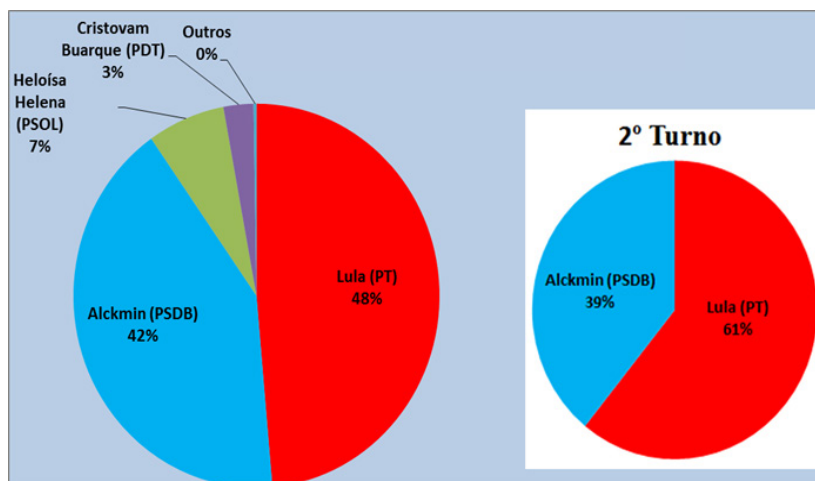
Ainda em 2005, um assessor do irmão de José Genoíno foi preso com 209 mil reais e 100 mil dólares no Aeroporto de Internacional de Congonhas, em São Paulo. No dia 16 de agosto, a Comissão Executiva Nacional do PT fez um pedido de desculpas à sociedade brasileira pelo envolvimento de dirigentes petistas em “denúncias relacionadas com financiamento paralelo de campanhas eleitorais” (Notícias UOL, 2016).

Apesar dos escândalos de corrupção envolvendo lideranças nacionais do PT, Lula manteve-se no governo graças aos altos índices de aprovação⁶. Pela primeira vez, a popularidade de Lula vinha de setores economicamente mais vulneráveis, principalmente das regiões Norte e Nordeste do Brasil. A explicação para o forte apoio da população de renda baixa está relacionada aos programas sociais do governo Lula, que efetivamente retirou milhões de pessoas da pobreza e da miséria.

A eleição em que Lula esteve mais próximo de vencer no primeiro turno foi a de 2006. Porém, ela foi bem mais apertada que a de 2002. A coligação que lançou Lula foi formada por apenas três partidos: PT, PRB e PCdoB. O candidato Geraldo Alckmin (PSDB) ficou em segundo lugar, com 42% dos votos, apenas seis pontos percentuais atrás de Lula, que obteve 48%. Em terceiro e quarto lugar ficaram os ex-petistas Heloísa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT), respectivamente, com 7% e 3%. Nestas eleições, a direita havia se unificado em torno da candidatura de Alckmin, enquanto a esquerda havia se dividido em três candidaturas. Apesar do aperto no primeiro turno, Lula venceu facilmente Alckmin no segundo turno (61% contra 39%). O candidato petista também contou com a transferência de votos (não automática) do PSOL e do PDT.

⁶ Segundo o instituto de pesquisas Datafolha, em 8 agosto de 2006, 45% dos entrevistados consideravam o governo Lula ótimo ou bom, enquanto 18% consideravam o governo ruim ou péssimo. Disponível em: eleicoes.uol.com.br/2006/pesquisas/ultnot/2006/08/08/ult3795u9.jhtm. Acesso em: 22 out. 2016.

Figura 11 – Eleições presidenciais de 2006



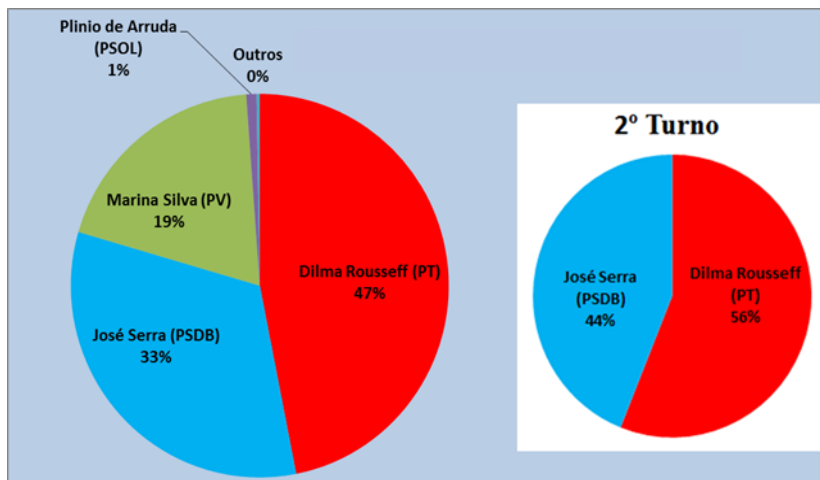
Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do TSE.

A crise que afetou vários países do mundo em 2008 e 2009 atingiu tenuamente o Brasil. A melhoria nos desempenhos da economia e a redução da pobreza e da miséria contribuíram para que o país não sofresse tanto com a crise. Quando economistas e jornalistas pensaram que a crise poderia resultar numa espécie de “tsunami”, Lula ironicamente a chamou de “marolinha”.

O segundo mandato de Lula representou avanços ainda mais significativos nas áreas econômica e social. Em 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo objetivo era fazer crescer a economia brasileira, a partir do investimento em obras de infraestrutura, como rodovias, ferrovias e portos. Em 2009, foi lançado o programa Minha Casa Minha Vida, para que fossem construídas um milhão de residências. A ampliação dos programas sociais elevou o índice de popularidade do presidente Lula, que alcançou 87% em dezembro de 2010 (Portal G1, 2016). A região Nordeste, que nas eleições anteriores a 2002 era a que

menos votava em Lula, passou a ser a que mais aprovava o governo Federal⁷. A popularidade de Lula no fim de seu mandato oferecia plenas condições para eleger um sucessor.

Figura 12 – Eleições presidenciais de 2010



Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do TSE.

A então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi escolhida para concorrer às eleições presidenciais de 2010, e quase foi eleita no primeiro turno. A candidata petista ficou em primeiro lugar, com quase a metade dos votos válidos (47%), seguida por José Serra (PSDB, 33%), Marina Silva (PV, 19%) e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL, 1%). A ampla coligação construída em torno da candidatura de Dilma Rousseff (PT, PMDB, PR, PSB, PDT, PCdoB, PSC, PRB, PTC e PTN), proporcionou-lhe o maior tempo de propaganda eleitoral gratuita nas emissoras de rádio e televisão, com cerca de 3 minutos a mais que José Serra (Portal G1, 2016). No entanto, os partidos de esquerda passaram a representar a

⁷ Ranking dos Estados por preferência ideológica. Disponível em: sites.google.com/site/atlasleicoespresidenciais/ranking-dos-estados-por-preferencia-ideologica. Acesso em: 24 out. 2016.

minoria na coligação: apenas quatro dos dez partidos que formaram a coligação eram de esquerda ou centro-esquerda.

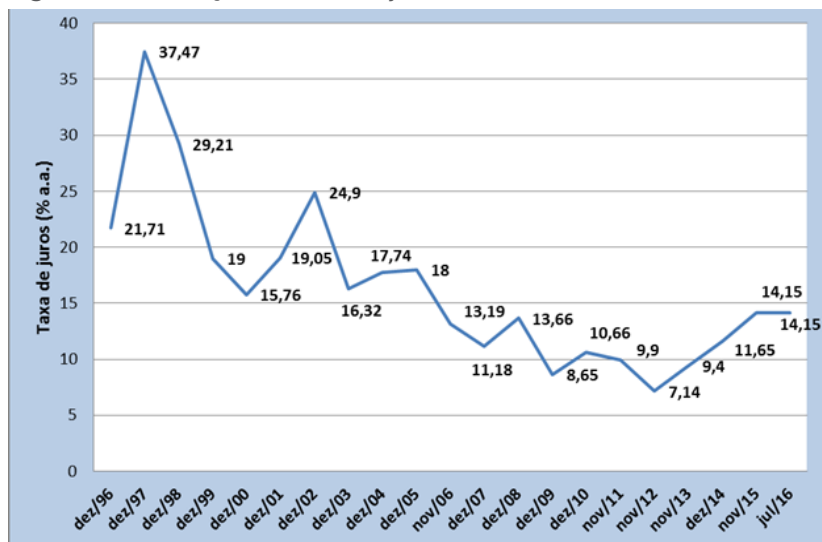
No segundo turno, Dilma Rousseff venceu José Serra por uma diferença de 12 pontos percentuais. Assim como em 2006, os Estados nordestinos foram os que mais votaram na candidatura petista. A eleição da primeira mulher a presidir o Brasil, também foi importante para reforçar os governos de esquerda na América Latina. Era importante que um grande país como o Brasil mantivesse um governo de esquerda, diante da ofensiva da direita na região, que havia vencido as eleições no Chile e na Colômbia, e impetrado um golpe em Honduras, contra o governo de Manuel Zelaya.⁸

Em 2011, o governo da presidenta Dilma Rousseff reduziu a taxa de juros, implementou o programa educacional Ciência Sem Fronteiras e desenvolveu o programa Minha Casa Minha Vida. Apesar disso, a economia manteve-se muito dependente das exportações de produtos primários.

O governo Lula manteve a política econômica do governo Fernando Henrique, elevando a taxa de juros (taxa Selic) para controlar a inflação e dar estabilidade à moeda. Ao beneficiar o sistema financeiro esta política econômica prejudicava o setor produtivo, pois era mais lucrativo comprar títulos com juros altos do que investir na indústria e em outros setores da economia. A partir de 2011, quando Dilma Rousseff assumiu a Presidência da República, as taxas de juros foram se reduzindo até alcançar 7,14%, em 2012. O objetivo era fazer desenvolver a indústria nacional, alavancar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e aliviar as taxas de juros resultantes de empréstimos bancários. Todavia, sob pressão do sistema financeiro, as taxas de juros voltaram a subir até atingir 14,15% em junho de 2016.

⁸ O golpe foi planejado para impedir a reeleição do presidente Manuel Zelaya, que era um importante aliado de Hugo Chávez e Raul Castro (Gimenez, 2016).

Figura 13 – Evolução da taxa de juros



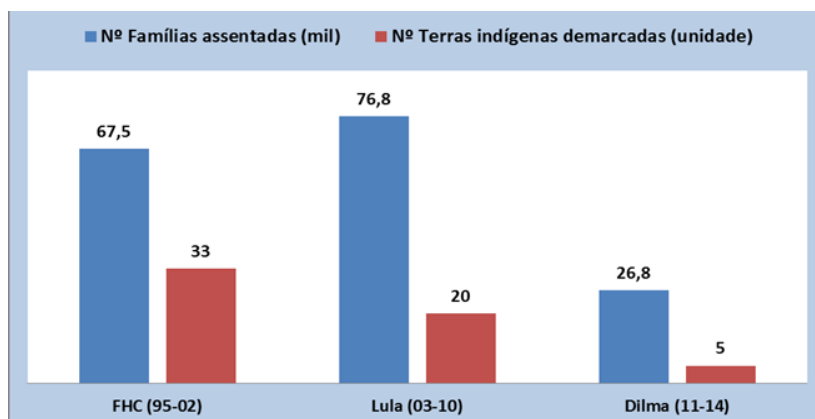
Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do Banco Central do Brasil.

Em 2012, foi instalada a Comissão Nacional da Verdade, que apurou crimes contra os direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988, responsabilizando quase 400 pessoas por tortura, detenções ilegais, violência sexual, execuções e ocultação de cadáver. A comissão atuou por quase três anos, mas não teve poder de punição.⁹ A própria presidenta pronunciou-se contra a revisão da lei da Anistia, temendo que a punição dos envolvidos pudesse causar instabilidade em seu governo (Carta Capital, 2016).

⁹ Diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais lançaram um manifesto pedindo a punição para os torturadores da ditadura militar. “Esse processo coloca em evidência a necessidade do Estado, através da Presidência da República, executar a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que prevê a punição dos agentes de Estado responsáveis por crimes de tortura. Dessa forma, daria vazão à principal bandeira dos movimentos em luta pela justiça que é a superação da lei de anistia, possibilitando o fim da impunidade”. Organizações pedem pela punição dos torturadores da Ditadura Militar. Disponível em: antigo.mst.org.br/node/16864. Acesso em: 24 out. 2016.

No mesmo ano, um novo Código Florestal foi sancionado por Dilma, após intensa pressão de movimentos sociais e entidades ambientalistas. Apesar de vetar nove pontos do Código, o mesmo beneficiou os proprietários rurais com até quatro módulos fiscais, desobrigando-os de reflorestar áreas irregularmente desmatadas (Portal do MST, 2016). Movimentos sociais do campo e movimentos indígenas também condenaram o ritmo extremamente lento de desapropriações de terras para a reforma agrária (Carta Capital, 2016) e de homologações de terras indígenas (PIB Socioambiental, 2016).

Figura 14 – Média anual de famílias assentadas e terras indígenas demarcadas pelo governo



Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental.

Os governos Lula e Dilma evitaram contrariar a bancada ruralista e o setor do agronegócio. Ainda que os pequenos proprietários rurais tivessem sido contemplados com o acesso ao crédito, para não comprometer o pacto governamental, a reforma agrária e a demarcação de terras indígenas foram praticamente ignoradas. A média anual de famílias assentadas nos dois governos do presidente Lula foi ligeiramente

superior à dos dois governos do presidente Fernando Henrique. Por outro lado, os governos tucanos demarcaram mais terras indígenas que os governos petistas. Já a média do primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff foi bem inferior à dos outros dois, tanto em número de famílias assentadas, quanto em demarcação de terras indígenas.

Em 2013, ocorreram as “jornadas de junho”, a maior onda de protestos já realizados no Brasil, desde o Fora Collor, em 1992. No dia 13 de junho, em São Paulo, uma manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) foi violentamente reprimida pela polícia. Após esse acontecimento, desencadeou-se sucessivos protestos por todo o Brasil, que reivindicavam, inicialmente, a redução da tarifa do transporte público.

Porém, pouco a pouco os protestos foram adquirindo outras proporções e atraindo diferentes setores sociais, representados por variadas matrizes ideológicas que iam da extrema-esquerda à extrema-direita. De forma espontânea e desorganizada, manifestantes reivindicavam desde melhorias nos serviços públicos, como educação e saúde, até intervenção militar e a renúncia da presidenta Dilma Rousseff. As manifestações populares foram tomando as principais cidades do país e contaram com ampla cobertura da mídia.

Longe de ser neutra ou imparcial, a grande mídia, descontente com a redução dos recursos do governo destinados às grandes empresas de comunicação, tinha interesses diretos na derrubada do governo (Portal Vermelho, 2016). O empenho da direita, apoiada pela grande mídia, foi eficaz: após três semanas de protestos a popularidade da presidenta caiu 27 pontos (Folha UOL, 2016). Quando parecia que iria renunciar, Dilma Rousseff fez um pronunciamento em rede nacional prometendo 100% dos *royalties* do Pré-Sal para a educação, reforma política, a realização de um plebiscito sobre a reforma constituinte e a implementação do programa Mais Médicos (através da contratação de médicos estrangeiros para suprir a demanda na saúde pública). Apenas este último compromisso chegou a ser atendido.

Em 2014, novos protestos foram realizados, desta vez, contra os gastos do governo com a realização da Copa do Mundo de futebol. Setores da esquerda criticaram os gastos com a construção de novos estádios, considerando-os desnecessários, enquanto a direita aproveitou o momento político para reforçar a campanha pelo “fora Dilma” e até mesmo reeditar a “Marcha com Deus pela Família e a Liberdade”.¹⁰

Aprofundou-se o descontentamento da elite e de estratos de renda média-alta contra o governo Dilma, que não queriam admitir a ascensão das pessoas que haviam saído pobreza ou melhorado de vida: eram estudantes brancos que não queriam dividir espaço com estudantes cotistas negros e indígenas, pessoas de faixas de renda média e alta que não queriam cumprir a legislação que garante direitos aos trabalhadores domésticos. Acusavam o governo de utilizar o dinheiro público para “sustentar vagabundos” e “comprar votos”, através da concessão da bolsa família. Vejamos alguns dados apresentados por Secco:

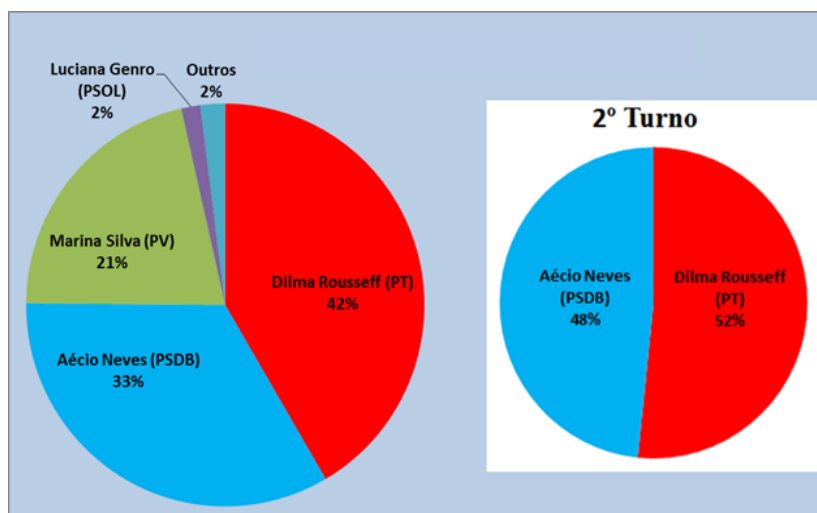
De 2002 a 2013 a frota de veículos no Brasil cresceu 123% sem melhoria correspondente da infraestrutura de transporte. O número de pessoas que viajam de avião subiu entre 2007 e 2012 de 48 a 101 milhões, segundo o próprio Lula. [...] Parte expressiva da classe média tradicional se incomodava com a explosão de consumo de outros segmentos. Pobres compravam automóveis e passagens aéreas e o desconforto com o governo saltou da leitura de jornais para a pessoa ao lado no banco apertado do avião (Secco, 2015, p. 279).

Apesar dos avanços sociais, não faltaram críticas da esquerda (inclusive da esquerda petista) à gestão de Dilma Rousseff. Mais de uma centena de movimentos sociais (entre eles, o MAB e o MST) encaminharam um documento à ONU denunciando a construção da usina de Belo Monte no Estado do Pará: “a obra [...] formará dois

¹⁰ A “Marcha de Deus pela Família e a Liberdade” foi realizada em 1964 por organizações da direita cristã e serviu de pretexto para o golpe militar.

reservatórios de 516 km² que vão impactar toda a região da bacia do rio Xingu, uma área que abarca 30 Terras Indígenas legalmente constituídas, além de quatro reservas extrativistas e oito unidades de conservação ambiental” (Portal do MST, 2016).

Figura 15 – Eleições presidenciais de 2014



Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do TSE.

As eleições presidenciais de 2014 foram marcadas por uma forte disputa envolvendo três candidaturas. Dilma Rousseff terminou o primeiro turno com 42% dos votos, seguida por Aécio Neves (PSDB, 33%) e Marina Silva (PSB, 21%). Esta última acabou substituindo o candidato Eduardo Campos (PSB), que morreu em um acidente aéreo a menos de três meses das eleições.

A coligação de Dilma Rousseff foi formada por PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS e PCdoB. Dos nove partidos da coligação, apenas três eram de esquerda. Seis entre os dez candidatos que concorreram naquelas eleições eram ex-petistas: Marina Silva (PSB), Eduardo Jorge

(PV), Luciana Genro (PSOL), José Maria de Almeida (PSTU), Mauro Luís Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO). O segundo turno das eleições de 2014 foi o mais acirrado desde a redemocratização: Dilma Rousseff conseguiu ser reeleita por diferença inferior a quatro pontos percentuais.

Porém, a partir de 2015, a crise econômica desencadeada pela queda internacional do preço das commodities, comprometeu o pacto social. A economia declinou e o PIB registrou uma retração de -3,85 (Publicdata – dados de Banco Mundial, 2016). As dificuldades do governo em conduzir as reformas sociais foram muito maiores, não apenas pela redução do orçamento da União, mas também pelas pressões políticas de setores do capital industrial e financeiro.

Dilma Rousseff iniciou seu segundo mandato procurando atender aos acordos e pressões políticas que sofria dos partidos de sua “base aliada”. Indicações de nomes vinculados à direita, como os de Kátia Abreu (Ministério da Agricultura), Gilberto Kassab (Ministério das Cidades) e Joaquim Levy (Ministério da Fazenda), foram intensamente criticados pela esquerda. Desde janeiro de 2015, as metas da política econômica do governo giravam em torno do “plano Levy”, que consistia numa política de “ajuste fiscal”, baseada na redução da participação social do Estado e na retirada de direitos trabalhistas. Contra o ajuste fiscal do governo, que incluía a reforma da Previdência, o dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Guilherme Boulos, propôs “ajustar” aqueles que nunca foram “ajustados” na história do Brasil – referência aos grandes empresários e banqueiros (Portal da UNE, 2016).

Como vimos no capítulo anterior, com exceção da tese do campo PMB, que havia adotado uma posição de “neutralidade”, mas votado a favor, todas as demais teses apresentadas no V Congresso do PT criticaram a política econômica do governo. Além dos partidos de esquerda, diversos movimentos sociais (representados pelas frentes “Brasil Popular” e “Povo Sem Medo”) se manifestaram exigindo mudanças. Os protestos, que haviam atingido grandes proporções em 2013, continuaram

em 2014 e 2015: enquanto a direita pedia por “fora Dilma”, a esquerda dizia que a presidenta deveria ficar, mas mudar a sua política.

Fritsch (2016) relatou que os movimentos sociais permaneceram autônomos em relação aos governos Lula e Dilma, não deixando de apoiar os governos petistas, nem abandonando as reivindicações e críticas a eles.¹¹ O ex-ministro do Governo Lula considerou positivas as contradições entre as posições dos movimentos sociais, ao mesmo tempo críticas (contra a política econômica, o ajuste fiscal, a reforma da previdência) e favoráveis ao governo (pela permanência de Dilma Rousseff)¹². Vejamos a avaliação de Fritsch sobre as manifestações:

[...] isso é uma coisa nova que, no Brasil, estamos experimentando pela primeira vez. Por que nos outros países, parece que é tudo meio alinhado: partido, sindicato... Se o governo faz coisa errada, todo mundo defende... Mas aqui não... Fizeram, na semana retrasada, lá em Brasília, [manifestações] contra o [Joaquim] Levy (os sem-terra quase invadiram o Ministério da Fazenda)... Crítica ao Levy, crítica à política econômica, crítica à mudança da regra da aposentadoria, crítica... Mas todo mundo lá: Dilma, Dilma e Dilma... Eu acho que isso é um processo que nós estamos experimentando, uma coisa diferente, uma coisa nova que vai ter que ser analisada, que vai ter que ser estudada... Conviver com essas contradições é o que faz esse governo avançar. Saber que as contradições são para a construção... (Fritsch, 2015).

Será que contradições desse nível é que fazem o governo avançar, como disse Fritsch? Se as contradições forem demasiadas, acentuando

¹¹ Tais posições estiveram representadas por vários movimentos sociais e sindicais (MST, MTST, Via Campesina, CUT, UNE, etc.) que se somaram a duas grandes frentes: Frente Brasil-Popular, ligada ao PT, PCdoB e parte do PDT e; Frente Povo Sem Medo, que abrange uma ampla rede de movimentos sociais, muitos dos quais ligados ao PSOL, como a Esquerda Marxista (EM), o Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP) e os movimentos estudantis “Juntos!” e “Rua-Juventude Anticapitalista”.

¹² Neste ponto, é interessante mencionarmos uma conversa informal com militantes do BE de Lisboa, na qual disseram que a esquerda brasileira era “esquizofrênica”, por realizar manifestações ao mesmo tempo contra e a favor ao governo Dilma Rousseff. Os principais *slogans* eram: fora Levy e a política econômica do governo! Não ao golpe! Fica Dilma!

a crise de hegemonia, um golpe poderá emergir. Foi o que aconteceu durante o segundo governo de Dilma Rousseff. Quanto mais a oposição de direita desferia ataques ao governo, mais o governo buscava contemplar quem o atacou. A política de conciliação de classes e amplas alianças com partidos de centro e direita, articulada em nome da “governabilidade”, exigia que o governo atendesse aos interesses de setores conservadores. Como parte dos acordos, foram indicados para os ministérios, secretarias, repartições e empresas públicas, vários nomes historicamente associados à direita. Essa opção política levou o governo a terceirizar a exploração do pré-sal¹³, paralisar a reforma agrária e retirar direitos trabalhistas (como pensões e seguro-desemprego – medidas provisórias 664 e 665) (Agência Brasil, 2015). Em contrapartida, não foram ouvidas as reivindicações dos movimentos sociais, que exigiam reformas estruturais e mudanças na área econômica.

Ao longo de 2015 e início de 2016 ocorreram sucessivas manifestações de rua, organizadas por movimentos sociais financiados por grandes empresários e partidos de direita¹⁴, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Revoltados On-Line (ROL) e o Vem pra Rua (VPR). As manifestações exigiam o impeachment (ou a renúncia) da presidenta Dilma Rousseff, sendo que muitos dos manifestantes clamavam também pela volta da ditadura militar (Carta Capital, 2015). Em reação, a esquerda também organizou grandes manifestações que, embora críticas, defendiam a permanência do governo¹⁵. Todavia, os principais meios de

¹³ O leilão do Campo de Libra no Pré-Sal (maior campo de petróleo já descoberto no Brasil) garantiu a participação da Petrobrás em somente 40%. As empresas Shell (anglo-holandesa) e Total (francesa) ficaram com 20% cada; e as chinesas CNPC e CNOOC obtiveram 10% cada. Houve diversos protestos contra a entrega do óleo do pré-sal aos grupos estrangeiros. Disponível em: economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/21/resultado-leilao-pre-sal-libra.htm. Acesso em: 28 maio 2016.

¹⁴ Os principais partidos que financiaram as manifestações pelo “fora Dilma” foram: DEM, SD, PSDB e PMDB. Este último integrava a base aliada do governo. “Quem Financia os Grupos que Pedem o Impeachment”. Disponível em: diariodocentrodomundo.com.br/quem-financia-os-grupos-que-pedem-o-impeachment/. Acesso em: 30 maio 2016.

¹⁵ As manifestações eram contra o golpe, portanto, a favor da permanência do governo, mas também contra as medidas de austeridade aplicadas pelo governo Dilma. Participaram setores à esquerda do PT, PSOL, PC do B, além de vários movimentos sociais,

comunicação de massa deram maior cobertura e destaque às manifestações pró-*impeachment*. (Dijk, 2016).

Diante das pressões, o governo Dilma Rousseff entrou numa fase de letargia, sem atender totalmente as reivindicações da direita, quando o PMDB apresentou o *Programa “Ponte para o Futuro”*, nem, tampouco, da esquerda, que queria mudanças, sobretudo na área econômica. A unificação dos setores conservadores, que resultou no *impeachment* da presidenta, teria sido motivada pelo não cumprimento deste *Programa*, que continha uma série de exigências voltadas à contenção de gastos públicos nas áreas sociais e retirada de direitos trabalhistas.

O documento “Ponte para o Futuro” foi lançado pela Fundação Ulysses Guimarães, o braço teórico do PMDB. Em linhas gerais, o programa previa menos segurança e direitos aos trabalhadores, trabalhos por mais anos aos idosos e medidas que, na prática, poderiam inviabilizar os direitos universais de acesso a serviços públicos. Tudo em linha com mudanças prevista pelo novo governo após o *impeachment*, como a reforma da Previdência com idade mínima para aposentadoria; a PEC 241, que limita os gastos públicos por 20 anos; e mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Carta Capital, 2016).

Se, por um lado, a presidenta Dilma Rousseff não queria contrariar a classe trabalhadora, atendendo ao *Programa* imposto pelas elites, por outro, ela não ousou fazer uma política de enfrentamento aos interesses dos setores conservadores e reacionários, aderindo as reivindicações dos partidos e movimentos sociais de esquerda, que reivindicaram a taxação das grandes fortunas e da herança, a cobrança de impostos sobre o lucro dos bancos e sobre as remessas de lucro ao exterior, a adoção de políticas de combate ao monopólio da comunicação, além das reformas estruturais (política, do setor judiciário, agrária, urbana, etc.). Segundo os movimentos e partidos de esquerda (incluindo a es-

como CUT, UNE e MST. Disponível em: www.cut.org.br/acao/20-08-sairemos-as-ruas-de-todo-o-brasil-para-exigir-respeito-a-democracia-c128/. Acesso em: 30 set. 2015.

querda petista), o “ajuste fiscal” deveria ter acontecido com base nestas propostas, e não na que foi apresentada pelo ministro Joaquim Levy.

Desde 2003, com a indicação de Henrique Meireles para a presidência do Banco Central, a política econômica já atendia os interesses das elites econômica e financeira. Porém, em 2015, após a indicação de Levy para o Ministério da Fazenda, ela passou a se subordinar ainda mais ao ideário neoliberal, já que o ajuste fiscal passou a ser a principal prioridade do governo. Contudo, não foi possível conter as manifestações articuladas pela direita e apoiadas pela grande mídia, contra o PT e a presidenta Dilma Rousseff. Desde as “jornadas de junho”, em 2013, o Poder Judiciário, o Congresso Nacional, os grandes meios de comunicação e a Polícia Federal (PF), vinham atuando para desgastar ao máximo o governo petista.

Em março de 2014, a PF criou a “Operação Lava-Jato”, que, comandada pelo Juiz Federal Sérgio Moro, tinha a finalidade de investigar os casos de corrupção no Brasil. No entanto, as investigações foram seletivas, atingindo mais o PT do que qualquer outro partido. O professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP), Aldo Fornazieri, afirmou que “a Lava Jato foi instrumentalizada para instruir o golpe. [...] No processo de impeachment, houve um direcionamento focado no PT, quando se sabia que o problema era generalizado”.¹⁶

Outro aspecto que contribuiu para o projeto político das elites, foram as escolhas dos ministros para compor o Supremo Tribunal Federal (STF), ainda que estas dependessem da aprovação do Senado. Oito de onze Ministros do STF, que julgaram o pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff, foram escolhidos por presidentes petistas (Portal Terra, 2017). Secco (2015, p. 267-268) comentou a escolha dos ministros, que

¹⁶ Aldo Fornazieri mencionou os “vazamentos seletivos, as prisões preventivas” e a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o Código de Processo Penal, uma pessoa só pode ser forçada a prestar depoimento com escolta policial se houver recusa a pedido anterior”. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2017/04/17/apos-tres-anos-qual-o-legado-da-operacao-lava-jato-para-o-brasil/. Acesso em: 30 abr. 2017.

também condenaram ex-dirigentes petistas acusados de participar do “mensalão”: “mostrava-se que o governo não soubera usar o poder do presidente pra formar uma maioria naquela corte. O discurso neopetista era permeado por um republicanismo oco e deslocado da realidade brasileira. Considerava o Poder Judiciário neutro”.

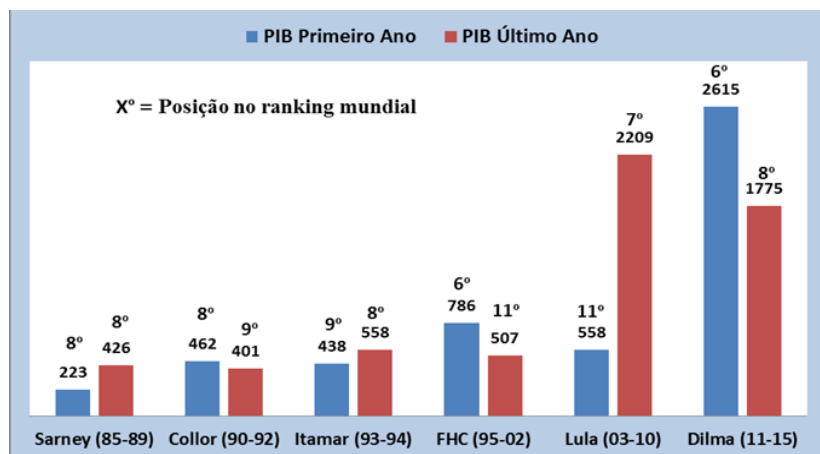
Em dois de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou a denúncia de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff. Ironicamente, a denúncia foi apresentada pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo (que havia sido fundador e militante histórico do PT), juntamente com os advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. A presidenta foi acusada de desrespeitar a lei orçamentária e a lei de improbidade administrativa, ao aprovar decretos de abertura de créditos suplementares (um para projetos nas áreas da educação, previdência, trabalho e cultura; e outro para os poderes Executivo e Judiciário) e cometer “pedaladas fiscais”, ao atrasar o pagamento de parcelas ao Banco do Brasil. Já a defesa, representada pelo advogado José Eduardo Cardozo, argumentou que “os decretos não autorizaram um aumento de gastos, pois apenas remanejaram dinheiro de despesas já previstas e autorizadas pelo Congresso” (El País, 2016). No caso das pedaladas, a argumentação da defesa foi a de que “não houve transferência de recurso do banco para o Governo (no plano, o banco faz o empréstimo ao agricultor). Por isso, a medida não poderia ser enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal”. Contudo, se as chamadas “pedaladas fiscais” não configuraram crime de responsabilidade, não havia justificativa para a abertura de um processo de impeachment. Diversas entidades e jornais em todo o mundo condenaram o golpe impetrado contra a presidenta Dilma Rousseff. Tratou-se, portanto, um golpe parlamentar (Brasil de Fato, 2016).

Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff teve seu mandato cassado, mas manteve seus direitos políticos. Como a legislação brasileira prevê a possibilidade de perda dos direitos políticos em caso de impe-

achment, foi encaminhado pela bancada do PT um requerimento ao Senado solicitando que fossem realizadas duas votações: uma sobre a perda ou não do mandato presidencial e outra sobre a perda ou não dos direitos políticos. A primeira votação decidiu pela cassação do mandato de Dilma Rousseff e a segunda decidiu pela manutenção dos direitos políticos (Portal do Senado, 2016).

Cabe salientar que, embora a estratégia adotada pelos governos petistas tenha inviabilizado a realização das reformas estruturais, os governos alcançaram importantes avanços (ainda que insuficientes) nas áreas sociais, entre eles, a redução do Coeficiente de Gini, de 0,583 (2003) para 0,518 (2014) (IPEA, 2016); e a redução da taxa de desocupação, de 12,6% (2003) para 4,8% (2014). Porém, em consequência da crise econômica, o desemprego voltou a crescer em 2015, registrando 6,9%. Em meados de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff sofreu *impeachment*, o desemprego registrado era de 11,3% (Portal G1, 2016).

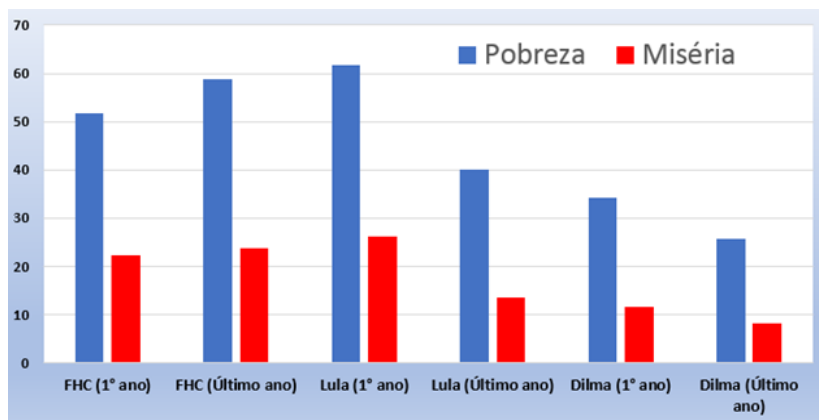
Figura 16 – PIB do Brasil por governo (milhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do Banco Mundial.

Durante o governo Lula, o PIB aumentou em mais de quatro vezes. Quando o petista assumiu a Presidência da República, em 2003, o Brasil possuía o décimo primeiro maior PIB (herança do governo Fernando Henrique). Porém, nove anos depois, o Brasil alcançou a posição de 6ª maior economia do mundo. Em 2015, com a crise, o PIB caiu para a 8ª posição.

Figura 17 – Número de indivíduos pobres e extremamente pobres por governo (em milhões)



Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

A redução da pobreza e da miséria (pobreza extrema)¹⁷ resultou das políticas sociais dos governos Lula e Dilma, através dos programas de transferência de renda, como Bolsa Família, Luz para Todos, Mais Médicos (governo Dilma), além do aumento do número de empregos formais e do crescimento real do salário mínimo. Em 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita, o Brasil tinha 30,3 milhões de

¹⁷ De acordo com os critérios da ONU, pertence à linha da pobreza o indivíduo que vive com mais de um e menos de dois dólares estadunidenses por dia. Já a pobreza extrema corresponde ao indivíduo que vive com menos de um dólar estadunidense por dia.

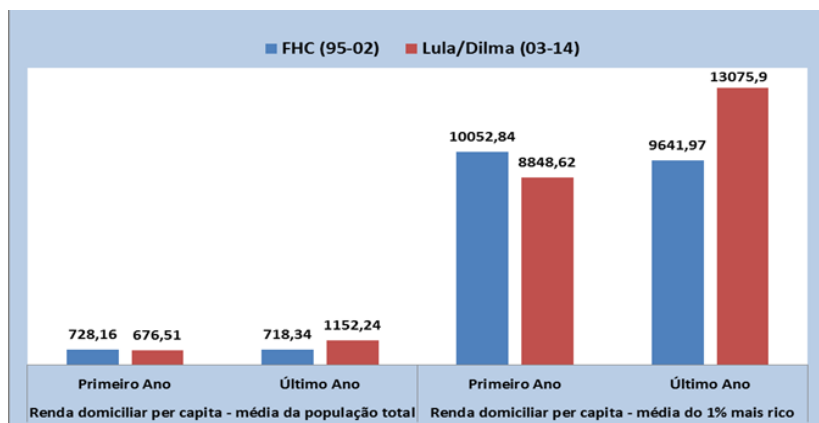
pobres a menos que em 2003, quando Lula assumiu. O número de pessoas vivendo em condições de miserabilidade também registrou forte queda: após doze anos de governos do PT, a miséria foi reduzida em quase dois terços.

As lideranças petistas avaliaram de diferentes formas os governos Lula e Dilma. Pont (2015) considerou positiva a realização das políticas sociais “que mudaram e melhoraram a vida de milhões e, também, o papel do país na América Latina e no mundo”. Por outro lado, o líder da DS esperava que o país avançasse mais em termos de participação popular e ampliação da democracia, através da “organização autônoma da população, de seu protagonismo político fora das eleições, dos orçamentos participativos [inclusive, na instância federal]”. Contudo, Pont justificou a tese desenvolvimentista adotada pelos governos petistas, ao afirmar que “o caráter socialista da revolução no Brasil é dado pelo amadurecimento das relações capitalistas e a inserção do país no capitalismo mundial”.

Todavia, não nos parece factível atrelar o projeto do socialismo ao desenvolvimento do capitalismo de forma mecânica e determinista. Se assim fosse, os países de capitalismo avançado seriam os primeiros a passar por experiências socialistas. No entanto, as revoluções socialistas (ou tentativas, ainda que frustradas, de construir sociedades de caráter socialista) aconteceram em países de capitalismo atrasado (de economia essencialmente agrária), como Rússia (1917), China (1949), Cuba (1959), Vietnã (1975), etc. Além disso, a tese segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo é pré-requisito para se alcançar o socialismo não estabelece o quanto é preciso desenvolver o capitalismo para tornar possível/viável a transição ao socialismo, nem a intensidade/qualidade das reformas no capitalismo para impulsionar a transição socialista. Portanto, a política nacional-desenvolvimentista, que atrelou o desenvolvimento social ao crescimento econômico, só funcionou enquanto a classe capitalista era contemplada com os governos Lula e Dilma

Rousseff. O gráfico a seguir aponta que setores da elite econômica brasileira foram mais contemplados pelos governos petistas que pelos governos antecessores.

Figura 18 – Relação entre a renda domiciliar média per capita da população total e do 1% mais rico (em R\$)



Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

O gráfico apresenta a renda domiciliar per capita do 1% mais rico, comparada com a renda domiciliar per capita da população total brasileira. Observa-se, que nos governos do presidente Fernando Henrique, ambas apresentaram declínio. Por outro lado, nos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff, ambas aumentaram. Estes dados demonstram que, tanto a população em geral quanto a elite econômica, foram beneficiadas nos governos petistas, mais do que nos governos tucanos. Portanto, a estratégia da conciliação de classes conseguiu contemplar a todas as classes, somente enquanto houve crescimento econômico.

A maior parte das lideranças petistas afirmou que durante os governos Lula e Dilma não houve ruptura com o neoliberalismo. Outros, porém, afirmaram que houve rupturas ou rupturas parciais. Para Pomar

(2015), “ruptura com o neoliberalismo implicaria em fazer com que o capital financeiro não fosse mais hegemônico. Logo, ruptura não houve. O que houve, na melhor das hipóteses, foram algumas inflexões nas políticas públicas, sem que isto afetasse a hegemonia neoliberal”.

Melo (2014) também afirmou que não houve ruptura com o neoliberalismo e sim uma política de retomada do desenvolvimento, a partir de iniciativas como o Programa Bolsa Família, a criação de novas universidades públicas e institutos federais. Para Turra (2015), não houve ruptura com o neoliberalismo nem reformas estruturais: “não teve reforma agrária, não teve reforma tributária, não teve reforma sindical”. Para o dirigente da OT, o capital bancário concentrou cada vez mais poder e se beneficiou das políticas de juros altos que foram mantidas pelos governos Lula e Dilma.

Outro que afirmou não ter havido ruptura com o neoliberalismo foi Padilha (2015): “na mesma medida em que nós nos atualizamos, estudamos, nos organizamos, eles também. Eu acho que houve, inclusive, um campo muito forte do capital que migrou para o nosso lado, se adaptou às nossas propostas”. No entanto, verificamos que foi o PT quem migrou e se adaptou ao capital, ao manter a política econômica do governo anterior (juros altos, ajuste fiscal, austeridade, superávit primário, etc.).

Para Almeida (2015), os governos Lula e Dilma ampliaram o bem-estar social, a partir de políticas que resultaram em “emprego e salário, programas sociais de distribuição de renda; combate à fome e à miséria, programas de moradia, saúde; a política externa adotada resultou em soberania nacional e fortalecemos o Estado, na contra-mão do Estado mínimo neoliberal”. No entanto, o rompimento com o neoliberalismo não ocorreu por completo já que “não fomos capazes de realizar reformas ou transformações estruturais que retirassem do grande capital o controle sobre mecanismos da economia e da política brasileira”, explicou.

Para Paludo (2015), várias políticas adotadas pelos governos

petistas significaram rupturas com o neoliberalismo, como a adoção de uma “política externa independente” (não alinhada ao imperialismo estadunidense), voltada aos acordos entre os países do BRICS¹⁸; as políticas sociais, como o Programa Bolsa Família e outras políticas de transferência de renda; a política de valorização dos salários mínimos acima do índice de inflação; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que o Estado passou a ser o “indutor do desenvolvimento econômico”, contra a visão neoliberal, segundo a qual é preciso deixar o mercado se desenvolver livremente.

Consideramos, que durante os governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff, não houve propriamente rupturas com o neoliberalismo, e sim um projeto que procurou conciliar o Estado de bem-estar social a uma política econômica neoliberal. Se, por um lado, a participação social do Estado caracteriza o avesso do projeto neoliberal, por outro, a economia neoliberal se aprofundou com a política que favoreceu, sobretudo, o sistema financeiro. Uma explicação para esta contradição foi o condicionamento das políticas sociais ao crescimento econômico (projeto desenvolvimentista). Como o país atravessou uma fase de significativa expansão econômica, foi possível destinar um montante considerável de recursos para as áreas de interesse social. Porém, a crise econômica a partir de 2014 abalou os acordos interclassistas e pluripartidários que davam sustentação ao governo. Na medida em que as elites econômicas começaram a ter seus interesses ameaçados, o golpe veio à tona para forçar que a classe trabalhadora pagasse pelo custo da crise. Portanto, o pacto governista não deu certo, já que as forças à direita, que compuseram alianças e acordos com o governo, somaram-se à oposição de direita durante o processo golpista que culminou com o golpe contra Dilma Rousseff.

Considerando o que foi exposto, podemos fazer o seguinte questionamento: quais fatores contribuíram para que a direita reassumisse

¹⁸ A sigla BRICS representa cinco das principais nações emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

o governo? Podemos listar alguns, ainda que todos estejam relacionados: 1) a política de conciliação de classes de interesses antagônicos e o financiamento privado de campanhas; 2) a pouca importância conferida à disputa de hegemonia na sociedade, de modo que foi mantido o oligopólio da comunicação no Brasil e, mais recentemente, restringiu-se os canais de diálogo entre o governo e os movimentos sociais; 3) a ausência de reformas estruturais (agrária, urbana, fiscal, política, jurídica, educacional, etc.); 4) os governos foram constituídos por indicações dos presidentes Lula e Dilma, que poderiam ter sido outras, não apenas para os ministérios, mas também para o STF e outros órgãos de importância estratégica para a disputa de hegemonia; 5) não foram aprofundados os mecanismos de participação popular e democracia direta, para além das conferências e conselhos.

Como vimos anteriormente, os governos petistas nada fizeram para enfraquecer o oligopólio da comunicação no Brasil. Consequentemente, o PT foi prejudicado por não ter assumido esta política, desde o primeiro governo do presidente Lula, em 2002. A baixa popularidade de Dilma Rousseff, ao longo de seu segundo mandato, foi, em parte, construída pela grande mídia, especialmente a Rede Globo, cujo foco de suas atenções sempre esteve voltado para desgastar a imagem do PT, mais do que de qualquer outro partido. Contraditoriamente, esta foi a emissora de televisão mais beneficiada pelos governos petistas (Carta Capital, 2015). Cabe lembrar, no entanto, que nem sempre as grandes empresas de comunicação atuaram com o propósito de desgastar a imagem dos governos Lula e Dilma Rousseff: a depender dos projetos e das políticas governamentais, ora elas se posicionavam contra, ora a favor. Por isso, a grande mídia evitou fazer críticas às políticas de cunho neoliberal, como a autonomia do Banco Central (BC), as Parcerias Público Privada (PPP), as concessões, o leilão do campo de Libra, mas, por outro lado, foi determinante na cobertura dos escândalos de corrupção, nas grandes manifestações de Junho de 2013 e durante o processo de *impeachment* em 2016.

Com a estratégia de conciliar classes de interesses antagônicos em um governo de ampla coalizão, pouca importância foi dada à disputa de hegemonia. Ao ignorá-la, acreditou-se que os programas sociais do governo bastariam para a conquista do apoio político da maioria da população. Não obstante, os projetos sociais e os programas de transferência de renda, que resultaram em voto e apoio político (lulismo¹⁹), sobretudo na região Nordeste do Brasil, não foram acompanhados de mecanismos que permitissem ampliar a participação e o poder popular, nem de veículos alternativos de comunicação social, desvinculados dos grandes grupos econômicos. Conseqüentemente, a grande mídia foi decisiva para a construção de um imaginário popular antipetista (principalmente nas regiões Sul e Sudeste), no qual, o partido havia virado sinônimo de corrupção.

Ainda que o partido não tenha estritamente chegado ao poder, ao chegar à Presidência da República o PT pôde nomear ministros, secretários e diretores de empresas estatais, instituir medidas provisórias²⁰ com força de lei em caráter de urgência, criar projetos de lei e de emenda constitucional, aplicar e vetar projetos de lei, total ou

¹⁹ Ver Singer (2012).

²⁰ Se o presidencialismo de coalizão não foi suficiente para evitar o golpe contra o governo petista, por outro lado, não é possível afirmar com precisão qual teria sido o destino dos governos petistas se a escolha política tivesse sido a de governar por decreto (como fez Hugo Chávez durante o seu primeiro mandato presidencial), com medidas provisórias que atendessem ao clamor popular e as lutas históricas dos movimentos sociais, sem precisar construir alianças com partidos de centro e direita para conseguir o apoio da maioria no Congresso. Em que pese às profundas diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais entre Brasil e Venezuela, o “chavismo” resiste há mais de dezoito anos (apesar das grandes dificuldades econômicas e da morte de seu principal líder), enquanto o “petismo” perdeu o governo em pouco mais de quatorze anos. “Chávez assumiu a Presidência da Venezuela em 1999, contando com o apoio da minoria do Parlamento. Apesar de não ter maioria na Assembleia Nacional, os decretos populares instituídos pelo presidente conquistaram o apoio das massas. Além de obter forte apoio popular, o governo venezuelano adotou políticas que enfraqueceram substancialmente o monopólio da comunicação na Venezuela, com a criação de várias redes públicas de televisão de longo alcance. Já no seu segundo mandato, a partir de 2002, Chávez pôde contar com o apoio da maioria da Assembleia Nacional, o que contribuiu muito para o avanço das reformas e a implementação dos programas sociais” (Coimbra, 2009).

parcialmente, ou seja, se ser governo não é igual a ter poder, também é certo que ser governo é ter condições de fazer uso de um poder relativo, que poderia ter sido melhor aproveitado. Se o governo tivesse privilegiado a disputa de hegemonia, ampliando os espaços democrático-participativos na sociedade civil (visando a formação de uma “vontade coletiva nacional-popular”, mediante um processo crescente de conscientização e participação ativa das classes subalternas), o mesmo poderia adquirir força suficiente para confrontar os interesses das elites e realizar as reformas estruturais.

A política internacional do PT e o Foro de São Paulo

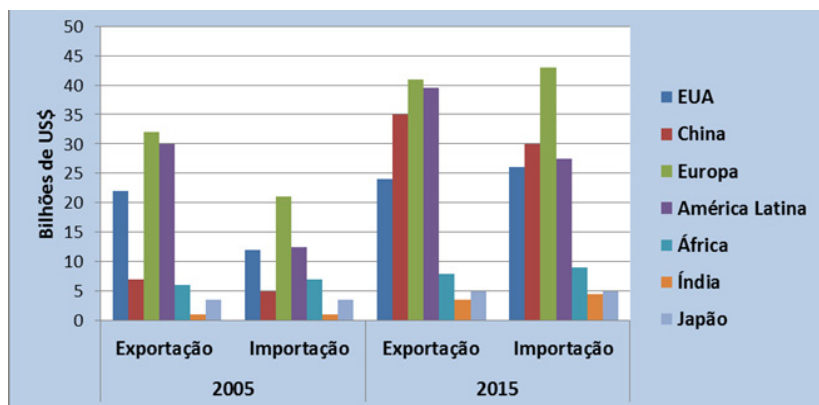
Diferentemente dos governos Fernando Henrique, que assumiram compromissos com a proposta da ALCA²¹, os governos Lula e Dilma adotaram uma política externa parcialmente independente, não se sujeitando automaticamente aos interesses estadunidenses. Ao invés de participar da construção da ALCA, como queriam os EUA, os governos petistas reforçaram o vínculo do Brasil com o MERCOSUL²² e se empenharam na construção da UNASUL²³.

²¹ Inspirada na Doutrina Monroe, cujo lema é “América para os americanos”, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) busca se efetivar enquanto bloco interamericano. A ALCA apresenta propostas de livre circulação de capital, mas não cogita a possibilidade da livre circulação de pessoas ou de uma ampla integração sociocultural no continente. O sistema financeiro e as grandes empresas transnacionais (maioria estadunidenses) são os que efetivamente se beneficiariam com a implementação da ALCA. Por outro lado, o bloco exclui abertamente Cuba do processo, objetivando ampliar ainda mais o bloqueio econômico em relação à ilha caribenha e rechaçar todos os países que por ventura venham a adotar um modelo econômico anti-imperialista e anticapitalista (Coimbra, 2009).

²² O Mercado Comum do Sul (Mercosul) teve início em 26 de março de 1991, após a assinatura do Tratado de Assunção. Atualmente, o Mercosul reúne os seguintes países: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela. “Mercosul”. Disponível em: www.mercosul.gov.br/. Acesso em: 14 nov. 2016.

²³ A União das Nações Sul-Americanas (Unasul) foi instituída em maio de 2008 e abrange os 12 países sul-americanos. Esta proposta de integração propõe congregar as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN). “União de Nações Sul-Americanas”. Disponível em:

Figura 19 – Exportações e importações no Brasil (2005-2015 – países e regiões selecionadas)



Fonte: Elaboração própria, conforme os dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Conforme demonstra o gráfico acima, o Brasil ampliou seus laços políticos, econômicos e comerciais com países considerados “inimigos dos EUA”, como Venezuela, Cuba e Irã. Também foram reforçadas e ampliadas as parcerias do Brasil com países latino-americanos, asiáticos e africanos. Os países do BRICS tornaram-se importantes parceiros comerciais durante os governos Lula e Dilma. As exportações e importações do Brasil com a China aumentaram mais de cinco vezes entre 2005 e 2015. Já as importações e exportações do Brasil com a Índia aumentaram em mais de três vezes. Também houve aumento em quase dois terços nas importações brasileiras de produtos de países da América Latina.

Apesar de o Brasil adquirir maior independência econômica frente aos EUA e a União Europeia, a presidenta Dilma Rousseff atendeu ao interesse dos EUA, ao sancionar a lei Antiterrorismo (nº

13.260/2016). O Projeto de Lei que trata do tema “foi elaborado pelos ministros José Eduardo Cardoso (Justiça) e Joaquim Levy (Fazenda). A justificativa apresentada [...] é de que a nova lei serve para adequar o ordenamento jurídico do Brasil aos tratados internacionais assinados pelo governo” (Cruz, 2015). Em junho de 2015, a presidenta brasileira se reuniu com o presidente dos EUA, Barack Obama, para conversar, entre outros assuntos, sobre o terrorismo²⁴. Esta lei foi muito criticada por movimentos sociais e partidos de esquerda por permitir amplas interpretações acerca do que pode ser enquadrado como terrorismo. A esquerda receava que a lei pudesse ser usada para criminalizar movimentos sociais e protestos populares (Carta Capital, 2016).

Uma das mais importantes iniciativas do PT, para além da atuação do partido nos limites do território nacional, foi a criação do Foro de São Paulo (FSP). Entre 2 e 4 de junho de 1990, aconteceu o Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe, que reuniu na cidade de São Paulo 48 partidos de 14 países latino-americanos. Conforme Valter Pomar e Roberto Regalado (2013, p. 9), a ideia de fazer este Encontro teve origem numa conversa entre Lula e o então presidente de Cuba, Fidel Castro. O objetivo era “refletir sobre a ‘crise do socialismo’ e o ‘ascenso do neoliberalismo’”. O PT se encarregou de organizar o evento e convidar os partidos e organizações estrangeiras. Participaram as delegações da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, México, El Salvador, Cuba e República Dominicana. A delegação brasileira foi representada por membros do PCdoB, PCB, PDT e PSB, além do anfitrião PT.

Os partidos e organizações políticas presentes no encontro representavam diversas matrizes ideológicas: havia movimentos de

²⁴ O próprio PT lançou nota pedindo para que a presidenta Dilma Rousseff vetasse a lei Antiterrorismo. O pedido foi atendido em parte, pois Dilma vetou apenas alguns pontos da lei. Disponível em: www.pt.org.br/diretorio-nacional-se-posiciona-contra-projeto-de-lei-anti-terrorismo/. Acesso em: 9 nov. 2016.

guerrilhas²⁵, partidos socialistas, comunistas, humanistas, social-democratas e progressistas, mas todos se definiam “de esquerda, socialistas, democratas, populares e anti-imperialistas”. Para Pomar e Regalado (2013, p. 12), este “foi um acontecimento histórico, porque pela primeira vez coincidiram, em um mesmo espaço, partidos e movimentos políticos que abrangiam todo o espectro da esquerda latino-americana”.

Os eixos centrais de debate apresentados durante o Encontro foram: 1) “as alterações da ordem internacional e seu significado para a América Latina e o Caribe”; 2) “o balanço das lutas pela democracia e o socialismo no continente”; 3) “os problemas estratégicos da luta pelo socialismo”. O evento condenou as políticas neoliberais adotadas por partidos de direita e se empenhou em discutir a unidade da esquerda latino-americana com base nas raízes históricas e culturais do subcontinente. Este primeiro encontro não foi convocado para ser um foro permanente. Somente a partir do segundo encontro, realizado na Cidade do México, em 1991, é que os eventos passaram a se chamar Foro de São Paulo, sendo realizados quase todos os anos.

Quadro 2 – Edições do FSP

Ano	Cidade-País
1990	São Paulo-BRA
1991	Cidade do México-MEX
1992	Manágua-NCA
1993	Havana-CUB
1995	Montevideo-URU
1996	San Salvador-ESA

²⁵ As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) participaram do FSP nos anos 1990. A partir de 2002, a organização colombiana não foi mais aceita, devido aos métodos utilizados pela guerrilha, que incluíam sequestros (Rangel, 2008).

Ano	Cidade-País
1997	Porto Alegre-BRA
1998	Cidade do México-MEX
2000	Niquinohomo-NCA
2001	Havana-CUB
2002	Antígua-ANT
2005	São Paulo-BRA
2007	San Salvador-ESA
2008	Montevideo-URU
2009	Cidade do Mexico-MEX
2010	Buenos Aires-ARG
2011	Manágua-NCA
2012	Caracas-VEN
2013	São Paulo-BRA
2014	La Paz-BOL
2015	Cidade do México-MEX
2016	San Salvador-ESA

Fonte: Elaboração própria, conforme as informações do portal forodesaopaulo.org.

O primeiro documento oficial a apontar as diretrizes do FSP foi a *Declaração de São Paulo*, de 1990. A *Declaração* propôs a “unidade de ações consensuais na luta anti-imperialista e popular”, bem como a promoção de “intercâmbios especializados em torno de problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que a esquerda continental enfrenta”. O documento também enfatizou a necessidade de “renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar seu caráter emancipador, de corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira

democracia social e de massas” (Pomar; Regalado, 2013, p. 12).

É uma constante nas resoluções e demais documentos do FSP, a crítica contundente aos governos estadunidenses e suas políticas imperialistas e intervencionistas na América Latina, como a manutenção de um longo bloqueio a Cuba²⁶, as intervenções contra a revolução sandinista na Nicarágua, o golpe contra Hugo Chávez e as várias tentativas de golpe contra Nicolas Maduro, as ações separatistas contra os governos populares da Bolívia e do Equador, o apoio ao militarismo em El Salvador, a invasão das tropas militares estadunidenses no Panamá, a instalação de diversas bases militares dos EUA na Colômbia e a implantação do “Plano Colômbia”²⁷. Embora os documentos do FSP condenem veementemente os governos dos EUA, a organização apresenta-se solidária ao povo estadunidense: “distinguimos entre povo estadunidense, que é nosso aliado, e governo estadunidense, que é o responsável principal pelo desassossego econômico, político, social

²⁶ Em 17 dez. 2014, o presidente dos EUA, Barack Obama, declarou que o seu país estaria disposto a negociar o fim do embargo econômico a Cuba. Desde então, foi construída a embaixada dos Estados Unidos em Cuba, tornando menos burocráticas as visitas turísticas, religiosas e para fins jornalísticos na ilha. Também foram autorizadas a comercialização de determinados produtos estadunidenses com Cuba. O governo cubano libertou presos políticos estadunidenses, mas espera que o governo dos EUA também liberte os presos políticos cubanos. Apesar de todas estas políticas, o bloqueio econômico terminará somente quando o tema for votado e aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos. Em 26 de outubro de 2016, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a resolução pelo fim do bloqueio econômico a Cuba. Pela primeira vez, os EUA não se opuseram ao fim do bloqueio, mas acabou se abstendo, juntamente com o Estado de Israel. 191 países votaram favoravelmente pelo fim do bloqueio a Cuba. “Esta é a vigésima quinta vez consecutiva que uma resolução com este conteúdo é analisada pelo órgão deliberativo da ONU”. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2016/10/26/assembleia-da-onu-aprova-sem-votos-contrarios-resolucao-pelo-fim-do-bloqueio-a-cuba/. Acesso em: 6 nov. 2016.

²⁷ O Plano Colômbia é um acordo estabelecido em 1999, entre o governo da Colômbia de Andres Pastrana e o governo dos EUA de Bill Clinton. Supostamente criado para combater o tráfico de drogas, os reais objetivos do plano eram destruir as guerrilhas, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). “Plano Colômbia não interrompeu narcotráfico mas ‘enfraqueceu as Farc’” Disponível em: internacional.estadao.com.br/noticias/geral,plano-colombia-nao-interrompeu-narcotrafico-mas-enfraqueceu-as-farc,860571. Acesso em: 6 nov. 2016.

e militar que vive o planeta. Ao povo dos Estados Unidos expressamos nossa solidariedade em suas lutas pela justiça social, contra a opressão e pelos direitos fundamentais” (Pomar; Regalado, 2013, p. 256).

A Declaração Final do XXII Encontro do Foro de São Paulo, realizado entre 23 e 26 de junho de 2016, na cidade de San Salvador, fez menção às diversas lutas travadas pela esquerda nos países latino-americanos, tais como: a luta pelo fim do bloqueio econômico a Cuba e pela devolução do território cubano hoje ocupado pela base estadunidense de Guantánamo; a luta para que seja concretizado um acordo de paz definitivo entre as guerrilhas colombianas (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC e Exército de Libertação Nacional – ELN) e o governo de Juan Manuel Santos; a luta do povo venezuelano contra a ingerência estrangeira em seu território, bem como a luta pela continuidade da Revolução Bolivariana de Hugo Chávez e Nicolás Maduro; apoio à candidatura de Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua; a luta contra o colonialismo na América Latina: pela independência de Porto Rico e pela soberania da Argentina sobre as ilhas Malvinas; apoio à revolução boliviana representada pelo governo de Evo Morales, bem como, a negociação com o governo do Chile para que a Bolívia obtenha uma saída para o oceano Pacífico; apoio ao governo de El Salvador, representado por Salvador Sánchez Cerén, da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) (Portal do Foro de São Paulo, 2016).

Segundo a Declaração do FSP, o “golpe de Estado” contra Dilma Rousseff é parte da “contraofensiva imperial”, cujo objetivo é desarticular e substituir os governos democráticos e de esquerda na América Latina. “Apoiados pelos meios de comunicação, setores do aparato do Estado e do poder econômico nacional e internacional montaram um impeachment que é um golpe contra a democracia, os direitos sociais, a soberania nacional e a integração da América Latina e do Caribe”. Portanto, o FSP repudiou o “ilegítimo governo golpista” e exigiu “o retorno da presidenta legitimamente eleita”. Após a posse de Mi-

chel Temer em 31 de agosto de 2016, Equador, Cuba, Nicarágua, Chile, Bolívia, Uruguai, El Salvador e Venezuela – todos governados por partidos membros do FSP – posicionaram-se contra o *impeachment* e a favor da permanência de Dilma Rousseff. Em um ato de profundo desacordo, os governos de El Salvador e Venezuela convocaram seus embaixadores a retornarem a seus países (Brasil de Fato, 2016).

A ampliação e o fortalecimento da esquerda na América Latina e no Caribe têm estreita relação com as iniciativas de cooperação e integração dos países latino-americanos, a partir de uma perspectiva antineoliberal e antiimperialista. Nesse sentido, o FSP tem incentivado iniciativas de integração regional que ampliem os laços políticos, econômicos, sociais e culturais entre os países latino-americanos, ao invés da participação desses países em organismos internacionais que permitiriam maior dependência econômica em relação aos EUA. Portanto, o FSP incentiva o fortalecimento de iniciativas de integração entre países latino-americanos, através da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP)²⁸, União das Nações Sul-Americanas (Unasul), Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac)²⁹ e Mercado Comum do Sul (Mercosul). Por outro lado, o FSP rechaça os projetos de integração propostos ou incentivados pelos EUA, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), o Arco do Pacífico³⁰, além de outros Tratados de

²⁸ “A ALBA é uma proposta de integração construída em Havana, em 14 de dezembro. 2004, através de um acordo entre Cuba e Venezuela. Além da importância em integrar as nações latino-americanas, este bloco apresenta-se como alternativa, principalmente em relação à ALCA, por dedicar atenção às questões sociais, como políticas de distribuição de renda, combate à pobreza e às desigualdades” (Coimbra, 2019).

²⁹ A Celac é uma organização internacional que abrange todos os países da América do Sul, América Central e México, totalizando 33 países. A Celac tem origem na fusão entre o Grupo do Rio e da Cúpula da América Latina e Caribe (CALC). Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Disponível em: www.itamaraty.gov.br. Acesso em: 14 nov. 2016.

³⁰ O Arco do Pacífico (também chamado Aliança do Pacífico) é um bloco econômico instituído em 2011, no Peru, durante o governo de Alan Garcia. Os países membros-fundadores da organização são Chile, Colômbia, México e Peru. Todos eles possuem

Livre Comércio (TLCs) com os EUA (Pomar; Regalado, 2013, p. 249).

O FSP luta pela diversidade, contra a discriminação das “minorias” (LGBT, juventude, mulheres, povos originários, negros) e incentiva todos os partidos de esquerda a incluírem em suas pautas de lutas as reivindicações destes setores. O Foro também considera a cultura “uma das principais armas de dominação das oligarquias nacionais e das grandes corporações que pretendem controlar o mundo e frear todo e qualquer projeto emancipador”. Nesse sentido, a disputa de hegemonia no contexto internacional envolve “a batalha de ideias em todas as suas expressões e através de todos os meios. A luta ideológica, cultural e midiática é imprescindível para derrotar a invasão ideológica das classes dominantes e assim mobilizar os povos em defesa dos seus interesses” (Pomar; Regalado, 2013, p. 249).

A *Declaração* da última edição do FSP ressaltou o papel dos governos de esquerda da América Latina no enfrentamento ao neoliberalismo, buscando ampliar a participação social do Estado e reduzir as desigualdades. Porém, os partidos da esquerda latino-americana são muito heterogêneos, assim como os países da América Latina, com suas distintas formações históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais. Alguns governos de esquerda no subcontinente têm adotado uma política de “enfrentamento de classes e, conseqüentemente, têm conseguido realizar importantes reformas estruturais. Além de Cuba (o único país socialista do continente), pertence a este grupo os países cujas experiências governamentais se enquadram numa forma de “populismo de esquerda”, também denominado “Socialismo do Século XXI” (Santos, 2016).

A vitória de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, marcou o início de um novo período, caracterizado por sucessivos governos de esquerda na América Latina. Desde então, a esquerda sagrou-se vitoriosa em diversos países das Américas Central e do Sul. As experiências

Tratados de Livre Comércio com os EUA. “O Arco do Pacífico está em sintonia com o projeto de Obama de criação de uma área de reafirmação do poder estadunidense no pacífico” (Pomar e Regalado, 2013, p. 250).

dos governos identificados com o “socialismo do Século XXI”, Venezuela (com Chávez e Maduro), Bolívia (com Evo Morales) e Equador (com Rafael Correa) – apresentam diversos aspectos em comum, tais como: 1) a criação de novas constituições nacionais; 2) o empenho em fazer avançar a democracia participativa, através de consultas populares, associações de bairro, “misiones” e conselhos comunais (na Venezuela); 3) o referendo revogatório, garantindo ao povo o poder de revogar os cargos políticos em todos os níveis, na metade do mandato; 4) o controle estatal sobre os recursos naturais e estratégicos, tendo em vista que a maior parte da economia destes três países depende dos recursos do petróleo e do gás natural; 5) a participação em iniciativas de integração regional, como a ALBA, o Banco do Sul, o Oleoduto do Sul, a Telesur; 6) a defesa dos povos indígenas e demais setores excluídos; 7) a redução da pobreza e da miséria; 8) a ampliação dos investimentos sociais em áreas como saúde, educação, transporte, habitação, reforma agrária e previdência social (Coimbra, 2009).

Outros países governados por partidos que integram o FSP, ainda que tenham conseguido implementar diversos programas sociais, reduzindo consideravelmente a pobreza e a miséria, optaram por uma política de conciliação de classes antagônicas e estiveram muito dependentes do crescimento econômico e dos acordos com diversos setores do capital industrial e financeiro. É o caso dos governos do Brasil (Lula e Dilma Rousseff), Chile (Ricardo Lagos e Michele Bachelet) e Peru (Ollanta Humala), cujas reformas não alteraram as estruturas, nem enfraqueceram o poder das classes dominantes, ou seja, não houve (nos dizeres de Carlos Nelson Coutinho) “reformas revolucionárias” capazes de confrontar o projeto neoliberal. Já os governos na Argentina (Néstor e Cristina Kirchner – que reestatizaram empresas privatizadas e adotaram formas de punição para criminosos da ditadura) e Uruguai (Tabaré Vázquez e José Mujica – que reformaram o setor de telecomunicações), avançaram mais no confronto com os interesses das elites.

Embora a lógica de funcionamento do capitalismo permaneça

inalterada, as resoluções do FSP fizeram uma distinção entre os países capitalistas que têm seguido uma orientação mais “desenvolvimentista” – é o caso dos BRICS – e os que têm adotado uma orientação mais neoliberal e austeritária – é o caso do “eixo anglo-saxão liderado pelos Estados Unidos”. O próprio FSP reconheceu a variedade de partidos de esquerda que constitui a organização, incluindo desde os que “defendem o socialismo” até os que “defendem um novo modelo de desenvolvimento capitalista” (Pomar; Regalado, 2013, p. 260).

Quadro 3 – Países governados por partidos que integram o FSP

País	Chefe de Estado	Partido
Bolívia	Evo Morales	Movimento para o Socialismo
Chile	Michelle Bachelet	Partido Socialista do Chile
Cuba	Raúl Castro	Partido Comunista de Cuba
Dominica	Roosevelt Skerrit	Partido Trabalhista da Dominica
República Dominicana	Daniilo Medina	Partido de Libertação Dominicana
Equador	Rafael Correa	Alianza País
El Salvador	Salvador Sánchez Cerén	Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
Nicarágua	Daniel Ortega	Frente Sandinista de Libertação Nacional
Uruguai	Tabaré Vázquez	Frente Ampla
Venezuela	Nicolás Maduro	Partido Socialista Unido da Venezuela

Fonte: Elaboração própria, conforme as informações do portal forodesaopaulo.org.

Em 2015, treze países latino-americanos eram governados por partidos (ou chefes de Estado) participantes do FSP. Em 2016, o número foi reduzido para 10 países. Portanto, a direita voltou a crescer na

região, retomando governos em países de grande importância política e econômica. Devido à enorme população brasileira, mais da metade da população que em 2015 era governada por partidos de esquerda, hoje é governada por partidos de direita.

Figura 20 – Mapa dos países governados por partidos do FSP



Fonte: Elaboração própria, conforme as informações do portal forodesaopaulo.org.

É grande a diversidade ideológica das organizações políticas que integram o FSP. Essa diversidade reflete nas variadas formas com que os partidos se relacionam com os governos, assim como na caracterização dos diferentes governos latino-americanos. Dos partidos brasileiros que integram o FSP, o PCB situa-se na extrema-esquerda; PT e PCdoB na esquerda; PDT e PPL entre a esquerda e o centro; PSB e PPS, estariam atualmente entre o centro e a direita. Muitos partidos que integram o FSP são adversários políticos e integram campos opostos em seus países. Alguns fazem oposição ao governo cujo partido também integra o FSP, ou seja, são “parceiros” no FSP e adversários nas questões políticas internas de seus países. No caso brasileiro, PPS e PSB foram oposição e votaram em peso a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. Atualmente, eles são base de apoio do governo de Michel Temer. Contraditoriamente, estes partidos continuam associados ao FSP, além de se definirem socialistas.

Quadro 4 – Países e partidos participantes do Foro de São Paulo

País	Partidos
Argentina	Frente Grande; Frente Transversal Nacional y Popular; Movimiento Evita; Movimiento Libres del Sur; Partido Comunista; Partido Comunista – Congreso Extraordinario; Partido Humanista; Partido Intransigente; Partido Obrero Revolucionario-Posadista; Partido Socialista; Partido Solidario; Unión de Militantes por el Socialismo.
Aruba	Partido Red Democrática
Barbados	Partido del Empoderamiento del Pueblo
Bolívia	Movimiento al Socialismo; Movimiento Bolivia Libre; Partido Comunista de Bolivia.
Brasil	Partido Democrático Trabalhista; Partido Comunista do Brasil; Partido Comunista Brasileiro; Partido Patria Livre; Partido Popular Socialista; Partido Socialista Brasileiro; Partido dos Trabalhadores.

País	Partidos
Chile	Izquierda Ciudadana; Movimiento Amplio Social; Movimiento de Izquierda Revolucionaria; Partido Comunista; Partido Humanista; Partido Socialista; Partido del Socialismo Allendista; Revolución Democrática.
Colômbia	Marcha Patriótica; Movimiento Progresista; Partido Alianza Verde; Partido Comunista Colombiano; Polo Democrático Alternativo; Presentes por el Socialismo; Unión Patriótica.
Costa Rica	Partido Frente Amplio; Partido Vanguardia Popular – Partido Comunista.
Cuba	Partido Comunista de Cuba.
Curaçao	Partido Pueblo Soberano.
Equador	Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País; Movimiento Alianza PAIS; Movimiento Popular Democrático; Partido Comunista del Ecuador; Partido Comunista Marxista-Leninista del Ecuador; Partido Socialista-Frente Amplio.
El Salvador	Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional.
Guatemala	Convergencia, CPO-CRD; Movimiento Político Winaq; Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca.
Haiti	Organización del Pueblo en Lucha.
Honduras	Partido Libertad y Refundación – LIBRE.
Martinica	Partido Comunista por la Independencia y el Socialismo; Consejo Nacional de Comités Populares.
México	Partido de los Comunistas Mexicanos; Partido Comunista de México; Partido de la Revolución Democrática; Partido del Trabajo.
Nicarágua	Frente Sandinista de Liberación Nacional.
Panamá	Partido del Pueblo; Partido Revolucionario Democrático.

País	Partidos
Paraguai	Frente Guasú; Partido Comunista Paraguayo; Partido Convergencia Popular Socialista; Partido del Movimiento Patriótico Popular; Partido del Movimiento al Socialismo; Partido País Solidario; Partido de la Participacion Ciudadana Partido Popular Tekojoja.
Peru	Ciudadanos por el Cambio; Partido Comunista del Perú-Patria Roja; Partido Comunista Peruano; Partido Nacionalista del Perú; Partido del Pueblo; Partido Socialista del Perú; Tierra y Libertad.
Porto Rico	Frente Socialista; Movimiento Independentista Nacional Hostosiano; Partido Nacionalista de Puerto Rico.
República Dominicana	Alianza por la Democracia; Fuerza de la Revolución; Movimiento Izquierda Unida; Partido Alianza País; Partido Movimiento Patria para Tod@s; Partido Comunista del Trabajo; Partido de la Liberación Dominicana; Partido de los Trabajadores Dominicanos; Partido Revolucionario Dominicano; Partido Revolucionario Moderno.
Trinidad e Tobago	Movimiento por la Justicia Social.
Uruguai	Asamblea Uruguay; Compromiso Frenteamplista; Frente Amplio; Movimiento 26 de marzo; Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros; Movimiento de Participación Popular; Movimiento Popular Frenteamplista; Partido Comunista del Uruguay, Partido Obrero Revolucionario Troskista-Posadista; Partido por la Victoria del Pueblo; Partido Socialista de los Trabajadores; Partido Socialista del Uruguay; Vertiente Artiguista.
Venezuela	Liga Socialista; Movimiento Electoral del Pueblo; Partido Comunista de Venezuela; Partido Socialista Unificado de Venezuela; Patria para Todos.

Fonte: Elaboração própria, conforme as informações do portal forodesaopaulo.org.

As opiniões das lideranças petistas acerca do FSP são diversas. Para Turra (2015), a organização não é uma real referência internacionalista, pois os governos não necessariamente seguem as políticas deliberadas pelo Foro. Segundo Pont (2015), a organização “não funciona como as velhas Internacionais. O FSP organiza o consenso, sistematiza boas práticas de governo, estreita interesses comuns entre nossos povos e administrações”. A organização também “foi importante para construir a derrota da ALCA em 2005”, mas precisa “dar passos mais ousados na integração dos países da região”, afirmou o dirigente da DS.

Para Melo (2014), as conquistas eleitorais da esquerda latino-americana são frutos de “uma reflexão regional que foi feita: você imaginaria uma América do Sul com essa composição política que tem hoje, vinte anos atrás?” Questionou o representante da CNB.

Além da importância da construção do FSP e da criação de outros espaços de diálogos e trocas de experiências entre partidos e movimentos sociais de esquerda, como o FSM³¹, as vitórias eleitorais da esquerda em mais de uma dezena de países latino-americanos resultaram de diversos fatores de natureza interna e externa. Entre os fatores, podemos mencionar a influência das políticas neoliberais, que afetaram o nível de vida da classe trabalhadora e comprometeram os serviços públicos; a emergência de um sentimento nacionalista e anti-imperialista, que se contrapôs ao modelo instituído pelas elites nacionais destes países; a unificação da esquerda em torno de projetos políticos apoiados por amplos setores sociais.

A unidade da esquerda latino-americana é perceptível todas as vezes em que um governo de esquerda da região se solidariza com outro. Exemplo disso foi a iniciativa de Lula ao criar, em 2003, durante a crise econômica pouco depois do golpe contra Hugo Chávez, o

³¹ Quando nos referimos à importância do FSP para a vitória da esquerda na América Latina, há também que considerarmos a contribuição do Fórum Social Mundial (FSM) para a unidade e o fortalecimento da esquerda latino-americana, assim como da esquerda mundial, não somente a esquerda partidária, mas também a esquerda representada por movimentos sociais e populares.

Grupo de Países Amigos da Venezuela (Agência Brasil, 2016). Também podemos mencionar a solidariedade entre o governo venezuelano e o Equador, após a Colômbia invadir o seu território em busca de guerrilheiros das FARC (O Globo, 2016); o não reconhecimento (por vários países latino-americanos) aos governos de Honduras e Paraguai, instituídos após golpes de Estado contra Zelaya e Lugo, respectivamente; e, mais recentemente, o não reconhecimento ao governo de Michel Temer no Brasil (Gombata, 2016). A solidariedade entre os governos que integram o FSP também tem partido de organizações internacionais, apontou Maristela Gombata (2016): “em 2009, a OEA logo tratou de expulsar Honduras da organização, enquanto o Brasil concedeu asilo a Zelaya em sua embaixada em Tegucigalpa por quatro meses. Em 2012, tanto o Mercosul quanto a Unasul suspenderam o Paraguai do bloco.

Notari (2016) reconheceu que a “composição diversa e heterogênea” do FSP impõe “limites a uma política unificada, pois os espaços nacionais, sub-regionais e regionais apresentam tradições políticas e particularidades que têm que ser levadas em conta nas resoluções do Foro”. Segundo a dirigente da extinta tendência BS, os partidos de esquerda que têm assumido governos em vários países latino-americanos possuem uma “orientação política claramente integradora e popular (em oposição ao caráter antipovo e entreguista dos ciclos militares e neoliberal)”.

Portanto, verificamos que a esquerda latino-americana esteve bem mais fortalecida há dois anos, quando Peru, Argentina e Brasil ainda eram governados por partidos de esquerda. Recentemente, a direita tem conseguido atingir seus objetivos, seja respeitando as instituições e o processo eleitoral (apesar de práticas recorrentes como o financiamento privado de campanhas e a ausência de mecanismos de democracia participativa), seja por meio de golpes de Estado.

Apesar disso, saíram da pobreza cerca de 60 milhões de latino-americanos entre 2002 e 2013. No período de 2004 a 2011, a economia da região cresceu em média 4,3% ao ano. No entanto, a média de

crescimento das economias latino-americanas tem caído desde 2012, quando atingiu 2,1%. Em 2014, o crescimento econômico registrado para a América Latina foi de apenas 1,2%. Fatores como a queda dos preços do petróleo³² e das *commodities* contribuíram para o fraco desempenho econômico na região.

Ainda que o poder da esquerda na disputa por hegemonia no subcontinente tenha se reduzido, existe a possibilidade de ela voltar a crescer, pois a direita, em momentos de crise econômica, também terá dificuldades para governar e atrair para o seu projeto político o apoio popular. O receituário neoliberal, ao ser aplicado por partidos de direita, poderá fazer com que os povos se posicionem a favor de novos projetos políticos, talvez mais à esquerda que os anteriores. Diante destas considerações, o FSP continuará exercendo um importante papel, ao reunir partidos e organizações de esquerda que reflitam sobre os erros e acertos do passado para construir uma América Latina socialista.

A atuação política do BE

Os resultados eleitorais e a Assembleia da República

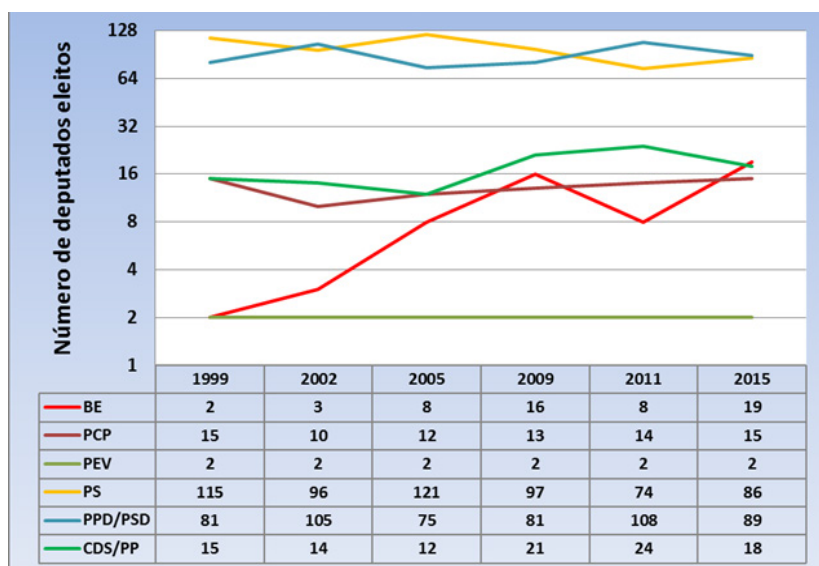
Vimos que todas as correntes que construíram o BE também participaram de eleições parlamentares, além de lutarem diretamente por melhorias sociais no âmbito do sindicalismo e dos movimentos populares. Entre todas as organizações, a que obteve maior sucesso eleitoral foi a UDP, que elegeu deputados para a Assembleia Constituinte em 1975 e para a Assembleia da República em 1976, 1979, 1980 e 1991. O PSR foi bem menos expressivo que a UDP, chegando a eleger deputados municipais em 1993 e 1997. A PXXI veio de uma longa trajetória de participações eleitorais do antigo MPD, chegando a eleger diversos deputados

³² A Arábia Saudita e outros membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), aliados dos EUA, planejaram a queda brusca do preço do barril de petróleo nos últimos anos, visando favorecer os EUA e enfraquecer os países emergentes, como a Rússia, o Irã e, principalmente, a Venezuela. A exploração brasileira do pré-sal também foi prejudicada.

em aliança com o PCP, na segunda metade da década de 1970. A FER (que depois formou o Ruptura-FER) também concorreu a várias eleições, embora nunca tenha conseguido eleger deputados.

O BE foi criado também com o objetivo de se constituir numa ampla frente eleitoral de esquerda. Portanto, recebeu influências das organizações que o precederam e herdou a cultura de participação eleitoral/institucional, para além de sua atuação nos movimentos populares e sociais. O objetivo de se apresentar como alternativa de esquerda, para fazer frente às principais forças políticas portuguesas (PPD/PSD e PS), tornou-se mais factível a partir das eleições legislativas de 2015, quando o partido conseguiu duplicar a sua representação parlamentar. No entanto, tal objetivo ainda está distante de ser concretizado, considerando que as bases parlamentares dos partidos que hegemonizam o cenário político português são de quatro a cinco vezes maiores que a do BE.

Figura 21 – Deputados eleitos por partido para a Assembleia da República (1999-2015)



Fonte: Elaboração própria com informações do CNE e da Assembleia da República.

O gráfico apresenta o número de deputados eleitos por partido nas eleições para a Assembleia da República, disputadas entre 1999 (ano de nascimento do BE) e 2015. Nota-se que em 1999 o BE era a quinta maior força política portuguesa, juntamente com o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), com dois deputados cada um. No mesmo ano, o PCP e o Partido Popular (CDS/PP) encontravam-se empatados em terceiro lugar, com 16 parlamentares cada. Já os dois maiores partidos – o PS e o Partido Social Democrata (PPD/PSD) – encontravam-se bem distanciados dos demais, com, respectivamente, 115 e 81 deputados.

De 1999 a 2009, o BE foi aumentando sua representação praticamente em proporção geométrica, saltando de dois para 16 parlamentares, transformando-se no quarto maior partido português, atrás do PPD/PSD (direita), PS (centro-esquerda) e PCP (esquerda). Em 2011, o BE passou por uma grande crise que resultou no afastamento de parte importante de sua militância e na queda de sua base parlamentar, cuja bancada reduziu de 16 para 8 deputados. Esta foi a maior derrota eleitoral da história do partido, que havia crescido de forma contínua em todas as eleições anteriormente disputadas. Louçã (2015) explicou que o BE cresceu muito em 2009, devido a circunstâncias especiais, como “uma maioria absoluta do Partido Socialista, uma grande oposição interna, um grande descontentamento social”.

Depois de muita gente (principalmente a mídia) ter declarado não acreditar em uma recuperação do BE, eis que em 2015, a base parlamentar bloquista na Assembleia da República voltou a crescer, saltando de 8 para 19 deputados. A descrença na recuperação do BE não atingiu somente representantes de partidos opositores e a mídia, mas também lideranças como Madeira (2015), que acreditava que os parlamentares do partido iriam se reduzir ainda mais naquelas eleições.

Em 2015, o BE superou o PCP e o CDS/PP, transformando-se no terceiro maior partido português, com 19 deputados, mas ainda bem distante dos dois maiores partidos, o PS e o PPD/PSD, com, respecti-

vamente, 86 e 89 deputados. Com base nestas informações, poderíamos distribuir os principais partidos portugueses em três grupos: o dos grandes partidos, com mais de 70 parlamentares (PS e PPD/PSD); o dos partidos de porte médio, entre 15 e 20 parlamentares (BE, PCP e CDS/PP); e o dos partidos pequenos, como o PEV, com menos de cinco parlamentares. O BE foi o único partido que mudou de categoria ao longo desses anos: de partido pequeno para partido de médio porte.

Quadro 5 – Crescimento do número de deputados por partido

Partido/ Coligação	Deputados 1999	Deputados 2015	Crescimento (%)
BE	2	19	850%
PCP	15	15	0
PEV	2	2	0
PS	115	86	-25%
PPD/PSD	81	89	9%
CDS/PP	15	18	20%

Fonte: Elaboração própria, conforme as informações do CNE.

Observa-se, no quadro 7, que dentre todos os partidos que elegeram parlamentares para a Assembleia da República, o BE foi o que mais cresceu, alcançando um índice muito acima dos demais. O CDS/PP foi o segundo que mais cresceu, seguido pelo PPD/PSD. O PCP e o PEV não alcançaram crescimento, mantendo ambos os mesmos números de parlamentares. Já o PS, com queda de 25%, foi o único partido que teve sua base parlamentar reduzida. Este dado demonstra que parte significativa do decréscimo da base parlamentar do PS ocorreu em função do crescimento da base parlamentar do BE.

Este longo período, caracterizado pela adoção de políticas neoliberais e austeritárias pelos governos do PPD/PSD e do PS, também

contribuiu para que o eleitorado confiasse no BE e o elevasse ao patamar de terceira maior força política. Por outro lado, o PCP manteve posições consideradas muito ortodoxas por parte do eleitorado, como o saudosismo ao regime do Leste Europeu, o que teria contribuído para a estagnação de sua base parlamentar. Segundo Jorge Mateus e Tiago Ramalho (2013) “desde cedo” as afinidades ideológicas entre PCP e PS eram grandes. Mais tarde, com a aplicação das políticas neoliberais pelos governos do PS, o PCP teria se afastado. A partir de 1999, o BE se tornaria uma alternativa para parte do PCP, “mais preocupada com as questões pósmaterialistas”.

O ano de 2015 foi muito positivo eleitoralmente para o BE. Desde então, o partido, juntamente com o PCP e o PEV, tem participado da base de apoio do governo do PS, representado pelo Primeiro Ministro António Costa, na Assembleia da República. Apesar de evitar coligações com o PS, o BE entende que é preferível se aliar aos “socialistas” no parlamento para evitar os retrocessos que poderiam acontecer sem o seu apoio, já que nesse caso a direita (representada pelo PPD/PSD) teria a maioria para fazer aprovar as leis de seu interesse. Já o PCP continua sendo o partido ideologicamente mais próximo do BE, apesar das grandes diferenças em termos de organização e cultura política. “É verdade que no Parlamento, em 95% dos casos, PCP e Bloco votam na mesma direção, salvo quando se trata de política externa (Angola, China), das corridas de touros [...] ou de leis sobre a exigência democrática em relação ao sistema político...”, explicou a ex-eurodeputada Alda Sousa (2015).

Os parlamentares do BE têm a função de defender na Assembleia da República as propostas aprovadas nas resoluções das Convenções Nacionais, que são as instâncias máximas de deliberação e elaboração das políticas que nortearão as ações do partido. A bancada parlamentar do BE também busca elaborar e aprovar leis que contemplem as propostas contidas no *Manifesto Eleitoral*, que é o programa do partido para as eleições legislativas. O primeiro projeto de lei apresentado pelo

BE “foi àquele que classifica como crime a violência contra as mulheres – e este projeto se tornou uma lei da República aprovada pelo parlamento”, lembrou Sousa (2015).

O *Programa do BE para as Eleições Legislativas de 2015* criticou o governo Passos Coelho (PPD/PSD) e o responsabilizou pela queda do PIB português em 5%, a saída de centenas de milhares de jovens de Portugal, a pobreza de um quarto da população e o desemprego, que atinge seiscentas mil pessoas. Todos estes problemas teriam se acentuado em 2010, quando um programa de austeridade foi assinado com a troika pelo PS, PPD/PSD e CDS/PP. Segundo o *Programa*, a austeridade não é apenas uma “catástrofe econômica e social portuguesa”, mas “é também o nome da estratégia de acumulação e concentração de riqueza em toda a Europa e a própria forma da integração europeia dos países da periferia da União”.

Já o *Manifesto* apontou que a adoção da moeda única “criou uma autoridade sobre a política monetária e cambial que retira dos Estados os instrumentos mais importantes de sua ação econômica”. Diante das amarras do sistema financeiro, a única alternativa para “o controle público dos bancos e das indústrias” e para a adoção de um “programa de pleno emprego”, seria a “desobediência, em nome da soberania”. Entre as propostas do BE em relação aos compromissos firmados pelo Estado português com a troika, constam: 1) realização de uma Conferência Europeia para a reestruturação das dívidas e para o fim do Tratado Orçamental; 2) convocação de um referendo sobre o Tratado Orçamental; 3) luta contra o Tratado Transatlântico (TTIP) (*Manifesto Eleitoral*, 2015, p. 3-4).

Diante da necessidade de promover “uma nova redistribuição da riqueza”, o Programa Parlamentar do BE (2015, p. 6) propôs: 1) Reestruturação da dívida – incluindo a “devolução dos lucros obtidos pelo Banco Central Europeu com títulos da dívida portuguesa” e a “auditoria da dívida”. 2) Revolução fiscal – incluindo “impostos sobre grandes fortunas”, “aumento de taxas para bens de luxo” e “taxa sobre transa-

ções bolsistas e dividendos aos acionistas". 3) Devolução dos benefícios confiscados durante a austeridade – incluindo a devolução dos salários cortados dos servidores públicos e o acesso ao seguro desemprego a todos os desempregados.

O BE propôs a ampliação da democracia na sociedade portuguesa, através de vários mecanismos, entre os quais: a redução do número de assinaturas para uma "iniciativa legislativa popular"; a limitação do teto máximo de financiamento para campanhas eleitorais; a possibilidade de participação de cidadãos em listas para as eleições legislativas; a instituição da "revogação de mandato do executivo por vontade popular em caso de clara violação dos compromissos eleitorais ou de perda de legitimidade democrática"; a extensão do direito ao voto aos estrangeiros que vivem há mais de três anos no país e aos "cidadãos a partir dos 16 anos de idade" (Programa do BE para as Eleições Legislativas, 2015, p. 40-41).

Outras políticas propostas pelo *Programa Parlamentar* do BE (2015, p. 7-64) foram: taxação de 0,5% sobre os ativos não produtivos dos bancos e empresas, visando combater a crescente financeirização da economia e ampliar a arrecadação do Estado para incentivar o investimento produtivo; "aumento do salário mínimo nacional para 600 euros"; "redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais nos setores público e privado"; luta contra o sucateamento e a privatização dos serviços públicos; luta contra a cobrança de propinas para financiar o ensino superior; aumento do investimento em saúde a 8,5 % do PIB (atualmente a média é de 5,9%), devolução "para domínio público a gestão dos hospitais em PPP"; garantia de direitos aos homossexuais, mulheres, idosos, estrangeiros, deficientes, pessoas de outras etnias; saída de Portugal da OTAN, "pela extinção deste e de todos os blocos militares"; contra a constituição de uma força armada europeia; passes gratuitos do transporte público aos "trabalhadores desempregados, estudantes e pessoas acima de 65 anos"; devolução "à esfera pública as empresas privatizadas, concessionadas e subconcessionadas".

As eleições presidenciais e a crise do BE em 2011

As eleições presidenciais acontecem a cada cinco anos em Portugal por sufrágio direto e universal. São permitidos somente dois mandatos consecutivos e é exigido que o (a) candidato (a) obtenha mais de cinquenta por cento dos votos para se eleger, podendo haver segundo turno (ou segunda volta, como se diz em Portugal), se for preciso. Pelo fato de Portugal ser um país semipresidencialista, o cargo de Presidente da República no país difere em relação ao mesmo cargo no Brasil (Amaral, 2014, p. 121).

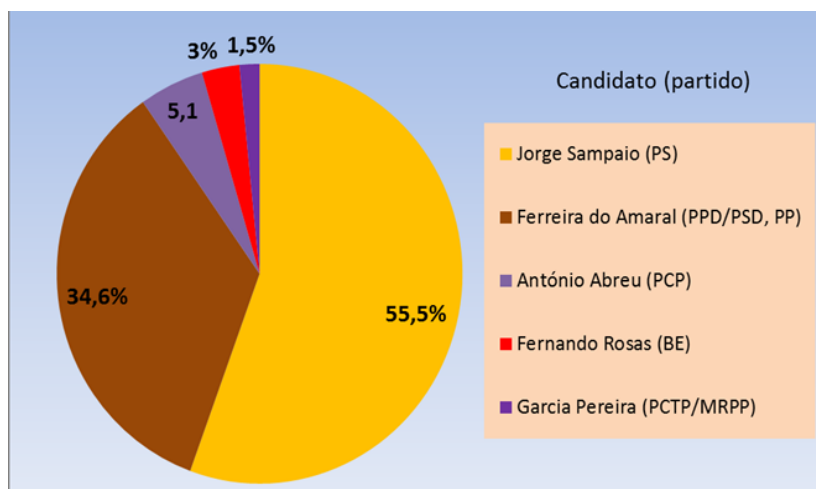
O semipresidencialismo possui características do presidencialismo e também do parlamentarismo. Nesse sistema, o presidente é eleito por sufrágio universal, tal como no presidencialismo. Por outro lado, no semipresidencialismo, da mesma forma que no parlamentarismo, existe a distinção entre chefe de Estado (presidente) e chefe de governo (primeiro-ministro). Segundo Diogo Amaral, o semipresidencialismo que vigora em Portugal é o do “tipo austríaco”, no qual o presidente da república não dirige o governo, mas conta com poderes especiais, tais como: direito de “enviar mensagens ao parlamento” e pronunciar-se nacionalmente sobre questões de interesse nacional; “direito de veto sobre diplomas legais emanados do Parlamento ou do Governo”; direito de dissolver o parlamento e convocar eleições gerais antecipadas. Este último não existe no presidencialismo nem no parlamentarismo, é um poder presidencial conferido exclusivamente no semipresidencialismo. Em Portugal, o presidente eleito indica o primeiro ministro (geralmente é escolhido o líder do partido que obtém a maior votação na Assembleia da República) e este, por sua vez, escolhe os ministros (Amaral, 2014, p.189-191). Vejamos a explicação de Cardina sobre a função de um presidente no semipresidencialismo:

[...] uma eleição presidencial aqui em Portugal é uma questão muito específica. O presidente é uma figura importante, que tem uma função na estrutura orgânica do Estado, mas é uma figura simbólica, não tem poder legislativo. Tem

poder de veto, pode dissolver a Assembleia, tem um poder que é, sobretudo, performativo. Intervém no debate político, faz discursos que apontam determinados sentidos, se suportam o governo ou não. Isso pode fazer cair um governo em última análise, como foi o caso de Jorge Sampaio quando fez cair o governo de Santana Lopes. Dissolve a Assembleia (Cardina, 2015).

O BE participou de quatro eleições presidenciais (2001, 2006, 2011 e 2016), sendo que em três delas lançou candidato próprio.

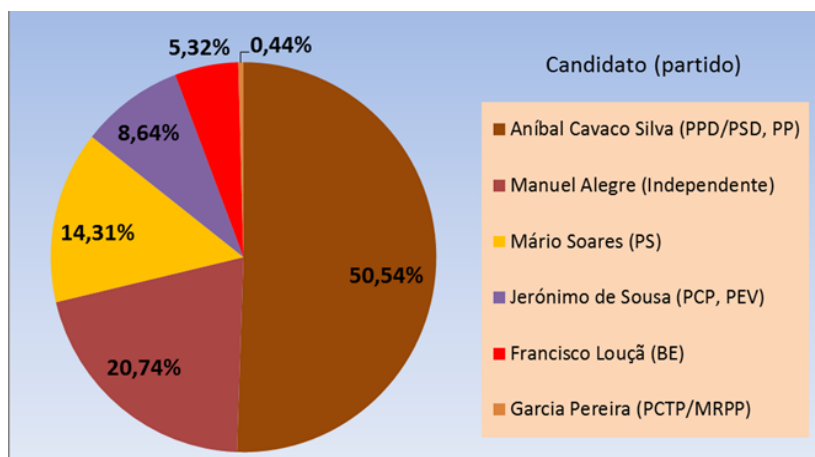
Figura 22 – Eleições Presidenciais Portuguesas de 2001 (% votos)



Fonte: Elaboração própria, conforme as informações do CNE.

Nas eleições presidenciais de 2001, o partido lançou o candidato Fernando Rosas, que obteve apenas 3% dos votos do eleitorado, sendo o quarto mais votado, atrás de Jorge Sampaio (PS, 55,5%), Ferreira do Amaral (PPD/PSD, PP, 34,6%) e António Abreu (PCP, 5,1%). Jorge Sampaio, que ultrapassou 50% dos votos, obteve o seu segundo mandato, sem necessidade de concorrer a um segundo turno. Sampaio já havia governado Portugal entre 1996 e 2001.

Figura 23 – Eleições Presidenciais Portuguesas de 2006 (% votos)



Fonte: Elaboração própria, conforme as informações do CNE.

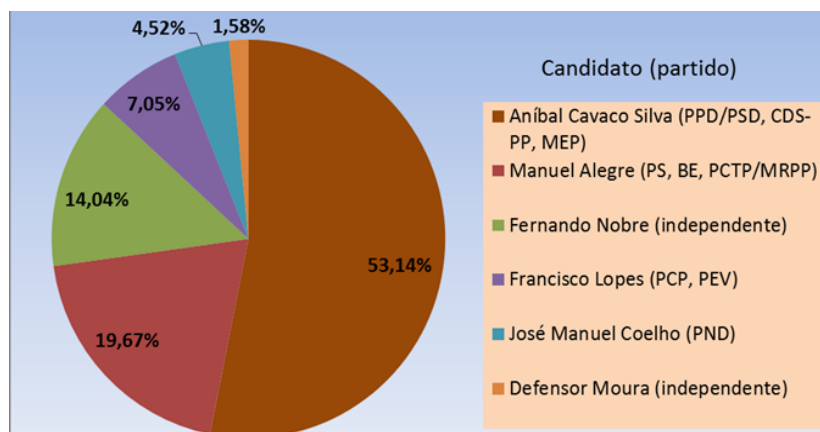
Em 2006 (ver gráfico 30), o candidato bloquista Francisco Louça obteve 5% dos votos, ficando na quinta colocação, atrás de Aníbal Cavaco Silva (PPD/PSD e PP, 50,54%), Manuel Alegre (candidato independente, 20,74%), Mário Soares (PS, 14,31%) e Jerónimo de Souza (PCP e PEV, 8,64%). O PS saiu derrotado nestas eleições, não conseguindo eleger Mário Soares como sucessor de Jorge Sampaio. O partido terminou na terceira colocação, com menos de quinze por cento dos votos. Por outro lado, a direita, representada por Cavaco Silva, venceu as eleições ainda no primeiro turno. Vale destacar que o segundo colocado foi o candidato independente³³ Manuel Alegre. Nota-

³³ O sistema eleitoral português permite candidaturas independentes não somente para a Presidência da República, mas também para o parlamento, as autarquias e as juntas de freguesias. Segundo a legislação, os cidadãos portugueses maiores de 35 anos podem concorrer às eleições presidenciais mediante recolhimento de um determinado número de assinaturas e aprovação no Tribunal Constitucional. "As candidaturas independentes eram aceites desde a Constituição de 1976, tanto para o parlamento, como para as autarquias, mas apenas integradas em listas de partidos. E os grupos de cidadãos eleitores também podiam concorrer às juntas de freguesia desde 1976. No entanto, as eleições autárquicas de 2001 foram as primeiras a aceitar can-

-se que o resultado ruim alcançado pelo ex-presidente Mário Soares se deve, principalmente, à divisão do eleitorado do PS. A candidatura de Alegre, que é ex-dirigente e militante histórico do PS, contou com o apoio de diversos setores à esquerda.

Após lançar candidatos próprios por duas vezes consecutivas e não obter bons resultados (3% em 2001 e 5% em 2006), o BE decidiu mudar a sua estratégia e apoiar a candidatura de Manuel Alegre para as eleições presidenciais de 2011.

Figura 24 – Eleições Presidenciais Portuguesas de 2011 (% votos)



Fonte: Elaboração própria, conforme as informações do CNE.

Alegre ficou na segunda colocação, obtendo 19,67% dos votos, atrás do candidato direitista Aníbal Cavaco Silva (PPD/PSD, PP, MEP³⁴), que venceu as eleições novamente no primeiro turno, conseguindo se reeleger com 53,14% dos votos. Desta vez, Alegre se can-

didaturas para as câmaras municipais de cidadãos independentes em nome individual ou integrados em grupos sem qualquer vínculo a partidos políticos pré-estabelecidos." (Almeida, 2015).

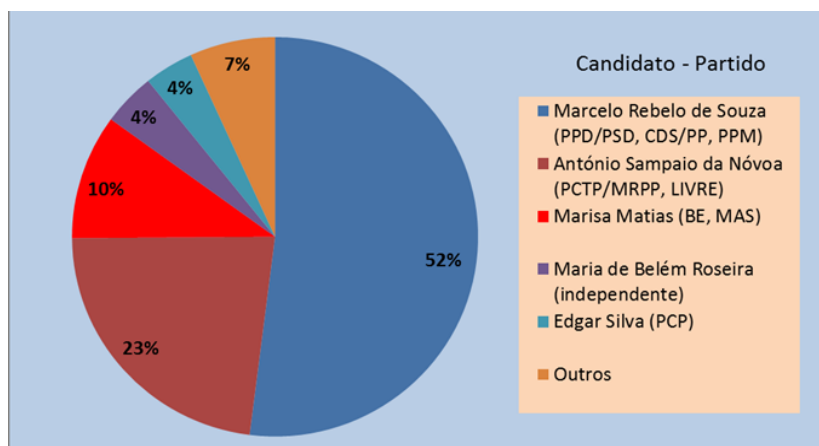
³⁴ O Movimento Esperança Portugal (MEP) é um partido de centro-direita, que tem se posicionado politicamente entre o PS e o PSD.

didatou pelo PS, diferentemente da eleição anterior quando havia concorrido como candidato independente.

Embora tivesse recebido apoio do PS, BE e PCTP/MRPP, Alegre fez uma votação inferior a 2006, quando havia conquistado 20,74% dos votos como candidato independente. A aliança em torno da candidatura de Alegre não agradou uma parte do eleitorado que antes havia votado no BE. Provavelmente esta tenha sido uma das explicações atribuídas à baixa votação do BE nas eleições legislativas de 2011. No entanto, em entrevista à rede de televisão TVI, o então coordenador do Bloco de Esquerda, Francisco Louça, não mencionou a aliança com Alegre como uma justificativa para a derrota eleitoral (Micael, 2014).

Em 2016, o BE mudou novamente a sua estratégia e lançou candidatura própria para as eleições presidenciais portuguesas.

Figura 25 – Eleições Presidenciais Portuguesas de 2016 (% votos)



Fonte: Elaboração própria, conforme as informações do CNE.

O candidato direitista Marcelo Souza (PPD/PSD, CDS/PP, PPM) venceu as eleições ainda no primeiro turno, com 52% dos votos. Em

segundo lugar ficou António Nóvoa (PCTP/MRPP, LIVRE), que contou com amplo apoio informal do PS, obtendo 23% dos votos. Marisa Matias (BE), em coligação com o MAS, foi a terceira mais votada, obtendo pouco mais de 10% dos votos. Este foi o melhor resultado eleitoral do BE lançando candidato próprio para as eleições presidenciais.

O apoio do BE a candidatura de Manuel Alegre, em 2011, é compreendido de diferentes formas no Bloco de Esquerda. Muito além de uma simples aliança de campanha eleitoral, a aliança com o candidato resultou noutros fatores que teriam produzido uma péssima impressão na opinião pública e proporcionado uma grande crise interna no partido. Enquanto alguns dirigentes consideraram que o apoio à Alegre foi uma decisão acertada, embora os resultados não tivessem sido os melhores, outros acreditaram que o apoio a Alegre foi um erro e que teria sido melhor o partido ter lançado candidatura própria.

Cardina (2015) explicou que Alegre era um quadro à esquerda que “praticamente tinha feito uma pré-cisão” e estava “muito descontente com a linha social-liberal do PS”. A explicação para o apoio do BE é a de que ele “representava a velha social-democracia”. Para o dirigente bloquista, o apoio não significou uma aliança com o PS, “porque era uma eleição presidencial e estamos a falar de um candidato muito específico”, justificou. No entanto, depois de negociar o apoio do BE, Alegre acabou optando por se candidatar pelo PS, fato que teria surpreendido a militância bloquista. Vejamos um trecho da entrevista com Cardina:

[...] Manuel Alegre tinha um histórico de conflito com o PS. Votou contra o código do Trabalho que o PS aplicou. Um código do Trabalho de desregulamentação. Previamente a isso (não foi um apoio assim do nada), há uma série de atividades, há encontros públicos que o Bloco faz com as áreas de Manuel Alegre, alguns do PS outros não. Depois, com o apoio do PS a candidatura de Manuel Alegre, as coisas ficam um pouco diferentes. O Bloco é o primeiro a apoiar Manuel Alegre, que, aliás, tinha concorrido anos antes, conquistando apoios grandes à esquerda. Portanto, [a candidatura] foi vista como a possibilidade de o Bloco conseguir também

fraturar o campo da social-democracia. Foi nessa lógica também, de crescimento à esquerda, que o Bloco fez essa aposta (Cardina, 2015).

Pureza, Costa e Louçã avaliam o apoio à candidatura de Alegre como positiva, ainda que reconheçam os problemas que teriam surgido depois. Para Pureza (2015), a candidatura demonstrou o quanto o PS é heterogêneo: partido no qual convivem “adeptos da social-democracia rendida aos ditames, digamos assim, da direita mais conservadora, do neoliberalismo”, com “militantes da causa socialista e, portanto, da transformação radical do sistema econômico”. Pureza relatou que no momento em que o BE decidiu apoiar Alegre, o candidato representava a luta pela ampliação dos direitos sociais, do serviço público e da democracia. O saldo positivo da aliança foi o BE ter ganhado “credibilidade para estabelecer diálogos com gente na área do Partido Socialista”; por outro lado, se fosse lançada candidatura própria, o BE passaria uma mensagem de isolamento que seria pior do que a aliança com Alegre, explicou o professor da Universidade de Coimbra. Vejamos um trecho da entrevista com Pureza:

[...] nós estávamos no início de um processo de ofensiva conduzido pela troika em Portugal, onde o esmagamento dos direitos sociais e dos serviços públicos era o essencial. Portanto, acho que estivemos no lugar certo da resistência. [...] Só que, às vezes, as decisões, que em abstrato são certas, na prática elas são menos acertadas, porque os resultados não foram bons (Pureza, 2015).

Embora reconheça que “a evolução de Manuel Alegre foi a pior possível” (quando assumiu compromissos com as políticas do PS e apoiou as medidas de austeridade do governo Sócrates), Costa (2015) argumentou que seria “um sectarismo total” se o BE não apoiasse Alegre naquele contexto. Segundo ele, o BE não errou porque não era possível prever os problemas que viriam depois. Louçã disse que o BE “teria dois ou três por cento” dos votos nas eleições presidenciais se tivesse lançado candidato próprio. Este fator isolado,

obviamente, não pode servir de justificativa para o apoio a Alegre, pois seria sobrepor interesses eleitoreiros a questões ideológicas e de princípios. Mas a estratégia bloquista consistia na conciliação de programas ideológicos comuns com estratégias que permitissem maiores condições de obter sucesso eleitoral.

Por outro lado, Fazenda, Carujo, Leiria e Madeira consideraram que o apoio a Alegre foi um erro e que o BE deveria ter lançado candidato próprio, a exemplo de 2006, quando lançou Francisco Louçã, e 2001, quando lançou Fernando Rosas. Fazenda (2015) considerou que o apoio a Alegre foi o maior erro do BE. Para ele, a “força antissistêmica” do partido foi mal avaliada, de modo que eleitores da esquerda radical não aceitaram o apoio a “uma figura do regime, mesmo que de esquerda”, que acabou por conciliar-se com o governo Sócrates, “que, na altura, era o mais odiado de Portugal”. Fazenda relatou que uma parte do eleitorado do PS teria votado no BE por estar descontente com o governo Sócrates, mas que dois anos depois continuaria votando no PS para evitar a vitória da direita. Portanto, o BE perdeu voto radical, em função do apoio a Alegre, e voto moderado, dos que acabaram se aproximando do PS.

Ao contrário de muitos militantes do BE, Carujo (2015) não considerou “natural” o apoio a Alegre, por acreditar que o candidato havia mudado na segunda vez em que se candidatou. Segundo a liderança bloquista, Alegre já não era mais o “candidato independente” de 2006, cuja imagem era associada à “do valente político que vai contra o partido por questão de justiça”. Em 2011, Ele havia conquistado o apoio do PS, em função de seu discurso de apoio ao governo, e antes disso, enquanto deputado, teria votado “um orçamento de austeridade” e “tinha um discurso ambíguo”: “quando se falava em austeridade ele respondia sempre com questões externas”, relatou o dirigente da Plataforma Anticapitalista.

Por sua vez, Madeira (2015) considerou que a maioria do BE iludiu-se em acreditar que Alegre representaria uma ruptura com Sócrates, “não se pode estar no parlamento, ter uma política ofensiva anti-medi-

das neoliberais do Sócrates e, depois, ter uma campanha eleitoral com um candidato que vai avançar com o Sócrates no final da campanha”, afirmou. Segundo o dirigente bloquista:

[...] o Bloco, ao contrário do que deveria ter feito, não teve uma campanha própria, teve uma campanha toda virada para o Alegre. E quando o Alegre, no final, “abre a porta” para a entrada do Sócrates, isso é fatal para o Bloco, porque deixou a dever margem de demarcação. Eu acho que é bastante redutor explicar a questão da queda eleitoral, que é uma queda extraordinária (50% dos deputados), somente à candidatura de Manuel Alegre (Madeira, 2015).

O segundo problema que teria contribuído para a imagem negativa e para a derrota eleitoral do BE foi a moção de censura contra o governo Sócrates, apresentada na Assembleia da República, em 10 de março de 2011, um dia após a tomada de posse de Cavaco Silva. Em Portugal, a moção de censura pode ser apresentada por iniciativa de um quarto dos deputados ou por qualquer grupo parlamentar, e é utilizada para derrubar um governo que não cumpre corretamente o seu programa ou por outras questões de interesse nacional (semelhante a um processo de impeachment em um sistema presidencialista, como o do Brasil). Se a moção de censura, encaminhada pelo BE, na Assembleia da República, tivesse sido aprovada pela maioria absoluta dos deputados, o governo Sócrates teria sido demitido e novas eleições seriam realizadas em seguida. Com a moção de censura apresentada pelo BE, a decisão sobre a queda do governo Sócrates ficou com o maior partido da direita portuguesa, o PSD (Diário de Notícias, 2015). Tal iniciativa pareceu contraditória para uma parte do eleitorado, já que o BE poderia ter derrubado o governo do PS (considerado de centro-esquerda) com o apoio da direita.

Carujo (2015) explicou que o BE teve dificuldades para explicar à sociedade as razões para a moção de censura. As pessoas questionavam: “você quer que o governo caia ou não quer que o governo caia? Se o governo cai vem a direita”. Madeira (2015) também

criticou a moção de censura que seria “um erro de natureza tática”, pois “favorece a direita no poder”.

Por outro lado, Francisco Louçã, em entrevista para o portal esquerda.net, considerou que apresentação da moção de censura procurou “responder ao facto de que o contrato social de solidariedade está a ser rasgado, destruindo a vida às pessoas”. Eis as suas explicações:

As razões têm todas a ver com a realidade da vida das pessoas que estão a ser vítimas da política do governo. A primeira é a defesa dos desempregados de longa duração, que já nem têm qualquer subsídio de desemprego nem conseguem trabalho. A segunda é que metade dos trabalhadores vivem em situação totalmente precária, em falsos recibos verdes, num offshore laboral; a moção é para defender esses trabalhadores. A terceira razão é deter, impedir, parar, as medidas do governo, como os despedimentos [...] é em nome destas pessoas que apresentamos a moção de censura (Louçã, em entrevista para o portal esquerda.net, 2015).

Cardina (2015) acreditou que a crise do BE não aconteceu em função do apoio a Alegre, nem em decorrência da moção de censura contra o governo Sócrates, mas a partir da junção destes dois acontecimentos, que teria produzido uma confusão no eleitorado. A moção de censura contra o governo do PS, logo após o apoio a Alegre, que havia se candidatado por este partido, descontentou aqueles que consideravam que o Partido Socialista e a direita não eram exatamente iguais, isto é, aqueles que consideravam que apesar das políticas de austeridade, o PS ainda era preferível à direita. O BE não apoiou a direita, mas ao apresentar a moção de censura contra o governo do PS, correu o risco de um retorno da direita. Consequentemente, o eleitorado mais à esquerda decepcionou-se com o apoio à Alegre e o eleitorado mais moderado, que tinha a “expectativa de que o Bloco pudesse ser um interlocutor e que empurrasse o PS para a esquerda”, decepcionou-se com a moção de censura contra o governo do PS.

Associados a estes dois acontecimentos, um terceiro fator tam-

bém teria desagradado à opinião pública e agravado a crise no partido: a ausência do BE na reunião com a troika. Em 18 de abril de 2011 o BE foi convocado, juntamente com vários outros partidos, para uma reunião com a troika, que teria como pauta a “ajuda externa” a Portugal. Todavia, BE e PCP se negaram a participar da reunião. O BE classificou a reunião como inoportuna, alegando que a negociação com a troika compete ao governo e não aos partidos. Já o PCP considerou a reunião “uma inaceitável atitude de abdicação e submissão nacional” (Expresso, 2011). Carujo lembrou que o acordo com a troika foi feito pouco antes das eleições:

A troika, quando entra em Portugal, vai reunir com cada um dos partidos, bem antes das eleições. Ou seja, o acordo com a troika é feito antes das eleições, o que é praticamente uma farsa. O Bloco disse: isso é uma farsa, não vai haver negociação nenhuma, eles vieram nos impor um programa de austeridade vindo de fora, não vamos participar desta reunião. O Partido Comunista faz exatamente a mesma coisa, mas essa decisão é massacrada nos meios de comunicação social (Carujo, 2015).

A posição do BE de não participar da reunião com a troika, também foi compreendida de diferentes formas pelos dirigentes do partido. Para Madeira (2015), “numa situação em que o movimento de massas está em refluxo, em que a maioria da população vive iludida com os partidos do centro, a melhor tática em relação à troika, provavelmente, teria que ser outra”. Segundo o dirigente, a atitude mais correta seria participar da reunião, mas esclarecer a opinião pública que o BE não concordaria com aquelas condições apresentadas. Ao simplesmente se negar a participar da reunião, a posição do partido teria sido percebida por algumas pessoas como sectária.

Pureza (2015), por outro lado, discordou de Madeira. Para ele, a eventual participação na reunião seria um “gesto superficial, puramente formal, que não teria nenhum conteúdo político útil”, pois a troika teria demonstrado ser inflexível para negociar. “A troika sempre se

comportou em Portugal como uma instituição de natureza colonial” e participar da reunião seria contribuir para legitimar este poder. Eis um trecho de sua entrevista:

[...] a Troika mostrou-se totalmente impenetrável para negociar o que quer que fosse. Impôs de forma permanente tudo aquilo que queria, não cedeu um milímetro. O Partido Socialista dialogou com a Troika, isso alterou alguma coisa? A própria direção da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) dialogou sempre com a Troika, isso alterou alguma coisa? Portanto, essa expectativa de que o Bloco, falando com a Troika, iria contribuir para que a organização mudasse, eu acho que é uma ilusão... (Pureza, 2015).

Além destes três acontecimentos elencados, o quarto aspecto associado à crise do BE é a avaliação da sociedade portuguesa sobre a questão da dívida. Segundo Carujo (2015), a troika fazia um discurso pressionando o governo a um acordo e os meios de comunicação difundiam que Portugal não tinha dinheiro, devido à crise pela qual o país passava. As notícias da crise teriam assustado a população portuguesa, fazendo com que o BE iniciasse uma campanha pela renegociação da dívida. Por outro lado, a direita dizia que o BE (e outros partidos à esquerda) propunha um calote e que o governo deveria honrar os seus compromissos. O senso comum acabou cedendo ao discurso da direita que dizia que “quem deve tem que pagar”, sem questionar porque deve, como se chegou à dívida, como e porque tem que pagar. Além disso, o não pagamento acarretaria no confronto com troika, o que amedrontava algumas pessoas. Vejamos o relato de Carujo:

Há um quarto ponto que é o da austeridade, que é a própria troika, que é o discurso da renegociação da dívida, ou seja, diziam que não havia dinheiro, que não conseguiríamos passar o próximo mês – isso de acordo com a troika. Obviamente que isso cai como uma bomba para as pessoas. Os funcionários públicos ficam assustadíssimos. O Bloco responde a isso com a ideia de renegociação da dívida. Faz uma campanha centrada na ideia de renegociação da dívida. E a direita [contrapõe com] a ideia de que isso é um roubo, é um

calote... [...] O que é muito simplista, mas funciona na cabeça das pessoas, e funcionou. Nós somos pessoas honradas, dizia a direita, e vocês são caloteiros que não querem pagar. E isso funcionou (Carujo, 2015).

Leiria (2015) avaliou que a esquerda não conseguiu “contrapor de uma forma credível um discurso alternativo ao discurso hegemônico” europeu e português. Diziam que se o governo deve, ele tem que pagar a dívida, da mesma forma que se cidadão deve, ele também tem que pagar. Esta visão reducionista foi aceita pela maioria das pessoas e influenciou negativamente nas eleições de 2011. O discurso da direita era o de que o BE e o PCP defendiam a ruptura com a troika, a saída da UE e o caos, relatou Costa (2015).

Apesar das grandes manifestações que chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas contra a troika, não foi possível derrotar o governo, explicou Leiria (2015). A derrota da esquerda portuguesa (representada principalmente pelo BE e PCP) frente aos objetivos da direita (representada pela troika, o governo e partidos de direita) resultou de um longo processo de disputa de hegemonia, que envolveu diferentes discursos com o mesmo propósito: ganhar o apoio popular e convencer as massas a apoiarem determinado projeto político. Portanto, o BE perdeu naquele momento a disputa de hegemonia, por não ter conseguido influenciar a maioria da sociedade portuguesa a lutar contra a austeridade e contra a dependência de Portugal em relação à troika. Por outro lado, o governo, que estava passando por uma forte crise, e que “esteve à beira de cair”, conseguiu se reerguer a partir da intervenção da troika e do papel desempenhado pela mídia.

Verificamos que a crise que se instaurou no BE também repercutiu internamente. Em 2011, a corrente Ruptura-FER deixou o partido. No mesmo ano, o eurodeputado independente Rui Tavares se retirou do BE para integrar o partido de centro “Os Verdes”. Em 2014, a ex-deputada Ana Drago também rompeu com o BE, levando consigo a maioria da associação Fórum Manifesto (antiga PXXI). Não foi por

mera coincidência que saíram, justamente, os grupos situados mais à esquerda (Ruptura-FER) e mais à direita (Fórum Manifesto). A trajetória de sucessivos “erros estratégicos” que o BE teria cometido, serviu para repelir o grupo mais “social-democrata”, que se aproximou do PS, e o grupo “mais sectário, de extrema esquerda”, que se transformou num novo partido com pouquíssima representação. Todos estes acontecimentos que caracterizaram a crise do BE em 2011, também serviram para que fossem definidos novos rumos ao partido, que, progressivamente, foi adquirindo maior coesão interna e maior unidade programática e ideológica.

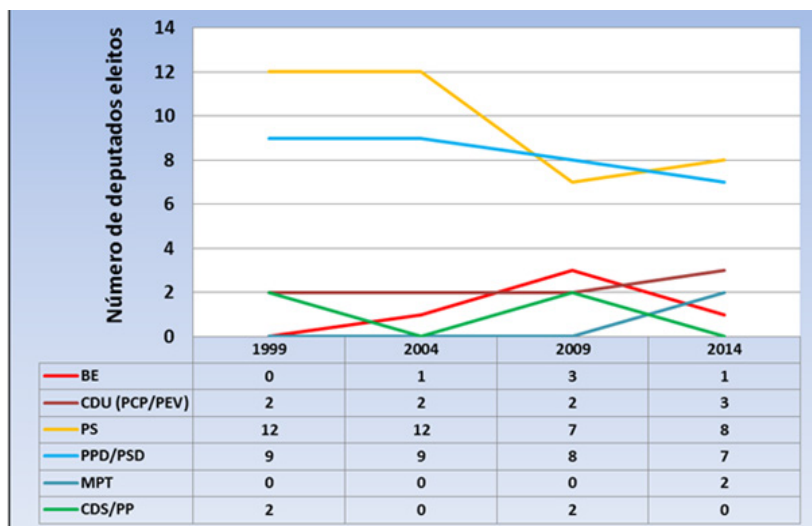
A participação do BE no Parlamento Europeu

As eleições para o Parlamento Europeu ocorrem a cada cinco anos e os eurodeputados são eleitos por sufrágio universal em todos os 28 países-membros da União Europeia. A primeira eleição para o Parlamento Europeu aconteceu em 1979, na qual participaram apenas nove Estados. A última eleição aconteceu em 2014, na qual participaram cerca de meio bilhão de pessoas, representando 28 Estados nacionais e elegendo 751 representantes. Cada país elege determinado número de eurodeputados, conforme a sua população. Em 2014, os seis países mais populosos da União Europeia elegeram mais representantes para o Parlamento Europeu que todos os outros 22 integrantes somados. A Alemanha elegeu 96 representantes, seguida por França (74), Reino Unido (73), Itália (73), Espanha (54) e Polónia (51). Os países menos populosos (Luxemburgo, Chipre, Estónia e Malta) elegeram apenas seis representantes cada. Portugal elegeu 21 (www.europarl.europa.eu, 2015).

O gráfico da Figura 26 acima mostra os partidos políticos portugueses que elegeram eurodeputados nas eleições de 1999, 2004, 2009 e 2014. Em 1999, nenhum eurodeputado foi eleito pelo BE. Em 2004, foi eleito Miguel Portas. Nas eleições de 2009, foram eleitos três representantes bloquistas para o Parlamento Europeu: Miguel

Portas, Marisa Matias e Rui Tavares. Nas eleições de 2014, houve redução dos parlamentares bloquistas, de três para apenas uma representante, a eurodeputada Marisa Matias. Naquele ano, o BE ainda refletia a crise de 2011.

Figura 26 – Eurodeputados eleitos por partido para o Parlamento Europeu (1999-2014)



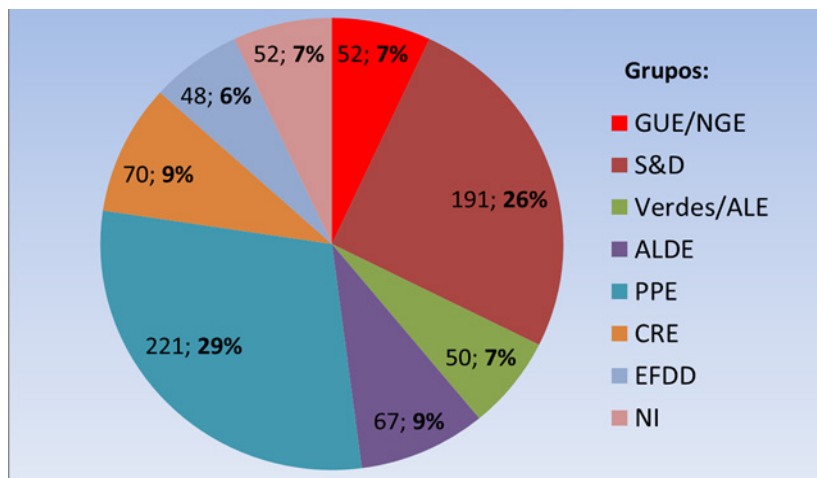
Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas informações do Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu.

Observa-se um declínio entre os dois maiores partidos portugueses. Em 1999, o PS e o PPD/PSD tinham, respectivamente, 12 e 9 eurodeputados. Em 2014, estes partidos passaram a ter, respectivamente, 8 e 7 eurodeputados. O PCP (em coligação com o PEV) conseguiu eleger três eurodeputados em 2014, um a mais que em 1999, 2004 e 2009. Embora o BE e o PCP concorram entre si nas eleições portuguesas europeias, estes dois partidos participam do mesmo grupo político no Parlamento Europeu, o Grupo Confederal da

Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Nórdica Verde (GUE-NGL).

Os eurodeputados organizam-se no Parlamento Europeu através dos grupos políticos e dos partidos europeus. Os grupos políticos são formados de acordo com as afinidades políticas dos eurodeputados, que, por sua vez, estão subordinados aos partidos nacionais. Os grupos políticos reúnem-se periodicamente para debater propostas políticas, votar resoluções e elaborar relatórios sobre variados temas. São necessários 25 deputados representando pelo menos sete países para que um grupo político seja oficializado. O Parlamento Europeu conta atualmente com sete grupos políticos oficializados, com posições políticas que vão da extrema esquerda à extrema direita.

Figura 27 – Composição dos grupos do Parlamento Europeu – 2014 (n° de eurodeputados; %)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas informações do Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu.

A maior força política do Parlamento Europeu é o Grupo do Partido Popular Europeu (PPE). Em Portugal, o PSD e o CDS-PP fazem parte deste grupo. De viés conservador e defensor das políticas neoliberais, o

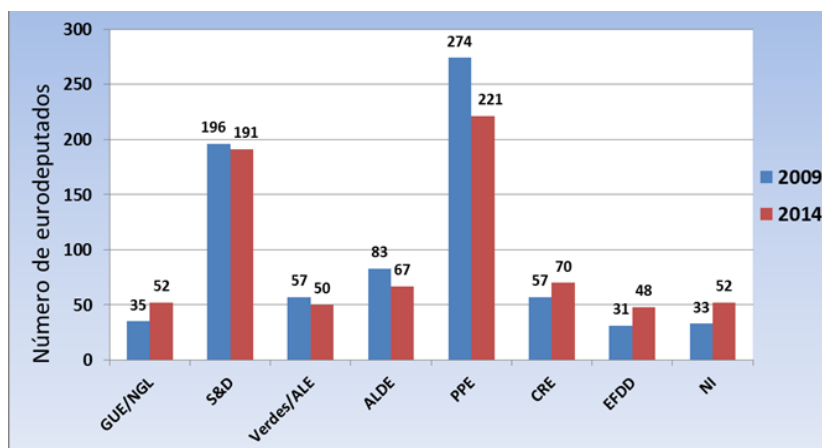
PPE é integrado por partidos democrata-cristãos europeus e possui 221 eurodeputados, representando 29% do total. O segundo grupo político mais representativo é o Grupo Aliança Política dos Socialistas e Democratas (S&D), representado por 191 eurodeputados (26% do total). Considerado de centro-esquerda, o S&D é formado pela social-democracia europeia, constituída por partidos social-democratas, trabalhistas e socialistas (incluindo o PS português). Estes dois grupos somados representam mais da metade dos eurodeputados do Parlamento Europeu (www.europarl.europa.eu, 2015).

A terceira maior representação é a do Grupo Conservadores e Reformistas Europeus (CRE). Este grupo integra os chamados “eurocéticos”, que demonstram desconfiança em relação ao aprofundamento da integração europeia em detrimento da soberania dos Estados nacionais. O grupo conta com 70 eurodeputados (9% do total) e possui maior representação entre os parlamentares britânicos e poloneses. O quarto maior é o Grupo Aliança dos Democratas e Liberais para a Europa (ALDE). Este grupo adota posições centristas e liberais e é constituído por 67 eurodeputados (9% do total) (www.europarl.europa.eu, 2015).

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Nórdica Verde (GUE-NGL) constitui atualmente a 5ª maior força política do Parlamento Europeu, com 52 eurodeputados, representando 7% do total. Em 6 de Janeiro de 1995, houve a fusão entre o Esquerda Nórdica Verde (NGL) e o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (GUE), resultando no GUE-NGL. Este grupo é constituído por 18 partidos de extrema-esquerda de 14 países da Europa, incluindo os partidos portugueses PCP e BE. O grupo defende o fim da OTAN e a construção de “outra União Europeia”, com instituições amplamente democráticas, que rompam com as políticas neoliberais e adote políticas de cooperação equitativa entre todos os países-membros. Além dos partidos nacionais, partidos e movimentos de dimensão continental também integram o GUE-NGL, como o Partido da Esquerda Europeia (PEE) e a Conferência da Esquerda Anticapitalista Europeia (CIAE) (www.europarl.europa.eu, 2015).

O Grupo dos Verdes – Aliança Livre Europeia (ALE) contém 50 representantes (7% do total) e é formado por eurodeputados de centro-esquerda e ecologistas. O menos representativo é o Grupo Europa da Liberdade e Democracia – EFDD, que contém 48 representantes, totalizando 6% do Parlamento Europeu. Este grupo também possui viés de direita e nacionalista. Por fim, há os “independentes”, que não constituem nenhum grupo e são chamados de eurodeputados “não inscritos” (NI). Existem atualmente 52 eurodeputados que não estão inscritos em nenhum grupo, sendo a maioria de direita e extrema-direita: “a Frente Nacional francesa, da líder Marine Le Pen, o Partido Nacional Britânico, de Nick Griffin, e o Jobbik húngaro, com três deputados que tentaram fazer uma parada nazista dentro do plenário, fazem parte da turma dos não-inscritos” (Moysés, 2015).

Figura 28 – Eleições para o Parlamento Europeu (2009-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas informações do Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu.

O gráfico apresenta o desempenho dos grupos do Parlamento Europeu. Entre 2009 e 2014, houve um crescimento significativo do GUE/NGL, cuja bancada aumentou de 35 para 52 eurodeputados. O

grupo dos social-democratas S&D teve uma ligeira queda, reduzindo em cinco parlamentares. O mais significativo foi o declínio da maior força política da direita, o grupo PPE, que teve sua bancada reduzida em 53 parlamentares. As forças mais próximas do centro, Verdes/ALE e ALDE, reduziram suas bancadas, enquanto os grupos nacionalistas de direita (eurocéticos), CRE e EFDD, tiveram suas bancadas aumentadas. Também houve aumento dos parlamentares não inscritos.

Os partidos políticos europeus recebem fundos da União Europeia e não estão necessariamente vinculados aos grupos do Parlamento Europeu. Cada partido europeu abrange diversos partidos de vários países da União Europeia e, às vezes, mais de um partido de um mesmo país.

O Partido de Esquerda Europeu (PEE, em inglês, *European Left* – EL) foi fundado em 09 de maio de 2004, agrupando diversos partidos comunistas e socialistas radicais do continente europeu, que defendem propostas em cujo cerne está a construção de uma sociedade alternativa ao modelo capitalista. O PEE é constituído por 26 partidos-membros e 7 partidos observadores, distribuídos por 20 países europeus (european-left.org, 2015). Vejamos alguns aspectos sobre a proposta ideológica do PEE:

Unimo-nos partidos democráticos da esquerda alternativa e progressista no continente europeu que se esforçam para a transformação consistente de relações sociais de hoje em uma sociedade pacífica e socialmente justa, com base na diversidade de nossas situações, nossas histórias e nossos valores comuns. [...] Trabalhamos juntos na tradição das lutas contra a exploração capitalista, a destruição ecológica, a opressão política e guerras criminosas, contra o fascismo e ditadura, em resistência à dominação patriarcal e discriminação contra os “outros” (european-left.org, 2015).

Os outros partidos europeus são: Partido Popular Europeu (PPE), principal partido de direita, formado por 74 partidos de 39 países; Partido Socialista Europeu (PSE), principal partido de centro-esquerda,

formado por 53 partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas; Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE), de centro-direita, formado por 55 partidos liberais da Europa; Partido Verde Europeu (EGP), de centro, formado por dezenas de partidos que reivindicam as bandeiras da ecologia e da preservação ambiental; Aliança dos Conservadores e Reformistas Europeus (AERC), de direita, reúne dezenas de partidos em 16 países europeus; Aliança Livre Europeia (EFA), abrange 40 partidos nacionalistas, regionalistas e autonomistas; Aliança dos Movimentos Nacionais Europeus (AEMN), se propõe a defender as características culturais dos Estados da UE; Movimento Político Cristão da Europa (ECPM), reúne partidos e organizações democratas-cristãs em dez países europeus; Aliança para uma Europa de Democracias (EUD), opõem-se a UE e defende o poder dos parlamentos nacionais; Movimento para a Europa das Liberdades e da Democracia (MELD), opõem-se à centralização e a burocratização da UE; Partido Democrático Europeu (PDE), defende uma UE integrada e descentralizada; Aliança Europeia para a Liberdade (EAF), opõe-se ao controle supranacional centralizado (www.europarl.europa.eu., 2015).

Embora o PEE pertença ao GUE/NGL, nem todos os membros do GUE/NGL pertencem ao PEE. Como exemplifica Carujo (2015), o PCP e o partido espanhol Podemos não pertencem ao PEE, mas pertencem ao GUE/NGL.

Além do PEE, o BE também participa de uma rede informal de partidos políticos europeus, a CIAE. Fundada em Lisboa, em março de 2000, esta rede opõe-se às políticas neoliberais e ao Tratado da Constituição Europeia (Anticapitalistas, 2015). Alguns partidos europeus, entre eles o BE, participam do PEE e da CIAE simultaneamente. Fazenda (2015) explicou que o grupo político GUE/NGL possui diferentes frações dentro de si, como o PEE (maioria), o NGL, e deputados “menos organizados [por não fazerem parte de nenhuma organização específica], mas formalmente unidos”, como os do PCP.

Fazenda (2015) também relatou que o PEE é a primeira organiza-

ção em que o BE participa no contexto europeu. Definido nos congressos que ocorrem a cada dois anos, o programa político do PEE é “muito centrado na derrota da OTAN” e na luta contra a austeridade, procurando “abrir caminhos para a política socialista”. Cardina (2015) disse que “muito da articulação que é feita em relação à negociação da dívida é feita também em âmbito europeu, através do GUE e através do Partido da Esquerda Europeia”. Já Madeira (2015) afirmou que o PEE é “muito heterogêneo”, formado por partidos “que têm uma ideologia mais difusa”, mas que também possuem “proximidade, afinidade e propostas comuns”. O dirigente bloquista citou duas iniciativas organizadas pelo PEE: “a *Conferência Internacional pela Renegociação das Dívidas dos Países Periféricos da Europa* e o lançamento de uma grande aliança internacional antiausteritária”. Para Pureza (2015), uma das propostas políticas do PEE é agregar as forças “à esquerda da social-democracia europeia”, já que esta tem se unificado aos grupos de centro-direita e dado sustentação às políticas neoliberais e austeritárias impostas pela troika. Os governos “social-democratas” francês e italiano cederam às pressões da troika contra a Grécia”, relatou.

Apesar da diversidade de partidos e da heterogeneidade ideológica que constitui os diferentes grupos no Parlamento Europeu, é muito difícil transformar as diretrizes da UE por meio institucional, através da representação e da atuação parlamentar. O processo de disputa hegemônica nos organismos da União Europeia, particularmente no Parlamento Europeu, ocorre de forma muito limitado devido à correlação de forças desproporcional entre os grupos de centro e direita e os grupos de esquerda.

A maioria das lideranças do BE respondeu que não há espaço que permita a disputa de hegemonia nas instâncias de participação da UE. Uma das poucas vozes dissonantes foi a de Louçã (2015): “Não se faz política sem se disputar a hegemonia. Toda disputa política é hegemonia, não conheço nenhuma que não seja, acho inconcebível que não seja”, comentou o líder do partido. Apesar do crescimento da

esquerda europeia nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, Louçã considerou que a esquerda “está muito longe de disputar a representação social europeia contra o bloco da social-democracia e dos partidos de direita”.

As propostas do BE para a UE, como a “mutualização da dívida pública dos países da periferia à escala Europeia, a emissão de *eurobonds*³⁵ e a reforma do Banco Central Europeu (para garantir uma fonte de liquidez e de empréstimos para os Estados, e não apenas para os bancos)”, foram rejeitadas, não só pelos países centrais, como Alemanha e França, mas por parte da população que considera estes mecanismos “inviáveis” e “impraticáveis”.

A UE se transformou numa “jaula de aço” e “não tem reforma possível”, disse Costa (2015). Para o deputado bloquista, a possibilidade de transformação e disputa de hegemonia caducou na UE, só se fazendo possível através das lutas pelas transformações políticas no âmbito dos Estados nacionais. O entrevistado sustentou sua posição em Gramsci, ao mencionar a necessidade de “se criar novas referências nacional-populares de emancipação, que se confrontem contra a instituição europeia”. Ele explicou que é necessário, antes, alterar as configurações políticas dentro dos Estados nacionais, para depois disputar a hegemonia no contexto internacional, contra “o poder do centro político europeu, que é essencialmente a Alemanha e a burguesia financeira dos países do centro”.

Fazenda (2015) disse que está em curso um processo de colonização liderado pela Alemanha dentro da UE. Para ele, “a transformação do panorama europeu a partir do Parlamento Europeu é nula”. E mes-

³⁵ Os *eurobonds* são títulos estabelecidos a partir de uma média ponderada dos juros de cada país da zona do euro. A vantagem para os países periféricos é que eles teriam mais tempo para resolverem seus problemas, reduzindo as contas pagas a países como Portugal, a Irlanda ou a Grécia e valorizando o euro. Por outro lado, os países mais ricos teriam aumento em seus custos de financiamento. Por isso, Alemanha e França têm recusado a emissão de *eurobonds*. Disponível em: apoliticadospoliticos.blogs.sapo.pt/87868.html. Acesso em: 16 nov. 2015.

mo que fosse possível alterar este panorama através da constituição de uma maioria de esquerda, o Parlamento teria poucas competências para alterar o que o Conselho Europeu³⁶ decide: “pode fazer algum estrago, mas não detém um porta-aviões abaixo, somos um barquinho pequeno”, avaliou metaforicamente. Tal como Costa, Fazenda (2015) considerou que as transformações terão que ocorrer a partir das transformações nos Estados nacionais, de baixo para cima, portanto, ele não vê espaço para nenhum tipo de disputa hegemônica no Parlamento Europeu. Eis um trecho de sua entrevista:

[...] o Partido da Esquerda Europeia tem o objetivo da transformação europeia, da alteração da relação de forças, mas isso vai ter que ser construído ao nível dos parlamentos de cada Estado, dos parlamentos nacionais, e isso envolve os partidos de cada país. Portanto, essa alteração da configuração de forças terá que ser construída de baixo para cima, e não do Parlamento Europeu para baixo, porque isso não existe. O Parlamento Europeu é um espaço de solidariedades, é um espaço de testemunhos, é um espaço de levantar a bandeira, mas não tem espaço para nenhum tipo de disputa hegemônica (Fazenda, 2015).

Madeira (2015) também relatou não ser possível disputar hegemonia no Parlamento Europeu, devido ao amplo poder dos grupos conservadores e também porque o Parlamento é muito dependente do Conselho Europeu. Para ele, o único meio que permitiria disputar a hegemonia europeia seria através do PEE, “em demarcação com os partidos da social-democracia”. O objetivo seria trazer para a esquerda “alguns partidos tradicionais da social-democracia”, que constituem atualmente o grupo parlamentar europeu S&D.

Pureza (2015) afirmou que tanto o Parlamento Europeu quanto o Conselho Europeu não têm contribuído em nada com a democratização da UE. Formado pelos chefes de Estado e de governo, o Con-

³⁶ O Conselho Europeu é o órgão que define as orientações e políticas gerais da UE, sendo constituído pelos Chefes de Estado ou de Governo dos países-membro, pelo Presidente da Comissão Europeia e pelo Presidente do Conselho Europeu.

selho Europeu foi contra a renegociação da dívida da Grécia. “Há uma relação de forças totalmente adversa para qualquer projeto que não seja o de impor metas e os ditames do neoliberalismo à escala europeia”, explicou. Embora considere uma ilusão realizar mudanças efetivas a partir dos espaços das instituições europeias, Pureza defendeu que a esquerda possa aproveitar estes espaços “para dar expressão a todo o discurso crítico” e “para veicular posições”. Ao contrário de Madeira, Pureza não viu possibilidade de construir alternativas efetivas de transformação na UE, através de uma unidade entre o GUE-NGL e grupo da social-democracia.

Um dos principais desafios da União Europeia consiste na dificuldade ou inviabilidade (se a organização não passar por uma profunda reforma ou refundação) de resolução das diferenças socioeconômicas entre os Estados do norte (centrais) e os Estados do sul (periféricos). Contudo, segundo Carujo (2015), as dificuldades de resolução das diferenças regionais da Europa não estão concentradas apenas na esfera institucional, ou seja, nos Estados e nas organizações internacionais, mas na própria sociedade civil, inclusive, na classe trabalhadora. Carujo apontou uma grande dificuldade em compatibilizar “as reivindicações do sul com as reivindicações do norte”, devido aos discursos antisul e anti-imigração que se tornaram hegemônicos em determinados países. De acordo com estes discursos falaciosos e simplistas, o trabalhador do norte vive melhor porque trabalha mais, ao contrário do trabalhador do sul, que é mais preguiçoso.

Além das diferenças históricas, geográficas, culturais, econômicas e políticas que caracterizam os países, certos discursos do senso comum, carregados de preconceito, dificultam o estabelecimento de políticas continentais, como a instituição de um salário mínimo europeu ou um acordo geral em relação à definição de preços nos diferentes Estados da UE. Por outro lado, consideramos a produção de discursos um aspecto muito importante na disputa de hegemonia, entendida no sentido gramsciano do termo. Nesse sentido, depen-

dendo da forma como ocorre à disputa de hegemonia na construção e na apropriação dos discursos pelas classes sociais, os trabalhadores (independente de suas diferenças socioeconômicas e de nacionalidade) poderão se unificar em torno de objetivos maiores, elevando suas consciências e – transcendendo – do momento egoístico-passional, para o momento catártico.

Madeira (2015) questionou se seria o momento de o BE abandonar a proposta de reformar a UE, pois “o agravamento das dívidas dos países do sul mostrou que a União Europeia não é reformável no quadro das atuais estruturas”, ou seja, não poderia ser reformada por dentro de suas estruturas, pois a crise que afetou a maioria dos países europeus e penalizou, sobretudo, os países da periferia europeia, não contribuiu para que os governos dos países-membros impulsionassem reformas ou alterassem as estruturas da organização. Diante dessa situação, Madeira apontou dois caminhos: a saída do Euro ou a refundação europeia. Para refundar a União Europeia seria preciso “originar novas instituições, novas lógicas de funcionamento”. Por outro lado, a saída da zona do euro resultaria em aumento do nível de inflação e teria que ter apoio popular para dar suporte a uma medida como esta.

Diferentemente de Madeira, Pureza (2015) não faz a mesma distinção entre reformar e refundar. Para ele, reformar implica na “refundação democrática” da UE. A refundação parte da contestação das regras das instituições europeias, que são cada vez mais anti-democráticas. “Há aqui uma colisão cada vez maior entre democracia e União Europeia”, que “está numa deriva autoritária”, explicou. Portanto, a UE tem se sobreposto aos Estados nacionais, desrespeitando o processo de democracia interna dos Estados-nacionais. “O grande problema da União Europeia é a sua falta de democracia”. Eis um trecho da entrevista com Pureza:

Quando um governo é eleito por maioria significativa e é humilhado pelas autoridades europeias, que não permitem de todo em todo que esse governo tome as decisões obe-

decendo ao seu compromisso com o seu povo, alguma coisa está mal do ponto de vista da democracia. Depois, vêm nos dizer: mas a União Europeia tem regras. Minha resposta é: a União Europeia tem regras, mas a democracia também tem regras. E a verdade é que eles estão a dizer que as regras da União Europeia são, para eles, mais importantes do que as regras da democracia (Pureza, 2015).

Pureza (2015) explicou que o “europeísmo de esquerda” sempre foi defendido pelo BE, com o entendimento de que o espaço europeu é um “espaço privilegiado de luta por soluções mais democráticas e por soluções de esquerda”, portanto, o partido não se exime de participar, além das lutas travadas no Estado-nação, das lutas construídas no contexto internacional europeu. Porém, a partir do momento em que a UE sufoca as possibilidades de transformações estruturais e democráticas, e a partir do momento em que troika passa a determinar as políticas dos Estados em função dos acordos para a concessão de empréstimos e do compromisso firmado para o pagamento de dívidas, mais prioritárias se tornam as lutas “pela autodeterminação dos países dentro da União Europeia”.

Costa (2015) argumentou, que nos primeiros anos da crise europeia, o BE ainda não havia se posicionado favoravelmente à saída de Portugal da zona do euro, o partido centrava suas políticas na proposta de transformação da UE. Atualmente, o partido vem discutindo com frequência a questão da saída da zona do euro, mas os riscos de uma eventual saída são enormes, podendo levar a “uma desvalorização massiva do rendimento do trabalho, embora haja um ganho [em médio prazo] da competitividade das exportações”, que podem ou não acontecer, “conforme a profundidade e as dificuldades que se gera com a desvalorização monetária”, explicou o deputado. Ainda assim, ele acredita que Portugal terá que fazer esse sacrifício, pois a organização não está disposta a negociar as dívidas.

Cardina (2015) disse que a saída da zona do euro não é colocada pelo BE como uma “bandeira política” já que ela também “terá efei-

tos negativos”, mas ela poderá ser a única solução se a UE se mantiver inflexível nas negociações das dívidas com os países que passam por dificuldades, como Grécia e Portugal. Para Pureza (2015), é “completamente contraditório” combater a austeridade imposta pela troika permanecendo na zona do euro.

Costa (2015) afirmou que o não pagamento da dívida poderia resultar no “corte dos fluxos de financiamento” e na “expulsão” “do sistema de moeda única”, no entanto, a UE não estabelece nenhum regulamento ou cláusula jurídica sobre a saída da zona do euro. Leiria (2015) disse que “quando a União Europeia foi criada não foi prevista nenhuma saída. Teoricamente, ninguém pode expulsar ninguém, portanto, se algum país for forçado a sair, aquilo que vai acontecer, ninguém sabe”. Todavia, Costa (2015) argumentou que a esquerda não pode aceitar “tornar-se refém histórico da burguesia alemã” para “servir ao juro e a agiotagem do capital financeiro europeu”.

A disputa de hegemonia no âmbito europeu remete a velha discussão entre o nacionalismo e o internacionalismo. Costa lembrou que a esquerda autonomista, muito influenciada pelas ideias anarcossocialistas e autogestionárias, via como prioritária a luta política a partir de um contexto europeu e global. Porém, esse discurso teria ruído, com a hegemonia estadunidense no contexto global e com a hegemonia alemã na Europa, dando lugar às experiências “dentro do espaço de cada nação. De resistência e de afirmação de alternativas capazes de se contraporem às imposições da União Europeia”.

Costa (2015) relatou que parte da esquerda foi favorável a Constituição Europeia por ela garantir a existência de novos espaços de disputas políticas, apesar do caráter liberal do documento. A “ideia de que o Estado-nação tinha deixado de ser o espaço de referência das lutas sociais ruiu completamente”. Gramsci tem muito mais razão do que todas as inovações negristas³⁷ e autonomistas, “que procuraram su-

³⁷ Referência ao filósofo político italiano Antônio Negri.

balternizar a disputa dentro de cada Estado-nação e a luta de classes ao nível de cada espaço nacional em relação a alguma dinâmica europeia e até global”, explicou o deputado bloquista.

Gramsci nunca fez uma separação rígida entre nacionalismo e internacionalismo, nem tampouco interpretou como antagônicas estas duas dimensões da espacialidade. Para ele, a “vontade coletiva nacional popular” está relacionada à “reforma intelectual e moral”, bem como à unidade das classes subalternas para a construção de uma nova hegemonia e de um novo “bloco histórico”. Portanto, o filósofo italiano considerava fundamental a conquista da hegemonia pelas classes subalternas no âmbito do Estado-nação, assim como a elevação (“momento catártico”) da hegemonia nacional para a dimensão internacional e intercontinental (a elevação da particularidade para a universalidade), procurando estabelecer um elo entre as lutas travadas no interior dos Estados nacionais e a solidariedade entre as classes subalternas dos diferentes Estados, numa perspectiva internacionalista.

Verificamos que a participação do BE no Parlamento Europeu ainda é muito restrita, se comparada à participação de outros partidos portugueses. Do mesmo modo, a força política do grupo GUE-NGL é muito limitada, se comparada à participação de outros grupos, como o PPE e o S&D. A hegemonia das forças de centro (inclui-se os partidos socialistas, trabalhistas, social-democratas) e direita nos países-membros, determina as diretrizes políticas da UE, seja através dos eurodeputados, que são eleitos para o Parlamento Europeu, seja através dos chefes de Estado, que representam o Conselho Europeu. Portanto, devido ao poder avassalador das forças conservadoras, os dirigentes bloquistas consideram que a UE é praticamente irreformável, e que a luta política deve ser travada inicialmente no interior dos Estados. Por isso, a maior parte dos entrevistados considerou que não há espaço para disputar a hegemonia nas instituições europeias, ainda que este espaço seja utilizado para a produção de discursos e para dar visibilidade aos grupos que se opõem às atuais regras de funcionamento da organização. Todavia,

para além das chances reais de alterar a configuração de forças políticas por dentro das instituições europeias, a disputa de hegemonia também é definida pela produção de discursos e pelo confronto de propostas políticas, que ganham certa visibilidade e repercussão midiática. Nesse sentido, a disputa de hegemonia também ocorre nos espaços institucionais das organizações internacionais, do mesmo modo que a política se constrói (e desconstrói) em todos os espaços da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar as semelhanças e diferenças históricas, sociais, políticas e ideológicas entre o PT e o BE, tendo por base da nossa análise os conceitos gramscianos de partido, hegemonia e socialismo. Se escrever a história de um partido equivale a escrever a história de um país, como afirmou Gramsci, procuramos demonstrar, ao longo desta pesquisa, as diferenças entre os projetos de hegemonia representados por estes dois partidos, bem como alguns aspectos das diferentes realidades históricas, sociais, econômicas, culturais e geográficas do Brasil e de Portugal.

O PT foi fundado ainda sob o regime militar, de modo que uma de suas principais bandeiras naquele contexto foi a redemocratização. Já o BE foi fundado na virada do milênio, no período em que aconteceram as primeiras edições do Fórum Social Mundial, vinte e cinco anos após a ditadura salazarista. Porém, ambos os países viveram um período de intensa ditadura e em ambos os partidos ingressaram organizações que participaram ativamente da luta armada.

Uma diferença fundamental entre os partidos foram as distintas bases que os constituíram: enquanto o PT foi fortemente influenciado pelo novo sindicalismo e pela esquerda católica, tendo recebido maior influência dos movimentos sociais de massa que dos partidos clandestinos que lutaram contra a ditadura, o BE foi construído por organizações que já existiam e funcionavam como partidos. Portanto, podemos afirmar que o PT chegou a ser um “partido de massas” (especialmente em algumas localidades, como na região do ABC paulista), enquanto o BE sempre foi um “partido de quadros”.

Ao serem constituídos, tanto o PT como o BE rejeitaram a concepção marxista-leninista, caracterizada pelo centralismo e pela proibição de tendências internas. Em suas resoluções, ambos criticaram as experiências do Bloco Soviético (stalinismo), do socialismo asiático (incluindo o maoísmo) e da social-democracia, compreendendo o socialismo como indissociável de democracia e vice-versa. Ambos os partidos se aproximaram de Gramsci em suas críticas ao marxismo economicista, mecanicista e vulgar. Outra característica comum aos partidos estudados foi a preocupação em vincular as lutas pela emancipação das classes subalternas às lutas pela emancipação de grupos sociais explorados e discriminados, como mulheres, negros, indígenas, LGBT, imigrantes, entre outros.

Por ser aberto às diversas tendências e grupos políticos, o BE define-se como partido-movimento e procura (ao menos, em teoria) respeitar ao máximo a autonomia dos movimentos sociais, incluindo os sindicatos, cuja maioria está vinculada ao PCP. Já o PT, por ter sido, em grande medida, impulsionado pelo sindicalismo, tem no movimento sindical quase que uma extensão de si mesmo. A CUT sempre foi dirigida pela Articulação Sindical – grupo político vinculado à principal tendência petista – a CNB. Do mesmo modo, outras tendências petistas também possuem grupos correspondentes na maior central sindical do Brasil.

Verificamos que tanto o PT quanto o BE apresentaram dificuldades quanto à formação política ofertada a seus filiados. Um fator que contribuiu para isto foi o excesso de dedicação à vida institucional (sobretudo após 2002), em detrimento de uma atuação mais direta e efetiva nos movimentos sociais. Ainda que nenhum dos partidos se defina marxista, ambos foram e são influenciados pelo marxismo.

Constatamos que Gramsci exerceu influência maior no PT do que no BE, contudo, muitos quadros do BE estudam e ajudam a difundir o pensamento gramsciano, seja nas instâncias do partido, seja nas escolas e universidades portuguesas. Muitos dos conceitos gramscianos estão presentes nos documentos oficiais de ambos os partidos, bem como dos discursos de seus militantes.

Todavia, a heterogeneidade ideológica das tendências petistas é bem maior que a dos grupos (tendências e plataformas) bloquistas. O PT possui maior quantidade e diversidade de forças internas organizadas nacionalmente, no entanto, o desequilíbrio é bem maior em favor de uma delas, a CNB. Já o BE conta com um número menor de forças políticas internas, sendo que há um grande equilíbrio entre duas delas, a Esquerda Alternativa e a Plataforma Unitária.

As tendências petistas representam diferentes matrizes teórico-ideológicas, como a socialista (e suas ramificações, como a trotskista, a luxemburguista, a gramsciana, a socialista cristã, etc.), a desenvolvimentista (incluindo os que se identificam com a social-democracia e os que ainda são influenciados pela tese da “revolução por etapas”), a social-liberal e a social-democrata. Já a diversidade ideológica do BE restringe-se aos diferentes grupos que se reivindicam socialistas (considerando que os social-democratas constituíam o agrupamento que saiu do partido), como o trotskismo, o marxismo, o “movimentismo” e socialismo libertário.

O PT é hegemônico por uma tendência considerada social-democrata, que tem adotado o desenvolvimentismo e a conciliação de classes como estratégia política. A CNB exerceu forte influência sobre os rumos do PT e, conseqüentemente, sobre os rumos dos governos Lula e Dilma Rousseff, que se comprometeram com a política econômica neoliberal, respeitando os compromissos com as instituições financeiras, promovendo o ajuste fiscal e aceitando a lei de responsabilidade fiscal. A política de conciliação com classes e partidos de interesses antagônicos, inviabilizou as reformas estruturais, levando os governos a ignorar a disputa de hegemonia e “confiar” na neutralidade da mídia e do Poder Judiciário. Quando o Brasil parou de crescer economicamente, em 2015, desestruturou-se o pacto social que dava sustentação ao governo Dilma Rousseff. Uma intensa ação articulada entre a grande mídia, o Poder Judiciário, a Polícia Federal e o Congresso Nacional, desgastou intensamente a imagem do partido perante a opinião pública, culminando com o golpe parlamentar em 2016.

Também é preciso reconhecer que, durante os governos Lula e Dilma, o Brasil passou por um longo período de crescimento econômico e melhoria nos indicadores sociais. Mais de 30 milhões de pessoas saíram da pobreza, foram construídas 18 novas universidades federais e centenas de escolas técnicas federais. As políticas de geração de empregos e de acesso ao crédito, o aumento real do salário mínimo e a criação de programas de transferência de renda (Bolsa Família, Mais Médicos, Luz Para Todos, Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Ciência sem Fronteiras, etc.) foram fundamentais para elevar o país a uma melhor condição social. Outro aspecto importante foi a criação de leis e instituições de proteção aos direitos das minorias, contra o racismo, o machismo, a homofobia e outras formas de discriminação.

Já o BE passou por uma grave crise em 2011, quando enfrentou problemas de aceitação popular, que resultaram na queda brusca de sua bancada parlamentar. Consequentemente, tendências e grupos de militantes se retiraram do partido em meio à crise. Porém, em 2015, o partido conseguiu se reerguer, transformando-se na terceira maior força política de Portugal. Atualmente, o partido tem procurado ampliar sua influência política no Parlamento e no Poder Executivo. Setores do BE defendem que seja estabelecida uma unidade mais sólida com o PCP, para que ambos possam enfraquecer o poder político dos grandes partidos portugueses (PS e PSD).

Diferentemente do PT, que tem construído alianças com os mais diversos partidos, o BE tem mantido a posição de evitar alianças com o PS (ainda que este seja considerado um partido de centro-esquerda) e jamais aliar-se com partidos de direita, como CDS-PP ou PPD/PSD. Porém, atualmente, o BE compõe a base de apoio do PS na Assembleia da República, juntamente com o PCP e o PEV. Como a disputa no Parlamento português é bastante polarizada entre o PS (centro-esquerda) e o PSD (direita), o BE entende que é preciso unificar os setores de esquerda e centro-esquerda para evitar que as propostas que interessam à direita sejam aprovadas. Se o BE e o PCP não compusessem a base de apoio do PS, o partido da direita (PSD) teria a ampla maioria dos par-

lamentares para aprovar os projetos neoliberais que tanto prejudicam a classe trabalhadora portuguesa.

No Brasil, cabe ao PT apresentar-se como uma opção que unifique as esquerdas, construindo o que Gramsci chamou de “vontade coletiva nacional-popular”. Porém, internamente, o partido está numa acirrada disputa entre as tendências à esquerda (que defendem a “re-fundação do partido” ou o “PT das origens”) e as tendências moderadas (que continuam defendendo as políticas de alianças com setores da direita). Não é demais lembrar que o PT esteve coligado com partidos que atuaram ativamente em prol do golpe parlamentar contra Dilma Rousseff em quase dois mil municípios brasileiros, durante as eleições municipais de 2016.

O FSP foi e continua sendo uma importante iniciativa para a promoção de trocas de experiências e para a elaboração de políticas para a América Latina. Desde 1998, a esquerda tem ampliado seu poder de influência sobre os países latino-americanos, chegando a governar treze países em 2015. Porém, nos últimos dois anos, a direita tem retomado o poder em países de grande importância em termos territoriais, econômicos e populacionais, como Peru, Argentina e Brasil.

O Partido da Esquerda Europeia (PEE) é a organização que reúne os partidos de esquerda que participam do Parlamento Europeu, sendo que em Portugal, o BE integra esta organização. O PEE tem contribuído principalmente para o debate e a troca de experiências entre os partidos da esquerda socialista na Europa. A UE possui estruturas muito rígidas e possibilidades praticamente nulas de transformação por meio do Parlamento Europeu. A representatividade no GUE-NGL (grupo parlamentar no qual participam o BE e o PCP) é muito reduzida se comparada a de grupos como o PPE (direita) e o S&D (centro). Todavia, a disputa de hegemonia se faz em todas as instâncias da vida social, sendo que as transformações nos Estados são imprescindíveis para que ocorram transformações também no âmbito continental e global.

Portanto, podemos concluir que tanto em relação ao contexto

latino-americano, quanto em relação ao contexto europeu, as transformações deverão ocorrer a partir das realidades locais e nacionais. A disputa de hegemonia é mais do que nunca vital para as mudanças das realidades nacionais, sendo que os partidos desempenham importantes funções na formação de “vontades coletivas nacional-populares”. Estas, por sua vez, poderão se converter em “blocos históricos”, que poderão se elevar para a dimensão continental, a partir da unidade e da solidariedade entre governos e povos, fazendo emergir, quiçá, blocos históricos continentais, tornando mais factível a utopia concreta do comunismo internacionalista.

REFERÊNCIAS

14 novas universidades federais foram criadas a partir de 2003.

www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=4292. Acesso em: 3 jun. 2016.

20-08 Sairemos às Ruas de Todo o Brasil para Exigir Respeito à

Democracia. Disponível em: www.cut.org.br/acao/20-08-sairemos-as-ruas-de-todo-o-brasil-para-exigir-respeito-a-democracia-c128/. Acesso em: 30 set. 2015.

20 maiores bilionários do Brasil. Disponível em: www.forbes.com.br/listas/2015/08/20-maiores-bilionarios-do-brasil/. Acesso em:

22 maio 2016.

200 elementos vão abandonar o Bloco de Esquerda e formar

novo partido. Disponível em: www.publico.pt/politica/noticia/200-elementos-vao-abandonar-o-bloco-de-esquerda-e-formar-novo-partido-1524410. Acesso em: 17 out. 2015

I Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânico e de Material Elétrico do Estado de São Paulo. In. **Resoluções de Encontros e Congressos – 1979-1998.** Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Acompanhe a crise entre Petrobras e Bolívia. UOL. 07/12/2006.

Disponível em: noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/12/07/ult82u6089.jhtm. Acesso em: 12 nov. 2016.

A guerra jurídica do impeachment: do que Dilma é acusada?

O debate técnico sobre se a presidenta cometeu ou não de crime fiscal tomou o Senado. **El País.** Brasília, 30/06/2016. Disponível em: brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html. Acesso em: 14 jan. 2016.

A mais polêmica edição do Jornal Nacional. Disponível em:

observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/a-mais-polemica-edicao-do-jornal-nacional/. Acesso em: 20 out. 2016.

A mídia golpista e o financiamento do governo. Sete maio 2016.

Disponível em: www.vermelho.org.br/ce/noticia/280491-6. Acesso em: 30 out. 2016.

A Política dos Políticos. Eurobonds, afinal, o que são.

Disponível em: apoliticadospoliticos.blogs.sapo.pt/87868.html. Acesso em: 16 nov. 2015.

A Revolução não Será Televisada. Documentário, 2003. Dirigido por Kim Bartley e Donnacha O’Brian sobre o golpe sofrido por Hugo Chávez em 2002.

Ação contra Farc abre crise entre Colômbia, Equador e Venezuela.

Disponível em: oglobo.globo.com/mundo/acao-contra-farc-abre-crise-entre-colombia-equador-venezuela-3847030. Acesso em: 14 nov. 2016.

ALMEIDA, Beto. **Banco do Sul: outro legado de Chávez.**

Disponível em: www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/-Banco-do-Sul-outro-legado-de-Chavez/6/31014. Acesso em: 13 nov. 16.

ALMEIDA, Janeth. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Caçador, 26 out. 2015.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. **Partidos e Independentes: representação política em Portugal e o contexto Europeu.**

Conference: II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, At Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2015. Disponível em: www.researchgate.net/publication/278410015_Partidos_e_Independentes_representao_poltica_em_Portugal_e_o_contexto_Europeu. Acesso em: 5 nov. 2015.

ALMEIDA, Tânia. **Veja e a estrela petista: apropriações e sentidos.**

III Compolítica – PUC-SP – GT Marketing, imagem pública política. Disponível em: www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/tania_almeida.pdf. Acesso em: 10 fev. 2016.

AMARAL, Diogo F. **Uma Introdução à Política.** Lisboa: Bertrand, 2014.

Anteprojeto de Declaração “Começar de Novo” – 1999 –

documento de fundação do Bloco de Esquerda. Disponível em www.bloco.org. Acesso em: 10 abr. 2015.

Anticapitalistas. Disponível em: www.espacioalternativo.org/. Acesso em: 13 nov. 2015.

Após três anos qual o legado da Operação Lava Jato para o Brasil. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2017/04/17/apos-tres-anos-qual-o-legado-da-operacao-lava-jato-para-o-brasil/. Acesso em: 30 abr. 2017.

Aprovação ao governo Lula cresce, segundo o Datafolha. Uol. 08/08/2006. Disponível em: eleicoes.uol.com.br/2006/pesquisas/ultnot/2006/08/08/ult3795u9.jhtm. Acesso em: 22 out. 2016.

ÁRABE, Carlos Henrique. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** São Paulo, 16 nov. 2015.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo.** UNESP, Rio de Janeiro, 1995.

Assembleia da República. Disponível em: www.parlamento.pt/DeputadoGP. Acesso em: 15 out. 2015.

Assembleia da ONU aprova sem votos contrários resolução pelo fim do bloqueio a Cuba. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2016/10/26/assembleia-da-onu-aprova-sem-votos-contrarios-resolucao-pelo-fim-do-bloqueio-a-cuba/. Acesso em: 6 nov. 2016.

Associação Internacional do Teatro do Oprimido. Disponível em: jsirri.org/. Acesso em: 6 dez. 2016.

Avaliação Positiva de Dilma Despenca. Disponível em oglobo.globo.com/brasil/avaliacao-positiva-de-dilma-despenca-de-42-para-23-diz-datafolha-15276882. Acesso em: 23 set. 2016.

AVELHAN, Livia Liria. **A Presença Brasileira na África: um Estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique.** I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Setembro de 2015.

Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/06/20/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/. Acesso em: 25 out. 2016.

BE e PCP ausentes em reunião com a "troika". Expresso. 18/04/2011. Disponível em: expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_economia/dossie_o_resgate_de_portugal/be-e-pcp-ausentes-em-reuniao-com-a-troika=f644327. Acesso em: 5 nov. 2015.

BETTO, Frei. **A Mosca Azul. Reflexão sobre o Poder**. Rocco. Rio de Janeiro, 2006.

Bloco anuncia moção de censura. Esquerda.net. Disponível em: www.esquerda.net/artigo/bloco-anuncia-mo%C3%A7%C3%A3o-de-censura. Acesso em: 5 nov. 2015.

Bloco de Esquerda. Disponível em: www.bloco.org. Acesso em: 25 nov. 2013.

Bloco de Esquerda anuncia moção de censura ao governo. **DN – Diário de Notícias**. Disponível em: www.dn.pt/portugal/interior/bloco-de-esquerda-anuncia-mocao-de-censura-ao-governo-1780979.html. Acesso em: 5 nov. 2015.

Bloco de Esquerda, Eleições Legislativas, Deputados. TVI24. Disponível em www.tvi24.iol.pt/politica/be-bloco-de-esquerda-eleicoes-legislativas-deputados-tvi24/1258537-4072.html. Acesso em: 25 nov. 2013.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. Razões e Significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 2001.

BOTTOMORE, Tom. Internacionais. In. BOTTOMORE, Tom. (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 195-199.

BOTTOMORE, Tom. Social-democracia. In. BOTTOMORE, Tom. (editor). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 337.

BURGOS, Raúl. **As peripecias de Gramsci entre Gulliver e o pequeno polegar**: um estudo sobre os projetos políticos do PT e da FMLN. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Evelina Dagnino. UNICAMP, Campinas, novembro de 1994.

BURGOS, Raúl. Sem glória, mas com certa pena: Mais uma vez sobre

o conceito de sociedade civil no Brasil. 2015, p. 179-180. In. SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Org.). **Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas**. Editora UFSC, 2015. IGS Brasil. Disponível em: igsbrasil.org/biblioteca/artigos/index.php?id=4. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

Câmara aprova lei antiterror que pode criminalizar manifestantes. Disponível em: www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/deputados-aprovam-lei-antiterrorista-que-pode-criminalizar-manifestantes-4848.html. Acesso em: 9 nov. 2016.

Câmara dos Deputados. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 14 out. 2016.

CARDINA, Miguel. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores – 1979. In. **Resoluções de Encontros e Congressos – 1979-1998**. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Carta ao Povo Brasileiro. In. **Programa de Governo da candidatura Lula – 2002. Coligação Lula Presidente**. Brasília, julho de 2002.

CARUJO, Carlos. Gramsci, O Intelectual Orgânico. **Revista Vírus** nº 6. Revista de Política e de Ideias, nov. 2014, II série. Revista do Bloco de Esquerda, Lisboa.

CARUJO, Carlos. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

Centro de Documentação 25 de Abril. Universidade de Coimbra. Disponível em: www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ocmlp. Acesso em: 14 out. 2015.

CNE – Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: eleicoes.cne.pt. Acesso em: 15 out. 2015.

COIMBRA, Eric Araújo Dias. **O Socialismo do Século XXI na América Latina e a Superação do Capitalismo**. Dissertação apresentada à banca como requisito para a obtenção do título de mestre em geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2009.

Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

Disponível em: www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/689-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos. Acesso em: 14 nov. 2016.

Concepção e diretrizes do programa de Governo do PT para o Brasil, Lula 2002. São Paulo, Diretório Nacional do PT, 2002, p. 15.

Confira o ranking de audiência da TV Aberta e Paga em abril de 2016. Disponível em: tnaudiencia.oportaln10.com.br/confira-o-ranking-de-audiencia-da-tv-aberta-paga-em-abril-de-2016/. Acesso em: 24 nov. 2016.

Conheça o perfil dos ministros que julgarão o mensalão no STF.

Disponível em: www.terra.com.br/noticias/infograficos/ministros-stf/. Acesso em: 18 jan. 2017.

Construção da Usina de Belo Monte é denunciada à ONU.

Disponível em: antigo.mst.org.br/node/9414. Acesso em: 26 out. 2016.

COSTA, Jorge. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Lisboa, 05 mar. 2015.

COSTA, Jorge. **Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela.** Disponível em: www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw. Acesso em: 10 out. 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo.** Questões de Princípio e Contexto Brasileiro. Polêmicas do Nosso Tempo, vol. 51, Cortez Editora. São Paulo – SP, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia como Valor Universal.** 1979. Disponível em: www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm. Acesso em: 26 jun. 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Entrevista publicada na revista Caros Amigos (dez/2009).** Disponível em: www.carosamigos.com.br/index.php/politica/983-carlos-nelson-coutinho-leia-entrevista-na-integra. Acesso em: 10 out. 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Fontes do pensamento Político** Vol. II – Gramsci. L&PM, Porto Alegre, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. Glossário. In. GRAMSCI, Antônio.

Concepção Dialética da História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10ª Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções. O Marxismo na Batalha das Ideias.** Cortez Editora, São Paulo, 2006.

Crimes na Ditadura Argentina e Modelo na Região Paraguai tenta superar fracasso da Comissão da Verdade. Disponível em: noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/11/13/crimes-na-ditadura-argentina-e-modelo-na-regiao-paraguai-tenta-superar-fracasso-da-comissao-da-verdade.htm. Acesso em: 22 jun. 2016.

CRUZ, Sérgio. **Lei antiterror dilmista só falta carimbo do Pentágono e a assinatura de Obama.** Disponível em: www.horadopovo.com.br/2015/08Ago/3371-14-08-2015/P3/pag3b.htm. Acesso em: 12 nov. 2016.

Da cisão no PCP à dissolução no Bloco. Disponível em: www.dn.pt/arquivo/interior/da_cisao_no_pcp_a_dissolucao_no_bloco_614377.html. Acesso em: 14 out. 2015.

Declaração Final do XXII Encontro do Foro de São Paulo, realizado em San Salvador. Disponível em: forodesaopaulo.org/declaraciones_finales/. Acesso em: 7 nov. 2016.

Declaração Política do Partido dos Trabalhadores – 1979. In. **Resoluções de Encontros e Congressos – 1979-1998.** Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998

Demarcações nos últimos seis governos. Disponível em: pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/demarcacoes-nos-ultimos-governos. Acesso em: 26 out. 2016

Denúncia apresentada por Hélio Bicudo, Miguel Reales Júnior e Janaína Paschoal ao Presidente da Câmara dos Deputados. Disponível em: www.migalhas.com.br/arquivos/2015/9/art20150901-04.pdf. Acesso em: 29 maio 2016.

Delfim Netto. Sobre Atuação no Regime Militar: Não tenho nada do que me arrepender. Disponível em: oglobo.globo.com/economia/delfim-netto-sobre-atuacao-no-regime-militar-nao-tenho-nada-do-que-me-arrepender-11959575. Acesso em: 22 jan. 2016.

Democracia para o Socialismo. In. **Anteprojeto de Declaração**

“Começar de Novo” – 1999. Documento de fundação do Bloco de Esquerda. Disponível em: www.bloco.org. Acesso em: 15 abr. 2015.

Desemprego sobe para 11,3% no 2º trimestre, aponta Pnad, do IBGE. Disponível em: g1.globo.com/economia/noticia/2016/07/desemprego-fica-em-113-no-2-trimestre-diz-ibge.html.

Diálogos para Governo Aberto. Disponível em: www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2015/201cdialogos-de-governo-aberto201d. Acesso em: 27 out. 2016.

Dilma Rousseff é contra a revisão da Lei da Anistia? Disponível em: www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-rousseff-e-contra-a-revisao-da-lei-da-anistia-5041.html. Acesso em: 26 out. 2016.

DIJK, Teun A. van. **Como a Rede Globo manipulou o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff.** Universidade Pompeu Fabra, Barcelona. Carta Maior. 19/12/2016. Disponível em: cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Como-a-Rede-Globo-manipulou-o-impeachment-da-presidente-do-Brasil-Dilma-Rousseff/12/37490. Acesso em: 23 jan. 2017.

Diretório Nacional se posiciona contra projeto de “lei antiterrorismo”. Disponível em: www.pt.org.br/diretorio-nacional-se-posiciona-contra-projeto-de-lei-anti-terrorismo/. Acesso em: 9 nov. 2016.

Documentos Dossiê. Partido dos Trabalhadores. Disponível em: novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/P1_Dossie%20Doctos.pdf. Acesso em: 8 abr. 2016.

DOMINGUES, Sérgio. “Centralismo democrático: entre a pedra e o caminho”. **Espaço Acadêmico**, número 52. 2005. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/052/52domingues.htm. Acesso em: 5 ago. 2015.

DORE, Rosemary. Gramsci, Intelectuais e Educação. **Cad. CEDES**, v. 26, n. 70, Campinas, Sept./Dec, 2006.

É convertida na lei 13.135-2015 – pensão por morte e aposentadoria. Disponível em: cursosnovaera.com.br/noticias/mp-664-e-convertida-na-lei-13-135-2015-pensao-por-morte-e-aposentadoria/. Acesso em: 22 set. 2016.

Eleição Presidencial – Ano 2010. Disponível em: eleicao-ano-2010.blogspot.com.br/2010/09/pesquisa-ibope-mostra-preferencia-do.html. Acesso em: 15 nov. 2016.

Eleições para Assembleia da Republica – 2015. Disponível em www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-2015. Acesso em: 28 out. 2015.

Em defesa do Código Florestal. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Disponível em: antigo.mst.org.br/em-defesa-codigo-florestal. Acesso em: 24 out. 2016.

Em Encontro com Dilma Une Pede Pé no Acelerador das Mudanças. Disponível em: www.une.org.br/noticias/em-encontro-com-dilma-une-pede-pe-no-acelerador-das-mudancas/. Acesso em: 30 maio 2016.

Escola Nacional de Formação. Disponível em: www.enfpt.org.br/node/10. Acesso em: 3 mar. 2016.

Estado de Barrancos. Os Governos da República Portuguesa, desde o 25 abr. 1974. Disponível em: estadodebarrancos.blogspot.com.br/2009/10/os-governos-da-republica-portuguesa.html. Acesso em: 15 out. 2015.

Estatutos do BE – versão atualizada, incluindo as alterações aprovadas na IX Convenção Nacional, de 22 e 23 de dezembro de 2014. Disponível em www.bloco.org. Acesso em: 15 jun. 2015.

Estatutos do Partido da Esquerda Europeia. Preambulo. Disponível em: european-left.org/propos-de-la-ge/documents. Acesso em: 11 nov. 2015.

European United Left/Nordic Green Left – European Parliamentary Group. Disponível em: guengl.eu/. Acesso em: 20 nov. 2013.

Ex-todo-poderoso Boni analisa e critica TV Globo que completa 50 anos. Disponível em: odia.ig.com.br/diversao/televisao/2015-04-23/ex-todo-poderoso-boni-analisa-e-critica-tv-globo-que-completa-50-anos.html. Acesso em: 21 out. 2016.

Executiva do PT aprova texto com desculpas à nação. UOL. 17/08/2015. Disponível em: noticias.uol.com.br/ultnot/brasil/2005/08/17/ult2041u112.jhtm. Acesso em: 21 out. 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Ed. UNB – tradução do Discourse and Socieal Change, Brasília, 1992.

FAZENDA, Luiz. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Lisboa, 18 mar. 2015.

FIÚZA, Guilherme. **3.000 dias no bunker**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FREIRE, André. **As Candidaturas Independentes e a Reforma do Sistema Político**. Artigo publicado em 23/10/2013. Disponível em www.publicoAssembçle.pt/portugal/jornal/as-candidaturas-independentes-e-a-reforma-do-sistema-politico-27283506. Acesso em: 25 jun. 2015.

FRITSCH, José. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Florianópolis, 18 ago. 2015.

Fundação Perseu Abramo – Disponível em: www2.fpa.org.br/manifesto-aprovado-na-reuniao-do-sion. Acesso em: 4 jul. 2011.

Foro de São Paulo. Disponível em: forodesaopaulo.org/. Acesso em: 5 out. 2013.

Fórum Social Mundial – www.forumsocialmundial.org.br/. Acesso em: 10 dez. 2013.

Frei Tito – Memorial on-line. Disponível em: www.adital.com.br/freitito/por/apresentacao.html. Acesso em: 23 jan. 2016.

Fundação Mário Soares. Arquivo e biblioteca. Cronologia. Disponível em: www.fmsoares.pt/aeb/crono/pesquisa?pesquisa=MDP/CDE. Acesso em: 15 out. 2015.

GOMBATA, Maristela. **Honduras e Paraguai, motivos de inspiração**. Disponível em: www.cartacapital.com.br/revista/895/honduras-e-paraguai-motivos-de-inspiracao. Acesso em: 14 nov. 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 4ª Edição. Vol. 1. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006 [a].

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 4ª Edição. Vol. 2. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006 [b].

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 3ª Edição. Vol. 3. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007 [a].

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 2ª Edição. Vol. 4. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007 [b].

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 1ª Edição. Vol. 5. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007[c].

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. 2ª Edição. Vol. 6. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007[d].

GRAMSCI, Antônio. **Quaderni del carcere**. Edição crítica de Valentino Gerratana. Torino, Einaudi, 1977. 4 volumes.

GRAMSCI, Antônio. **Cuadernos de la cárcel**. Edición crítica del Instituto Gramsci. A cargo de Valentino Gerratana. Ed. ERA, tomo 2, 1999. Traducción de Ana María Palos, revisada por José Luis González.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10ª Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1995.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos Políticos**. Volume 2. Coleção Universidade Livre. Seara Nova. Lisboa, 1976.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1991.

GILL, Rosalind. **Análise de Discurso**. In BAUER, Martin W. e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Um Manual Prático. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GIMENEZ, Maria Júlia. **Sete anos após o golpe em Honduras, cresce a violência no país**. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2016/06/29/sete-anos-apos-o-golpe-em-honduras-cresce-a-violencia-no-pais/. Acesso em: 24 out. 2016.

Governo Lula teve crescimento médio de 4% do PIB e superou FHC. Disponível em: www.redebrasilatual.com.br/economia/2011/03/governo-lula-teve-crescimento-medio-de-4-do-pib-e-superou-fhc. Acesso em: 25 out. 2016.

Governo publica novas regras sobre pensão, auxílio-doença e seguro-desemprego. Publicado por Agência Brasil. Disponível em: agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/159460427/governo-publica-novas-regras-sobre-pensao-auxilio-doenca-e-seguro-desemprego. Acesso em: 24 jun. 2015.

Governos latino-americanos e europeus não reconhecem gestão Temer. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2016/05/16/governos-latino-americanos-nao-reconhecem-gestao-temer/. Acesso em: 9 nov. 2016.

GOULART, Serge. **Verdades e mentiras sobre Reforma da Previdência.** Jan. de 2003. Disponível em www.sintrajufe.org.br/Previdencia/previ-5.htm. Acesso em: 3/09/2013.

Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Nórdica Verde – GUE/NGL. Disponível em guengl.eu/. Acesso em: 20 nov. 2013.

Grupo de Amigos da Venezuela. É uma vitória diplomática, diz embaixador. Disponível em: memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-01-15/grupo-de-amigos-da-venezuela-e-uma-vitoria-diplomatica-diz-embaixador. Acesso em: 14 nov. 2016.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. 28/12/2016. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil. Acesso em: 22 fev. 2016.

Imprensa mundial condena impeachment de Dilma. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2016/08/31/imprensa-mundial-condena-golpe-no-brasil/. Acesso em: 10 set. 2016.

Internacional Socialista (IS). Disponível em: www.socialistinternational.org/. Acesso em: 1 jul. 2015.

João Roberto, José Roberto e Roberto Irineu Marinho aparecem na posição 165 do ranking mundial e ocupam juntos o quinto lugar entre os mais ricos do Brasil. Disponível em: www.revistaforum.com.br/2015/03/02/segundo-forbes-irmaos-marinho-possuem-fortuna-de-us-246-bilhoes/. Acesso em: 10 dez. 2016.

KOCHER, Bernardo. **Sobre Sites. Socialismo. O Eurocomunismo.** Disponível em: www.sobresites.com/socialismo/artigos/eurocomunismo.htm. Acesso em: 21 nov. 2015.

LEIRIA, Luis. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Lisboa, 11 mar. 2015.

LEPRE, Aurélio. **O Prisioneiro: A Vida de Antônio Gramsci**. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

LOUÇÃ, Francisco; LOPES, Teixeira; COSTA, Jorge. **Os Burgueses**. Bertrand Editora, Lisboa, 2014.

_____. **Entrevista concedida a Pedro Loureiro**. Contas à Vida. Ed. Sete Caminhos, 2005. Disponível em www.viriatoteles.com/net/livros/contas-a-vida/rancisco-louca. Acesso em 30 nov. 2013.

_____. **Entrevista concedida para a revista Festa – Concelhia de Torres Vedras**. Disponível em blocodeesquerdatorresvedras.blogspot.pt/2010_06_01_archive.html. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. **Pedro Loureiro entrevista a Francisco Louça, professor universitário, deputado e dirigente do BE**. Contas à Vida. Ed. Sete Caminhos, 2005. Disponível em www.viriatoteles.com/net/livros/contas-a-vida/rancisco-louca. Acesso em 30 nov. 2013.

_____. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Lisboa, 6 abr. 2015.

MACCIOCCHI, Maria Antonietta. **A Favor de Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MACHADO, Uirá E PULS, Maurício. “Aprovação mais alta do PT projeta bancada recorde”. **Folha de S. Paulo**. 2 de agosto, 2010.

MADEIRA, João. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Santo André, 23 mar. 2015.

MAIA, Rui. **Contribuição para o documento intitulado “O Rumo Estratégico do Bloco”**, p. 2, disponível em: www.bloco.org. Acesso em: 25 nov. 2013.

Manifestações no dia 16-8. Disponível em www.cartacapital.com.br/manifestacoes-no-dia-16-8. Acesso em: 2 out. 2015.

Manifesto aprovado pelo Movimento pró-PT – 1980. In. **Resoluções de Encontros e Congressos – 1979-1998**. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Manifesto Eleitoral – Bloco de Esquerda – Legislativas, 2015. Disponível em: www.bloco.org/media/manifestolegislativas2015.pdf. Acesso em: 20 set. 2015, p. 3-4.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Legatus Editora. Clássicos da Política. São Paulo, 2010.

MARCHI, Carlos. **Vinte anos depois, PT quer reintegrar deputados que votaram em Tancredo**. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/314707/noticia.htm?sequence=1. Acesso em: 16 set. 2015

MATEUS e RAMALHO, Jorge e Tiago. **O Sistema de Partidos em Portugal**. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa. 2013. Disponível em: www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP151_Ramalho.pdf. Acesso em: 15 out. 2015.

MELO, Jacy Afonso de. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Florianópolis, 30 jul. 2014.

Mercosul. Disponível em: www.mercosul.gov.br/. Acesso em: 14 nov. 2016.

Mesmo em Crise, PT Mantém Maior Preferência do Eleitor www.brasil247.com/pt/247/brasil/185915/Mesmo-em-crise-PT-mant%C3%A9m-maior-prefer%C3%A2ncia-do-eleitor.htm. Acesso em: 15 nov. 2016.

MICAEL, Manuela. **“BE não atingiu resultados”**. Louçã assume culpa. Disponível em www.tvi24.iol.pt. Acesso em: 13 mar. 2014.

MIGNONE, Ricardo. **Reforma da Previdência é aprovada em segundo turno no Senado. Folha de São Paulo, 11/12/2003**. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56352.shtml. Acesso em: 26 jan. 2017.

MONASTA, Attitio. **Antônio Gramsci**. Tradução e Organização: NOSELA, Paolo. Coleção Educadores – MEC. Ed. Massangana, Recife-PE, 2010.

MOYSÉS, Adriana. **Parlamento Europeu funciona por grupos de afinidade política**. Português do Brasil. Disponível em: www.brasil.rfi.fr/geral/20140518-parlamento-europeu-funciona-por-grupos-de-afinidade-politica. Acesso em: 12 nov. 2015.

Mudar Mais – Por um novo Ciclo de Mudanças Democráticas no País. In. **Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT**, Salvador

(BA), 11 a 13 de junho de 2015. Disponível em: www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf. Acesso em: 23 ago. 2016.

NASCIMENTO, Claudio. **O Labirinto Gramsciano (Gramsci e a Questão da Hegemonia)**. Curso de Formação de Formadores da ESCOLA SUL da CUT, realizado entre maio a setembro de 1998.

NETTO, José Paulo. **O que é Stalinismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Coleção Primeiros Passos.

NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. São Paulo, 2 fev. 2016.

O 5º Congresso do PT – Manifesto. In. **Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT**, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015. Disponível em: www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf. Acesso em: 23 ago. 2016.

CARVALHO, Olavo de. **“O Brasil ‘fez’ a Venezuela”**. Entrevista ao Jornal A Tarde. Disponível em: www.midiasemmasca.org/artigos/cultura/15760-olavo-de-carvalho-entrevista-ao-jornal-a-tarde.html. Acesso em: 14 maio 2015.

O governo Dilma não fez nada em termos de reforma agrária. Disponível em: www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-governo-dilma-nao-fez-nada-em-termos-de-reforma-agraria201d-6758.html. Acesso em: 26 out. 2016.

O número de trabalhadores filiados à CUT recuaram nos últimos anos do governo Dilma. Disponível em: www.valor.com.br/brasil/4507796/cut-perde-espaco-como-maior-central-sindical-do-pais. Acesso em: 30 maio 2016.

O Rumo Estratégico do Bloco. Disponível em www.bloco.org. Acesso em 25 nov. 2013.

O PT foi o Partido que mais elegeu em 2010. colunas.imirante.com/platb/jorgearagao/2010/11/02/pt-foi-o-partido-que-mais-elegeu-em-2010/. Acesso em: 1/09/2011.

O PT sofre com a debandada de candidatos. Disponível em: www.cartacapital.com.br/politica/em-2016-o-pt-sofre-com-a-debandada-de-candidatos. Acesso em: 12 out. 2016.

O Socialismo Petista, aprovado no 7 Encontro Nacional do PT. Anhembi – São Paulo, SP – 31/05 a 03/06/1990. Disponível em www.pt.org.br/index.php?/downloads. Acesso em: 3 set. 2011.

O Tempo Não Para. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015. Disponível em: www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf. Acesso em: 23 ago. 2016.

OLIVEIRA, Daniel. **Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela**. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw. Acesso em: 10 out. 2015.

OLIVEIRA, Francisco. In. ZANINI, Fábio. **Lula abandona Orçamento Participativo**. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200239.htm. Acesso em: 24 jun. 2016.

Organizações pedem pela punição dos torturadores da Ditadura Militar. Disponível em: antigo.mst.org.br/node/16864. Acesso em: 24 out. 2016.

PADILHA, Nelson. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Florianópolis, 21 ago. 2015.

Página 13. Página oficial da Tendência Articulação de Esquerda. Disponível em: www.pagina13.org.br/quem-somos. Acesso em: 16 ago. 2016.

PALUDO, José Roberto. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Florianópolis, 2 set. 2015.

Parlamento Europeu. www.europarl.europa.eu/elections-2014/pt/new-parliament. Acesso em: 9 out. 2015.

Participa.br. Disponível em: www.participa.br/. Acesso em: 27 out. 2016.

Partido Comunista do Brasil. Um pouco da história do PCdoB. Disponível em: pcdobfiladelfia.blogspot.com.br/2014/09/um-pouco-da-historia-do-pc-do-b.html. Acesso em: 17 out. 2015.

Partido Comunista Português (PCP). Como nasceu o Partido Comunista Português. Disponível em: www.pcp.pt/como-nasceu-partido-comunista-portugues. Acesso em: 15 out. 2015.

Partido Livre muda nome e lança candidatura cidadã. Disponível em: www.legislativas2015.pt/2015/04/19/partido-livre-muda-nome-e-lanca-candidatura-cidada/. Acesso em: 15 out. 2015.

Partido dos Trabalhadores (PT) – Página Oficial. Disponível em: www.pt.org.br. Acesso em: 3 set. 2011.

Partido Socialista (PS) – Página Oficial. Disponível em: www.ps.pt. Acesso em: 2 de julho de 2015.

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Disponível em www.psol50.org.br/. Acesso em: 31 ago. 2016.

PASSOS, Najla. **Com Lula e Dilma, conferências explodem. Mas dão resultado?** Disponível em: www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Com-Lula-e-Dilma-conferencias-explodem-Mas-dao-resultado-/2/18494. Acesso em: 23 jun. 2016.

PEC-241 aprovada em 1º turno. Como votaram os deputados. Disponível em: www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/pec-241-aprovada-em-1o-turno-como-votaram-os-deputados. Acesso em: 19 out. 2016.

Plano Colômbia não interrompeu narcotráfico, mas “enfraqueceu as Farc” Disponível em: internacional.estadao.com.br/noticias/geral,plano-colombia-nao-interrompeu-narcotrafico-mas-enfraqueceu-as-farc,860571. Acesso em: 6 nov. 2016.

Plataforma Política, Normas Transitórias. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 61.

PMDB e PT são os partidos com o maior número de filiados. oglobo.globo.com/pais/mat/2011/06/21/pmdb-pt-sao-os-partidos-com-maior-numero-de-filiados-aponta-tse-924737142.asp. Acesso em: 1 set. 2011.

POMAR, Valter. **A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005.** Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências – História Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo,

novembro/dezembro de 2005.

POMAR, Valter. **A Trajetória da Tendência Petista**. Disponível em: valterpomar.blogspot.com.br/2015/02/a-trajetoria-da-tendencia-petista.html. Acesso em: 3 jun. 2016[d].

POMAR, Valter. **Entrevista concedida a Carmelo Ruiz de Porto Rico**. Disponível em: valterpomar.blogspot.com.br/search?q=historia+PT. Acesso em: 17 set. 2016[a].

POMAR, Valter. **Entrevista concedida à jornalista Gabriela Megale, do jornal Folha S. Paulo**. Sexta-feira, 22 maio 2015. Disponível em: valterpomar.blogspot.com.br/2015/05/entrevista-sobre-o-ped-e-outros-assuntos.html. Acesso em: 12 set. 2016[b].

POMAR, Valter. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Campinas, 26 ago. 2015.

POMAR, Valter. **O que não fazer**. Roteiro sobre o tema “Experiências Internacionais de Organização Partidária”, elaborado para o Seminário sobre Organização Partidária, promovido pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. 27 e 28 ago. 2015, São Paulo, Hotel San Raphael. Disponível em: www.pagina13.org.br/pt/o-que-nao-fazer/#.VuVmdZXSnlV. Acesso em: 13 mar. 2016[c].

POMAR, Valter; REGALADO, Roberto. **Foro de São Paulo. Construindo a Integração Latino-Americana e Caribenha**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, junho de 2013, p. 9.

POMAR, Wladimir. Introdução. In. **Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998**. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

PONT, Raul. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Porto Alegre, 15 set. 2015.

Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml. Acesso em: 10 nov. 2016.

Popularidade de Lula bate recorde e chega 87 %, diz-ibope. Disponível em: g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html. Acesso em: 24 out. 2016.

PORTAS, Miguel. **Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela.** Disponível em: www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw. Acesso em: 10 out. 2015.

Programa de Governo da candidatura Lula – 1989. Disponível em: www.fpa.org.br. Acesso em: 3/09/2011.

Programa de Governo da candidatura Lula – 1994. Disponível em: www.fpa.org.br. Acesso em: 3/09/2011.

Programa de Governo da candidatura Lula – 1998. Disponível em: www.fpa.org.br. Acesso em: 3/09/2011.

Programa de Governo da candidatura Lula – 2002. Disponível em: www.fpa.org.br. Acesso em: 23 jun. 2016.

Programa do Partido dos Trabalhadores – 1980. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição, 1998.

PT está coligado com partidos considerados golpistas em quase 2 mil municípios. Disponível em: noticias.spotniks.com/pt-esta-coligado-com-partidos-considerados-golpistas-em-quase-2-mil-municipios/. Acesso em: 12 out. 2016.

Publicidade federal: Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões dos governos Lula e Dilma. Carta Capital. 29/06/2015. Disponível em: www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/emissoras-de-tv-receberam-mais-de-r-10-8-bilhoes-publicidade-federal-7609.html. Acesso em: 22 jun. 2016.

PUREZA, José Manuel. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Coimbra, 13 abr. 2015.

Quem Financia os Grupos que Pedem o Impeachment. Disponível em: www.diariodocentrodomundo.com.br/quem-financia-os-grupos-que-pedem-o-impeachment/. Acesso em: 30 maio 2016.

RANGEL, Rodrigo. **De Raul Reyes para Lula.** 2008. Disponível em: revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI5004-15223,00-DE+RAUL+REYES+PARA+LULA.html. Acesso em: 12 nov. 2016.

Ranking dos Estados por preferência ideológica. Disponível em: sites.google.com/site/atlaseleicoespresidenciais/ranking-dos-estados-por-preferencia-ideologica, acesso em 24 out. 2016.

RATTNER, Jair. **Portugal aprova em referendo a legalização do aborto**. Disponível em www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/070211_aborto. Acesso em: 10 abr. 2015.

REIS, F. W. **Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2000.

Resoluções da 1ª convenção nacional do BE, realizada nos dias 29 e 30 jan. 2000, em Lisboa, Portugal.

Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 1º Congresso Nacional do PT – 1991. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998

Resoluções do 2º Congresso Nacional do PT – 1999. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br. Acesso em: 14 jun. 2016.

Resoluções do 3º Congresso Nacional do PT – 2007. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br. Acesso em: 14 jun. 2016.

Resoluções do 5º Congresso Nacional do PT – 2015. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br. Acesso em: 14 jun. 2016.

Resoluções do 1º Encontro Nacional do PT – 1981. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 2º Encontro Nacional do PT – 1982. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 4º Encontro Nacional do PT – 1986. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 5º Encontro Nacional do PT – 1987. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 6º Encontro Nacional do PT – 1989. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 7º Encontro Nacional do PT – 1990. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 8º Encontro Nacional do PT – 1993. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998

Resoluções do 10º Encontro Nacional do PT – 1995. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998

Resoluções do 12º Encontro Nacional do PT – 2007. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br. Acesso em: 14 jun. 2016.

Resoluções do Encontro Nacional Extraordinário – 1985. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998

Resultado do Leilão do Pré-Sal – Libra. Disponível em: economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/21/resultado-leilao-pre-sal-libra.htm. Acesso em: 28 maio 2016.

Revista Teoria e Debate. Disponível em: www.teoriaedebate.org.br/a-revista. Acesso em: 4 mar. 2016.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005.** Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

ROSAS, Fernando. **Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela.** Disponível em: www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw. Acesso em: 10 out. 2015.

ROSS, GEORGE. Eurocomunismo. In. BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo: Escala, 2006. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, V. 13).

SALOMÃO, Margarida. **“Mudar o PT para continuar mudando o Brasil”**. Disponível em: margaridasalomao.com.br/manifesto-mudar-o-pt-para-continuar-mudando-o-brasil-e-assinado-por-33-deputados/. Acesso em: 5 out. 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Depoimento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela**. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw. Acesso em: 10 out. 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O socialismo do século XXI**. Disponível em: www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Socialismo-do-Seculo-XXI/4/13428. Acesso em: 9 nov. 2016.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Tradutora: Rita Correia Guedes. Les Éditions Nagel, Paris, 1970.

SCHLESENER, Anita H. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 1992.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2015.

Sergio Moro: um juiz a serviço da TV Globo e do PSDB. Disponível em: cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Sergio-Moro-um-juiz-a-servico-da-TV-Globo-e-do-PSDB/4/33770. Acesso em: 12 dez. 2016.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso proferido na Primeira Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores – 1981**. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição, 1998.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador**. Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

SINGER, André. **A segunda alma do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em www.scielo.br/pdf/nec/n88/n88a06.pdf. Acesso em: 10 mar. 2014.

SOUSA, Alda. **O Bloco de Esquerda em Portugal**. Nem Syriza, nem Podemos. Revista Contretemps, n. 25, abr. 2015.

SOUZA, Ana Maria Borges de. **Da Escola às Ruas: o Movimento dos Trabalhadores da educação**. Coleção Teses. Editora Letras Contemporâneas. Ilha de Santa Catarina – SC, 1996.

STEFFAN, Heinz Dieterich. **El Socialismo Del Siglo XXI**. 2002. Disponível em: www.puk.de/download/elsocialismo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2015.

Stop TTIP. **Não ao Tratado Transatlântico**. Disponível em: www.nao-ao-ttip.pt/. Acesso em: 27 out. 2015.

Temer: Impeachment ocorreu porque Dilma recusou ponte para o futuro. Disponível em: www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro. Acesso em: 14 out. 2016.

Texto assinado por 33 deputados do PT critica politica econômica do governo. Disponível em: g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/texto-assinado-por-33-deputados-do-pt-critica-politica-economica-do-governo.html. Acesso em: 10 jun. 2015.

Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Disponível em: www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados. Acesso em: 15 nov. 2016.

TSE divulga tempo da propaganda dos presidencialíveis na TV e no rádio. Disponível em: g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/tse-divulga-tempo-de-propaganda-eleitoral-dos-candidatos.html. Acesso em: 24 out. 2016.

TURRA, Júlio. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Florianópolis, 20 ago. 2015.

União de Nações Sul-Americanas. Disponível em: www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas. Acesso em: 14 nov. 2016.

União Democrática Popular. Disponível em: www.udp.pt/content/blogcategory/13/26/. Acesso em: 14 out. 2015.

VARELA, Raquel. **Nasce a Aliança Povo – MFA**. Disponível em raquelcardeiravarela.wordpress.com. Acesso em: 25 nov. 2013.

Veja estados e partidos que mais votaram pelo impeachment na Câmara. Disponível em: g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-estados-e-partidos-que-mais-votaram-pelo-impeachment-na-camara.html. Acesso em: 5 jun. 2016.

Vítimas da Ditadura – mais da metade morreu durante governo Médiçi, diz CNV. Disponível em: noticias.uol.com.br/politica/ultimas-

noticias/2014/12/10/vitimas-da-ditadura-mais-da-metade-morreu-durante-governo-medici-diz-cnv.htm. Acesso em: 10 dez. 2016.

WALDMAN, Maurício. **Geografia do Timor-Leste**. Disponível em www.timorcrocodilovoador.com.br. Acesso em: 7 mar. 2014.

World Forum on Theology and Liberation. Disponível em: liberationtheology.org/. Acesso em: 15 jan. 2013.

World Social Forum. Disponível em www.forumsocialmundial.org.br/. Acesso em: 10 dez. 2013.

ZANINI, Fábio. **Lula abandona Orçamento Participativo**. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200239.htm. Acesso em: 24 jun. 2016.

LANÇAMENTOS EDITORIA EM DEBATE 2019

Arte, ensino, utopia e revolução: os ateliês artísticos
VKhUTEMAS/VKhUTEIN (Rússia/URSS, 1920-1930)

Jair Diniz Miguel

Trabalho, capital e formação da classe trabalhadora

Paulo Sergio Tumolo

Marx e Engels... Notas introdutórias para Além d'O capital
Deise Luiza da Silva Ferraz e Janaynna de Moura Ferraz (Org.)

A Operação Zelotes e a venda do Grupo RBS

Itamar Aguiar

As transfigurações da educação na teoria de Florestan Fernandes:
escola e socialização política na formulação
estratégica da revolução socialista

Ricardo Scopel Velho

Conquistando corações e mentes: uma análise da
National Endowment for Democracy no Equador (2006-2016)

Letícia Cristina Bizarro Barbosa

Duas estrelas e dois projetos de hegemonia: a influência do
pensamento de Gramsci no Partido dos Trabalhadores (BRA)
e no Bloco de Esquerda (POR)

Eric Araujo Coimbra

Juventude pobre e escolarização: trabalho, cultura e perspectivas de
futuro nos territórios do Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis

*Luciana Pedrosa Marcassa, Soraya Franzoni Conde
e Sandra Luciana Dalmagro*

Eric Araujo Dias Coimbra

Graduado em Relações Internacionais (Univali) e Geografia (UFSC). É especialista em Políticas Públicas (UDESC), mestre em Geografia (UFSC) e doutor em Sociologia Política (UFSC). Participou do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da UFSC. Lecionou para cursos técnicos e de pós-graduação no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e para o ensino superior na Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS).

E-mail: ericoimbra@yahoo.com.br

Os objetivos que nortearam a elaboração desta obra foram: 1) a análise dos conceitos de partido, hegemonia e socialismo a partir da teoria do filósofo italiano Antônio Gramsci; 2) a relação entre esses conceitos e a práxis do Partido dos Trabalhadores – PT (Brasil) e do Bloco de Esquerda – BE (Portugal), no contexto nacional e internacional. Visando atender a tais objetivos, verificou-se a influência da teoria de Gramsci em ambos os partidos, relacionou-se a práxis desses partidos com a teoria gramsciana e – considerando as distintas realidades que separam o Brasil de Portugal – foi estabelecida uma breve comparação entre a concepção teórica e a atuação política dos partidos estudados. A metodologia consistiu em uma parte teórica, sobre os partidos e a teoria de Gramsci, e outra empírica, por meio de entrevistas com lideranças nacionais de ambos os partidos.

